UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CAROLINA MEIRELLES DE AZEVEDO BELLO

**PATRIMONIALIZAÇÃO DA NATUREZA, TURISMO E PRODUÇÃO DO
ESPAÇO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS
DO PANTANAL E SEU ENTORNO (CÁCERES, CORUMBÁ E POCONÉ)**

Versão corrigida

SÃO PAULO

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**PATRIMONIALIZAÇÃO DA NATUREZA, TURISMO E PRODUÇÃO DO
ESPAÇO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS
DO PANTANAL E SEU ENTORNO (CÁCERES, CORUMBÁ E POCONÉ)**

Versão corrigida

Carolina Meirelles de Azevedo Bello

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Professora Doutora Rita de Cássia Ariza da Cruz.

SÃO PAULO

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B446p Bello, Carolina Meirelles de Azevedo
Patrimonialização da natureza, turismo e produção
do espaço regional: uma análise do Complexo de Áreas
Protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres,
Corumbá e Poconé) / Carolina Meirelles de Azevedo
Bello ; orientador Rita de Cássia Ariza da Cruz. -
São Paulo, 2016.
287 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Patrimonialização da natureza. 2. Turismo. 3.
Produção do espaço regional. 4. Pantanal. 5. Complexo
de Áreas Protegidas do Pantanal. I. Cruz, Rita de
Cássia Ariza da, orient. II. Título.

Nome: BELLO, Carolina Meirelles de Azevedo

Título: Patrimonialização da natureza, turismo e produção do espaço regional: uma análise do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá e Poconé)

Dissertação (versão corrigida) apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 30 de Novembro de 2015.

Banca Examinadora

Professor(a) Dr.(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a) Dr.(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor(a) Dr.(a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta dissertação aos pantaneiros, aos pesquisadores brasileiros, ao meu avô Victor Bello (*in memoriam*) e à minha família.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rita de Cássia Ariza da Cruz, minha orientadora, com quem pude contar em todos os momentos desta pesquisa. Admiro seu profissionalismo, seu conhecimento e experiência nesta linha de pesquisa. Fico grata pela confiança depositada em mim.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela bolsa de pesquisa concedida, a qual permitiu dedicar-me mais à pesquisa.

Ao Banco Santander pela bolsa de estágio de pesquisa no exterior concedida por meio do Programa de Mobilidade Estudantil Internacional de Alunos de Pós-Graduação.

À Professora Doutora María José Prados, minha tutora na Universidade de Sevilla, na Espanha, durante meu estágio de pesquisa no exterior.

A todos os professores e pesquisadores brasileiros e espanhóis que me auxiliaram nesta trajetória, especialmente, aos professores Dr. Edvaldo César Moretti, Dra Simone Scifoni, Dr. Pedro Jacobi, Dr. Wagner Costa Ribeiro e Dra María Mónica Arroyo pelas excelentes disciplinas ministradas.

Aos amigos da Pós-Graduação: Simone Affonso da Silva, Mariana Macêdo, André Martinello, Miguel Lima e Luciana Borges, que compuseram o Grupo de Estudos sobre Teoria e Método em Geografia.

Ao meu grande amigo Danilo Celso Pereira, o Celsinho, pelas conversas, pelo apoio e pelas sugestões de leitura.

Aos colegas do grupo de orientandos da Professora Dra Rita de Cássia de Ariza da Cruz pelo apoio, pela troca de experiências, pelas sugestões e pela amizade.

Àqueles que possibilitaram e me auxiliaram em meus trabalhos de campo.

Aos funcionários de órgãos de governo, de institutos de pesquisa, de organizações não governamentais, de agências de viagens e aos pantaneiros que se dispuseram a colaborar com entrevistas e dados sobre o Pantanal.

À Marília Natacha Freitas pelo auxílio na elaboração de alguns mapas e pelo com companheirismo.

À minha família, ao Henrique e aos amigos pelo companheirismo, pela força e pela paciência. Em especial, sou grata ao meu querido pai, André Bello, que me

acompanhou em um longo trabalho de campo, à minha prima Beatriz Figueiredo pela hospedagem em Cuiabá e à minha mãe pela paciência nos momentos difíceis.

Chalana

*Lá vai uma chalana
Bem longe se vai
Navegando no remanso
Do rio Paraguai*

*Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor*

*Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor*

*E assim ela se foi
Nem de mim se despediu
A chalana vai sumindo
Na curva lá do rio*

*E se ela vai magoada
Eu bem sei que tem razão
Fui ingrato, eu feri
O seu pobre coração*

*Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor*

*Oh! Chalana sem querer
Tu aumentas minha dor
Nessas águas tão serenas
Vai levando meu amor*

(Almir Sater)

RESUMO

BELLO, Carolina Meirelles de Azevedo. *Patrimonialização da natureza, turismo e produção do espaço regional: uma análise do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Cáceres, Corumbá e Poconé)*. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação trata a relação entre patrimonialização da natureza, turismo e produção do espaço regional, tal como anunciado no título. Para tanto, toma o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, tornado Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (Unesco), no ano de 2000, como um estudo de caso, incluindo, estrategicamente, o seu entorno.

Em 1972, a Unesco afirmou que seriam considerados patrimônios naturais áreas que atendessem a três critérios fundamentais: o valor estético, o valor ecológico e o valor científico. Esse conceito associado à monumentalidade foi analisado criticamente por diversos autores, como Scifoni, Ribeiro, Zanirato, Paes, Canclini Morel, Choay, entre outros. Esses autores analisaram as tendências a práticas conservacionistas e monumentalistas relacionadas a Patrimônios Naturais, principalmente da Humanidade, as quais, muitas vezes, acabam sendo direcionadas à prática do turismo. A partir de uma abordagem geográfica, entendemos que o turismo é a única prática social que consome essencialmente espaço e, portanto, produz espaço. Sendo os espaços naturais convertidos em objetos de consumo, uma vez tornados patrimônios naturais, assentam-se as possibilidades de que sejam impostas a tais espaços novas lógicas à sua produção.

A temática da patrimonialização figura como um assunto ainda pouco analisado sob a ótica da Geografia. A complexidade anunciada pelas dificuldades que o tema pressupõe é colocada na compreensão da contradição entre patrimonialização da natureza, intocabilidade e, ao mesmo tempo, desenvolvimento de uma prática social que consome e produz espaço, que é o turismo.

Palavras-chave: Patrimônio Natural; Patrimonialização da Natureza; Turismo; Produção do Espaço; Pantanal.

ABSTRACT

BELLO, Carolina Meirelles de Azevedo. *Patrimonialization of the nature, tourism and production of regional space: an analysis of the Pantanal Conservation Complex and its surroundings (Cáceres, Corumbá and Poconé)*. 287 f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation deals with the relationship between patrimonialization of the nature, tourism and production of the Pantanal regional space, as announced in the title. To this end, takes the Pantanal Conservation Complex, which became World Natural Heritage by the Organization for Education, Science and Culture of the United Nations (Unesco), in the year 2000, as a case study, including, strategically, its surroundings.

In 1972, Unesco affirmed that it would be considered natural heritage areas that attended to three criteria: their esthetical value, their ecological value and their scientific value. The concept of natural heritage, with the idea of monumentality, was critically analyzed by many authors, as Scifoni, Ribeiro, Zanirato, Paes, Canclini, Morel, Choay, among others. These authors analyzed the tendencies to conservation and monumentalities practices related to natural heritages, especially world heritages, which often result in the appointment of protected areas for tourism practice. Therefore, from a geographical approach, we understand that tourism is the only social practice that consumes essentially space at the same time in which, along with other activities and social practices, produces space. Being natural spaces converted into objects of consumption, once turned natural heritages, possibilities are established to be imposed on such spaces new logics to their production.

The theme of patrimonialization figures as an issue still little analyzed from the perspective of the Geography. The complexity announced by the difficulties that the theme presupposed is put on the understanding of the contradiction between the patrimonialization of the nature, untouchability and, at the same time, the development of a social practice that consumes and produces space, which is the tourism.

Keywords: Natural Heritage; Patrimonialization of the Nature; Tourism; Production of the Space; Pantanal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sede do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, localizada sobre um aterro	88
Figura 2 - Sede do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense	89
Figura 3 - RPPN Acurizal, com vista da sede e a Serra do Amolar ao fundo	108
Figura 4 - Por do Sol visto da RPPN Acurizal	108
Figura 5 - RPPN Penha	109
Figura 6 - Placa de declaração de Patrimônio Mundial Natural localizada na RPPN Acurizal	115
Figura 7 - Imagem da Lagoa Gaíva ou Gaíba, entre as RPPNs Penha e Rumo ao Oeste	124
Figura 8 - Propriedades participantes da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar	131
Figura 9 - <i>Wallpaper</i> do sistema computacional <i>Windows</i> – vitórias-régias localizadas no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal	156
Figura 10 - Festival Internacional de Pesca Esportiva no Rio Paraguai – Cáceres	158
Figura 11 - Propaganda do Pantanal da maior empresa de viagens do Brasil, CVC Viagens	160
Figura 12 - Casarão tombado no centro histórico de Cáceres	168
Figura 13 - Orla de Cáceres	168
Figura 14 - Vista para o Porto Geral de Corumbá	170
Figura 15 - Porto Geral de Corumbá	171
Figura 16 - Mapa (sem escala) do trecho do Rio Paraguai entre Cáceres e Porto Murtinho.....	173

Figura 17 - Professor Moura Lacerda e seu trabalho de incentivo ao turismo em Corumbá na década de 1970	177
Figura 18 - Embarcações destinadas à pesca amadora no Rio Paraguai, em Corumbá, na década de 1970	178
Figura 19 - Início da pesca amadora relacionada ao turismo no Pantanal Corumbaense na década de 1970	179
Figura 20 - Turismo de pesca estruturado em barco-hotel no Rio Paraguai	180
Figuras 21 e 22 - Pontes de madeira na Rodovia Transpantaneira	195
Figura 23 - Capivaras avistadas na Estrada-Parque Transpantaneira	199
Figura 24 - Jacarés na margem da Transpantaneira	199
Figura 25 - Mapa turístico, sem escala e sem norte, da Rodovia Transpantaneira	201
Figura 26 - Vista aérea de um hotel localizado às margens da Transpantaneira e do Rio Cuiabá	203
Figura 27 - Caminhão modificado para o transporte de turistas durante o “safári fotográfico”	203
Figura 28 - Hotel-fazenda à beira do Rio Cuiabá, voltado à focagem de animais selvagens, aves e à pesca	204
Figura 29-Trajetória da maioria dos barcos hotéis atualmente partindo de Corumbá	209
Figura 30 - Vista de uma parte da sede de Acurizal	215
Figura 31 - Grupo de turistas europeus na RPPN Acurizal	222
Figura 32 - Grafismos rupestres na beira da Lagoa Gaíva	223
Figura 33- Barco hotel no Rio Cuiabá e ao fundo o Parque Nacional do Pantanal	224
Figura 34 - Interior de um barco hotel	224
Figura 35 - Convés de um barco-hotel	225
Figura 36 - Pequena embarcação com turistas hospedados em um barco hotel	

pescando em área proibida do Parque Nacional do Pantanal	226
Figura 37 - Barco, com funcionários fazendo churrasco, pertencente a um barco hotel de Corumbá em uma RPPN da Fundação Ecotrópica	231
Figura 38 – Turismo de Base Comunitária na Comunidade da Barra do São Lourenço	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Patrimônios Mundiais Naturais no Brasil e suas respectivas Unidades de Conservação	53
Quadro 2 - Dados sobre a RPPN Acurizal	107
Quadro 3 - Dados sobre a RPPN Penha	109
Quadro 4 - Dados sobre a RPPN Doroquê	110
Quadro 5 - Principais fatores vinculados à diminuição do turismo de pesca na BAP.....	186
Quadro 6 – Barcos-Hotéis em Cáceres em 2012	220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrada de turistas no Brasil – 1970 a 2014	65
Tabela 2 - Unidades de Conservação existentes no Pantanal no início de 1998	77
Tabela 3 - Unidades de Conservação no Pantanal presentes no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação em 2014	81
Tabela 4 - Número de brasileiros (em milhões) por faixa de renda segundo o membro mais bem remunerado da família (1995-2009)	146
Tabela 5 - Dados do turismo no Brasil e no mundo entre 1990 e 2000 (em milhões).....	147
Tabela 6 - Chegadas de turistas ao Brasil, segundo principais países emissores - 2010-2014	149
Tabela 7 - Infraestrutura do turismo: barcos para pesca, passeio, recreação e esporte no município de Corumbá em 1995	181
Tabela 8 - Oferta hoteleira ao longo da Rodovia Transpantaneira	200
Tabela 9 – Número de Barcos-Hotéis em Corumbá entre 1996 e 2013	218
Tabela 10 - Barcos-Hotéis em Corumbá em 2013	218

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Focos de calor detectados pelo satélite NOAA 12 (noite), anos de 2000 a 2005	135
Gráfico 2 - Desigualdade de Renda no Brasil de acordo com o Índice de Gini (2001 – 2009)	144
Gráfico 3 - Desembarque de passageiros em voos nacionais	148
Gráfico 4 - Número de barcos-hotéis registrados durante os monitoramentos da RPCSA em 2009	228
Gráfico 5 - Número de barcos-hotéis registrados durante os monitoramentos da RPCSA em 2010	228
Gráfico 6 - Fluxo mensal de embarcações em 2013 na RPCSA	229
Gráfico 7 - Número de barcos hotéis ao longo do ano de 2013 registrados durante os monitoramentos da RPCSA	229
Gráfico 8 - Número de barcos hotéis ao longo do ano de 2014 registrados durante os monitoramentos da RPCSA	230

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Inserção da Área de Estudo no Pantanal Brasileiro	28
Mapa 2 - Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira	99
Mapa 3 - Municípios na Faixa de Fronteira – 2003	100
Mapa 4 - Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal	111
Mapa 5 - Cotas e precipitações médias mensais em pontos característicos da BAP.....	118
Mapa 6 - Monitoramento da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar	133
Mapa 7 - Mapa Turístico de Corumbá	154 - 155
Mapa 8 - Mapa da Regionalização do Turismo – 2009	166
Mapa 9 - Localização da Rodovia Transpantaneira no Pantanal Brasileiro	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

ATPP - Associação de Turismo do Pantanal de Poconé

BAP – Bacia do Alto Paraguai

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPP – Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal

Combratur - Comissão Brasileira de Turismo

Cobramab - Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera”

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTur - Conselho Nacional de Turismo

CI - *Conservation International*

CF – Constituição Federal

CDB - Convenção de Diversidade Biológica

DERMAT - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso

Ecoa – Organização Não Governamental Ecologia e Ação

Ecopantanal - Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal

Ecotrópica – Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embratur - Empresa Brasileira de Turismo/ Instituto Brasileiro de Turismo

Fema – Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

FIPe – Festival Internacional de Pesca Esportiva

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

Funatura - Fundação Pró-Natureza

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Iccrom – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDBF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IHP – Instituto Homem Pantaneiro
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITR - Imposto Territorial Rural
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza
MAB – Programa Homem e a Biosfera
MIN – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
MTUR – Ministério do Turismo
OECE - *The Overseas Economic Corporation Fund*
Oema - Órgão Estadual do Meio Ambiente
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
Parna – Parque Nacional
PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNPM – Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense
PNT – Plano Nacional de Turismo
Prevfogo – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
Probio – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
Prodepan - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
Prodepef - Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal
Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo
Prodoeste - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Proecotur - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
RPCSA - Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SANEMAT - Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso

SEDTUR – MT – Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso

Sema – Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Seplan – Secretaria de Planejamento

SEUC – MT - Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Mato Grosso

Sisnama - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Taus - Termo de Autorização de Uso Sustentável

TNC – *The Nature Conservancy*

Turimat - Empresa Mato-Grossense de Turismo

UC – Unidade de Conservação

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

U. H. - Unidades habitacionais

UnB - Universidade de Brasília

Unemat - Universidade do Estado de Mato Grosso

Unesco - Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Vasp – Viação Aérea São Paulo

VOCA - *Volunteers in Overseas Cooperative Assistance*

WWF - *World Wildlife Fund*

ZA - Zona de Amortecimento

ZPP - Zoneamento da Planície Pantaneira

ZPPP - Zona de Proteção da Planície Pantaneira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1. PATRIMONIALIZAÇÃO DA NATUREZA, TURISMO E TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	36
1.1 Patrimonialização da natureza, turismo e territórios da conservação na dinâmica da produção do espaço brasileiro	45
1.2 Políticas ambientais e políticas de turismo enquanto políticas territoriais	56
2. O COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL: NATUREZA E POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO DA CONSERVAÇÃO	72
2.1 Políticas públicas ambientais na proteção do Pantanal	73
2.2 A formação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense	82
2.2.1 A questão fronteiriça e os territórios da conservação	97
2.3 A emergência das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e a formação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal	102
2.3.1 ONGs, planos de manejo e produção do espaço	125
3. A (RE)INVENÇÃO DO TURISMO NO PANTANAL: ENTRE A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	139
3.1 Fatores socioeconômicos que contribuíram para o desenvolvimento do turismo contemporâneo	140

3.2 Sobre o desenvolvimento do turismo no Pantanal - economia, cultura e representações do espaço.....	150
---	------------

3.3 Dimensões política e normativa do desenvolvimento do turismo no Pantanal	160
---	------------

4. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL E SEU ENTORNO	175
--	------------

4.1 A produção e o consumo do espaço pelo e para o turismo no Pantanal Norte: o caso da Rodovia Transpantaneira	189
--	------------

4.2 Patrimonialização da natureza e turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno	205
--	------------

4.2.1. A Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço na dinâmica da produção do espaço pantaneiro	232
---	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
---	------------

ANEXOS	266
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

Em 1972, a Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (Unesco) afirmou que seriam considerados patrimônios naturais áreas que se encaixassem em três critérios, apresentando: valor estético, valor ecológico e valor científico. Nesta dissertação analisar-se-á como as tendências e práticas conservacionistas e monumentalistas relacionadas a patrimônios naturais, principalmente da humanidade, acabam, muitas vezes, sendo direcionadas à prática do turismo.

A partir de uma abordagem geográfica do turismo, com base em Cruz (2012), entende-se esta atividade como uma prática social que consome essencialmente espaço, produzindo-o segundo um processo conflituoso e contraditório pelo qual os espaços, inclusive os naturais, são tomados como objetos de consumo. Por isso, considera-se nesta análise a inserção dos territórios da conservação na dinâmica da produção do espaço pelo e para o turismo.

Os territórios da conservação são compreendidos como áreas destinadas à conservação ambiental, delimitadas, demarcadas e normatizadas como Unidades de Conservação (UCs) pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), fazendo parte de uma legislação ambiental vigente. Por restringirem os usos no interior e entorno, acabam influenciando na produção do espaço.

Para Lefebvre (1976), no bojo do espaço percebido e concebido, já se encontram o espaço teórico e a teoria do espaço. Lefebvre inclusive propõe um questionamento:

Porque é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema; então, precisamente por isso que ele não pode ser inferido a partir desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. Tem-se, muito ao contrário, que se evidenciar sua função na dita intenção (prática e estratégica) (LEFEBVRE, 1976: 25 - tradução nossa¹).

Para o autor, a problemática do espaço trata, a princípio, o espaço “vivido”, em estreita correlação com a prática social, abarcando um conjunto de problemas

¹ “Porque es posible que el espacio desempeñe un papel o una función decisiva en la estructuración de una totalidad, de una lógica, de un sistema; entonces, precisamente por ello no se le puede deducir de ese sistema, de esa lógica, de esa totalidad. Se tiene, muy al contrario, que poner de manifiesto su función en dicha intención (práctica y estratégica)” (LEFEBVRE, 1976: 25).

parciais que possuem um denominador comum: a “espacialidade” (LEFEBVRE, 1976).

Em “Espaço e Política”, Lefebvre (1976: 30)² parte da hipótese que o “espaço social é um produto da sociedade, comprovável e que depende antes de tudo do contraste, daí a descrição empírica antes de toda teorização”.

Na obra “A produção do espaço”, Lefebvre (2013: 336)³ aponta que o conceito de espaço “denota e conota todos os espaços possíveis, reais ou abstratos, mentais e sociais. E, em particular, contém esses dois aspectos: o espaço de representação e a representação do espaço.”

Quando Lefebvre (1976) menciona a expressão “produção do espaço”, ele se refere a um espaço que não é um dado *a priori*, como seria o espaço na concepção de Kant e também do positivismo.

Vê-se no espaço o desenvolvimento de uma atividade social. Estabelece-se, pois, uma distinção entre o espaço social e o espaço geométrico, quer dizer, mental. Apesar de tudo, a expressão não deixa de ser ambígua. De fato, toda sociedade produz “seu” espaço ou, se preferir, toda sociedade produz “um” espaço (LEFEBVRE, 1976: 40 - tradução nossa⁴).

Lefebvre (1976) assume que há “contradições do espaço”, mesmo que elas estejam camufladas e escondidas:

As *contradições do espaço* não são produto da sua forma racional tal como aparece nas matemáticas; são produtos do conteúdo prático e social e, mais especificamente, do conteúdo capitalista. Efetivamente, esse espaço da sociedade capitalista pretende ser racional, quando, de fato, na prática, está comercializado, desintegrado, vendido em parcelas. É assim que o tempo é global e pulverizado. Parece lógico e está absurdamente recortado. Essas contradições saltam à vista no plano institucional. Nesse plano, se nota que a burguesia, classe dominante, dispõe de um poder dobrado sobre o espaço; em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo, que se estende à totalidade do espaço, exceção feita dos direitos das coletividades e do Estado, e, em segundo lugar, através da globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado propriamente dito. Existem

² Tradução nossa. “El espacio social es un producto de la sociedad, comprobable y que depende ante todo de la contrastación, por ende de la descripción empírica, antes de la teorización” (LEFEBVRE, 1976: 30).

³ Tradução nossa. “Denota y connota todos los espacios posibles, reales o abstractos, mentales y sociales. Y en particular contiene esos dos aspectos: el espacio de representación y la representación del espacio” (LEFEBVRE, 2013: 336).

⁴ “Se ve en el espacio el despliegue de una actividad social y el espacio geométrico, es decir, mental. A pesar de todo, la expresión no deja de ser ambigua. En efecto, toda sociedad produce ‘su’ espacio o, si se prefiere, toda sociedad produce ‘un’ espacio” (LEFEBVRE, 1976: 40).

conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e especialmente entre o espaço abstrato (concebido o conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, desintegrado e vendido. No plano institucional, essas contradições são evidentes entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos negociantes do espaço. (LEFEBVRE, 1976: 42 – tradução nossa⁵).

A opção por abordar a produção do espaço regional pantaneiro surgiu do interesse por analisar como a configuração de territórios da conservação, demarcados politicamente, influenciariam na dinâmica da produção do espaço regional, evidenciando contradições e conflitos no espaço, excluindo e oprimindo a população local. Segundo Lefebvre,

O espaço abstrato contém simultaneamente o intelecto analítico hipertrofiado; o Estado e a razão de Estado burocrática; o conhecimento “puro”; o discurso do poder. Ao implicar uma “lógica” que o dissimula, ocultando suas contradições, esse espaço abstrato – o da burocracia – reúne em si o espetáculo e a violência (contrariamente ao “puro” espetáculo).

[...] O espaço da homogeneização não tem nada de homogêneo. À sua maneira, poliscópico e plural, contém e unifica à força os fragmentos ou elementos dispersos. (LEFEBVRE, 2013: 344 – tradução nossa⁶).

Assim, para Lefebvre (2013), as classes dominantes se apropriam do espaço conforme este se constitui, como resultado de sua ação política, apesar de não poder ser confundido com essa ação; também usam o espaço como um instrumento de poder sem omitir outros usos possíveis, como a organização da produção e dos

⁵ “Las contradicciones del espacio no son producto de su forma racional tal como se desprende en las matemáticas; son producto del contenido práctico y social y, más específicamente, del contenido capitalista. Efectivamente, ese espacio de la sociedad capitalista pretende ser racional, cuando, de hecho, en la práctica, está comercializado, desmigajado, vendido por parcelas. Así es como a la vez es global y pulverizado. Parece lógico y está absurdamente recortado. Esas contradicciones saltan a la vista en el plano institucional. En este plano, se percata uno de que la burguesía, clase dominante, dispone de un doble poder sobre el espacio; en primer lugar, a través de la propiedad privada del suelo, que se extiende a la totalidad del espacio, excepción hecha de los derechos de las colectividades y del Estado, y, en segundo lugar, a través de la globalidad, a saber, el conocimiento, la estrategia, la acción del Estado propiamente dicho. Existen conflictos inevitables entre esos dos aspectos, y especialmente entre el espacio abstracto (concebido o conceptual, global y estratégico) y el espacio inmediato, percibido, vivido, desmigajado y vendido. En el plano institucional, esas contradicciones se hacen patentes entre los planos generales de ordenación y los proyectos parciales de los negociantes del espacio” (LEFEBVRE, 1976: 42).

⁶ “El espacio abstracto contiene simultáneamente el intelecto analítico hipertrofiado; el Estado y la razón de Estado burocrática; el conocimiento ‘puro’; y el discurso del poder. Al implicar una ‘lógica’ que lo disimula ocultando sus contradicciones, este espacio abstracto – el de la burocracia – reúne en sí el espectáculo y la violencia (contrariamente al ‘puro’ espectáculo). (...) El espacio de la homogeneización no tiene nada de homogêneo. A su manera, poliscópico y plural, contiene y unifica a la fuerza los fragmentos o elementos dispersos” (LEFEBVRE, 2013: 344).

meios de produção. Desse modo, o espaço abstrato se configura como um espaço repressivo, hierarquizando e segregando.

Ainda sobre a produção do espaço, explica Lefebvre (1976):

A análise ou exposição de dita “produção” difere radicalmente dos estudos que abundam, que se colocam como “ciência do espaço” e que, conseqüentemente, não abrangem mais que “representações do espaço” (inclusas nelas as representações matemáticas) ou “fragmentações do espaço” (o espaço institucional, o espaço disso ou daquilo, incluso o “espaço epistemológico”). A teoria da produção do espaço pode utilizar esses estudos divisórios e divididos, que tão logo tendem ao empirismo, como à abstração; de igual forma, a economia política do espaço pode recorrer à economia urbana, à geografia regional, à geografia urbana ou geral, etc... Sempre e quando lhes modifique em função de uma troca de escala e, sobretudo, de centro. (LEFEBVRE, 1976: 119 - 120 – tradução nossa⁷).

A área de estudo escolhida compreende um fragmento, um “espaço da homogeneização”, mediante uma destinação ao conservacionismo da natureza, que não possui nada de homogêneo, o que é revelado ao longo deste trabalho. De antemão, o modelo norte-americano de conservação da natureza adota uma concepção de conservação que se assemelharia a uma homogeneização do espaço, privilegiando o dito “natural” em detrimento de outros aspectos e sujeitos que estão no espaço. Esse modelo de proteção ambiental foi adotado no Brasil, sendo consolidado com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no qual determinadas áreas foram demarcadas e destinadas à conservação ambiental. Isso é resultado de uma ação política, por isso, utiliza-se a expressão “territórios da conservação”⁸, visto que por meio do poder do Estado e de ambientalistas que representam instituições, o meio ambiente é posto como protagonista, decorrendo a demarcação de territórios, os quais influenciam, diretamente, o processo de

⁷ “El análisis o exposición de dicha *producción* difiere radicalmente de los estudios que pululan, que se las dan de ser ‘ciencia del espacio’ y que, consecuentemente, no conciernen más que *representaciones del espacio* (incluidas en ellas las representaciones matemáticas) o *fragmentaciones del espacio* (el espacio institucional, el espacio de esto o de aquello, incluido el ‘espacio epistemológico’). La teoría de la producción del espacio puede utilizar esos estudios divisorios y divididos, que tan pronto tienden hacia el empirismo, como hacia la abstracción; de igual forma, la economía política del espacio puede recurrir a la economía urbana, a la geografía regional o general, etc.... Siempre y cuando se las modifique en función de un cambio de escala y, sobre todo, de centro” (LEFEBVRE, 1976: 119-120).

⁸ Ideias e reflexões realizadas a partir da disciplina “Territórios da conservação e sustentabilidade social”, ministrada pelo Prof. Dr. Edvaldo Moretti, no curso de Pós-Graduação em Geografia, pela Unicamp, e da discussão do tema no grupo de estudos do qual faço parte. Moretti não possui uma publicação conceituando especificamente o que entende por “territórios da conservação”.

produção do espaço.

Assume-se como estudo de caso um exemplo de um Patrimônio Natural da Humanidade no Brasil, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Corumbá, Poconé e Cáceres), localizado na divisa sudoeste do estado de Mato Grosso (MT) e noroeste do estado de Mato Grosso do Sul (MS), junto à fronteira Brasil e Bolívia, na confluência dos rios Cuiabá e Paraguai, na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, pertencendo aos municípios de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul e Poconé, no estado de Mato Grosso.

O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é formado pelo Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (PNPM), implementado em 1981, e pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs): Acurizal, Penha e Doroquê, estabelecidas como reservas em 1997, abrangendo uma área total de 187.818 hectares no interior da qual se encontram essas quatro unidades de conservação.

A hipótese que articula teoria e prática é a de que o fragmento espacial escolhido, pensado como mediação para a compreensão de uma relação entre patrimonialização da natureza e turismo, de modo geral, permitiria entender como essa relação ocorre no movimento geral da reprodução do capital na produção do espaço. O estudo do fragmento, apesar de suas particularidades, se justifica não por ser mais importante do que outros fragmentos no Brasil para entender a relação do Patrimônio Natural da Humanidade na relação com o desenvolvimento da atividade do turismo, mas porque é um exemplo de um processo de inserção de áreas conservadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação com posterior inscrição na lista de Patrimônio Mundial pela Unesco, seguida por uma formalização desse processo e sendo detentora do título que atribui um “valor patrimonial” à região, modificando a lógica da produção do espaço regional.

A justificativa mais importante a ser considerada é a de que, do ponto de vista do método dialético⁹, que visa analisar as contradições do espaço no bojo da sociedade e da prática social, esse recorte permitiria, através da particularidade,

⁹ O método dialético se baseia “em uma análise do tempo histórico e da temporalidade. Se devemos aceitar a ideia de uma centralidade dialética ou de uma dialética do espaço é porque existe uma conexão entre o espaço e a dialética; dito de outro modo, há contradições do espaço que implicam e explicam as contradições no tempo histórico, mesmo que não se reduzam a ditas contradições. Inversamente, se a noção de contradição (de conflito atual) se distingue da temporalidade e da historicidade, caso se estenda ao espaço, significa que pode haver um movimento dialético da centralidade. Esse processo dialético desenvolve os caracteres lógicos dos centros” (LEFEBVRE, 2013: 365 e 366 – tradução nossa).

entender a totalidade dos processos constitutivos da relação entre patrimônio natural e desenvolvimento do turismo. A particularidade (que procura fugir dos particularismos absolutizantes) aparece como mediação entre a singularidade do lugar, do imediato, do concreto, e a universalidade de um processo que não se resume apenas ao Pantanal, mas a diversos patrimônios naturais espalhados pelo mundo, incorporando fundamentos como aqueles relativos à lógica da reprodução do capital.

Além disso, considerando a relevância social que remete à preservação do patrimônio brasileiro como parte da memória e da identidade territorial do povo brasileiro, torna-se justificado o trabalho de investigação sobre o uso turístico do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Patrimônio Natural da Humanidade, chancelado pela Unesco e seu entorno: Corumbá, em Mato Grosso do Sul, Poconé e Cáceres, em Mato Grosso. Ademais, verifica-se que grande parte das pesquisas encontradas sobre o Pantanal refere-se às ciências biológicas¹⁰. Por fim, analisar o Pantanal a partir da noção de patrimonialização da natureza na sua relação com o desenvolvimento da atividade do turismo na dinâmica da produção do espaço é uma contribuição que esta pesquisa pretende alcançar.

¹⁰ A partir de um levantamento de trabalhos realizado em bancos de dados de algumas universidades contendo como palavras-chave “Mato Grosso e/ou Pantanal”, foi possível chegar a esta inferência.

Carolina Meirelles de Azevedo Bello

**Mapa 1. Inserção da área de estudo
no Pantanal Brasileiro**

Legenda

- Capitais estaduais
- Sede dos municípios estudados
- MT 060 Rodovia Transpantaneira
- Hidrografia Principal
- Limites municipais
- Parque Nacional do Pantanal
- RPPN Penha
- RPPN Dorochê
- RPPN Acurizal
- Pantanal Brasileiro
- Região Centro-Oeste

Brasil

Projeção
DATUM 2000

Fonte:MMA, SEMA,
Fundação Ecotrópica (2013).
Org. BELLO, C. SILVA,M.

Referente aos municípios que foram estudados, tanto Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, como Poconé, no estado de Mato Grosso, têm parte de seus territórios inseridos no Complexo. Já o município de Cáceres (MT) também faz parte do recorte espacial desta pesquisa, visto que se reconhece a existência de uma espécie de “rede” do turismo pantaneiro, composta por diversos roteiros, contemplando-se, por exemplo, o Pantanal Norte e Sul, composto, principalmente, pelos municípios de Cáceres, Poconé e Corumbá. Ademais, para que a atividade do turismo ocorra é necessária uma infraestrutura urbana, que, no caso do Pantanal, possui como alguns exemplos os municípios supracitados.

Corumbá caracteriza-se por sua grande extensão territorial, configurando-se como o segundo maior município do Brasil. As RPPNs Acurizal e Penha localizam-se neste município. O município está localizado na porção noroeste do estado, às margens do rio Paraguai, com uma população de 103.703 habitantes (IBGE, 2010). As principais atividades econômicas estão relacionadas, principalmente, ao setor de serviços, sendo o turismo uma atividade de destaque, haja vista que Corumbá se conecta, via fluvial, a municípios do estado de Mato Grosso, além de ser uma porta de entrada ao Pantanal Sul, apresentando o segundo maior aeroporto do estado. Além disso, seu conjunto urbano é considerado patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Cáceres é também considerado um município importante para o estado, com uma população de 87.942 habitantes (IBGE, 2010) e situado a 215 quilômetros a oeste de Cuiabá. Sua economia é composta, principalmente, por serviços, dentre eles, o turismo. Vale lembrar que o conjunto urbanístico e paisagístico de cidade de Cáceres é considerado patrimônio cultural pelo Iphan, além de ser próximo a Poconé.

Poconé é considerado o portal do Pantanal Norte e possui em seu território o Parque Nacional do Pantanal, além da RPPN Dorochê. Abriga uma população de 31.779 habitantes (IBGE, 2010) e sua distância em relação a Cuiabá é de 94 quilômetros, situado entre os rios Paraguai e Cuiabá. O Produto Interno Bruto (PIB) do município (valor adicionado) é composto, principalmente, pelo setor de serviços e pela agropecuária, destacando-se como principais atividades econômicas a pecuária intensiva, o ecoturismo e o extrativismo mineral (IBGE, 2010).

A complexidade anunciada pelas dificuldades que o tema pressupõe é

colocada inicialmente na compreensão da contradição entre patrimonialização da natureza, intocabilidade e, ao mesmo tempo, desenvolvimento de uma prática social que consome e produz espaço, que é o turismo. Apesar de terem ocorrido experiências locais no Brasil que tiveram outras perspectivas, ressalta-se que o processo de patrimonialização da natureza pela Unesco, geralmente, revela a contradição expressa acima.

Sucede que as contradições *do* espaço envolvem as contradições históricas, as supõe e as sobrepõe, as empurra a um grau superior, e as amplia enquanto as reproduz. Após esse deslocamento, as novas contradições atraem sobre si a atenção, fazem recair sobre elas o interesse e aparentam desalojar e inclusive absorver as antigas contradições. Não é mais que mera aparência. Somente uma análise dialética permite descobrir as relações exatas entre as contradições *no* espaço e as contradições *do* espaço, quais se atenuam e quais se acentuam. Do mesmo modo, a produção de coisas no espaço não desapareceu, nem as questões que ela representa (a posse dos meios de produção, a gestão e o controle da produção) diante da produção *do* espaço (LEFEBVRE, 2013: 368 - tradução nossa¹¹).

A temática da patrimonialização figura como um assunto ainda pouco analisado sob a ótica da Geografia, exceto no que diz respeito ao patrimônio cultural urbano, tema este relativamente mais abordado por geógrafos. Isto posto, a patrimonialização da natureza e sua apropriação pelo turismo constitui uma temática relevante e ainda pouco explorada por análises geográficas.

Objetivos

A pesquisa que deu origem a esta dissertação teve como objetivo geral analisar a relação entre o desenvolvimento do turismo e a patrimonialização da natureza na produção do espaço regional pantaneiro, tomando como estudo de caso o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno (Corumbá, Poconé e

¹¹ “Sucede que las contradicciones *del* espacio envuelven las contradicciones históricas, las supone y supersupone, las empuja a un grado superior, y las amplía mientras las reproduce. Tras este desplazamiento, las nuevas contradicciones atraen sobre sí la atención, hacen recaer sobre ellas el interés y aparentan desalojar e incluso absorber las antiguas contradicciones. No es más que mera apariencia. Sólo un análisis dialéctico permite descubrir las relaciones exactas entre las contradicciones en el espacio y las contradicciones *del* espacio, cuáles se atenúan y cuáles se acentúan. Del mismo modo, la producción de cosas en el espacio no ha desaparecido, ni las cuestiones que ella plantea (la posesión de los medios de producción, la gestión y el control de la producción) ante la producción del espacio” (LEFEBVRE, 2013: 368).

Cáceres). A partir desse objetivo geral, foram elencados como objetivos específicos:

- analisar o processo de patrimonialização do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal;
- analisar as ações realizadas para o desenvolvimento do turismo na região, assim como a infraestrutura usada pelo turismo e a criada para esta atividade;
- apreender as relações entre patrimonialização da natureza e desenvolvimento do turismo na região.

Procedimentos de análise

Esta pesquisa visou analisar a produção do espaço regional pantaneiro, por meio de estudo teórico, envolvendo pesquisa bibliográfica geral e específica, além de trabalho de campo. Desse modo, a pesquisa se assentou sobre dois eixos de investigação, conforme explicitado a seguir:

O Eixo de Investigação 1 referiu-se à construção dos aportes teórico-metodológicos pautada em pesquisa de gabinete, que foi baseada em leituras a partir dos seguintes eixos: a) relacionados à fundamentação teórico-metodológica, especialmente sobre produção do espaço; b) relativas à bibliografia voltada aos temas patrimônio natural, turismo e meio ambiente, tanto no âmbito da Geografia como de outras ciências (Biologia, Ciências Ambientais, Ecologia, Economia, entre outras). As leituras sobre essas temáticas foram centradas no entendimento da ideia de natureza, nos processos de patrimonialização da natureza, valor patrimonial e a sua relação com a atividade do turismo e o consumo do espaço por essa atividade, entre outros; c) relativas à produção do espaço regional pantaneiro, ao desenvolvimento da atividade do turismo, bem como sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo e de proteção do meio ambiente.

Dados e informações produzidos pelo Ministério do Turismo (MTUR), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, da Secretaria de Desenvolvimento de Turismo de Mato Grosso, dados secundários de pesquisas regionais, dentre outros, além das prefeituras dos três municípios, serviram como base para apreender como e de que

forma são deliberadas e operacionalizadas políticas públicas de desenvolvimento do turismo e de meio ambiente para a área de estudo. Esses dados, coletados tanto em gabinete como em campo (eixo de investigação 2), foram a base para o entendimento da prática social do turismo e da produção do espaço organizada para que essa prática se realize, modificando dinâmicas anteriormente pré-existentes de produção do espaço regional. Outro caminho na pesquisa documental foi a investigação das estratégias, no plano econômico e do setor turístico na área, buscando compreender como se realiza a dinâmica territorial na área de estudo.

O Eixo de Investigação 2 referiu-se a pesquisas de campo. Em Julho de 2013 foi realizado um trabalho de campo de aproximação. Esse trabalho de campo englobou parte da área de estudo: Cáceres e Poconé. Também foram realizadas entrevistas e pesquisas a órgãos estaduais em Cuiabá, à Organização Não Governamental (ONG) Fundação Ecotrópica, a alguns professores da Universidade Federal de Mato Grosso e à biblioteca da mesma universidade, sendo entrevistados funcionários da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso que estão cedidos para a Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Mato Grosso.

Em Cáceres, foi possível conversar com professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), além de ter sido possível conversar com servidores das secretarias municipais de Planejamento, Turismo e Meio Ambiente. Ademais, foram entrevistados proprietários de agências de viagens e documentos relacionados à pesquisa foram objeto de análise na biblioteca da Unemat.

Acompanhamos, ainda, o monitoramento do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal com funcionários da Fundação Ecotrópica. Saímos de Cuiabá e entramos na Rodovia MT-060, que a partir de Poconé é conhecida como Transpantaneira, além de ser uma unidade de conservação estadual (Estrada-Parque). Vimos diversos hotéis-fazendas ao longo da Transpantaneira e paramos ao final da rodovia, em Porto Jofre, um porto pertencente ao município de Poconé, à beira do rio Cuiabá.

Em Porto Jofre, pegamos o barco da Fundação Ecotrópica, juntamente com os funcionários dessa ONG, e fizemos uma viagem de três horas até a RPPN Acurizal, parando em diversos pontos, onde espécies mais raras da fauna e flora foram marcadas no GPS e o pH e a temperatura da água medidos.

Visitamos as RPPNs Acurizal, Penha e Rumo ao Oeste, localizadas no município de Corumbá, sendo que esta última não faz parte do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, mas é de propriedade da Ecotrópica. Também visitamos o Parque Nacional do Pantanal, localizado no município de Poconé, onde foi possível conversar com a funcionária Zilma Pereira da Silva.

Tanto em Poconé quanto em Cáceres, muitas informações que se esperavam encontrar nas Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente não foram obtidas.

Em Julho de 2014, foi realizado outro trabalho de campo, dessa vez a Campo Grande, onde foram entrevistados um professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e o presidente da ONG Ecologia e Ação (Ecoa), que ajudou a defender a comunidade ribeirinha da Barra de São Lourenço, em uma ação contra a Fundação Ecotrópica. Em seguida, o segundo destino foi Corumbá, onde foram entrevistados especialistas e obtidos dados em órgãos do governo municipal, em institutos, como o Instituto Homem Pantaneiro (IHP), em agências de viagens; também foram entrevistados professores da UFMS Campus Pantanal, além de ter sido feito um levantamento bibliográfico na biblioteca da UFMS e no Iphan.

Acompanhamos a realização de atividade de monitoramento da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar (RPCSA), com o Instituto Homem Pantaneiro. Assim, foi possível verificar *in loco* aspectos visíveis da produção do espaço da área de estudo.

Em Agosto de 2014, foi realizado outro trabalho de campo em Campo Grande, onde foi possível entrevistar o fundador do Instituto Homem Pantaneiro, sendo este senhor um protagonista na história da formação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal. No mesmo trabalho de campo, foi realizada outra visita a Corumbá, local onde foi possível entrevistar a presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Pantanal), proprietários de agências de viagem, os precursores do turismo no rio Paraguai, além do presidente e da vice-presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Tradicional Ribeirinha da Barra do São Lourenço. Também foram realizadas buscas na biblioteca da Embrapa, na biblioteca do Museu da História do Pantanal e no setor de Pós-Graduação da UFMS.

Corumbá é o município onde se encontra ancorada a maior parte dos barcos hotéis que trafegam pelo Pantanal, portanto, foi necessária uma análise mais

detalhada desse município em relação aos outros. Além disso, foi necessário verificar a infraestrutura voltada ao turismo e os agentes ligados a essa atividade.

Foi necessário realizar um último trabalho de campo a Brasília, onde foi entrevistado o senhor Adalberto Eberhard, fundador e ex-presidente da Fundação Ecotrópica. Ademais, a biblioteca do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi essencial para a consulta de documentos antigos que revelaram aspectos até então não conhecidos sobre a formação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense.

Esta dissertação pauta-se em uma análise qualitativa dos materiais e das informações coletados em trabalhos de campo.

No plano da escrita, optou-se por estruturar esta dissertação em quatro capítulos: 1) Patrimonialização da natureza, turismo e territórios da conservação na dinâmica da produção do espaço; 2) O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal: natureza e política na constituição de um território da conservação; 3) A (re)invenção do turismo no Pantanal: entre a produção de representações e a produção do espaço e 4) O desenvolvimento do turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno.

O primeiro capítulo trata, no plano conceitual e metodológico, a relação entre patrimonialização da natureza, turismo e territórios da conservação na dinâmica da produção do espaço. Nesse sentido, visou-se traçar a trajetória da concepção de patrimônio e de patrimônio natural, e, como a Unesco compreende os sítios do patrimônio mundial natural. Em um segundo momento, procurou-se vincular, com base em autores tais como, Bertoncello, Morel, Choay, Scifoni, Ribeiro, Paes (Paes-Luchiari), entre outros, a relação entre a patrimonialização da natureza e o desenvolvimento da atividade do turismo. Para tanto, foi necessário entender como o turismo foi inserido como uma atividade compatível com a proteção dos patrimônios naturais. No caso do Brasil, todos os sete patrimônios mundiais naturais também são unidades de conservação, politicamente determinadas, ou seja, territórios da conservação materializados no espaço, os quais preveem como atividades compatíveis a educação ambiental, o lazer e o turismo. Assim, se legitima a produção, a representação e o consumo do espaço pelo turismo em patrimônios naturais brasileiros.

O segundo capítulo apresenta a formação do Complexo de Áreas protegidas

do Pantanal, procurando resgatar o histórico da configuração das unidades de conservação usadas como estudo de caso desta pesquisa. Nesse contexto, destaca-se o papel das Organizações Não Governamentais no Pantanal e se introduz as ideias conservacionistas presentes no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal. A partir da formação das UCs analisa-se a inserção desses quatro territórios da conservação - o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e as RPPNs Penha, Acurizal e Doroquê – como um conjunto nomeado como “Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal” na lista do Patrimônio Natural da Humanidade da Unesco.

O terceiro capítulo aborda os fatores socioeconômicos, políticos e culturais que contribuíram para o desenvolvimento do turismo. De modo geral, buscamos compreender como houve um movimento no mundo e no Brasil de incentivo à prática do turismo e como isso se reflete no Pantanal.

O quarto capítulo trata o desenvolvimento do turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno, visando analisar historicamente o desenvolvimento dessa atividade nos municípios de Corumbá, Cáceres e Poconé, e, em um segundo momento, procuramos relacionar a atividade do turismo e a patrimonialização da natureza no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Faz-se necessário compreender a infraestrutura urbana dos municípios citados no que concerne ao incentivo e ao uso turístico. Nesse momento final, busca-se relacionar os conceitos trabalhados ao longo da dissertação com o estudo de caso, evidenciando um exemplo de territórios da conservação que são patrimônios naturais da humanidade apropriados pelo turismo, e como isso modifica e influencia na produção do espaço regional pantaneiro.

1. PATRIMONIALIZAÇÃO DA NATUREZA, TURISMO E TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO NA DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para Bertoucello (2010), o patrimônio, normalmente, é entendido como algo que se herda de gerações anteriores, significando que a sua condição estaria definida no passado e, nos dias atuais, teríamos de garantir a sua preservação e colocá-lo à disposição de todos. A partir dessa perspectiva, o patrimônio pode ser compreendido como um bem ou objeto (mesmo que seja intangível) pertencente à sociedade como um todo. Além disso, Bertoucello (2010) também afirma que é comum que o patrimônio seja valorizado e caracterizado em função de seus atributos, como raridade, escassez, excepcionalidade, genialidade, entre outros, o que, muitas vezes, o leva a ser explorado pela atividade do turismo.

Diante disso, Bertoucello (2010) menciona que essas formas habituais de pensar o patrimônio podem ser colocadas em questionamento, além de introduzir a sua concepção de patrimônio. Para ele, o patrimônio como herança não é algo originado no passado, sendo recebido no presente, mas sim é desde o presente que os processos de decisão do patrimônio são definidos. Prats (1998) apud Bertoucello (2010: 37) usa a expressão “ativação patrimonial” para se referir a um processo de seleção de alguns objetos ou processos do passado que respondem a lógicas e interesses atuais, que ocorre de forma intencional por atores sociais concretos, e com a intervenção estatal. Portanto, manifesta as relações de poder correntes nas sociedades atuais.

Como aponta Scifoni (2006a), o processo de valorização dos bens possui um caráter político, já que a determinação do que possui valor e do que não possui requer uma seleção, a qual é realizada conforme parâmetros de receptividade social, que têm uma historicidade, ou seja, “os bens são suportes físicos de valores que lhes são conferidos de acordo com as condições presentes em cada momento da história” (SCIFONI, 2006a: 72).

É importante lembrar que, de certa maneira, a criação da categoria “patrimônio” é algo recente, sendo destacado por Morel (1996) como um dos primeiros capítulos na história da globalização.

Para Choay (2001: 207), a “mundialização dos valores e das referências ocidentais ajudou na expansão das práticas patrimoniais, com a introdução de um

valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da história da arte”. Segundo ela, essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção referente à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, de 1972, pela Unesco.

De acordo com Choay (2001), as primeiras ações direcionadas à proteção do patrimônio ocorreram na Inglaterra, quando um grupo de eruditos começou a colecionar objetos antigos, entre meados do século XVII e durante o século XVIII, configurando-se, desse modo, um processo de reconhecimento do passado por meio de artefatos que revelavam a história do país.

Todavia, somente a partir do contexto da Revolução Francesa que o Estado assumiu, oficialmente, o papel de salvaguardar os elementos que revelavam o passado, principalmente, os bens expropriados do clero e da monarquia, sendo, a partir desse momento, tutelados pelo Estado Francês.

Segundo Choay (2001), o objetivo que se pretendia alcançar mediante os valores atribuídos ao patrimônio nacional recém-inventado seria: o valor nacional, em que é evocada uma suposta identidade nacional; o valor cognitivo, que evoca a cidadania, e, o valor econômico vinculado ao turismo, mesmo este só tendo se concretizado na França um século depois. Entretanto, já se enxergava no patrimônio nascente um potencial atrativo turístico inspirado no modelo italiano, em particular o romano.

Sendo assim, poder-se-ia dizer, conforme Choay (2001), que a Revolução Francesa rompeu, sob diversos aspectos, com o passado e as suas ações contraditórias não assentiram que fossem implementadas políticas de preservação mais efetivas e estáveis no país. Somente no século XIX, as primeiras disposições consolidadas foram estabelecidas, concomitantemente à incorporação de uma teoria e de uma metodologia de restauro dos monumentos, o que, por conseguinte, gerou repercussões no âmbito do patrimônio.

Para Meneses (1996: 89), a “problemática da cultura”, em sentido amplo, refere-se à “produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e ao descarte de sentidos, de significações” e dos valores, inseridos em uma vida social. Desse modo, a cultura reúne aspectos imateriais e materiais, com os quais são recriadas simbolicamente as estruturas materiais de organização social, podendo legitimá-las, reforçá-las, refutá-las, modificando-as. Portanto, Meneses (1996) entende que a cultura é uma condição de produção e reprodução

da sociedade, incorporando-se à vida social, abarcando manifestações materiais e imateriais, além de se sustentar no empirismo do cotidiano.

Para que o patrimônio cultural seja identificado e compreendido, é necessário conhecer os mecanismos pelos quais esse patrimônio foi ou é produzido e consumido, considerando-se os circuitos de produção e consumo de sentido e valor em uma sociedade (MENESES, 1996). Assim, para o entendimento do patrimônio cultural, na abordagem de Meneses, é necessário atentar-se às relações existentes na sociedade, dos homens entre si, associando os “bens patrimoniais” à sociedade que os produziu.

Paes (2009: 162), pautada em Jeudy (2005), afirma que a *patrimonialização* é, atualmente, “um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer”. Paes-Luchiari (2007; 2010) parte da premissa de que a patrimonialização dos bens da natureza ou da cultura é uma razão social, que pode estar direcionada para a sobrevivência biológica da espécie humana ou do seu universo simbólico.

Choay (2001) indicou, ainda no final do século XX, que assistimos a uma “explosão patrimonial”, já que se verificam inúmeros processos de patrimonialização de bens e atributos bastante diversos. Todavia, não se pode afirmar que há um acesso a esses bens patrimoniais pela maior parte da população e deve-se considerar que essa expressão se refere ao contexto europeu e não ao brasileiro, em que poucos bens, comparativamente à realidade europeia, são tombados.

Apesar de o patrimônio natural ser fruto do patrimônio cultural, este é, ainda hoje, pouco estudado e, dificilmente, compreendido em sua totalidade. Scifoni (2006a; 2006b; 2006c) aponta que esse fato tem relação com o surgimento do patrimônio natural como um desdobramento das políticas e das experiências no âmbito do patrimônio cultural, em 1972, com a Convenção do Patrimônio Mundial da Organização para a Unesco. Para Scifoni (2006c), o conceito surgiu historicamente como resultado de preocupações com a cultura e, por isso, é dentro da esfera das políticas culturais que seus elementos deveriam ser compreendidos. Para Scifoni (2006c), apesar de o debate sobre o patrimônio cultural ter uma ampla repercussão, o mesmo não ocorre em relação ao patrimônio natural, já que, segundo a mesma, existe, neste caso, um “vazio de discussão”.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), sob uma perspectiva de definição de direitos e deveres da população mundial. Um ano depois, foi criada a Unesco, cujo objetivo de ação seria a intervenção, em escala planetária, nas áreas de educação, ciência e cultura. Foi nesse contexto de valorização dos patrimônios que a Convenção de Haia, datada de 1954, designou que o patrimônio cultural deveria abranger os monumentos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, as estruturas e os objetos herdados do passado, providos de valores históricos, artísticos e culturais que simbolizavam as procedências culturais de uma sociedade. Nesse momento, emergiu, também, uma preocupação com a proteção de lugares compostos por bens patrimoniais naturais, cujo respaldo de salvaguarda pública era a beleza e a excepcionalidade das paisagens naturais.¹²

Segundo essa concepção, os bens naturais deveriam exprimir um valor excepcional no âmbito da ciência, da conservação e da beleza natural; um critério vago e difícil de aplicar, conforme Choay (2001).

Para Zanirato (2010), o patrimônio natural se vincula a uma importância ecológica, fixando sua análise principalmente na biodiversidade.

O patrimônio natural pode ser definido como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica da natureza em si (RIBEIRO & ZANIRATO, 2006: 256).

A vinculação formal entre patrimônio cultural e natureza teve início em 1956, quando a Unesco, por meio do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (Iccrom), assumiu uma postura oficial em relação à proteção do patrimônio natural. Nove anos depois, durante a Convenção de Washington, foi concebida a Fundação do Patrimônio Mundial, visando incentivar a cooperação internacional a proteger “as zonas paisagísticas maravilhosas do mundo e os sítios históricos para o presente e o futuro de toda a humanidade” (UNESCO, 2005a: 5).

¹² UNESCO. *Convenção de Haia*. 1954. Disponível em: <http://www.unesco.pt/pdfs/.../4_Convencao_Proteccao_Conflito_Armado>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

Com o passar dos anos, foram se concretizando as ideias acima citadas, entendendo-se que havia uma importância ecológica relacionada ao *habitat* de espécies em risco de extinção ou mantenedoras de processos biológicos e ecológicos relevantes, além de englobarem formações ou fenômenos naturais imprescindíveis para a compreensão científica da história natural global.

Assim, sob a influência da noção de monumento e considerando características como o valor estético e o caráter inviolável, foi postulado o conceito de “patrimônio natural” pela Unesco na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972. Nessa convenção, nasceu a ideia de um patrimônio natural de interesse supranacional fundamentado na importância representativa para os povos do mundo, na salvaguarda desses bens insubstituíveis, e também pautado na verificação de que o patrimônio natural estava cada vez mais ameaçado de destruição, por causa da evolução da vida social e econômica, em que se testemunhavam processos como a expansão da industrialização e da urbanização, assim como a modernização da agricultura e a ampliação de fronteiras agrícolas.

Por fim, a Unesco afirmou que caberia a cada Estado presente na Convenção de 1972 identificar e delimitar os diferentes bens localizados em seu território (conforme menção a seguir).

Desse modo, para a Unesco (1972: 2), são considerados Patrimônios Naturais:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os locais naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um Valor Universal Excepcional desde o ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural.¹³

Nessa definição, são observados três critérios que fundamentam o reconhecimento internacional de áreas como patrimônio natural: o valor estético, o valor ecológico e o valor científico. De acordo com Ribeiro e Scifoni (2006), de modo

¹³ UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.

geral, passou-se a atribuir valor a testemunhos mais recentes, superando a vinculação entre a importância histórica e a antiguidade do patrimônio. Além disso, houve uma expansão de bens tornados patrimônios mundiais e a Convenção passou a ser empregada fora da Europa.

Nesse período, houve um avanço importante, de acordo com a Unesco, já que o caráter da Convenção era conectar as noções de cultura e natureza que foram consideradas, por muito tempo, como distintas. Ademais, outros pontos foram explanados, como a identidade cultural de um povo que é construída no meio onde se vive, além do fato de que as obras humanas mais expressivas logram parte de sua beleza do lugar em que se localizam (UNESCO, 1972).

Para Scifoni (2010), o patrimônio natural deve ser compreendido como um dentre os vários tipos de áreas naturais legalmente protegidas, como são os parques estaduais e nacionais, as áreas de proteção ambiental, as estações ecológicas, entre outras. Para a autora, o que o diferencia dessas áreas naturais legalmente protegidas é o fato de não ter sido incluído no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Trata-se de um recurso de proteção ambiental que foi planejado no escopo das políticas culturais, ou seja, sem a intervenção do controle ambiental.

Scifoni (2010: 207), pautada em Rodrigues (2000), afirma que o patrimônio natural é “memória da natureza”, pois revela os processos naturais e os vínculos criados entre os seus elementos, além de fazer parte da memória humana, já que assume um significado para diferentes grupos sociais, tornando-se, portanto, uma referência histórica, que é introduzida na memória social. Além disso, Scifoni ressalta que houve uma superação do patrimônio centralizado no edificado com vistas à valorização de outros objetos, inclusive os provenientes da natureza. Para a autora, esse processo ocorreu como uma vitória social com a colocação dessa nova demanda na agenda política.

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pela sociedade. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz. Assim sendo, o patrimônio natural tem um duplo caráter; como diz Palu (1996), ele reflete a concepção da natureza como um paradoxo, pois além da realidade exterior ao homem, ela também é culturalmente integrada à vida humana. Marx e Engels (1975) já afirmavam esse paradoxo no século XIX, ao criticarem a filosofia alemã que tratava de forma dissociada as contradições na natureza e as contradições na história. Invertendo os termos da relação, os autores afirmavam que a

natureza é, antes de mais nada, histórica, o que não significa que seu primado exterior por isso mesmo deixa de existir (SCIFONI, 2010: 208).

A conservação do patrimônio cultural, sob todas as formas e de todas as épocas históricas, justifica-se pelos valores atribuídos a esse patrimônio. A exata percepção desses valores depende, nomeadamente, da credibilidade das fontes de informação a seu respeito.

Em relação aos diferentes significados do patrimônio natural, há duas tendências contraditórias. Scifoni (2010) afirma que, no âmbito mundial, o patrimônio natural é compreendido como algo que apresenta grandiosidade e beleza proveniente de uma noção de monumentalidade e intocabilidade, cuja conservação obedece a uma visão utilitarista. Nesse sentido, o patrimônio natural e as reservas de biosfera foram considerados como nomeações internacionais e não categorias autônomas de manejo. Entretanto, no Brasil, outro significado surgiu em conformidade com algumas experiências locais; o patrimônio natural passou a ser compreendido como uma conquista da sociedade, ou seja, partiu da reivindicação da população, “ligado às práticas sociais e à memória coletiva, portanto, envolvendo um amplo uso e apropriação social. Um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não que a ela se opõe” (SCIFONI, 2010: 209).

Referente às práticas patrimonialistas atuais, Canclini (1994) assinala quatro modelos por elas contidos:

- O tradicionalismo substancialista, que é de tendência tradicional e aristocrática ou academicista;
- O mercantilista, caracterizado por procedimentos de atuação direcionados ao capitalismo e justificados pelo lucro gerado pelas ações preservacionistas;
- O imaginário conservacionista e monumentalista, cujo objetivo está voltado à grandiosidade e à magnificência dos bens protegidos;
- O paradigma participacionista, o qual busca vincular o patrimônio e a preservação às reivindicações da sociedade, de forma geral, abrangendo em suas ações tanto os bens de caráter erudito como os de caráter popular, representando a cultura material e imaterial.

No caso do patrimônio natural, há uma tendência a práticas conservacionistas e monumentalistas, que, muitas vezes, são direcionadas à prática do turismo, havendo embates econômicos e políticos, já que a visão das elites políticas e

ambientalistas urbanas “tende a privilegiar o estético, o paradisíaco, e também o ‘selvagem’, ao passo que as comunidades locais privilegiam o lugar, o espaço onde vivem, onde trabalham e se reproduzem socialmente, isto é, o seu território” (DIEGUES, 2000: 27).

Atualmente, segundo Zanirato (2010), as políticas públicas tendem a considerar muito mais a importância ecológica, suas relações e os processos gerados na dinâmica da natureza do que a monumentalidade ou a excepcionalidade de um fenômeno. Entretanto, não é possível afirmar que a mudança da concepção esteja socialmente difundida, pois há dificuldades em reconhecer que a proteção deva ir além dos monumentos grandiosos e contemplar uma valiosa biodiversidade.

Jeudy (2005) afirma que o tema patrimônio recebeu um grande destaque, permitindo que se fale, atualmente, sobre a existência de um processo em andamento de *patrimonialização*. O autor defende que há um “dever da memória” e que o risco de esquecimento leva, de certa forma, a um “excesso de conservação” (JEUDY, 2005: 15). Salienta-se que esse excesso, segundo o próprio autor, ocorre principalmente na Europa; Jeudy complementa afirmando que, em alguns países, como o Brasil, não há uma boa situação de conservação do patrimônio, sendo este reconhecido ou não, além do entrave de atuação dos órgãos públicos de preservação, os quais revelam que estamos longe de um cenário que possamos caracterizar como “excesso de conservação”.

Paes (2010) aponta o processo de *patrimonialização* de bens culturais como tendência mundial, que apesar de aludir ao passado e à preservação da memória, também reporta a considerações sobre a sociedade atual, visto que a imputação de valor aos objetos, às paisagens e às heranças históricas, vigentes no espaço, revela preferências; estratégias políticas; modos de classificar por eleição, hierarquização e valorização de objetos; representações e simbologias que qualificam e instituem no meio; a relevância das formas e de suas funções; as imposições de estruturas políticas, econômicas e culturais ao longo do processo histórico.

Para Paes (2010: 13), há três diretrizes que pautam esse processo de *patrimonialização*: “a patrimonialização de bens e sítios urbanos; de remanescentes de paisagens naturais e, mais recentemente, as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas da cultura imaterial”.

Conforme Paes (2009) a categoria patrimônio cultural somente se configura

frente à sua repercussão na população, uma atribuição de valor social.

As ideologias constitutivas da vida social, ao serem consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, mobilizam o imaginário social na produção do espaço e nos permitem compreender melhor a valorização turística do patrimônio no planejamento do território, afirmando a concepção do espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam (PAES, 2009: 166).

Luchiari (2007: 27) parte do pressuposto de que a compreensão do “patrimônio natural, material ou imaterial, é, sempre, patrimônio cultural. A natureza e seus processos têm a sua própria lógica e dinâmica, mas a patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural”. Cultural, pois é a sociedade que opta sobre o que deve ser preservado, conferindo um caráter valorativo aos bens. Política, pois a escolha e a normatização dos bens englobam ações e resoluções que devem ser regulamentadas no campo do conflito. E também técnica, porque desenvolvemos instrumentos, saberes e regras para realizar o processo de preservação (LUCHIARI, 2007).

Predominantemente, pode-se dizer, a partir da leitura do Decreto-Lei nº 25, de 1937, que os bens de interesse para o tombamento e para a conservação são equiparados a “monumentos naturais”, a sítios e a paisagens que importam conservar e proteger por seu aspecto notável, providos pela própria natureza ou “agenciados” por certos setores da sociedade. Com isso, entende-se que a patrimonialização é desigual (CANCLINI, 1999; SCIFON0, 2006a), havendo tanto uma desigualdade de políticas como de ações, já que a valorização de algumas áreas naturais se dá em detrimento de outras que, muitas vezes, têm uma importância social e memorial maior do que as áreas cuja valorização da beleza cênica é identificada por agentes exógenos que promovem a sua proteção. Apesar de haver avanços em relação às reivindicações populares para o tombamento no Brasil, muitos bens são tombados devido à sua monumentalidade ou em função do interesse do mercado turístico que enxerga, no mesmo, possibilidades de exploração.

Ademais, em diversas áreas de conservação, tanto em nível estadual como federal, foi utilizada a legislação ambiental para justificar a proteção das mesmas e, com isso, almejou-se o título de Patrimônio Mundial Natural da Humanidade pela

Unesco. Na prática, sabe-se que este título está ligado à excepcionalidade e à monumentalidade de um bem conservado, exprimindo o olhar de certos segmentos sociais.

No Brasil, a Unesco tem como interlocutores duas instituições ao tratar assuntos relativos ao Patrimônio Mundial; uma delas é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ambiental, e a outra é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal de proteção à cultura (DELPHIM, 2004).

Ao discutir o patrimônio natural brasileiro, Zanirato (2010) menciona as razões pelas quais o país possui um patrimônio natural de grande importância. Para a autora, o Brasil é um dos países mais diversos do mundo, algo possibilitado por sua localização geográfica, dimensão, estrutura física e climatológica que colaboram para a existência de um rico patrimônio natural. Ressalta, também, que esse patrimônio, neste caso, faz referência aos ecossistemas, biomas, paisagens, plantas, animais e recursos genéticos que totalizam uma herança deixada por nossos antepassados e que devem ser entregues às gerações futuras.

1.1 Patrimonialização da natureza, turismo e territórios da conservação na dinâmica da produção do espaço brasileiro

Ações normativas em defesa do patrimônio natural tiveram início no território brasileiro na época da instalação do Império Português na sua então colônia. Posteriormente, na década de 1930, com o Decreto-Lei 25, de 1937, foi instaurada a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, baseada na tendência de valorização estética para o reconhecimento como patrimônio. De acordo com esse decreto, também seriam considerados patrimônio “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937). Essa proteção legal estava bastante ligada à ideia de monumentalidade, explicitando, em certa medida, o caráter elitista da proteção ao patrimônio.

Por outro lado, entende-se que já havia um apontamento para uma compreensão integrada de patrimônio cultural e natural, no qual a natureza e os

bens culturais seriam providos de um novo valor e deveriam ser defendidos da ação dos homens e para a sobrevivência humana. Por conseguinte, os bens a serem protegidos deveriam ter um aparato técnico, legal e administrativo materializado por meio do tombamento, que é um instrumento de regulação e normatização no uso do território.

Naquela década, surgiram as primeiras leis de proteção à natureza brasileira, que de certa forma, segundo Delphim (2004), eram, em alguns aspectos, mais ricas que a atual legislação. O primeiro Código Florestal, de 1934, considerava a proteção à flora de modo diversificado, com conselhos específicos para determinada vegetação de diversas regiões do Brasil, ao passo que o penúltimo e o último códigos, respectivamente de 1965 e 2012, apresentam um comportamento mais padronizado e homogêneo.

Apesar da preservação da herança natural e cultural brasileira vir sendo tratada desde os anos 1930 e assegurada por distintas cartas magnas, apenas a Constituição Federal de 1988 (CF/88) determinou amplamente e com pormenores, o interesse pelo patrimônio natural e cultural brasileiro. Assim, o patrimônio natural foi protegido pelo Artigo 216 da CF/88, no âmbito do patrimônio cultural, sendo frisada a memória do povo brasileiro como a essência do ambiente cultural. O Capítulo da Cultura declara como patrimônio cultural brasileiro alguns sítios naturais e conjuntos urbanos com gestão designada aos órgãos culturais:

O patrimônio cultural é constituído pelos bens naturais, materiais ou imateriais, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL. Constituição Federal, 1988, Artigo 216).

Já o Capítulo sobre o Meio Ambiente ocupa-se da conservação da natureza sob o viés biológico, destacando que o Pantanal, por exemplo, é um patrimônio nacional. Com isso, a responsabilidade legal e gerencial pelo meio ambiente ecologicamente estável, pela preservação e recomposição de processos ecológicos fundamentais, pela biodiversidade e pela inteireza do patrimônio genético, assim como pelas unidades de conservação, é destinada a órgãos ambientais.

Em 1988, a Constituição Federal definiu, no artigo 225, que todas as pessoas têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da sociedade e fundamental à qualidade de vida, devendo o poder público e a sociedade defendê-lo e preservá-lo. Conforme o parágrafo 4 do mesmo artigo:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma de lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Ribeiro e Scifoni (2006) afirmam que o aumento no número de áreas protegidas foi efetivado a partir da relação entre interesses internos e externos que visavam a normatização e a regulamentação de áreas protegidas. Ressalta-se que diversas convenções mundiais foram responsáveis pela universalização da questão patrimonial. Segundo Ribeiro (2001), isso é produto do processo da ordem ambiental internacional, que procura instituir, por meio de acordos e tratados, uma gestão dos recursos naturais. Tal gestão deve levar em consideração, segundo Ribeiro (2001), problemas comuns e que vão além das fronteiras territoriais de um país, fruto das diferentes formas que a relação sociedade-natureza assumiu ao longo do tempo. Ambos entendem que faz parte do interesse internacional de regulamentação a ideia da natureza como um patrimônio comum da humanidade; todavia, afirmam que essa concepção acarreta em algumas abordagens, como por exemplo, a compreensão do patrimônio natural como potencial de recursos naturais, ou por uma abordagem mais centrada no por que e para que preservar.

A biodiversidade, como tema ambiental, ganhou maior evidência a partir da década de 1980, devido a duas motivações: o aumento da percepção, tanto pela sociedade em geral como pelos cientistas, da necessidade de se resguardar a existência das diversas formas de vida na Terra, além de um fator determinante na problemática da biodiversidade, que é a manipulação da vida no nível genético, potencializando seus usos, aplicações e ampliando o interesse de setores econômicos e industriais na biodiversidade como capital natural futuro (ALBAGLI, 1998).

Com isso, a temática da biodiversidade centra-se não somente nas esferas científica e ambiental, como também na geopolítica, sendo alvo de disputas

referentes ao acesso a recursos genéticos e à tecnologia, no que diz respeito a informações estratégicas ligadas à biodiversidade. Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Artigo 2º, diversidade biológica diz respeito à:

[...] Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e ecossistemas (ALBAGLI, 1998: 61).

A biodiversidade não está centrada somente nas esferas científica, ambiental e geopolítica, mas também faz referência ao uso econômico da mesma pelo turismo e lazer, já que os ecossistemas ricos são cenários atrativos para o ecoturismo.

A discussão sobre o uso sustentável dos recursos naturais pautada no discurso do desenvolvimento sustentável é, ainda, um tipo de utopia, sendo evidente a dificuldade de sua conciliação com o estilo de vida baseado no consumo. No entanto, não é possível privar totalmente os países em desenvolvimento de se industrializarem, o que é corroborado por Martínez-Alier (2007: 41), ao dizer que “existe um enfrentamento sem solução entre a expansão econômica e a conservação do meio ambiente”.

Nesse sentido, afirma Ribeiro (2010: 69):

Existem muitas críticas às convenções internacionais sobre meio ambiente. Em geral, afirma-se que elas não levam a resultados concretos que possam definir políticas públicas capazes de resolver a assimetria entre países no uso dos recursos naturais. Além disso, é comum apontar que elas produzem apenas consensos superficiais que não chegam ao cerne dos temas discutidos.

Assim, concorda-se com Okereke (2006), quando este afirma que mudanças normativas sobre o meio ambiente não se refletiram em tratamento equitativo e justo, pois políticas econômicas permanecem baseadas nos preceitos neoliberais. Além disso, crises e degradações ambientais afetam, sobretudo, aqueles que menos contribuíram para suas causas, como por exemplo, as comunidades ribeirinhas tradicionais que são expulsas das áreas patrimonializadas. Por mais que se fale em modernização ecológica ou desenvolvimento sustentável e haja convenções, como a Rio +20, que buscam conciliar conservação da natureza e desenvolvimento

econômico, existe, na prática, um embate, aparentemente, sem saída entre crescimento econômico e conservação do meio ambiente.

Ao ser negada enquanto parte da identidade e da cultura ocidental, promoveu-se, em escala planetária, uma crise ambiental, originada, entre outras coisas, da domesticação da natureza enquanto recurso para usufruto humano (SHIVA, 2001).

No caso do Brasil, na linha da contradição entre expansão econômica e conservação do meio ambiente, os governos, tanto na esfera federal, como estadual e municipal, vêm promovendo ações específicas com o objetivo de proteger alguns biomas¹⁴ brasileiros, declarados pela CF-88 como patrimônios nacionais.

Entendemos, com base na literatura que sustenta este trabalho, que a conservação tem de ser assumida pela sociedade, com um envolvimento na defesa da conservação a partir do conhecimento dos bens que compõem o patrimônio brasileiro, além da noção das medidas que buscam a proteção dos bens. Zanirato (2010) aponta que a biodiversidade, por exemplo, poucas vezes se configura como elemento de discussão dos patrimônios natural e cultural.

Para o Iphan, dois posicionamentos legitimam as ações de preservação do patrimônio natural. Um posicionamento faz menção à ação ética pautada em um valor humano, com vista ao respeito e à solidariedade que devem estar presentes no compartilhamento do tempo e do espaço. Já a outra postura, mais pragmática, surgiu do interesse e da dependência humana pelos recursos naturais, sem os quais não se consegue sobreviver.

Ambos os posicionamentos são fundamentados em questões culturais, pois dizem respeito não somente aos aspectos físicos e biológicos da natureza, como também às características culturais de cada grupo social. Assim, defende-se uma pluralidade cultural contrária à uniformização cultural e em prol de uma preservação do patrimônio natural que visa integrar os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que criam entre si e com as ações humanas.

Segundo Delphim (2004), apesar de a legislação ambiental brasileira ter sido antecedida por uma Política Nacional do Meio Ambiente, isso não ocorreu com a legislação cultural, a qual até os dias atuais não possui uma Política Nacional do

¹⁴ Apesar da Geografia normalmente se referir a domínios morfoclimáticos, que abrangeriam noções mais complexas e integradoras que a noção provinda da Biologia de bioma, normalmente, o poder público faz referência somente aos biomas e, portanto, neste trabalho, muitas vezes, faz-se referência a biomas.

Patrimônio Cultural nem um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural que procure a implementação efetiva de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Em 2009, ocorreu o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, visando estabelecer diálogos para a elaboração do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e da Política Nacional do Patrimônio Cultural, ambos ainda não implementados.

Enfatiza-se, ainda, que no âmbito do Iphan, só é possível o registro do Patrimônio Natural no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e esse registro ocorre, normalmente, na categoria “paisagem”, já que não há um Livro do Tombo específico para o Patrimônio Natural. No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, destacam-se os valores cênico e paisagístico em detrimento do ecológico, o que acaba diferindo da chancela da Unesco, que abarca também o valor ecológico; sendo assim, muitas vezes, os atores que almejam algum tipo de reconhecimento buscam o título da Unesco, que, internacionalmente, gera um maior reconhecimento.

Predominantemente, presencia-se, ainda, a existência de bens de interesse para o tombamento e para a conservação equiparados aos monumentos naturais, aos sítios e às paisagens que importam conservar e proteger pelo aspecto notável com os quais foram providos pela natureza ou “agenciados” por certos setores da sociedade (DELPHIM, 2004). A partir disso, enfatiza-se novamente que a patrimonialização é desigual, havendo uma disparidade de políticas como de ações. Apesar de haver avanços em relação às reivindicações populares para o tombamento, muitos bens, principalmente, aqueles que compõem a lista do patrimônio mundial, são tombados devido à sua monumentalidade e não à sua intrínseca identidade social.

Scifoni (2006b: 2) alega que é necessário identificar que a valorização do patrimônio no Brasil é um “processo extremamente desigual, pois atinge, em geral, aqueles bens considerados monumentais ou aqueles para os quais o mercado turístico vê possibilidades de exploração”.

Nesse sentido, frisa-se que, principalmente, os patrimônios mundiais são alvos do *trade* turístico, por serem considerados monumentais, além de terem o selo da Unesco, que garante que aqueles locais possuem alguma excepcionalidade a apresentar, agregando, conseqüentemente, um valor turístico.

Há sete patrimônios mundiais naturais no Brasil e todos eles também estão respaldados pela política ambiental, já que por serem também unidades de conservação, fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tendo como amparo a legislação e a normatização previstas para UCs, havendo, assim, uma dupla proteção: a ambiental e a patrimonialista internacional da Unesco, esta última uma recomendação.

Ressalta-se que a ONG transnacional *World Wildlife Fund* (WWF), com o auxílio de outras ONGs transnacionais, como a *The Nature Conservancy* (TNC) e a *Conservation International* (CI), no âmbito do Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, congregando o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), tiveram como meta estabelecer uma gestão coordenada nesses sítios do patrimônio mundial, sendo a primeira a ação brasileira de gestão do patrimônio mundial natural, com duas fases delineadas a princípio: uma até 2008, que visava fortalecer a conservação ambiental, e a segunda, que sugeria a recuperação ambiental, o bem-estar das populações locais e a valorização cultural desses sítios (WWF, 2005)¹⁵.

Todos os sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil, antes de terem sido inscritos na lista da Unesco, já estavam protegidos pela política ambiental como unidades de conservação. Com a aprovação na lista da Unesco, esses sítios passaram a ter uma espécie de dupla proteção: uma do patrimônio mundial natural e a outra da legislação ambiental. Pela Constituição Federal de 1988, alguns deles também se enquadraram como “Patrimônios Nacionais”, por estarem em biomas que foram declarados como tal pela referida Constituição¹⁶. Entretanto, nenhum deles está tombado como patrimônio natural pelo Iphan, apesar dessa instituição ser a interlocutora da Unesco no Brasil.

Um dos exemplos mais emblemáticos, caracterizado por ser o mais antigo Patrimônio Mundial Natural no Brasil, é o Parque Nacional de Iguaçu, conhecido mundialmente. Esse patrimônio recebeu diversos títulos, como uma das dez paisagens mais fascinantes do planeta, pela *Conde Nast Traveller*, em 2002, e as Cataratas do Iguaçu foram eleitas algumas vezes como uma das sete maravilhas

¹⁵ WWF. *Abertos Editais de Conservação para Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil*. 2005. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?2586>. Acesso em: 20 de Agosto de 2015.

¹⁶ Vide a menção que é feita na CF-88 sobre patrimônio nacional na página 47 desta dissertação.

naturais do mundo¹⁷.

É evidente nesse parque a relação entre a patrimonialização da natureza e do turismo, em um território destinado, em sua concepção, à conservação ambiental, já que é uma UC de proteção integral, possuindo normas politicamente instauradas que permitem as atividades realizadas em seu território e seu entorno. Além disso, é um Patrimônio Mundial Natural, chancelado pela Unesco, havendo recomendações para a conservação do patrimônio natural. Contudo, observa-se que discursos hegemônicos sobre parques nacionais e patrimônios mundiais costumam alegar que o turismo é uma atividade compatível com a conservação da natureza e a preservação do patrimônio.

¹⁷ "World Seven Natural Wonders." Disponível em: <<http://world.new7wonders.com/new7wonders-of-nature/the-new7wonders-of-nature/>>. Acesso em: 13 de Agosto de 2015.

Quadro 1 - Patrimônios Mundiais Naturais no Brasil e suas respectivas Unidades de Conservação

Sítio do Patrimônio Mundial Natural	Localização	Data do título	Unidades de conservação	Data de criação das UCS
Parque Nacional de Iguaçu	Foz do Iguaçu, (Paraná) e Argentina	1986	Parque Nacional de Iguaçu	1939
Mata Atlântica	Reservas do Sudeste (São Paulo e Paraná)	1999	São diversas UCs, já que o patrimônio é composto por 25 sítios	UC mais antiga – Reserva Estadual Carlos Botelho, atual Parque Estadual Carlos Botelho - 1941
Costa do Descobrimento	Reservas da Mata Atlântica (Bahia e Espírito Santo)	1999	Reserva Biológica de Una, Parna Pau Brasil, Parna do Descobrimento, Parna do Monte Pascoal, Reserva Biológica de Sooretama, RPPN Estação Veracel/Veracruz	UC mais antiga Parque Nacional do Monte Pascoal - 1961
Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal	Noroeste de Mato Grosso do Sul e sudoeste de Mato Grosso	2000	Parna Pantanal, RPPN Penha, RPPN Acurizal e RPPN Dorochê	Parque Nacional do Pantanal – 1981; RPPNs: 1997
Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central	Em parte do estado do Amazonas	2000 (em 2003 o sítio foi estendido)	Parna do Jaú, Parque Nacional de Anavilhanas, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amana	Parna Jaú -1980; Parna Anavilhanas-1981 (antiga estação ecológica); Reserva Mamirauá -1996; Reserva Amana-1998
Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Noronha e Atol das Rocas	Fernando de Noronha (PE) e Atol das Rocas (RN)	2001	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas	Reserva Biológica do Atol das Rocas – 1979; Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – 1988
Áreas Protegidas do Cerrado	Em parte do estado de Goiás	2001	Parque Nacional das Emas e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Ambos em 1961

Fonte: Unesco (2015)¹⁸ e ICMBio (2015)¹⁹. Organização: BELLO, Carolina, 2015.

¹⁸ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 03 de Julho de 2015.

Todos os títulos de Patrimônio Mundial Natural, com exceção do Parque Nacional do Iguaçu, foram emitidos entre 1999 e 2001, em áreas que já eram unidades de conservação e que possuem uma grande biodiversidade faunística e florística. Além disso, o turismo tem sido sempre posto como uma atividade compatível à sustentação desse modelo conservacionista e patrimonialista.

O patrimônio obteve a partir dos anos 1960, na era da indústria cultural e da expansão da sociedade do lazer, um duplo sentido caracterizado, por um lado, por obras e lugares que propiciam saber e, do outro, por produtos culturais, produzidos e “empacotados” para serem consumidos por cada vez mais turistas. É importante ressaltar que quanto mais bens um determinado país tiver inscrito na lista do Patrimônio da Unesco, maior é o potencial turístico posto à venda no mundo (CHOAY, 2001).

Morel enfatiza que há uma relação significativa entre turismo e patrimônio, admitindo que o interesse dos países pela inclusão na lista da Unesco está relacionado ao aproveitamento deste título para o *marketing* turístico, afirmando que: “está claro e mais ou menos evidente [...] que, em quase todos os casos, praticamente em todos, os grupos interessados que promoveram a declaração foram movidos, ao menos em parte, precisamente por esses interesses turísticos” (MOREL, 1996: 84 – tradução nossa²⁰).

Bertoncello coloca em questão a valorização turística do patrimônio como algo a ser analisado:

Cabe perguntar [...] sobre qual é o patrimônio que valoriza o turismo [...]. Uma resposta se estrutura em torno da consideração das características intrínsecas do patrimônio, por exemplo, sua carga simbólica, seus atributos de beleza ou singularidade, a genialidade que se expressa nele, etc.; isto indicaria que haveria alguns tipos de patrimônio que, pelas suas próprias características, são mais adequados para tornar-se atrações turísticas. A isso se somam outros atributos que o patrimônio adquire por sua inclusão em distintos sistemas de reconhecimento institucional, que oficializam tanto sua condição de patrimônio como sua relevância, como sucede, por exemplo, quando o patrimônio é incorporado a listas tais como as de patrimônio nacional ou de patrimônio da humanidade. O patrimônio

¹⁹ ICMBio. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>>. Acesso em: 03 de Julho de 2015.

²⁰ “Es indudable y más o menos evidente de todo lo anterior, que en casi todos los casos, practicamente en todos, los grupos interesados que promovieron la declaración han sido movidos, al menos en parte, precisamente por esos intereses turísticos” (MOREL, 1996: 84).

incorporado a essas listas, pela própria incorporação, acresce um prestígio e relevância superlativos, adquirindo com isso uma maior capacidade de atração turística (BERTONCELLO, 2010: 38 – tradução nossa²¹).

De acordo com Bertoncello (2010), para que uma pergunta sobre qual patrimônio o turismo valoriza seja respondida, é necessário considerar também a dimensão econômica envolvida nessa valorização, embora seja possível inferir que tal valorização esteja associada e condicionada por ações que agentes econômicos implantaram para ativar o patrimônio como atrativo turístico. A partir dessa concepção, somente o patrimônio que puder ser convertido em uma mercadoria com real procura no mercado será transformado em atrativo turístico. Simultaneamente, apenas os atores sociais que tiverem probabilidades efetivas de interferir nisso lucrarão com essa valorização.²²

Em sua análise política e econômica sobre a valorização do patrimônio para fins turísticos, Bertoncello (2010) afirma que é preciso revisar as afirmações de que o turismo pode gerar recursos para as sociedades que contam com patrimônio valorizado turisticamente, pois, em sua compreensão, esses recursos não se distribuem por igual nem de forma harmoniosa, já que a apropriação do patrimônio enquanto recurso turístico é condicionada pela estrutura social vigente.

Entendendo-se que o patrimônio é resultado de um processo de ativação conduzido por atores sociais concretos e intencionados, pode-se supor que o processo de patrimonialização poderá, na relação com o turismo, estar mais condicionado e inclinado a interesses econômicos envolvidos na valorização turística do patrimônio. Choay afirma que “a indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo

²¹ “Cabe preguntar [...] acerca de cuál es el patrimonio que valora el turismo, pues es claro que no todo el patrimonio lo es, sino sólo una parte del mismo. Una respuesta se estructura en torno a la consideración de las características intrínsecas del patrimonio, por ejemplo, su carga simbólica, sus atributos de belleza o singularidad, la genialidad que se expresa en él, etc.; de esto se desprende que habría algunos tipos de patrimonio que, por sus propias características, son más adecuados para convertirse en atractivos turísticos. A esto se suman otros atributos que el patrimonio adquiere por su inclusión en distintos sistemas de reconocimiento institucional, que oficializan tanto su condición de patrimonio como su relevancia, como sucede, por ejemplo, cuando el patrimonio es incorporado a nóminas tales como las de patrimonio nacional o de patrimonio de la humanidad. El patrimonio incorporado a estas nóminas, por la incorporación misma, se carga de un prestigio y relevancia superlativos, adquiriendo con esto una mayor capacidad de atracción turística” (BERTONCELLO, 2010: 38).

²² Choay (2001) apresenta uma análise interessante sobre a “valorização”, afirmando que a ambivalência dessa expressão aponta para um antagonismo entre dois sistemas de valores e dois estilos de conservação: um sob o signo do respeito e da continuidade e outro sob o signo da rentabilidade e de um prestígio, com o apoio dos Estados.

perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo” (CHOAY, 2001: 225).

Os processos de resgate e preservação patrimonial estabelecem-se na condição de bem comum, que deveria ser fruto de ações públicas em nome de todos os integrantes de uma sociedade. Entretanto, através do turismo, o patrimônio é convertido em recurso econômico cuja apropriação é socialmente desigual e, em geral, conduzida pela esfera privada (BERTONCELLO, 2010).

Bertoncello (2010) sinaliza que a valorização turística do patrimônio pode levar a processos de apropriação diferencial e privatização do patrimônio, o que contradiz o seu caráter de bem comum de toda a sociedade.

Para Meneses,

Essa abordagem relacional (do concreto e do abstrato; do material e do imaterial; da valorização objetiva e da valorização subjetiva) remete diretamente ao patrimônio, campo que se defronta, a todo o momento, com a problemática do valor (MENESES, 1996: 31).

Luchiari (2007: 41) corrobora com essa discussão ao afirmar que a “patrimonialização da natureza e sua consequente valorização turística – na forma de natureza domesticada, tecnificada e transformada em atrativo – são mediadas pelas relações do poder político, do poder econômico e das práticas sociais”.

Desse modo, há de se elencar as políticas públicas e instrumentos de política de meio ambiente e de turismo que convergem para que as atividades de conservação e de turismo ocorram em determinados sítios.

1.2 Políticas ambientais e políticas de turismo enquanto políticas territoriais

Segundo Schmitter (1984), o conceito de política pública remete a um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orientam à resolução de conflitos no que concerne aos bens públicos. Por isso, para Rodrigues (2011: 13):

Política pública é o *processo* pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum.

Celina Souza (2006) realizou uma revisão da literatura acerca de políticas públicas, contemplando os autores cujas definições na conjuntura internacional são mais conhecidas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o “que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006: 24).

Souza entende que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006: 26).

Com isso, após a formulação de políticas públicas, são realizados planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informações e pesquisas para que essas políticas sejam postas em ação, acompanhadas e avaliadas.

Souza (2006: 36) sintetizou os principais elementos das políticas públicas:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Já foi mencionado que, no Brasil, todas as áreas que são consideradas patrimônios naturais pela Unesco, também estão inseridas na política ambiental brasileira, por serem unidades de conservação, que aqui estão sendo tratadas como

“territórios da conservação”, porque se configuram como mais uma parcela do espaço dotada de uma funcionalidade potencial própria, no caso de conservação, regulada pela política ambiental, ou seja, normatizada, delimitada. Sendo assim, são alvos de políticas públicas setoriais, mediadas pelo governo, definindo e sugerindo usos para as mesmas. Segundo Steinberger (2006: 42), “o espaço une as noções de ambiental, territorial, regional, urbano e rural porque é uma totalidade”.

Em relação às Unidades de Conservação, percebe-se que a maioria delas foi criada a partir dos anos 1990, no contexto da Convenção Rio 92, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que procurava alternativas e soluções para o desenvolvimento sustentável mundial. Nessa convenção, acordos foram feitos, dentre eles a Agenda 21, que comprometeu as nações signatárias a seguir uma conduta de desenvolvimento sustentável a partir de projetos de âmbito local, além da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), que tratou da proteção do patrimônio genético e demais recursos associados à diversidade biológica (BRASIL, 1998; BRASIL, 2001). Ademais, o maior número de criação de Unidades de Conservação, na primeira década do século XXI, é subsequente à lei do SNUC, do ano de 2000.

Em 2000, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma política pública de meio ambiente baseada no modelo norte-americano de conservação e regulamentada pela Lei Federal número 9985, Artigo 2º, Inciso I, foi definida uma Unidade de Conservação como um:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Destaca-se que as Unidades de Conservação podem ser tanto públicas (geridas pelos órgãos federal, estadual ou municipal) como privadas (como é o caso das reservas particulares do patrimônio natural). Na área de estudo desta pesquisa, há três UCs privadas e uma federal, que ainda têm de seguir a recomendação da Unesco para áreas que se tornaram patrimônio mundial natural.

No âmbito do SNUC, os parques nacionais entraram na categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, tendo como objetivo principal:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

O SNUC divide as UCs em dois grupos: de proteção integral e de uso sustentável. Basicamente, a diferença entre as duas é que as UCs de Proteção Integral visam à conservação da natureza, com a permissão apenas do uso indireto dos recursos naturais. Já o grupo de Uso Sustentável também busca a proteção da natureza, porém com uso sustentável, direto ou indireto, de alguns recursos naturais (BRASIL, 2000). Assim, finalidades de uma Unidade de Conservação, de modo geral, estão apoiadas em um tripé:

- Proteção de recursos naturais;
- Desenvolvimento de pesquisa sobre suas características socioambientais;
- Oferecimento de áreas para lazer, recreação e educação ambiental à comunidade.

Pode-se afirmar que o Brasil é um exemplo emblemático de como as ideias de natureza mundialmente construídas levaram a uma noção de conservação, a qual foi concretizada pelo SNUC, com a criação de normas para esses territórios da conservação. Para serem compreendidas as ligações entre a natureza e a política, há de se entender como uma política de natureza modifica a vida pública, tentando adaptar o sistema de produção às exigências da natureza, visando preservá-la contra as degradações humanas (LATOUR, 2004). Nesse sentido, os territórios da conservação compõem a preocupação com a natureza na vida pública, já que em uma visão ambientalista, os ecossistemas considerados de grande importância devem integrar o desenvolvimento e a conservação da natureza.

No terceiro item do tripé supracitado, no que concerne ao lazer, enfatiza-se que diversas UCs também permitem a atividade do turismo, ou seja, há uma quantificação de um elemento da natureza enquanto mercadoria. Portanto, insere-se a questão do valor concernente ao simbólico e ao imaginário na relação sociedade-natureza. Com isso, as comunidades tradicionais responsáveis pela conservação da natureza, muitas vezes, pautadas em modos não capitalistas de produção, acabam sendo destituídas em prol da criação de espaços novos para a acumulação de

capital.

Boaventura de Sousa Santos (2007: 33) evidencia esta questão ao refletir: “Seria apenas coincidência que 80% da biodiversidade se encontre em territórios indígenas? Não. É porque a natureza neles é Pachamama, não é um recurso natural”, sendo assim, parte da vida desses povos e de sua sociabilidade. Portanto, conforme Harvey (2005), a simples penetração da forma dinheiro tem uma influência desagregadora, já que nos lugares onde o dinheiro não é a comunidade, ele acaba por dissolvê-la.

A produção e o consumo do espaço, no cerne do modo capitalista de produção, vinculam-se à teoria da acumulação e à teoria do espaço. Segundo Harvey (2005: 43), “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível [...]”.

Em boa parte dos territórios da conservação, a atividade do turismo é permitida e incentivada, sendo esses territórios transformados para a atividade:

A lógica da musealização da natureza nos permite afirmar que aquilo que para nós pode se perder como forma e sentido, e nos fazer, assim, perder a noção de continuidade da nossa própria existência, deve ser preservado para nos fazer lembrar. A musealização de áreas naturais, sítios históricos, centros urbanos, portos, rugosidades de cidades medievais, coloniais, industriais, imprime uma ordenação estética nessas paisagens, originadas, muitas vezes, por processos socioespaciais de conflito, de submissão e exploração humana (LUCHIARI, 2007: 34).

Deve-se lembrar de que no caso brasileiro, o próprio SNUC também apresenta, geralmente²³, uma lógica de “musealização da natureza”. Ao se conceberem Unidades de Conservação delimitadas, que têm de seguir uma legislação ambiental, ou seja, que têm no seu cerne uma normatização e uma regulamentação que as condicionam a uma situação de vitrines de proteção da natureza, com parcelas representativas de determinados biomas, o que se verifica é uma lógica de “musealização da natureza”. Não é de se estranhar que nesse modelo só caibam praticamente atividades ligadas ao turismo, à educação ambiental e à pesquisa científica.

²³ Essa lógica não está presente nas Reservas Extrativistas, por exemplo.

O turismo de natureza organiza seletivamente o território, incluindo e excluindo paisagens e pessoas. Elege as parcelas do território que deverão ser preparadas para atender às demandas de uma atividade que, para se sustentar economicamente, deve buscar o retorno mais seguros das classes médias e das elites urbanas, de modo a resolver a equação entre conservação ambiental e uso turístico, pois os grandes números do turismo de massa são insustentáveis para o turismo de natureza (LUCHIARI, 2007: 37).

Conforme Brandão (2007: 17), o território é “uma construção social, por natureza conflituosa, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto”.

Para Raffestin (1993):

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993: 79).

Porto-Gonçalves (2006) ressalta que:

Tornar *própria* a natureza é, rigorosamente, se *apropriar* da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem temporariamente, como a história da *geografização* do mundo revela (PORTO-GONÇALVES, 2006: 287).

Ainda sob essa perspectiva, Porto-Gonçalves (2006) afirma que a questão política e a geopolítica estão implicadas no bojo do desafio ambiental, mediante o território.

Para Steinberger (2006), é necessário relacionar território e espaço para procurar entender o processo de totalização.

[...] Configuração territorial e espaço fazem parte de um processo de totalização único que se realiza por meio de frações do território usado e frações de espaço. A dificuldade em perceber a relação espaço-território está na dificuldade de reconhecer esse processo. Não existe espaço sem território nem território sem espaço. Isso não quer dizer que um venha antes e o outro depois – são simultâneos. O que os une é o processo de totalização (STEINBERGER, 2006: 62).

Raffestin (1993: 45) afirma que o “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço”. Raffestin (1993: 50) ainda enfatiza que “o território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Jean Gottman (2007: 70 – tradução nossa²⁴), o território é a unidade política: “[...] O território é um compartimento de espaço politicamente distinto daqueles que o cercam”. Para Gottman (2007), o território estabelece a existência física da entidade jurídica, administrativa e política, sendo esta definição uma prerrogativa que vale tanto para a totalidade do território nacional de um Estado, como também para um conjunto de terras agrupadas.

Na visão de Marcelo Lopes de Souza (2009: 66), o território é:

Uma dimensão do espaço social, e, ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, *em si mesmo*, intangível, assim como o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso.

Partindo do pressuposto de que o território é um sítio fixado, delimitado, regido por relações de poder a partir de uma construção social, entendemos ser pertinente falar em territórios da conservação. Vivemos em um mundo em que a conservação ambiental se materializa no território, por meio de unidades de conservação. Isso nos permite afirmar que há territórios da conservação, que são unidades de conservação, ou seja, parcelas de território destinadas à conservação ambiental, visto que são consideradas como áreas que merecem ser protegidas por legislação específica.

Segundo Moretti (2011), há uso de técnicas sofisticadas para demarcar limites, criando fronteiras abstratas entre o que deve e pode ser conservado. As demarcações, segundo o autor, não ponderam a realidade dos moradores que produziram esses lugares pelas suas características consideradas naturais, características estas que acabam sendo reestabelecidas por meio da técnica como

²⁴ “[...] Le territoire est un compartiment d'espace politiquement distinct de ceux qui l'entourent” (GOTTMAN, 2007: 70).

locais relevantes a serem conservados. “Este distanciamento da vida do lugar cria o distanciamento do real, do cotidiano, das práticas de produção do lugar, reproduzindo o processo colonizador, agora em nome da conservação” (MORETTI, 2011: 11).

Além disso, para Porto-Gonçalves (2006: 453), o que se percebe é uma “tendência para que se elaborem e apliquem instrumentos econômicos para a gestão ambiental e, deste modo, se reduz o *valor* da natureza a *preços*, contribuindo, assim, para que se estabeleça um mercado de bens e serviços ambientais”.

De modo geral, entende-se que as políticas territoriais são espaciais, influenciando os usos de determinados territórios e seus respectivos entornos.

[...] As políticas territoriais [...] são espaciais na sua gênese. Não porque o espaço vem antes do território, mas porque o espaço é uma categoria permanente e uma categoria histórica que gera sucessivas configurações territoriais também históricas que são a base da produção do espaço. Há, portanto uma produção histórica de espaço e de território que, para ser mais bem compreendida, deve ser feita a partir de frações do espaço e de frações do território usado (STEINBERGER, 2006: 62 e 63).

Nesse sentido, para se compreender a dinâmica da produção do espaço, considerando-se a patrimonialização da natureza, o turismo e os territórios da conservação, há de analisar a trajetória das políticas que inter-relacionam essas dimensões.

Concernente ao turismo, o planejamento governamental do turismo esteve, antes dos anos 1990, disperso e fragmentado pela Administração Pública Federal. Somente a partir da década de 1990, o turismo, no Brasil, passou a ser pensado como uma estratégia de desenvolvimento integrado, sendo o ordenamento do território a base para o desenvolvimento desta atividade.

Simone Affonso da Silva faz considerações acerca do paradigma do turismo no tocante às políticas públicas:

Desde o início da década de 1990, o paradigma do turismo tem se destacado no tocante às políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional, pois de certa forma ele está associado a outros dois paradigmas relevantes no contexto brasileiro atual: o paradigma ambiental e o paradigma do desenvolvimento local.

A nosso ver, o paradigma do turismo está relacionado à emergência do setor de serviços face ao declínio relativo do setor industrial no âmbito do processo de expansão da globalização econômica, sendo atualmente

considerado como uma atividade econômica alternativa à promoção do desenvolvimento sustentável nas escalas regional e local (SILVA, 2014: 270).

Nesse contexto, emergem políticas públicas para o turismo no país, consubstanciadas em documentos como: Plano Nacional de Turismo (PNT) de 1992 a 1994, Política Nacional de Turismo de 1996 a 1999 e os Planos Nacionais de Turismo de 2003 a 2007, de 2007 a 2010 e de 2013 a 2016.

Segundo Fernandes (2007), nos anos 1990, a atividade econômica do turismo passou por grande crescimento, impulsionado pela globalização. Ao passo em que há o avanço da acumulação flexível do capital no Brasil, calcada nos paradigmas neoliberais, o turismo ganha notoriedade por parte do governo federal, já que se reconhece o seu valor econômico.

Ao compararmos dados relacionados ao crescimento do turismo no Brasil, verificaremos que, em 1966, entraram 133.448 turistas no país, contrapondo aos 5.433.354 que ingressaram em 2012²⁵; em 2014, o ano da Copa do Mundo no Brasil, mais de 6.420.000 turistas visitaram o Brasil. Esses dados mostram o destaque que essa atividade ganhou nas últimas décadas, conforme se pode notar pelos dados a seguir:

²⁵ BRASIL. Ministério do Turismo. *Dados e Fatos*. 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20120504.html>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2014.

Tabela 1 - Entrada de turistas no Brasil – 1970 a 2014²⁶

Chegadas de turistas no Brasil (1970 – 2014)							
Ano	Total	Ano	Total	Ano	Total	Ano	Total
1970	249.900	1982	1.146.681	1994	1.853.301	2006	5.017.251
1971	287.926	1983	1.420.481	1995	1.991.416	2007	5.025.834
1972	342.961	1984	1.595.726	1996	2.665.508	2008	5.050.099
1973	399.127	1985	1.735.982	1997	2.849.750	2009	4.802.217
1974	480.267	1986	1.934.091	1998	4.818.084	2010	5.161.379
1975	517.967	1987	1.929.053	1999	5.107.169	2011	5.433.354
1976	555.967	1988	1.742.939	2000	5.313.463	2012	5.676.843
1977	634.595	1989	1.402.897	2001	4.772.575	2013	5.813.342
1978	784.316	1990	1.091.067	2002	3.784.898	2014	6.429.852
1979	1.081.799	1991	1.228.178	2003	4.132.847		
1980	1.625.422	1992	1.692.078	2004	4.793.703		
1981	1.357.879	1993	1.641.138	2005	5.358.170		
Fonte: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo							

Ressalta-se que a CF-88 foi a primeira constituição que englobou o turismo, colocando as esferas federal, estadual e municipal como responsáveis, igualmente, pela promoção e pelo incentivo da atividade, visando o desenvolvimento social e econômico.

Em 1991, surgiu o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), voltado para a região Nordeste, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa teve como objetivo melhorar e implantar infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento do turismo, sendo subdividido em regiões e segmentos:

- Prodetur Nordeste (focado no segmento de praia, sol, entretenimento e lazer);
- Prodetur Amazônia e Centro Oeste (voltado para o Ecoturismo);

²⁶ BRASIL. Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico de Turismo – 2015*. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2015_-_Ano_base_2014_-_Pdf.pdf>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

- Prodetur Sul (voltado para o MERCOSUL);
- Prodetur Sudeste (com enfoque individualizado sobre cada estado) (BRASIL; SEOBRAS; RJ, 2011).

Em 1994, foi introduzido o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Assim, o turismo começou a entrar nas agendas municipais como uma atividade importante, com o estabelecimento de projetos turísticos municipais, reforçados pelo planejamento de desenvolvimento turístico municipal que previa a criação de atrativos e serviços turísticos.

Entre 1994 e 2001, estava prevista a formação de Conselhos e Planos de Turismo, cujos princípios seriam originários das bases da sociedade, induzindo uma participação comunitária dos municípios indutores.

Ainda em 1994, foi publicado o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, em um contexto pós Rio-92. Nesse documento, o Pantanal foi apresentado como:

A maior área de terras inundáveis da América do Sul, compreendendo a totalidade da Bacia do Alto Paraguai, uma área de 496.000 Km², dos quais 393 estão localizados no Brasil. A porção brasileira da Bacia abrange dois ecossistemas independentes: a parte baixa da Bacia – planícies de inundação – e a parte alta da Bacia – ou margem/borda, onde vivem inúmeras espécies, desde endêmicas até migratórias (EMBRATUR-IBAMA, 1994: 14).

A justificativa para a promoção do ecoturismo no Brasil nesse contexto foi de que o conjunto de UCs, à exceção das reservas biológicas e das estações ecológicas, adaptado a fins turísticos, poderia oferecer com a diversidade cultural, circunstâncias para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. Assim, os riscos ambientais seriam amenizados pelos benefícios econômicos, sociais e ambientais, como:

- Diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios;
- Geração local de empregos;
- fixação da população no interior;
- melhoramento das infraestruturas de transporte, comunicação e saneamento;
- criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação;
- diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;

- diminuição do impacto no plano estético-paisagístico;
- melhoria nos equipamentos das áreas protegidas (EMBRATUR-IBAMA, 1994: 17).

Entre 2002 e 2003, a Embratur criou um comitê para a gestão do programa polos de ecoturismo no Brasil.

No PNT (2003), o Prodetur passou a ser chamado Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo, subordinado ao Macro Programa de Regionalização e, com isso, consolidando a ideia de Polos Turísticos, a qual havia sido projetada no Plano Nacional de Turismo de 1992. Sete macro programas podem ser destacados: infraestrutura; fomento; gestão e relações institucionais; estruturação e diversificação da oferta turística, contemplando o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil; qualidade do produto turístico; promoção e apoio à comercialização; e informações turísticas (FERNANDES, 2007).

Nesse panorama, o turismo foi compreendido como indutor de desenvolvimento regional a partir da criação de zonas turísticas, pautadas nos roteiros do Brasil. Com isso, configuraram-se regiões turísticas que visavam transformar o território em produto a ser vendido tanto nos mercados nacional e internacional. Nesse contexto, o Ministério do Turismo ficou responsável pelas políticas públicas de desenvolvimento do turismo, enquanto a Empresa Brasileira de Turismo se responsabilizou em fortalecer o destino Brasil no exterior, alterando a imagem do Brasil e criando uma marca turística, a “marca Brasil”.²⁷ Com isso, foram criadas e modernizadas inúmeras infraestruturas para a ampliação da capacidade de recebimento de turistas no país, como foi o caso da reforma e ampliação de diversos aeroportos.

Segundo Luchiari (2007), a valorização das paisagens naturais incentivou as práticas de turismo na natureza, incrementando o processo de valorização econômica de áreas naturais e produzindo novas territorialidades nos lugares, assim como se apoderando dos mesmos como bens simbólicos que permeiam o imaginário social no âmbito do consumo.

O crescimento das modalidades de turismo ligadas a espaços naturais

²⁷ Ideias apresentadas pelo Professor Doutor Marcelo Sotratti na mesa redonda: “O Brasil no circuito turístico mundial”, no evento: “Brasil: 6ª economia do mundo: aonde queremos chegar? – VII Semana de Geografia da Unicamp”, ocorrida na Unicamp em Setembro de 2012.

ocorreu, predominantemente, a partir da década de 1990. Esse tipo de turismo tem nos recursos naturais seu principal objeto de consumo e, normalmente, é denominado ecoturismo, turismo ecológico ou turismo de natureza (CRUZ, 2003).

Para o Ministério do Turismo, ecoturismo é:

[...] caracterizado pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental (BRASIL, 2008a: 18).

Ressalta-se que as diretrizes para o ecoturismo estão de acordo com o que preconizava a Organização Mundial do Turismo (OMT). Desse modo, o ecoturismo é empregado para designar os tipos de turismo com as seguintes particularidades:

- Toda forma de turismo baseada na natureza, em que a motivação principal dos turistas seja a observação e apreciação dessa natureza ou das culturas tradicionais dominantes nas áreas naturais;
- Inclui recursos educacionais e de interpretação;
- É geralmente, mas não exclusivamente, organizado por operadores turísticos especializados em grupos pequenos. Os provedores de serviços que colaboram nos destinos tendem a ser pequenas empresas de propriedade local;
- Procura minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente natural e sociocultural;
- Apoia a manutenção de áreas naturais que são usadas como centros de atrativos ecoturísticos:
- gerando benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, organizações e autoridades que gerenciam áreas naturais com fins conservacionistas;
- proporcionando emprego e renda para as comunidades locais;
- aumentando a conscientização para a conservação dos recursos naturais e culturais, tanto entre moradores da área como entre turistas (OMT, 2002 – tradução nossa)²⁸.

²⁸ “UNWTO Ecotourism definition:

Ecotourism is used to mean forms of tourism which have the following characteristics:

1. All nature-based forms of tourism in which the main motivation of the tourists is the observation and appreciation of nature as well as the traditional cultures prevailing in natural areas.
2. It contains educational and interpretation features.
3. It is generally, but not exclusively organised by specialised tour operators for small groups. Service provider partners at the destinations tend to be small locally owned businesses.
4. It minimises negative impacts upon the natural and socio-cultural environment.
5. It supports the maintenance of natural areas which are used as ecotourism attractions by:
 - generating economic benefits for host communities, organisations and authorities managing natural areas with conservation purposes,

Assim, neste trabalho, a partir da conceituação da OMT, utilizaremos as expressões “ecoturismo”, “turismo em áreas naturais” e “turismo ecológico” como sinônimas.

Com base nas “Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo”, entende-se que a natureza e a cultura são tomadas como patrimônios que deverão ser direcionados para uso turístico, incentivando o processo de patrimonialização da natureza e da cultura e conferindo-lhes a alcunha de recursos econômicos.

Em relação ao Plano Nacional de Turismo de 2003, Luchiari lembra que o então presidente Lula afirmou que “a vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo”, proposta que continua sendo afirmada pelo governo, visando que o turismo se transforme em um “agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade” (LUCHIARI, 2007: 35).

Esse olhar, que valoriza as áreas remanescentes de vegetação nativa, as formações geológicas, a hidrografia, a geomorfologia, entre outros elementos naturais, “captura na natureza, o recurso econômico, a estratégia espacial política de poder, a satisfação estética valorizada pelo imaginário social e, por conseguinte, pelo mercado” (LUCHIARI, 2007, p.35). Ao mesmo tempo, as agências de viagem vendem, nos diversos segmentos relacionados ao chamado turismo de natureza, a experiência individual mediada pela natureza; nesse contexto, soma-se a interferência dos interesses mercadológicos, os quais passaram a investir na delimitação dos bens “patrimonializáveis” e em seus modos de apropriação.

Há um *status* e um prestígio obtidos pelo poder de apropriação de áreas naturais. Essa aproximação entre homem e natureza mantém-se por uma contradição: ao mesmo tempo em que suscita e conscientiza para a preservação e a conservação do patrimônio natural, impulsiona o aumento de sua exploração e de seu consumo. Além disso, as formas que medeiam a relação entre o turismo e o território caracterizam-se a partir de objetos técnicos, como a infraestrutura urbana e

-
- providing alternative employment and income opportunities for local communities,
 - increasing awareness towards the conservation of natural and cultural assets, both among locals and tourists”

OMT. *Ecotourism and Protected Areas*. 2002 - tradução nossa. Disponível em: <<http://sdt.unwto.org/en/content/ecotourism-and-protected-areas>>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2014.

turística, que acabam por colocar em risco a sustentabilidade de ecossistemas (LUCHIARI, 2007).

No atual Plano Nacional de Turismo (2013-2016), há um enfoque especial direcionado aos parques nacionais, em um contexto de forte turismo internacional no Brasil, caracterizado por megaeventos, devido à Copa do Mundo e às Olimpíadas:

Também aproveitamos para incluir conceitos que até então ocupavam uma posição periférica na estratégia de turismo no Brasil. A sustentabilidade é um deles. Embora detenha um quinto das espécies da Terra e 67 parques nacionais, 7 abertos à visitação, sendo por isso considerado pelo Fórum Econômico Mundial a maior potência do planeta em recursos naturais, o Brasil jamais teve uma política de turismo em áreas protegidas. Estamos trabalhando em parceria com o Ministério do Meio Ambiente para mudar essa realidade, na intenção de preservar e divulgar a natureza do país, gerando renda para as populações que habitam os arredores dos nossos parques (BRASIL, 2013: 6 - 7).

Destaca-se que o Brasil possui uma política ambiental que indica a atividade do turismo como conciliadora entre conservação e desenvolvimento local em diversas unidades de conservação. De fato, no PNT (2013-2016), verifica-se uma preocupação por parte do Ministério do Turismo em assumir esse potencial turístico apresentado pelos parques nacionais.

De acordo com os marcos conceituais do Ministério do Turismo (BRASIL, 2005b), o ecoturismo visa o incentivo à conservação do patrimônio natural e procura uma consciência ambientalista a partir do entendimento do ambiente. Com isso, é necessário que essa segmentação do turismo promova atividades vinculadas à reflexão e à integração do homem ao meio, em uma inter-relação com o ecossistema, costumes e a história local, de forma planejada, procurando envolver os turistas nas questões voltadas à conservação dos recursos que compõem o patrimônio. O Ministério do Turismo (BRASIL, 2005b: 11), em seus marcos conceituais, explicita que: “a distribuição dos benefícios resultantes das atividades ecoturísticas deve contemplar, principalmente, as comunidades receptivas, de modo a torná-las protagonistas do processo de desenvolvimento da região.”

Além disso, nas últimas décadas, assistimos a um aumento no número de organizações não governamentais ambientalistas, assim como houve um incremento nas legislações ambientais. Soma-se a isso, o papel da mídia na propagação da necessidade de proteção ao meio ambiente e de práticas preservacionistas. Nesse

sentido, o ecoturismo desenvolve-se como um produto desse momento histórico (CRUZ, 2003).

Adyr Rodrigues (2006) complementa esta discussão ao apontar a contradição entre tempo de trabalho e tempo do ócio. Compreende-se que somente uma pequena parcela da população mundial possui as condições imateriais, relacionadas ao tempo livre, para viajar, além de possuir as condições materiais, ou seja, dinheiro, já que o mercado do turismo é um dos segmentos mais importantes da economia capitalista, vinculando-se ao sistema produtivo global.

Salienta-se ainda o fato de que o patrimônio natural se submete a um regime jurídico que torna o uso do solo dependente das regras conservacionistas, intervindo na atuação dos agentes públicos e particulares na produção do espaço geográfico, selecionando usos e restringindo certas formas de uso do solo, permitindo, assim, a criação de uma nova dinâmica espacial não apenas no território patrimonializado, mas também no seu entorno. Sua dimensão faz referência ao fato de que o patrimônio não é somente um bem cultural, como também econômico, sendo possuidor de diversos usos e consumos, além de se caracterizar como uma fonte potencial de conflito entre os interesses dos atores participantes. Desse modo, concebe-se o patrimônio como um componente prioritário e um elemento das estratégias políticas vinculadas ao desenvolvimento regional e ao turismo, temas estes de grande interesse a uma investigação geográfica.

De acordo com a noção marxista de “construção destrutiva” presente em diversos autores, como Luchiari (1999) e Moretti (2006), baseada na ideia de que os elementos naturais e as relações sociais que foram formadas historicamente são modificados conforme novas orientações que se relacionam à procura do mercado de consumo global, entendemos que no caso da atividade do turismo, lugares são vendidos como mercadorias, já que existe uma demanda pelo consumo de territórios cuja segmentação do turismo esteja pautada na natureza.

2. O COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL: NATUREZA E POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO DA CONSERVAÇÃO

Para apresentar a formação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é necessário realizar uma contextualização histórica que remete à década de 1960, momento em que se iniciou, primeiramente no cenário internacional, um contexto de valorização de áreas naturais.

Na sociedade contemporânea, a valorização das áreas naturais pelos ocidentais passa a ser colocada, com maior evidência, a partir dos anos 1960, com a emergência, na política, de movimentos sociais, dentre eles o ecológico. Nesses movimentos, verifica-se uma crítica ao modo de vida e não somente ao modo de produção, revelando a preocupação com o meio ambiente e com a conservação da natureza, o que culminou com a Declaração de Estocolmo em 1972. Posteriormente, em 1974, houve a Declaração de Cocoyoc, seguidos pelo Relatório Brundtland em 1987, a ECO-92 ou RIO-92, a Rio +20, objetivando encontrar modelos alternativos de desenvolvimento que englobassem os pressupostos de um desenvolvimento sustentável, entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987: 46).

A Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, 1972) foi a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas a concentrar-se sobre questões de meio ambiente. Sua convocação foi consequência da crescente atenção internacional para a preservação da natureza, e do descontentamento de diversos setores da sociedade quanto às repercussões da poluição sobre a qualidade de vida das populações. A atenção da opinião pública e as pressões políticas verificavam-se principalmente nos países industrializados, onde as comunidades científicas e um número crescente de organizações não governamentais conquistavam amplo espaço para a divulgação de suas denúncias e alertas.[...]

A Conferência do Rio (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992) foi convocada dois anos após a publicação do Relatório Brundtland (elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Brundtland), cuja ampla divulgação permitiu que novos aspectos enriquecessem o debate em torno do meio ambiente. O relatório introduziu, igualmente, novos enfoques e cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, objetivo que exige equilíbrio entre “três pilares”: as dimensões econômica, social e ambiental. A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, e contribuiu para a

mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável (LAGO, 2006: 17-18).

Até os anos 1970, a questão ambiental ocupava um lugar periférico no planejamento de Estado no Brasil, tendo o elemento ambiental sido adicionado à agenda brasileira por incentivo, principalmente, internacional.

A liberação de recursos financeiros internacionais estava vinculada à instalação de infraestrutura direcionada à produção industrial e à exportação. A partir da década de 1990, é incorporado o elemento ambiental, considerado como de suma importância para conseguir financiamento junto aos organismos internacionais (MORETTI, 2006: 8).

Esta mudança de direcionamento foi decorrente da ordem ambiental internacional, além da estruturação de órgãos federais e estaduais de meio ambiente, ao lado de um contexto de reencantamento da natureza e do interesse de algumas grandes empresas, como, por exemplo, as de fármacos, em dominarem o conhecimento sobre os ambientes naturais e sobre as comunidades que vivem nesses ambientes.

Conforme Diegues (2008), o estabelecimento de áreas prioritárias para conservação da natureza, em escala mundial, foi feito segundo quatro critérios: avaliação do valor biológico da área; de suas condições de conservação; de políticas institucionais; e da utilidade da biodiversidade, além de um valor especial relacionado às ameaças derivadas pelos homens à conservação da natureza.

2.1 Políticas públicas ambientais na proteção do Pantanal

Buscamos compreender como a questão ambiental passou a ser um elemento chave das discussões em escala internacional e como algumas políticas públicas de meio ambiente foram materializadas no Brasil e, principalmente, no Pantanal Brasileiro, configurando territórios da conservação.

Em 1992, foi elaborado o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), que almejou atender algumas demandas socioambientais da Bacia do Alto Paraguai (BAP), partindo de um diagnóstico da bacia e, a partir disso, objetivando formular propostas que pudessem ser concretizadas por meio de ações públicas e

privadas, visando o desenvolvimento socioeconômico, pautado nos princípios da *preservação, conservação e recuperação da natureza* (ROSS, 2006: 668).

O PCBAP foi concebido com a preocupação centralizada em desenvolver estratégias de gestão ambiental articulada com um programa de planejamento ambiental com pressupostos claros de ordenamento territorial e controle ambiental das atividades produtivas potencialmente poluidoras e ou fortemente predatórias dos recursos naturais. O plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai foi o primeiro grande projeto brasileiro de política pública voltada para o planejamento ambiental de espectro territorial, articulado através dos órgãos gestores ambientais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Secretarias de Estado do Meio Ambiente) e o Ministério do Meio Ambiente no nível do Governo Federal (ROSS, 2006: 668).

O PCBAP apontava o turismo como atividade compatível com o Pantanal. Assim, Poconé e Cáceres, no Mato Grosso, foram colocados pelo PCBAP como polos turísticos em potencial (BRASIL, 1997b: 346).

Em 1998, foi criado o Programa Pantanal, concebido pelos governos do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com participação do Governo Federal, por meio do Ibama, de universidades públicas e particulares e de ONGs. O financiamento do Programa, um total de 400 milhões de dólares, foi realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com um montante de 200 milhões de dólares, pelo banco japonês *The Overseas Economic Corporation Fund* (OECE), com a quantia de 100 milhões de dólares, pelo Governo Federal Brasileiro, com 50 milhões de dólares e pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, disponibilizando 25 milhões de dólares cada (MORETTI, 2006).

O Programa Pantanal visou efetivas ações na Bacia do Alto Paraguai, com o incentivo a algumas atividades econômicas compatíveis com a região, procurando gerenciar e conservar os recursos naturais, buscando, também, fortalecer institucionalmente os governos estaduais no tocante à gestão ambiental. Ademais, um dos itens do Programa seria a implantação de uma Reserva da Biosfera no Pantanal, concretizada no ano 2000.

Esse programa impactou o espaço pantaneiro, impulsionando modificações no consumo e na produção desse espaço, com a inserção da ideia de desenvolvimento sustentável, assim como lócus do desenvolvimento do turismo. Em relação ao Programa Pantanal, a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e

a Biosfera” (Cobramab) considerou: “A proposta busca implementar um programa de alternativas econômicas sustentáveis do ponto de vista ambiental e com internalização nas camadas sociais locais” (COBRAMAB, 2000: 50). Suas ideias também estão presentes em outros documentos produzidos após a sua publicação.

Na análise dos objetivos específicos do Programa Pantanal, que foram transformados em componentes, ficou evidente o projeto de estruturação de políticas públicas para o Pantanal, relacionando o ambiente natural ao desenvolvimento regional.

Sobre os componentes do Programa Pantanal, Moretti (2006) sintetiza:

- Componente A – Gerenciamento de Bacias: gerenciamento geral da Bacia e intensivo nas sub-bacias críticas para reduzir a sedimentação e poluição proveniente da agricultura e mineração, aumentar a produção e a produtividade, conservar a biodiversidade e proporcionar melhor qualidade de vida à população rural;
- Componente B – Meio Ambiente Urbano: ofertar água, saneamento nas áreas urbanas para reduzir a poluição orgânica e industrial nas sub-bacias e aumentar a qualidade de vida da população urbana;
- Componente C – Promoção de Atividades Sustentáveis: promover atividades economicamente sustentáveis e ambientalmente adequadas ao Pantanal, viabilizando ações nas sociedades indígenas, aos produtores rurais da planície pantaneira, ecoturismo, pesca e aquicultura, construindo infraestrutura necessária e proporcionando assistência técnica.
- Componente D – Áreas de Conservação: fomentar a implantação de um sistema de unidades de conservação, visando à manutenção da biodiversidade e os recursos genéticos do Pantanal, implantar e implementar as estradas-parque e as áreas de conservação e promover a integração e o desenvolvimento dos polos turísticos da região (MORETTI, 2006: 81-82).

Esse programa apresentou direcionamentos para financiamento de ações características de um mundo globalizado, conforme critica Moretti (2006):

A valorização do componente ambiental, conjuntamente com a definição da atividade turística como atividade econômica a ser privilegiada na região, explicita a função deste local na ordem internacional: o consumo da natureza integrada à captura do tempo livre pelo mercado e a produção do lugar de acordo com a “ordem global” (MORETTI, 2006: 86).

Na mesma linha de pensamento de Moretti, é possível inferir que o modo de vida da população local seria diretamente impactado, com a implementação do Programa, pois o componente C, que propunha atividades sustentáveis, regulava,

de certa maneira, a pesca, atividade historicamente importante para os pantaneiros, e inseria o turismo de natureza como atividade econômica, sem que essas populações tivessem sido consultadas.

Adalberto Eberhard (informação verbal)²⁹ afirma que apesar dos inúmeros estudos, diagnósticos e relatórios envolvendo o Programa Pantanal, este teve uma implementação falha, embora suas diretrizes tenham servido como base para sustentar discursos e projetos no Pantanal, impactando o processo de produção do espaço regional.

No estado de Mato Grosso do Sul, onde se situam as três RPPNs, que compõem o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, já havia, em 1980, uma lei que dispunha sobre as alterações do meio ambiente, designando normas de proteção ambiental, a partir do entendimento de meio ambiente como “sendo o conjunto do espaço físico e dos elementos naturais nele contidos, possível de ser alterado em razão da atividade humana” (MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 90, de 02 de Junho de 1980: Capítulo I, Artigo 1º).

Em 2001, foi publicada a Lei nº 5.546, de 09 de Julho de 2001, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental do estado de Mato Grosso do Sul, definindo que este deve estabelecer normas e diretrizes da Política Estadual de Meio Ambiente, atentando especialmente à área do Pantanal Sul Mato-Grossense. Além disso, essa lei também propõe “a criação de unidades de conservação e de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, visando à manutenção de ecossistemas representativos” (MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.546, de 09 de Julho de 2001: Artigo 2º, Inciso IV).

No estado de Mato Grosso, em 1997, o Decreto Estadual nº 1.795 instituiu as diretrizes para a criação e gestão de UCs, com o estabelecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). A criação de UCs estaduais foi orientada pelo Zoneamento Socioecológico Econômico, estabelecido pela Lei nº 5.993, de 03 de Junho de 1992.

Antes do SNUC, havia, no Pantanal, em 1998, somente uma estação ecológica e um parque nacional, na esfera pública, e, na esfera privada, três RPPNs (Penha, Acurizal, Dorochê). Tal fato evidencia a tímida ação do Estado na definição de “territórios da conservação” nesta região.

²⁹ Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

Além disso, por questões históricas, com a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, o recém-criado estado de Mato Grosso do Sul teve de estabelecer seu amparo legislativo. Desse modo, antes dos anos 2000, apenas pela Lei nº 90, de 02 de Junho de 1980, que dispunha sobre as alterações do meio ambiente e estabelecia normas de proteção ambiental, foram formadas as primeiras e bastantes simplificadas diretrizes concernentes ao meio ambiente no Mato Grosso do Sul.

Apesar de não haver orientações sobre a constituição de unidades de conservação na lei supracitada, as três RPPNs – Penha, Acurizal e Doroquê – já haviam se firmado enquanto reservas privadas na esfera federal.

Tabela 2 - Unidades de Conservação existentes no Pantanal no início de 1998

Nome	Município	Domínio	Categoria de Manejo	Área (Km²)
Estação Ecológica Taiamã	Cáceres - MT	Federal	E. Ecológica	143
Parque Nacional do Pantanal	Poconé - MT	Federal	Parque	1372,3
RPPN Doroquê	Poconé - MT	Federal	RPPN	267,1
RPPN Acurizal	Corumbá - MS	Federal	RPPN	140,1
RPPN Penha	Corumbá - MS	Federal	RPPN	124,1
Total				2046,6 (1,36% do Pantanal Brasileiro)

Fonte: SILVA et. al. (2009). Adaptado por: BELLO, Carolina, 2012. Disponível em: <<http://www.geopantanal2009.cnptia.embrapa.br/cd/pdf/p165.pdf>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2012.

A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), apoiou entre 1996 e 2001, um projeto para delimitar as ações prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal, posteriormente, em 2006, atualizado, com o apoio do Ibama, da Universidade de

Brasília (UnB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, da Rede Cerrado, da Rede Pantanal, da Fundação Biodiversitas, da Fundação Pró-Natureza – Funatura, da *Conservation International*, da *The Nature Conservancy* e da *World Wildlife Fund* (BRASIL, 2007b).

Nesse projeto, o Parque Nacional do Pantanal e as RPPNs Penha e Dorochê foram identificados como UCs pertencentes a um corredor ecológico prioritário de conservação, englobando o eixo norte-sul do Pantanal. Recomendou-se também que o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense fosse ampliado, além de que se interligasse a outras áreas protegidas do entorno, públicas e privadas (BRASIL, 2007b).

Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da ICMBio, pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, uma autarquia em regime especial, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao ICMBio executar as ações do SNUC, devendo se responsabilizar pelas UCs instituídas pela União, como o Parque Nacional do Pantanal.

Em 2008, no estado de Mato Grosso, foi instituída a Lei nº 8.830, conhecida como “Lei do Pantanal”, a qual dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai, no estado de Mato Grosso. Essa lei considera a Bacia do Alto Paraguai como uma unidade geográfica, conforme os estudos do PCBAP, contemplados pelo Zoneamento Socioeconômico Ecológico no estado. Destaca-se, no artigo 5º, a incumbência ao Poder Público de se articular com o estado de Mato Grosso do Sul e com a União, objetivando uma política conjunta para a BAP.

Somente no final dos anos 2000, depois de mais de trinta anos da divisão do estado de Mato Grosso, é mencionada a necessidade de os dois estados se aliarem para conceberem uma política integradora para a Bacia do Alto Paraguai.

Notam-se também, no mesmo artigo, outras tarefas incumbidas ao Poder Público Mato-Grossense:

Promover o ordenamento do turismo na Bacia do Alto Paraguai, em especial o ecoturismo, em conjunto com ações de educação ambiental;
Criar e implementar mecanismos de prevenção e combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres;

[...] Incentivar ações que contribuam para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e da fauna silvestre, típica da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai, mediante plano de manejo;
Promover pesquisas científicas, de relações sociais e econômicas, visando à implementação de novas unidades de conservação e corredores ecológicos na Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai (MATO GROSSO. LEI Nº 8.830, de 21 de Janeiro de 2008, Artigo 5º).

O Poder Público, muitas vezes, entende que a atividade do turismo é uma das únicas atividades compatíveis às áreas destinadas à conservação ambiental, como é possível notar ao longo das políticas concebidas para a Bacia do Alto Paraguai desde a década de 1970.

Em 2009, foi instituído um projeto de zoneamento para o Pantanal (Zoneamento da Planície Pantaneira - ZPP), englobando a porção noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, correspondendo à porção sul-mato-grossense da Planície Pantaneira, abrangendo 79.101 quilômetros, com exceção do extremo sudoeste de MS, onde se define pelos limites municipais de Porto Murtinho (MATO GROSSO DO SUL, 2009). Assim, conseqüentemente, a parte do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (CAPP) que se situa nesse estado está dentro desse zoneamento.

Esta Zona, por conter a maior planície interior inundável do planeta, reconhecido patrimônio nacional, e possuir um nível de preservação elevado merece atenção especial. As atividades ali desenvolvidas devem estar atentas ao nível de preservação da planície e as condições históricas de sua ocupação. Não sendo possível, portanto, permitir atividades que, mesmo vantajosas momentaneamente, venham comprometer a qualidade do ecossistema pantaneiro. Neste sentido, toda e qualquer atividade produtiva na planície pantaneira deverá ser monitorada, visando à preservação histórica e cultural do uso sustentável desse ambiente natural (MATO GROSSO DO SUL, 2009: 46).

Ademais, foi prevista uma área de entorno, Zona de Proteção da Planície Pantaneira (ZPPP), que deveria funcionar como uma zona de amortecimento (ZA) para o Pantanal (PAULO, 2011).

As zonas descritas (ZPP e ZPPP) podem ser entendidas como uma tentativa de zoneamento do Pantanal sul-mato-grossense, por parte do estado de Mato Grosso do Sul. Se mostram extremamente importantes para regular o uso da terra na planície pantaneira e preservar o bom estado de conservação. Entretanto, é preciso destacar a necessidade de uma política

de zoneamento regional, capaz de integrar os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois o Pantanal é um único complexo e não se define por limites meramente administrativos. Para isso, é imprescindível que se considere os verdadeiros limites naturais do complexo do Pantanal, integrando em tal política toda sua extensão territorial (PAULO, 2011: 156-157).

Em 2014, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, havia inúmeras RPPNs, ou seja, unidades de conservação privadas, porém pouco se nota o estabelecimento de unidades de conservação públicas, havendo apenas dois parques estaduais, um parque municipal e uma área de proteção ambiental (APA).

Esses dados acabam trazendo algumas reflexões: o Estado se faz um ente presente-ausente, presente por meio da proteção legal, mas ausente no que diz respeito à proteção efetiva e à mediação dos conflitos decorrentes da implementação de unidades de conservação, possibilitando uma produção do espaço na qual ele não é o principal agente; além disso, de acordo com o SNUC, as atividades permitidas em RPPNs são restritas à pesquisa científica e à visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, o que possibilita a exploração da atividade do turismo e, principalmente, do turismo rural e do turismo de natureza.

Entretanto, um questionamento surge: o Estado, em sua previsão orçamentária, teria condições de priorizar investimentos em questões ambientais, haja vista todos os problemas sociais que o país enfrenta?

Tabela 3 - Unidades de Conservação no Pantanal presentes no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação em 2014

Nome	Município	Domínio	Categoria de Manejo	Área (Km²)
Mato Grosso				
Parque Nacional do Pantanal	Poconé	Federal	Parque	1372,3
RPPN Dorochê	Poconé	Federal	RPPN	267,1
RPPN SESC Pantanal	Barão de Melgaço	Federal	RPPN	1066,4
APA Pontal dos Rios Itiquira e Correntes	Itiquira	Municipal	APA	2000
Parque Estadual Encontro das Águas	Poconé, Barão de Melgaço e Cuiabá	Estadual	Parque	1090
Estação Ecológica Taiamã	Cáceres	Federal	Estação Ecológica	143
Parque Estadual do Guirá	Cáceres	Estadual	Parque	1000
RPPN Jubran	Cáceres	Federal	RPPN	338,1
Mato Grosso do Sul				
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	Aquidauana e Corumbá	Estadual	Parque	785,4
Parque de Piraputangas	Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti	Municipal	Parque	12,7
RPPN Rumo ao Oeste	Corumbá	Estadual	RPPN	9,7
RPPN Acurizal	Corumbá	Federal	RPPN	140,1
RPPN Penha	Corumbá	Federal	RPPN	124,1
RPPN Santa Cecília II	Corumbá	Estadual	RPPN	89,3
RPPN Arara Azul	Corumbá	Federal	RPPN	34,1
RPPN Nhumirim	Corumbá	Estadual	RPPN	6,8
RPPN Alegria	Corumbá	Estadual	RPPN	11,4
RPPN Paculândia	Corumbá	Federal	RPPN	84
RPPN Fazendinha	Aquidauana	Federal	RPPN	215,2
RPPN Poleiro Grande	Corumbá	Estadual	RPPN	166,1
RPPN Estância Caiman	Miranda	Estadual	RPPN	56,5
RPPN Rio Negro	Aquidauana	Estadual	RPPN	70,5

RPPN Fazenda Santa Helena	Corumbá	Federal	RPPN	42,95
RPPN Fazenda Capão Bonito	Maracaju	Federal	RPPN	6,84
RPPN Eng ^o Eliezer Batista	Corumbá	Federal	RPPN	133,23
RPPN Fazenda Santa Sofia ³⁰	Aquidauana	Estadual	RPPN	73,87
Total				9339,69 (6,21% do Pantanal Brasileiro)

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2014).³¹

2.2 A formação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense

Até o início da década de 1970, a área do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense pertencia à Fazenda Caracará, cujo proprietário era o empresário João Borges, que criava gado em regime extensivo em sistema de rotação de pastagens (IBAMA, 199-).

Segundo Morsello (1999), em 1968, Newton Carneiro, presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)³², designou uma comissão de estudos para indicar uma área a ser convertida em UC no Pantanal, em um contexto no qual não havia UCs no Pantanal.

Morsello (1999) afirma que em 1970 foi indicada uma comissão composta por quatro pesquisadores biólogos e engenheiros agrônomos, os quais ficaram quinze

³⁰ Esta fazenda está sendo investigada por caçada organizada de onças. Supõe-se que caçadores estrangeiros pagavam até 40 mil reais para matar uma onça. A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Aquidauana abriu um inquérito para apurar o caso. Disponível em: <<http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/mpe-abre-inquerito-para-apurar-cacadas-no-pantanal>>. Acesso em: 12 de Março de 2014.

³¹ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 12 de Março de 2014.

³² O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado em 1967, por meio do Decreto-Lei nº 289, sendo uma entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura, devendo elaborar a “política florestal, orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País, de conformidade com a legislação em vigor” (BRASIL. Decreto-Lei nº 289, de 28 de Fevereiro de 1967). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm>. Acesso em: 12 de Outubro de 2015.

dias no Pantanal e elaboraram o documento “Estudos e Levantamentos Preliminares Visando o Estabelecimento de uma Reserva no Pantanal Mato-Grossense”.

Em 1971, uma intensa enchente transformou o regime hidrológico no Pantanal, deixando grande parte das pastagens permanentemente submersas, sendo insuficiente realizar o manejo do gado nas áreas que não haviam alagado. Assim, iniciou-se a inviabilização da pecuária na fazenda.

Concomitantemente, crescia a preocupação por parte da sociedade e da comunidade científica a respeito das mudanças sofridas no ciclo de cheias e secas do Pantanal, além dos danos causados à flora e à fauna. Nesse contexto, na esfera científica, iniciou-se um movimento para a instalação de uma unidade de conservação que fosse representativa do Pantanal.

Em 28 de maio de 1971, o governo federal, atendendo às reivindicações, adquiriu cerca de 80.000 hectares da Fazenda Caracará, convertendo essa área em Reserva Biológica do Caracará, pelo Decreto número 68.691 (IBAMA, 199-). A delimitação do perímetro da Reserva por esse decreto tinha as seguintes definições:

Tem início ao norte, no ponto em que o Rio Paraguai se encontra com o furo do Caracará e descendo por este furo, seguinte seu braço esquerdo, até o Rio São Lourenço, daí, por este abaixo até o Rio Paraguai, daí, por este acima até a Lagoa de Gaíba, subindo pelo Rio Paraguai até novamente encontrar o furo do Caracará (COUTO et al., 1975: 5).

Em 1975, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, por meio do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (Prodepef), e com o auxílio da Escola Superior de Florestas - da Universidade Federal de Viçosa, realizou um estudo visando criar o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense. Nesse estudo, foi recomendada a ampliação da área a ser conservada para 200.000 hectares, ou seja, um acréscimo de 120.000 hectares em relação à reserva biológica já existente. Ademais, havia uma necessidade de se combater os caçadores comerciais que atuavam fortemente na região.

A caça comercial, não somente de jacarés, como também de aves, foi uma grande fonte de renda no Pantanal. Havia venda de couro e aves de ninhais; as araras-azuis, por exemplo, foram quase extintas, com o contrabando pela Bolívia, na faixa de fronteira. Outros animais bastante caçados foram a onça e o cervo do Pantanal, para fins de caça esportiva (COBRAMAB, 2000).

Couto et al. (1975) reconheceram, em meados da década de 1970, o grande potencial da Reserva Biológica do Caracará ao afirmar que:

Esta área tem condições de ser uma reserva de grande importância de flora e fauna. Contudo, por causa das razões que se seguem, consideram essencial reestruturar e ampliar a Reserva, fazendo dela uma unidade de importância maior, ou seja, o Parque Nacional do Pantanal (COUTO et al., 1975: 4 - 5).

No mesmo documento, que constitui uma das raras obras que trata a história dessa região, Couto et al. (1975) ressaltaram que a Reserva continha basicamente terra baixa, permanecendo, assim, permanentemente alagada, restringindo a ocorrência de algumas espécies da fauna. Desse modo, foi recomendada, nesse estudo, “a ampliação da Reserva, anexando a ela áreas vizinhas mais elevadas que possuam exemplares representativos da floresta típica da região” (COUTO et al., 1975: 5).

Outra justificativa para a ampliação da Reserva apresentada nesse estudo foi a necessidade de diminuir as taxas de extinção da fauna, apontando-se a necessidade de reservar cerca de 2600 Km², ou seja, uma ampliação de 1800 Km² em relação à área existente.

Couto et al. (1975) afirmaram que a descrição de localização da Reserva Biológica do Caracará apresentada no Decreto 68.691, de 1971, não era possível fisicamente, já que a descrição acerca da hidrografia local não condizia com a hidrografia real do local. Isso, na época, corroborava com a necessidade de modificação relacionada à área da reserva biológica.

Os problemas relacionados à terra não se resumiram a isso. Na época, diferentes estudos apontavam divergências na questão agrária. Contudo, concluiu-se que a área pertencia ao fazendeiro João Borges, tendo sua propriedade sido desapropriada e indenizada.³³

³³ Conforme entrevistas concedidas pelo Coronel reformado da Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul, Ângelo Rabelo, em Agosto de 2014, e pelo atual diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente, Adalberto Eberhard, em Fevereiro de 2015, à autora, entende-se que houve desapropriação da área, seguida por indenização. Entrevista concedida por RABELO, Ângelo. [ago 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Campo Grande, 2014. Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

Os autores Heck et alii descreveram as terras da Reserva Biológica do Caracará como “terras devolutas, de propriedade governamental”, pertencendo ao município de Cáceres. Os dados coletados no presente estudo indicam que toda aquela terra descrita como Reserva Biológica tem proprietários legais (Pública Forma de Parecer da Procuradoria da República, reproduzida pelo Cartório do 2º Ofício da Câmara de Poconé. Transcrições de transmissões, no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Poconé, livro número 3, folhas 96, 97, 98, 99 e 100) e pertence ao município de Poconé, MT (COUTO et al., 1975: 6).

Nesse sentido, quando Couto et al. realizaram seu estudo em 1975, verificaram diversas transformações que deveriam ser realizadas. Dentre elas, haveria modificações que potencializariam as justificativas ecológicas para que a área se tornasse mais adiante o Parque Nacional do Pantanal.

Assim, pontuou-se a inundação periódica do Pantanal como uma característica essencial para a composição faunística e florística desse ecossistema. Referente ao desenho pensado para o Parque Nacional do Pantanal, as inundações provêm das áreas mais elevadas ao norte e leste do Pantanal e das enchentes do Rio Paraguai, na formação da bacia do Rio Corixo Grande, na Lagoa Gaíva, e onde há a confluência dos Rios Paraguai e Cuiabá.

O estudo de Couto et al. (1975) ressaltava a presença de 97 espécies diferentes de aves, sendo algumas raras e algumas ameaçadas de extinção. Ademais, em estudo comparativo com os Estados Unidos, percebeu-se que no Pantanal havia espécies que estavam em declínio naquele país. Ainda em relação à fauna, destacavam-se aves aquáticas, como garças, biguás e maguaris, diversas espécies de peixes, dentre elas, o dourado que está ameaçado de extinção, caramujos, jacarés, além de inúmeros mamíferos, como lontras, ariranhas, onças-pintadas, preguiça de coleira, guará, tamanduá bandeira, tatu canastra e cervo do Pantanal.

A diversidade de vegetação, alimentação e abrigo para os animais foi indicada por Couto et al. (1975) como um fator importante para a indicação da conservação da área. Os autores reforçam a justificativa ecológica para a ampliação da área conservada afirmando:

Para garantir que as atividades de fazendeiros, fora do Parque, não terão efeitos contrários na sua ecologia (por alteração de vegetação, água etc.), deverá ser adquirida uma área relativamente grande. Em particular, a localização do Parque jamais deverá situar-se em local onde as atividades

agropecuárias possam diminuir a quantidade das águas de que o Parque necessita. Água suficiente e a perpetuação das enchentes periódicas são fatores chaves num parque que tenha o ecossistema do Pantanal.

Consideramos que a área eleita dispõe de todos os recursos ecológicos supramencionados. Possui áreas secas, alagadas, florestadas, áreas de grama, cerrado, brejo, lagoas, rios, morros, “habitat” na beira de rios (florestados e não florestados). É representativa da diversidade das áreas do Pantanal que visitamos. É bastante grande para ter o efeito de uma unidade ecológica, mesmo se a maioria das áreas vizinhas forem alteradas ou destruídas. Sua localização entre os rios Paraguai e São Lourenço assegura que grande parte dela será inundada periodicamente (COUTO et al., 1975: 9).

Na justificativa sociocultural, Couto et al. (1975) apontam como um dos principais motivos para a criação do Parque a possibilidade de mostrar aos brasileiros a beleza da natureza, destacando ser o turismo uma das maiores “indústrias” do mundo.

A região eleita para implantar o Parque Nacional do Pantanal tem muito para oferecer aos turistas do Brasil e demais países estrangeiros. Nesta área, a fauna é uma das mais ricas e mais diversificadas na América Latina. Podem ser vistas e fotografadas grandes concentrações de aves como: garças de vários tipos, patos, gaviões, e outras espécies ligadas à água. Vários animais de porte maior, como a capivara, porco-do-mato, queixada, cervo e jacaré também podem ser vistos e fotografados com facilidade na área eleita. Atração interessante é a possibilidade relativamente grande de se poder ver uma das onças (parda ou pintada) que habitam esta área (COUTO et al., 1975: 9 -10).

Evidencia-se, assim, a intenção de uso do espaço para a atividade do turismo desde a concepção do Parque Nacional do Pantanal. O turismo é apontado como uma indústria geradora de dinheiro que combateria a dizimação da flora e fauna regional. Os relatos desse estudo de 1975 mostram como o turismo aparecia como principal justificativa sociocultural e econômica para a criação do Parque.

O estudo de Couto et. al (1975) foi o primeiro que apontara o turismo como uma atividade que justificaria, do ponto de vista sociocultural e econômico, a criação do parque. Não havia críticas, naquele momento, a essa atividade. Na época, cogitava-se construir um hotel e um “camping” dentro do Parque para atender aos turistas, desenvolvendo atividades como passeios a cavalo e de barco com guias credenciados, trilhas, sobrevoos e pesca amadorista.

Pessoas que gostam de observar pássaros organizam excursões a vários países do mundo. Os componentes destas excursões gastam muito dinheiro. O Pantanal dispõe de grandes recursos para tornar-se realmente interessante para excursões deste tipo. [...] Além dos valores faunísticos, a área eleita oferece paisagismo ímpar no mundo. [...] Uma atração turística adicional são as inscrições rupestres deixadas por povos pré-históricos da região. [...] A Rodovia Transpantaneira passará nas suas proximidades. Acesso por meio de barco ou avião é fácil de Cuiabá ou Corumbá (COUTO et. al., 1975: 10).

Havia, portanto, um cenário com justificativas ecológicas, socioculturais e econômicas consideradas fortes para a criação de um parque nacional, que seguiria em sua concepção o objetivo geral dos parques nacionais brasileiros que é a conservação e preservação dos recursos naturais renováveis.

Os autores sugeriram uma série de objetivos específicos, que vieram corroborar com a criação do Parque. Destacam-se:

- a) Preservar uma amostra do ecossistema do Pantanal com os recursos genéticos associados.
A amostra do ecossistema do Pantanal incluiria tanto o parque nacional aproximadamente (200.000 ha), como a Zona Tampão, de 20 km de largura (aproximadamente 3.000.000 ha), justapondo-se à divisa do Parque [...].
- b) Fornecer uma área adequada para investigação científica do fenômeno natural do Pantanal [...].
- c) Manter um ponto de referência que sirva para medir alterações no ambiente do Pantanal [...].
- d) Fornecer uma área na qual o Turismo, baseado no uso não consutivo dos recursos do Pantanal, seja praticado.
Turismo desta natureza, por necessidade, inclui facilidade de educação ambiental, por meio das quais os visitantes terão a oportunidade de conhecer não só a dinâmica natural do Pantanal, mas também as espécies da flora e fauna, a importância da área para o Brasil e para a comunidade internacional, tendo em vista que esta área fará parte do Sistema Nacional de Parques Nacionais.
- e) Preservar os vestígios históricos e culturais de povos indígenas na região do Pantanal.
Isto incluirá inscrições e desenhos rupestres, como as que se encontram no morro do Caracará. Pesquisas futuras descobrirão, possivelmente, outras manifestações similares dentro do Parque (COUTO et al., 1975: 12).

Diante dos estudos, em 24 de Setembro de 1981, com o Decreto-Lei número 86.392, foi criado o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, conhecido também como Parna Pantanal, com 135.000 hectares e perímetro de 260

quilômetros. O Parna está localizado no extremo sudoeste do estado de Mato Grosso, na confluência dos rios Paraguai e Cuiabá (IBAMA, 1994).

Os marcos geográficos dos limites do parque são: Rio Paraguai ao sul e a oeste; rio Caracará Grande a noroeste; rio São Lourenço (Cuiabá) a sudoeste; rio Caracarazinho a leste; zona de inundação periódica de influência dos rios Alegre e Caracarazinho, na limite da Fazenda Dorochê ao norte (IBAMA, 2003).

Na época, não houve recursos para adquirir os 200.000 hectares previstos; todavia, considera-se um avanço em relação à área da Reserva Biológica do Caracará.

O Parque incorporou a antiga Reserva do Caracará, a qual na década de 80 foi base de operações no combate à ação dos caçadores de jacarés, e praticamente dobrou seu território com a compra de uma antiga fazenda de gados, que foi inundada em consequência das transformações da região, por ações antrópicas diversas (IBAMA, 2006: 2).

Figura 1 - Sede do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, localizada sobre um aterro

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 2 - Sede do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

O Ibama (199-; 1994; 2006) afirma que o Parna Pantanal possui seus 135.000 hectares regularizados, não havendo população residente ou terra a ser indenizada, já que o Parna foi estabelecido em uma área na qual havia uma única fazenda, pertencente a um único proprietário, sendo esta fazenda adquirida pelo Poder Público. Ademais, somente no Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense é mencionada a existência de uma comunidade ribeirinha, chamada de “Comunidade da Barra do São Lourenço”, no que seria a Zona de Amortecimento do Parque, em uma situação que de protagonistas da conservação passaram a ser invisíveis e, posteriormente, como será abordado no capítulo seguinte, passaram a ser alvo de acusações por parte de conservacionistas no “processo conflituoso e contraditório de produção do espaço” (CRUZ, 2012: 96).

Como o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense foi criado a partir da antiga Fazenda Caracará, a qual foi adquirida integralmente pelo Governo Federal, o parque tem sua situação fundiária totalmente regularizada, embora ainda não se encontre demarcado. Tampouco existem posseiros ou

residentes dentro do parque, à exceção de dois índios Guatós³⁴ (IBAMA, 199-, p. 21).

Assim como ocorre em diversas áreas protegidas que se baseiam no modelo norte-americano de conservação, no Parna Pantanal também há certa tensão na relação entre os representantes ambientais e a população residente (no caso, um indígena já idoso).

Os únicos residentes do Parque Nacional são dois índios identificados e reconhecidos pela FUNAI como remanescentes do grupo Guató, que moram em uma habitação precária de sapé ao pé do Morro do Caracará, no limite do parque. Estes índios exercem atividades de subsistência de forma artesanal: usando facão e zagaia, caçam capivaras e veados e pescam de forma oportunista (IBAMA, 1994: 17).

Rogério Haesbaert (2004) problematiza os embates que ocorrem dentro de territórios delimitados juridicamente, dizendo que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra ou no *territorium* são impedidos de entrar (HAESBART, 2004: 94).

Em sua leitura, Haesbaert compreende que os agentes dominantes valorizam a funcionalidade e a possibilidade de exploração mercantil do território, enquanto os dominados fazem uso do território para a sua própria sobrevivência.

O Parque ficou sob jurisdição do IBDF até 1989, quando este foi fundido com outros quatro órgãos, constituindo-se, assim, o Ibama. É importante salientar que a criticidade da condição econômica enfrentada pelo país nas décadas de 1980 e 1990 contribuiu para o sucateamento de diversos órgãos públicos, entre os quais o Ibama.³⁵

De acordo com o Decreto-Lei 86.392 que criou o parque, as funções que o Parna Pantanal deveria cumprir especificamente eram: (I) Proteção à Biodiversidade; (II) Proteção à Estética da Paisagem; (III) Educação; (IV) Recreação.

³⁴ Em trabalho de campo realizado em 2013, um deles já havia falecido e o outro já apresentava idade bastante avançada.

³⁵ Diversos órgãos públicos, nas décadas de 1980 e 1990, enfrentaram problemas devido à falta de recursos e a não contratação de funcionários necessários, entre eles o Ibama.

(IBAMA, 1994). Contudo, o documento “Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense - Plano de Ação Emergencial” (IBAMA, 1994) menciona a frágil situação em que se encontrava o parque desde a sua implementação até 1994:

Enquanto a natureza intocada cumpriu seu papel e regenerou no local da antiga fazenda, ao longo dos últimos vinte anos, o ecossistema original da região, a infraestrutura administrativa e física necessária para o funcionamento efetivo da unidade de conservação ainda não foi implantada. O parque carece de plano de manejo, não podendo, portanto, desempenhar as funções estabelecidas pela legislação que o criou.

[...] Enquanto os usos legais e apropriados do parque permanecem inviabilizados pela falta de planejamento, pessoal e infraestrutura, alguns usos indevidos prevalecem. Os mais significativos são:

- (I) Pesca: a pesca que ocorre no parque e seu entorno é ilegal e descontrolada. Essa pode dividir-se em duas categorias: a pesca praticada pelos habitantes da região; e a pesca praticada por pescadores comerciais e amadores que visitam a região. [...]
- (II) Caça ilegal de jacarés (IBAMA, 1994: 17-18).

Em 1983, o Pantanal Sul Mato-Grossense foi alvo de um processo para que fosse tombado como “paisagem”, todavia, o pedido foi indeferido pelo Iphan³⁶. Após esse indeferimento, não se constam outras tentativas, apesar de haver inscrições rupestres em trechos da Serra do Amolar, além da ímpar formação geológica, fisiográfica e biológica do Pantanal.

Nota-se, que pela Constituição Federal de 1988, o tombamento pelo Iphan se pauta na concepção de natureza como memória humana, o que demandaria enxergar a possibilidade de tombamento do Pantanal a partir de outra perspectiva: da relação do Pantanal com o homem pantaneiro. Entretanto, esse nunca foi o enfoque dos agentes hegemônicos que atuam na região, tais como ambientalistas, algumas ONGs e seus representantes, que, muitas vezes, negam a existência do homem pantaneiro, de ribeirinhos, de indígenas, enfatizando somente a presença de ecossistemas ímpares.

Desde a criação do Parque até 1993, o único estudo realizado no interior do mesmo fora em 1992, por meio de um acordo cooperacional entre o Ibama e a ONG transnacional *The Nature Conservancy*, objetivando realizar um Levantamento Ecológico Rápido (*Rapid Ecological Assessment – REA*) do Parque Nacional do

³⁶ O livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico é o mecanismo pelo qual os bens culturais de valor arqueológico, de valor etnográfico e os monumentos naturais podem sofrer requerimento para serem tombados enquanto tal. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 10 de Junho de 2015.

Pantanal e seu entorno. Ressalta-se que os escassos recursos do Ibama e o grande interesse de ONGs transnacionais em países latinos, na década de 1990, levaram ao fechamento de inúmeros acordos, financiamentos, compras de terras por meio de ONGs nacionais, mostrando, além do poderio econômico, a influência política dessas ONGs. É importante salientar que elas foram sujeitos ativos nas tomadas de decisão e nos esboços de políticas públicas de meio ambiente no Pantanal.

Nesse contexto de início dos anos 1990, enfatizamos que o Parna Pantanal, com uma área de 135.000 hectares, possuía apenas três funcionários, sendo apenas um deles residente no parque. Havia o chefe da unidade, lotado em Cuiabá, um motorista e auxiliar da chefia e o chefe-substituto do parque. O chefe-substituto, Benjamim Dias da Silva, antigo funcionário da Fazenda Caracará, era o único que conhecia bem o parque e seu entorno, no entanto, sendo o único funcionário residente do parque, não tinha condições de fiscalizá-lo sozinho (IBAMA, 1994).

Diante das dificuldades mencionadas, foi firmado um convênio com a Prefeitura de Poconé e a Prefeitura de Corumbá, para que aos agentes da Polícia Florestal dos respectivos municípios auxiliassem na fiscalização junto ao parque.

Em 1993, o Parque Nacional do Pantanal foi reconhecido como sítio Ramsar³⁷, nomeação proveniente da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, chamada de Convenção de Ramsar, que é um tratado intergovernamental que designa o escopo de ação nacional e cooperação internacional para a conservação e utilização racional das zonas úmidas e dos seus recursos.

Situa-se em uma grande depressão funcionando como um delta interior. A área é constituída por uma vasta região de savanas sazonalmente inundadas, ilhas de xerófitas e floresta estacional decidual úmida. O local inclui algumas das maiores e mais espetaculares concentrações de animais selvagens na região Neotropical e é provavelmente a zona úmida mais importante da América do Sul para aves aquáticas. Há enormes populações reprodutoras residentes de uma grande variedade de espécies, e aves marinhas neárticas usam a área por um período (RAMSAR, 1998).³⁸

³⁷ Segundo a Convenção de Ramsar, é considerada zona úmida toda extensão de pântanos, charcos e turfas, ou superfícies cobertas de água, de regime natural ou artificial, permanentes ou temporárias, contendo água parada ou corrente, doce, salobra ou salgada. Áreas marinhas com profundidade de até seis metros, em situação de maré baixa, também são consideradas zonas úmidas. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/comfsglossary/zonas-umidas-convencao-de-ramsar>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2014.

³⁸ RAMSAR. *Pantanal Mato-Grossense*. 1998. Disponível em: <<http://www.ramsar.org/pantanal-matogrossense>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2014.

Em 1994, foi elaborado pelo Ibama um “Plano de Ação Emergencial para o Parque Nacional do Pantanal”.³⁹

O “Plano de Ação Emergencial” urgia uma atenção para o Parque Nacional do Pantanal, tentando mostrar seu estado de fragilidade perante a falta de auxílio que o órgão competente lhe dispensava. Assim, para além do que constava no “Documento de Informações Básicas do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense”, esse documento apontou possíveis parcerias e apoios institucionais, como a Prefeitura de Poconé, a Prefeitura de Corumbá, a Universidade Federal de Mato Grosso, a Embrapa, a Ecotrópica, a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Sema), a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema) e os órgãos oficiais de turismo de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em relação aos órgãos oficiais de turismo dos dois estados, o “Plano de Ação Emergencial” (IBAMA, 1994) sugeriu que desenvolvessem um trabalho de ecoturismo no Pantanal, usando-se “técnicas conservacionistas autossustentáveis (observação de aves, safáris ecológicos, safáris fotográficos, lazer educativo), minimizando o impacto ambiental causado pelo setor” (IBAMA, 1994: 36).

Em 1995, foi instituído o Código Estadual do Meio Ambiente para o estado de Mato Grosso, pela Lei Complementar nº 38, sendo definidos os princípios da Política Estadual de Meio Ambiente, no Capítulo I:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - recuperação do meio ambiente na gestão de recursos ambientais, bem como diretrizes para seu detalhamento em planos setoriais, de acompanhamento e avaliação;
- III - desenvolvimento e implementação de mecanismos que garantam a integração dos diversos organismos da ação setorial do Estado na consecução dos objetivos da política ambiental;
- IV - consideração da disponibilidade e limites dos recursos ambientais, face ao desenvolvimento e à dinâmica demográfica do Estado;
- V - consideração do padrão na interação entre os recursos ambientais e as atividades ocorrentes no território com aqueles que se verificam em outras unidades geopolíticas;

³⁹ Também foi encontrado um documento do Ibama: “Documentos de Informações Básicas do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense”³⁹, publicado pelo Ibama na década de 1990. Acredita-se que esse documento tenha embasado o Plano de Ação Emergencial, pois parece uma versão mais curta do mesmo documento.

- VI - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água, da fauna, da flora e do ar;
- VII - desenvolvimento científico e tecnológico através de incentivos aos estudos e pesquisas de tecnologia orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VIII - recuperação das áreas degradadas;
- IX - educação ambiental e conscientização da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação na defesa do meio ambiente (MATO GROSSO, 1995).

Assim, em 1995, apareceram as primeiras diretrizes concernentes à proteção do meio ambiente no estado de Mato Grosso, o que poderia amparar legalmente as ações em auxílio do Parque Nacional do Pantanal.

Como o projeto inicial de aquisição de terras para compor o Parque Nacional do Pantanal havia sido apenas parcialmente realizado, ambientalistas iniciaram, à época, campanhas visando à arrecadação de fundos para a compra de outras propriedades que deveriam formar a grande área do Parque Nacional do Pantanal. Nesse panorama, o ambientalista Adalberto Eberhard, então funcionário da Secretaria do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, na época chamada de Fundação Estadual de Meio Ambiente, criou a ONG Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos – Ecotrópica, em 1989, sediada em Cuiabá, a partir de um recurso recebido pelo Prêmio Alemão de Cultura, visando à conservação do Pantanal.

A Fundação Ecotrópica tem como principal missão:

Contribuir para a conservação dos recursos naturais e a manutenção da qualidade de vida nos ecossistemas tropicais. Seus trabalhos buscam melhorar o relacionamento entre o homem e o meio ambiente, defendendo a natureza como base de sustentação de todas as formas de vida (EBERHARD, 2001: 1).

Os trabalhos realizados pelo então presidente da Fundação Ecotrópica, Adalberto Eberhard, receberam reconhecimento nacional e estrangeiro. No Brasil, teve participação na criação e execução de órgãos públicos ligados ao Sistema Nacional de Meio Ambiente e à gestão ambiental no estado de Mato Grosso. Além do Prêmio Alemão de Cultura, em 1998, a Fundação Ecotrópica recebeu o Prêmio *Ford Motor Company* de Conservação Ambiental. Em 1999, a Ecotrópica passou a integrar uma comunidade internacional, “Rede Mundial Lagos Vivos” (“Living Lakes”), cuja atuação está focada na proteção de lagos e áreas úmidas. Ressalta-se

ainda o papel de Adalberto Eberhard como representante das ONGs ambientalistas no Comitê da Reserva da Biosfera da Unesco.

Eberhard (2001: 4) ressalta que quando o governo brasileiro criou o Parna Pantanal, as indicações técnicas existentes não foram consideradas, sendo decretados os limites do Parque: “somente para a planície inundável, desprezando os limites originalmente indicados que previam a inclusão do ecossistema da Serra do Amolar e corredores ecológicos que permitem a migração sazonal da fauna”.

Ainda, conforme Eberhard:

Isto fez com que o Parque não tivesse viabilidade bioecológica devido ao fato de sofrer inundações em 99% de seu território e a fauna principalmente de mamíferos ter que migrar na época das cheias. Desta forma, o Pantanal continuava não tendo uma amostra viável de seus diversos ecossistemas e de seus ciclos biogeoquímicos protegidos (EBERHARD, 2001: 4).

Nesse período, houve grande interesse por parte das grandes ONGs norte-americanas em adquirir terras no Brasil, país que começava a se preocupar, de forma mais intensiva, com as questões ambientais. Diegues (2008) afirma que havia um interesse por parte da Agência de Cooperação dos Estados Unidos (USAID) e das grandes ONGs transnacionais de subsidiar os programas de conservação na América Latina. Diegues (2008) notou, então, que havia concorrência entre as maiores ONGs internacionais pelos financiamentos junto à USAID, havendo certa distribuição de áreas de ação na América Latina conforme o bioma.

O Estado Brasileiro, em função de um cenário de crise econômica, ao adotar políticas neoliberais de Estado mínimo, permitiu que países desenvolvidos passassem a interferir em políticas de financiamento de projetos em diversos biomas⁴⁰. Isso garantiu o domínio de partes do território nacional com o apoio estatal. “O Estado atua como principal intermediador deste processo, procurando viabilizar, tanto a formação de uma consciência ambientalista para a proteção dos recursos naturais, como as necessidades de desenvolvimento” (QUARESMA, 1998: 9).

O Brasil, segundo Sposito (2008), enquadra-se nas dinâmicas econômicas mais vigorosas do processo de mundialização do capital, ambientando-se às regras que viabilizam a internacionalização das economias dos países, convertendo-os em

⁴⁰ A maior parte das publicações sobre o Pantanal trata-o por bioma, inclusive no que concerne a políticas públicas.

agentes de movimentos que se firmam e que mudam as formas de regulação internas de cada país.

Costa (2001: 25) enfatiza que não se pode

Subestimar o papel e a importância do Estado quando examinamos qualquer aspecto da vida nacional. Principalmente no caso do Brasil, com sua tradição de conservadorismo e centralização exacerbada de riqueza e de poder.

Todesco (2007) complementa essa discussão ao afirmar que o Estado é essencial para a compreensão da organização espacial, sendo, em última instância, o legitimador das “formas de uso do território, sendo sua ação e ‘não-ação’ contudentes na produção e na organização do espaço” (TODESCO, 2007: 61).

Para Diegues (2008), as grandes ONGs transnacionais influenciaram e ainda influenciam as políticas ambientais de instituições governamentais em diversos países, inclusive o Brasil, que já possui estruturas conservacionistas; tal influência relaciona-se ao levantamento de recursos internacionais para a conservação, provenientes de instituições multilaterais, como o Banco Mundial e de corporações multinacionais. Além disso, as campanhas midiáticas e as ligações com órgãos governamentais, por meio de treinamento a funcionários, também tiveram peso na designação de áreas críticas de conservação, tendendo a excluir a participação de indígenas e de populações tradicionais, além de importar modelos e práticas que não condizem com o contexto ecológico e cultural local.

Assim, o Estado, com sua “presença ausente” (TODESCO, 2007), utiliza-se de ONGs como suplantadoras de suas ações, colocando, inclusive, em risco sua autonomia. Ressalta-se que, num contexto de sucateamento do Ibama e de diversos órgãos públicos, os mecanismos de suplantar os trabalhos e ações que deveriam ser realizados por esses órgãos acabaram por ser aceitos.

Concernente à Fundação Ecotrópica, o “Plano de Ação Emergencial” (IBAMA, 1994) destacou que:

[...] Com o apoio da organização norte-americana “The Nature Conservancy”, a Fundação Ecotrópica pretende desenvolver um plano de conservação para a bacia do rio Cuiabá. Este plano tem por objetivo fornecer subsídios técnico-científicos a organizações estaduais e federais para a elaboração de políticas e programas que afetem o Pantanal. Nesse sentido, a Fundação Ecotrópica vem buscando definir o papel da sociedade

civil organizada e das populações locais nos referidos projetos (IBAMA, 1994: 35).

Da maneira como a questão foi colocada, naturalizou-se a necessidade de uma parceria público-privada, sem levar em consideração o fato de a unidade de conservação estar em uma faixa de fronteira, onde fatores geopolíticos e de segurança nacional deveriam ser sobressalentes. Ademais, não se tratava de uma parceria público-privada nacional e sim de uma organização não governamental transnacional atuando em uma faixa de fronteira. Como colocara Cataia (2007: 6) sobre a questão fronteira: “A fronteira como linha é sempre mais absoluta, servindo de marco onde os Estados nacionais, segundo a intensidade de seus poderes, exercem a vigilância (sanitária, demográfica, ideológica, policial ou militar)”.

As únicas considerações que constavam no “Plano de Ação Emergencial” do Parque sobre a necessidade de se consolidar essa parceria público-privada, de modo geral, eram: “(I) a falta de mecanismos mais eficientes para a geração de recursos pela própria unidade e (II) a falta de mecanismos legais de incentivos a práticas de medidas conservacionistas” (IBAMA, 1994: 37).

2.2.1 A questão fronteira e os territórios da conservação

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos está demarcada em 150 quilômetros de largura (Lei nº 6.634, de 02 de Maio de 1979), paralela à linha divisória terrestre de fronteira do território nacional. O Ministério da Integração Nacional (MIN) alega que:

A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do país, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais, nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteira (BRASIL, 2005a: 9).

Moretti (2014) contribui com essa discussão, entendendo que a faixa de fronteira é fragmentadora:

A linha de fronteira internacional, enquanto limite territorial, divide domínios ambientais únicos, colocando-os sobre legislações e normas de usos diferenciadas; divide populações que aprenderam e construíram formas de

manejos dos mesmos elementos naturais; impõe formas diferenciadas de uso das áreas protegidas; e constitui distanciamentos socioculturais.

A constituição de uma fronteira interna à Zona de Fronteira implica em situações fronteiriças de diferentes formas e conteúdo. As unidades de conservação surgem como áreas de fragmentação socioambiental, territórios definidos por leis e normas baseados a princípio na lógica da sustentabilidade ambiental, mas com uso privatizado pela lógica do mercado (MORETTI, 2014: 4638).

Nessa dinâmica, as unidades de conservação, constituídas enquanto territórios da conservação, por leis que asseguram sua proteção, são ilhas conservacionistas em um contexto ainda maior e fragmentador que está representado pela faixa de fronteira. Trata-se, também, de um patrimônio genético localizado em uma faixa estratégica do país.

O Ministério da Integração Nacional divide a fronteira brasileira em arcos (norte, central e sul), estando a sub-região do Pantanal no Arco Central. Corumbá é o único município do Pantanal cuja cidade é considerada “cidade-gêmea”, pelo fato de seu núcleo urbano fazer fronteira com o núcleo urbano de Puerto Aguirre, no Departamento de Santa Cruz, na Bolívia.

Mapa 2 - Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira

Fonte: IGEO- UFRJ; BRASIL, 2010a.⁴¹

⁴¹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira*. Brasília: MIN, 2010a. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/BasesFaixadeFronteira.pdf>>. Acesso em: 31 de Julho de 2015.

Mapa 3 - Municípios na Faixa de Fronteira – 2003

Fonte: IGEO-UFRJ; BRASIL, 2005a.⁴²

⁴² BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira*. Brasília: MIN, 2005a.

Diegues (2008) ressalta alguns pontos que necessitam ser avaliados em relação às políticas conservacionistas adotadas nos países em desenvolvimento, em um contexto de uma política de Estado Mínimo:

A importância dessas megaorganizações cresceu assustadoramente nas últimas duas décadas, pela sua rápida implantação em países do Terceiro Mundo, a partir de meados da década de 80, quando se firmou o modelo neoliberal de “Estado mínimo”. Segundo esse modelo, alguns serviços devem ser privatizados, incluindo-se aí os do meio ambiente, tema considerado não prioritário. Além disso, muitos órgãos multilaterais, fundações (e corporações), órgãos de assistência técnica/financeira norte-americanos e europeus passaram a financiar diretamente as ONGs, consideradas “representantes da sociedade civil internacional em formação, mais confiáveis, não corruptas e eficazes” que as instituições governamentais dos países do sul (DIEGUES, 2008: 14).

Diegues (2008) realça que há o envolvimento de algumas dessas grandes ONGs na aquisição de terras para a implantação de áreas protegidas por meio de ONGs locais, usadas como intermediárias, já que estrangeiros somente podem adquirir até cinquenta módulos fiscais no Brasil.

Segundo Oliveira (2010: 18):

A Lei nº 5.709 (7/10/71) é o diploma legal em vigor no país, relativo à aquisição de terras por estrangeiros. Essa lei, como se viu, limitou à aquisição de terras por estrangeiros em 50 módulos fiscais (o tamanho de um módulo varia de acordo com o município, sendo que o menor tem 5 hectares e o maior 110 hectares).

Nesse contexto, a ONG transnacional *The Nature Conservancy*⁴³ iniciou seus trâmites para adquirir terras no Pantanal, a fim de direcioná-las à conservação da biodiversidade. Entretanto, utilizou-se de ONGs nacionais para lograr o objetivo de aquisição de terras, uma vez que a legislação fundiária brasileira não permite que estrangeiros comprem grandes lotes de terra.

A TNC é uma ONG que foi criada em 1951 nos Estados Unidos, defendendo a missão de conservar plantas, animais e ecossistemas que representam a diversidade biológica do planeta. No Brasil, a atuação da ONG data de meados dos anos 1980, visando auxiliar o país na conservação de sua diversidade biológica,

⁴³ De acordo com Diegues (2008), a *The Nature Conservancy* é a maior organização conservacionista do mundo, com recursos de mais de três bilhões de dólares.

fortalecendo a expansão de unidades de conservação, levando-a a firmar acordo com o Ibama (IBAMA, 2003).

Segundo o documento do Plano de Manejo do Pantanal (IBAMA, 2003), a TNC analisou cada bioma⁴⁴, procurando identificar as oportunidades de conservação existentes, selecionando as ações locais a serem auxiliadas, a fim de atingir seus objetivos conservacionistas.

2.3 A emergência das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e a formação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal

No Pantanal, a TNC teve suas primeiras atuações no início dos anos 1990, época que também iniciou uma parceria com a Fundação Ecotrópica, desenvolvendo algumas ações conjuntas. Dentre essas ações, a que obteve maior destaque foi a doação de três milhões de dólares à Fundação Ecotrópica para a aquisição de três fazendas próximas ao Parna Pantanal, que comporiam a totalidade do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, já que somente havia sido adquirido o equivalente a 70% do projeto inicial. Ademais, a TNC auxiliou na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, influenciando diretamente no norteammento das políticas públicas incidentes sobre o Parna e seu entorno.

Destaca-se que as funções do plano de manejo são:

Levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado.⁴⁵

Essa proximidade entre ONGs e Estado conduz a reflexões sobre a participação política das primeiras e consequente participação no ordenamento de territórios, influenciando na valorização de algumas temáticas, como por exemplo, a ambiental, participando na formulação de leis e programas que incidem sobre o território e atuando, desse modo, em sentido amplo, na produção do espaço.

⁴⁴ O Plano de Manejo, tendo um viés ecológico, trata o Pantanal como bioma.

⁴⁵ ICMBio. *Planos de Manejo*. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>>.

Acesso em: 31 de Julho de 2015.

Porto-Gonçalves (2006) enfatiza que:

Sem dúvida, são as grandes corporações transnacionais, as grandes organizações não governamentais e os gestores dos organismos multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, sobretudo – os protagonistas que mais têm se beneficiado nesse período pós Rio-92, enquanto os gestores dos Estados Nacionais vêm perdendo influência e os movimentos sociais vêm tentando recuperar um poder de iniciativa, em grande parte toldados pelas organizações não governamentais que têm conseguido se inserir como as principais instituições mediadoras, substituindo os partidos políticos e outras instituições supralocais de mediação social e política (PORTO-GONÇALVES, 2006: 303).

Nessa perspectiva, a parceria da TNC possibilitou a compra de fazendas, que virariam RPPNs. Segundo Eberhard (2001), as áreas foram exatamente aquelas indicadas pela comunidade científica.

A iniciativa significou criar um complexo de áreas protegidas que aumentou em cerca de 55.000 hectares a área protegida no bioma. As áreas foram transformadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural em 1997, em conformidade com a legislação brasileira. Passaram a representar a maior iniciativa em área territorial, empreendida por uma ONG na América Latina, para conservação *in situ* da biodiversidade. Em dezembro de 2000 a iniciativa foi agraciada pela Unesco com os títulos do Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera (EBERHARD, 2001: 4-5).

É importante enfatizar que a criação de RPPNs, no Brasil, iniciou-se na década de 1990. Em Janeiro de 1990, As RPPNs foram instituídas através do Decreto Federal nº 98.914. Nesse sentido, o Artigo 1º do referido decreto afirmava que:

Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – observar as normas deste Decreto, reconhecer e registrar, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, por destinação do seu proprietário, e em caráter perpétuo, imóvel do domínio privado em que, no todo ou em parte, sejam identificadas condições naturais primitivas, semiprimitivas, recuperadas, ou cujas características justifiquem ações de recuperação, pelo seu aspecto paisagístico, ou para a preservação do ciclo biológico de espécies da fauna ou da flora nativas do Brasil (BRASIL, 1990).

No regime jurídico das RPPNs instaurado pelo Decreto nº 98.914/1990, consta a proibição de "desmatamento, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de

animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar o meio ambiente"⁴⁶, o que indica uma grande restrição às atividades dentro dos limites das reservas. Além disso, fica dispensada às RPPNs a mesma proteção assegurada às áreas de preservação permanente e às áreas cuja conservação fosse de interesse público⁴⁷. A preocupação com a proteção das RPPNs também está sobressaída no dispositivo que somente permitia a modificação das características da área da reserva quando não afetassem os atributos que justificaram a sua criação, mediante autorização do órgão ambiental federal⁴⁸.

O Decreto nº 98.914/1990 foi revogado pelo Decreto nº 1.922, de 5 de Junho de 1996, que trouxe nova regulamentação jurídica para as RPPNs, repetindo uma considerável porção do marco legal anterior, porém atribuindo ao Órgão Estadual do Meio Ambiente (Oema) algumas funções, além de expressar claramente que o objetivo dessas reservas é a proteção dos recursos ambientais representativos da região⁴⁹.

O caráter protecionista das políticas para o meio ambiente, assim como a restrição às atividades humanas nas RPPNs, foi reforçado, sendo concedida a realização de obras apenas para as atividades compatíveis e necessárias dentro dos seus limites, tais como: as de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer.

A permissão dessas atividades foi expressa no Artigo 7º do Decreto nº 1.922/1996, que concedeu às RPPNs a proteção assegurada às Unidades de Conservação de Uso Indireto, também designadas como Unidades de Conservação de Proteção Integral dos Recursos Naturais, ou seja, que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

Entretanto, ocorreu, em 2000, uma modificação. De acordo com a Lei Federal nº 9985/2000, referente à formalização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as RPPNs foram incluídas na categoria de Uso Sustentável. Apesar de se encontrarem listadas nessa categoria, há uma imensa limitação de uso, o que as aproximaria das Unidades de Conservação de Proteção Integral, já que as Unidades de Conservação de Uso Sustentável permitem a extração de recursos naturais e as RPPNs não. A proibição da extração de recursos naturais em RPPNs

⁴⁶ BRASIL. Decreto nº. 98.914/1990, Artigo 5º.

⁴⁷ BRASIL. Decreto n. 98.914/1990, Artigo 6º.

⁴⁸ BRASIL. Decreto n. 98.914/1990, Artigo 6º, Parágrafo 2º.

⁴⁹ BRASIL. Decreto nº 1.922/1996, Artigo 2º.

foi explicitada pelo seguinte veto ao Inciso III do segundo parágrafo do Artigo 21 dessa lei:

O comando inserto na disposição, ao permitir a extração de recursos naturais em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com a única exceção aos recursos madeireiros, desvirtua completamente os objetivos dessa unidade de conservação, como, também, dos propósitos do seu instituidor. Por outro lado, tal permissão alcançaria a extração de minérios em área isenta de ITR e, certamente, o titular da extração, em tese, estaria amparado pelo benefício (BRASIL. Mensagem nº 967, de 18 de Julho de 2000).

Dessa maneira, após o veto, as atividades permitidas em RPPNs foram restritas conforme se dispôs em regulamento:

I - a pesquisa científica⁵⁰;

II - a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

O Decreto nº 5.746, de 05 de Abril de 2006, regulamenta o Artigo 21 da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. O Artigo 25 do Decreto nº 5.746 clarifica que caberá, na esfera federal, ao Ibama verificar se a área está sendo administrada de acordo com os objetivos estabelecidos para a UC e seu plano de manejo, podendo o Ibama credenciar terceiros para a concretização dessa verificação.

Em relação a esse Decreto, o Artigo 27 assegura que os projetos concernentes à implantação e gestão de RPPN terão análise prioritária para a concessão de recursos provenientes do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e de outros programas oficiais. Outrossim, o Artigo 28 declara que os programas de crédito rural regulados pela administração federal darão prioridade aos projetos que beneficiem propriedade que contiver RPPN no seu perímetro, de tamanho superior à metade da área de reserva legal exigida por lei para a região onde se situa, com plano de manejo da RPPN aprovado.

Nesse contexto de criação de RPPNs, no Brasil, na década 1990, as fazendas Doroquê, Penha e Acurizal, adquiridas pela Ecotrópica, foram, quase que em sua totalidade, em 1997, transformadas em RPPNs.

Para Adalberto Eberhard (informação verbal)⁵¹, fundador e ex-presidente da Fundação Ecotrópica, a aquisição da Fazenda Doroquê, em 1995, solidificou um

⁵⁰ A pesquisa científica em RPPN deverá ser estimulada e dependerá de autorização prévia do proprietário, conforme o Artigo 18 do Decreto nº 5.746, de 05 de Abril de 2006.

⁵¹ Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

corredor ecológico para a fauna terrestre do Parna Pantanal em seu movimento migratório, condicionado pela variação sazonal das águas. Ademais, contribuiu para a conservação de ambientes florísticos e faunísticos que não existem no Parque. No final do mesmo ano, a Ecotrópica adquiriu as fazendas Acurizal e Penha, localizadas na Serra do Amolar, assinaladas por Adalberto Eberhard (informação verbal)⁵² como áreas de “uma riqueza biológica inestimável, apresentando um ecótono único, formado pela transição abrupta entre ambientes inundados e montanhas”.

Em 20 de fevereiro de 1997, foi publicado no Diário Oficial da União: as três fazendas, Dorochê, Penha e Acurizal, tornaram-se Reservas Particulares do Patrimônio Natural, ou seja, unidades de conservação privadas por meio de decreto federal. No título de reconhecimento de RPPN emitido pelo Ibama - MMA consta, em relação à cada título⁵³, que: “esta Reserva representativa do bioma de Pantanal é composta por um complexo de ecossistemas que vão desde vales alagados até florestas densas em relevo acentuado”. [...] “Foi gravada em cartório com propriedade, para proteger a biodiversidade em benefício das futuras gerações”.

As RPPNs Acurizal e Penha possuem, juntas, 26.300 hectares, são vizinhas, e estão localizadas no município de Corumbá, a noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, na margem direita do rio Paraguai, entre o rio e a Serra do Amolar, na fronteira Sudoeste do Parna Pantanal. Estas reservas são compostas por um complexo de ecossistemas que vão desde vales alagados até florestas densas em relevo acentuado. Estudos na área de floresta decídua registraram cerca de 300 árvores de 40 espécies distintas por hectare, 64 espécies de mamíferos e cerca de 170 espécies de aves (EBERHARD, 2001).

⁵² Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

⁵³ As RPPNs Penha e Acurizal possuem um único título, que contempla a área das duas reservas.

Quadro 2 - Dados sobre a RPPN Acurizal

Nome da Reserva: Reserva Particular do Patrimônio Natural Acurizal	
Superfície (ha)	Total 13.665 hectares; RPPN 13.200 hectares
Perímetro (km)	A ser definido
Municípios que abrange e percentual abrangido pela Reserva	Município de Corumbá (com percentual a ser definido)
Estados que abrange	Estado de Mato Grosso do Sul
Coordenadas Geográficas	17°49'51" S, 057°33'06" W
Data de criação e número da Portaria	Portaria nº 07 IBAMA, de 19 de fevereiro de 1997
Marcos Importantes (limites)	<p>Acurizal limita-se ao Norte com a Baía Gaíva e o Rio Paraguai, ao nascente com o Rio Paraguai, ao Poente com a cerca de Acurizal e ao sul com a Fazenda Penha.</p> <p>Tendo seus marcos colocados: 1º à margem direita do Rio Paraguai, o 2º na margem da Lagoa Gaíva, do 1º em vários rumos, servindo de limite entre estes 02 marcos o Rio Paraguai e a Lagoa Gaíva, o 3º situado na bocaina da Morraria Acurizal, o 4º no alto do centro da limeira, o 5º no vértice do poteiro e o 6º no canto da serraria.</p>
Bioma e Ecossistemas	Pantanal e Borda Oeste. Pantanal do Rio Paraguai, Residual do Amolar e Pantanal de Cáceres.

Fonte: EBERHARD, G. (coord.). Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Penha, Acurizal e Dorochê, 2003. Adaptado por: BELLO, Carolina, 2015.

Figura 3 - RPPN Acurizal, com vista da sede e a Serra do Amolar ao fundo

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 4 - Por do Sol visto da RPPN Acurizal

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Quadro 3 - Dados sobre a RPPN Penha

Nome da Reserva: Reserva Particular do Patrimônio Natural Penha	
Superfície (ha)	Total: 13.409 hectares: RPPN 13.200 hectares
Perímetro (km)	A definir
Municípios que abrange e percentual abrangido pela Reserva	Município de Corumbá (com percentual a definir)
Estados que abrange	Estado de Mato Grosso do Sul
Coordenadas geográficas	17°58'43" S, 057°30'21" W
Data de criação e número da Portaria	Portaria nº 07 IBAMA de 19 de fevereiro de 1997
Marcos importantes (limites)	1º marco na divisa do lote Itacolomi em terras particulares e da gleba Baia Mandioré (conhecida por Palmital), o 6º marco corresponde a fazenda Acurizal, 7º marco situa-se a margem direita do Rio Paraguai nas vizinhanças da Baia Ponta do Morro, 8º marco está a margem direita do Rio Paraguai, no lugar denominado Rondon, nos limites do Patrimônio Amolar, 9º marco na margem direita do Corixo Ingazal.
Bioma e ecossistemas	Pantanal e Borda Oeste. Pantanal do Rio Paraguai e Residual do Amolar

Fonte: EBERHARD, G. (coord.). Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Penha, Acurizal e Doroquê, 2003. Adaptado por: BELLO, Carolina, 2015.

Figura 5 - RPPN Penha

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Quadro 4 - Dados sobre a RPPN Dorochê

Nome da Reserva: Reserva Particular do Patrimônio Natural Dorochê	
Superfície (ha)	Total 26.718 hectares; RPPN 25.518 hectares
Perímetro (km)	A ser definido
Municípios que abrange e percentual abrangido pela Reserva	Município de Poconé (com percentual a definir)
Estados que abrange	Estado de Mato Grosso
Coordenadas geográficas	17°27'08" S, 57°01'28" W
Data de criação e número da Portaria	Portaria 06 IBAMA de 19 de fevereiro de 1997
Bioma e ecossistemas	Pantanal. Pantanal de Poconé e Pantanal do Rio Paraguai

Fonte: EBERHARD, G. (coord.). Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Penha, Acurizal e Dorochê, 2003. Adaptado por: BELLO, Carolina, 2015.

Mapa 4. Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal

Legenda

- Parque Nacional do Pantanal
- RPPN Penha
- RPPN Dorochê
- RPPN Acurizal

Organização: BELLO, Carolina & SILVA, M.
Fonte: MMA; SEMA; Fundação Ecotrópica (2013).

A RPPN Dorochê possui uma área de 26.518 hectares e está situada junto à borda nordeste do Parna Pantanal e, assim como este, localiza-se no município de Poconé (MT). “É composta por um complexo de alagado e rica fauna típica da região” (IBAMA, 1999: 5).

De acordo com o Ibama (2006: 4):

De maneira geral, o Pantanal Mato-Grossense é a maior planície de inundação contínua do planeta, constituindo-se hoje em uma planície deprimida caracterizada pela deposição de sedimentos quaternários.

Contrastando com esta planície onde o PNPM está inserido, ocorre a Serra do Amolar, parcialmente localizada na Zona de Amortecimento do parque, que se destaca como o maior relevo da região, tanto em aspecto contínuo quanto altimétrico, com altitudes maiores que 800 metros, estando disposta em dois patamares que correspondem ao terceiro e quarto níveis topográficos do planalto.

Essa extensa superfície de inundação apresentam relevo bastante plano, o qual possui uma complexa rede hidrográfica e diversas feições esculpidas na planície sedimentar, relacionadas à dinâmica das águas do rio Paraguai. A altimetria da área varia de 80 a 150 m e a declividade é inexpressiva, fato que provoca, em princípio, um “barramento” do escoamento do rio Paraguai e seus afluentes e o consequente alagamento da área. Porém, de maneira geral, todos os rios do Pantanal dispõem de leitos que permitem escoamento nas cheias médias, embora nas grandes cheias haja inundação parcial ou total das zonas marginais.

Situado no Parque Nacional, do lado oposto, encontra-se o Rio Paraguai, em frente, localizam-se as RPPNs Acurizal e Penha e, atrás de ambas, a Serra do Amolar, que divide o Brasil e a Bolívia, atingindo 900 metros de altitude, representando um forte contraste com o entorno, o qual apresenta terras baixas e planas.

Até a década de 1990, poucos haviam sido os estudos e levantamentos para o estabelecimento de unidades de conservação na região compreendida pelo Pantanal. É importante lembrar que antes do Projeto RADAMBRASIL, da década de 1980, e do Macrozoneamento Geoambiental do Mato Grosso do Sul, de 1989, nos quais foram feitos levantamentos geomorfológicos, geológicos, pedológicos, biogeográficos e de uso potencial da terra sobre o Pantanal, praticamente não havia estudos sobre o Pantanal no que se refere a características naturais. Com isso, conhecendo o território, foi possível se pensar em planejamento e em políticas públicas para essas áreas ainda pouco estudadas.

Logo, diante de uma pressão internacional conservacionista, influenciada por ambientalistas brasileiros, houve a possibilidade concreta de ONGs atuarem permeando novas relações entre o Estado e a sociedade, “no controle, proposição, cogestão de políticas públicas; e na execução de serviços” (LANDIN, 1998: 27).

De acordo com publicações e entrevistas realizadas, ambientalistas, pesquisadores e até mesmo alguns fazendeiros sentiam a necessidade de se criar áreas protegidas e assegurá-las como patrimônio, pois percebiam uma mudança no regime hídrico pantaneiro. Tanto a cultura de soja no entorno do Pantanal quanto a devastação de matas ciliares modificaram o leito de alguns rios, aumentando o processo de sedimentação e, conseqüentemente, alguns rios, como o Taquari, desviaram-se de seu leito original e do rumo da foz, sem chegar ao rio Paraguai, aumentando a área inundada. Além disso, algumas partes do Pantanal, atualmente, encontram-se mais secas, enquanto outras estão mais alagadiças.

Após os trâmites para a aquisição das terras que atualmente são RPPNs, iniciou-se a preparação para a solicitação do título de Patrimônio Mundial Natural pela Unesco.

Segundo Adalberto Eberhard (informação verbal)⁵⁴, no final da década de 1990, nasceu uma proposta no governo federal de se inscrever as três RPPNs e o Parna Pantanal na lista da Unesco como Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal. Eberhard foi procurado pela direção da Unesco, juntamente com o Ibama, já que ele era uma referência no conservacionismo pantaneiro, tendo criado uma rede de relações com o governo, ONGs, embaixadas de diversos países e com a Unesco. Nesse contato entre a Unesco, o Ibama e Eberhard, concluiu-se que, com a inscrição da área na lista do Patrimônio Mundial Natural e a possível obtenção do título, o conjunto formado por essas UCs seria fortalecido, visto que esse título contribuiria em tomadas de decisão e em processos de planejamento, representando uma maior força política.

Nesse contexto, Eberhard teve a incumbência de montar a proposta para a criação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

⁵⁴ Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

Após apenas uma visita técnica por parte de representantes da Unesco, em fevereiro de 2000, a área foi chancelada com o título no final do mesmo ano. Conforme o dossiê técnico de avaliação – “World Heritage Nomination – IUCN Technical Evaluation”⁵⁵, as justificativas para a patrimonialização da área referem-se ao fato de a mesma ser parte de um dos maiores ecossistemas alagadiços do mundo e, apesar de sua área ser relativamente pequena, o local apresenta uma única combinação de ecossistemas naturais (planícies alagáveis e montanhas), o que o caracteriza como único na região pantaneira.

Outras questões importantes que constam no relatório de avaliação são:

- A principal fonte de água para o Pantanal é o Rio Cuiabá, o qual é o principal afluente do rio Paraguai. Estes dois rios estão entre os cursos de água mais importantes do Pantanal;
- O sítio apontado está situado nas bacias de cabeceiras dos dois rios, sendo, por isso, muito importante na abordagem hidrológica, assim como para a função que ele exerce na disseminação de nutrientes para toda a região pantaneira;
- “A área recomendada abarca ecossistemas típicos e características naturais do Pantanal, como corredores de rios, matas ciliares, banhados perenes e lagos, campos sazonalmente inundados e florestas terrestres”;
- As RPPNs Acurizal e Penha contêm a maior parte da Serra do Amolar, com uma altitude máxima de 900 metros, criando, assim, uma transição abrupta entre ambientes sazonalmente inundados e as montanhas, o que representa um gradiente ecológico único para o Pantanal (EBERHARD, 1999 apud UNESCO, 2000a : 31 – tradução nossa⁵⁶).

A transformação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal em Reserva Natural da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, em 2000, pela Unesco, deu-se em um momento em que a busca pelo chamado “desenvolvimento sustentável” e pela conservação ambiental ganhou maior destaque, criando territórios da conservação de interesse para, supostamente, toda a humanidade.

⁵⁵ UNESCO. *World Heritage Nomination – IUCN Technical Evaluation*. 2000. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/999.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2013.

⁵⁶ “The main source of water for the Pantanal is the Cuiabá River, which is the principal tributary of the Paraguay River; these two rivers are functionally among the most important waterways in the Pantanal. The nominated site is located in the headwater basins of these two rivers, thus being critically important from the hydrological point of view, as well as for the role it plays in disseminating nutrients to the whole Pantanal region. The nominated site includes typical ecosystems and natural features of the Pantanal such as river corridors, gallery forests, perennial wetlands and lakes, seasonally inundated grasslands and terrestrial forests. Acurizal and Penha Private Reserves, contains most of the Amolar Mountain range with a maximum altitude of 900m. This creates an abrupt transition between seasonally flooded environments and the mountains, representing a unique ecological gradient for the entire Pantanal region” (Eberhard, 1999 apud UNESCO, 2000a: 31).

É importante ressaltar que além de ser uma área reconhecida como patrimônio mundial natural, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal submete-se também à legislação ambiental brasileira, já que é um conjunto composto por três unidades de conservação (UCs) privadas e uma UC federal, sendo um exemplo emblemático de uma área que antes de seu reconhecimento internacional, feito pela Unesco, foi legalmente protegida pela legislação ambiental brasileira.

Em relação às características geográficas do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, ressalta-se que a área é composta de cerrado e de florestas estacionais periodicamente alagadas, representando, conforme Ibama (199-), a maior concentração de fauna do Neotrópico⁵⁷, sendo parte dessa fauna ameaçada de extinção. A Fundação Ecotrópica, a partir dessa motivação, delineou seu plano de ação principal: a conservação da biodiversidade *in situ* no entorno do Parna.

Figura 6 - Placa de declaração de Patrimônio Mundial Natural localizada na RPPN Acurizal

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

⁵⁷ A região neotropical compreende a região biogeográfica que se estende do sul do México, do sul da Flórida, passando pelas ilhas caribenhas até o sul da América do Sul (GOLDANI, 2012).

O título de patrimônio mundial natural é uma proposta da Unesco para “promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade”⁵⁸. Ainda nesse âmbito, “Patrimônio Natural significa formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico, de conservação ou estético” (IBAMA, 1999: 3).

Segundo a avaliação técnica da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) para o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, no item “Summary of Natural Values”, consta que: “apesar do tamanho relativamente pequeno, o sítio nominado apresenta uma única combinação de ecossistemas naturais (planícies alagáveis e montanhas) que o fazem único na região pantaneira” (UNESCO, 2000a: 31 – tradução nossa⁵⁹).

Conforme a Unesco (2000a), o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal situa-se nas bacias das cabeceiras dos Rios Paraguai e Cuiabá, os dois principais rios da bacia, sendo, desse modo, muito importante sob o ponto de vista hidrológico, distribuindo nutrientes para o Pantanal. Segundo Da Silva (1990), com base na variação anual do nível d’água das baías Acurizal e Porto de Fora, alimentadas pelo rio Cuiabá, o ciclo hidrológico regional pode ser dividido em quatro fases: enchente (outubro a dezembro), cheia (janeiro a março), vazante (abril a junho) e estiagem (julho a setembro); essas fases influenciam diversos processos ecológicos, como a ciclagem de nutrientes, os ciclos biológicos e a sucessão ecológica. Também ressalta que as enchentes influenciam o ciclo biológico dos peixes.

Ademais, o documento supracitado indica que o local possui as características naturais pantaneiras, como corredores de rios, galerias, zonas úmidas, lagos perenes, pastagens e vegetação inundada sazonalmente, ecossistemas típicos, além da Serra do Amolar, que possui altitude máxima de 900 metros, criando uma transição abrupta entre as montanhas e os ambientes inundáveis, formando um gradiente ecológico único para a região pantaneira.

O clima da região tem características tropicais continentais, marcado por duas estações: seca (de maio a setembro) e chuvosa (de outubro a abril), com

⁵⁸ UNESCO. *Título do Patrimônio Mundial*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/>>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2015.

⁵⁹ “Despite its relatively small size the nominated site presents a unique combination of natural ecosystems (wetlands and mountains) that make it unique within Pantanal’s region” (UNESCO, 2000a: 31).

predominância de fortes chuvas entre dezembro e fevereiro. A precipitação média é de 1250 mm por ano. As temperaturas médias variam entre 23 e 25 graus Celsius (IBAMA, 2003).

Mapa 5 - Cotas e precipitações médias mensais em pontos característicos da BAP.

Fonte: ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2003.

A combinação dessas características tornou a vegetação local mais diversificada em comparação a outras zonas pantaneiras, possuindo vegetação de Cerrado e da floresta estacional semidecidual do Sul e Sudeste Brasileiro.

Há uma área de floresta aluvial semi-decidual com pequenas árvores (10-15m de altura) e arbustos. Em baías permanentes, flutuantes massas insulares da vegetação ribeirinha são encontradas. No Pantanal inteiro foram catalogadas 250 espécies de plantas aquáticas, sendo 100 delas (40%) encontradas no local indicado. Grupos de árvores Acuri palma, que formam os bosques de palmeiras e bosques de palma que tornam a região famosa, são típicos de pântanos, perto dos rios e alagados. As encostas das montanhas Amolar são cobertas por vários tipos de vegetação, incluindo as savanas e as florestas secas bolivianas de terra baixa, que estão em perigo (EBERHARD, 1999 apud UNESCO, 2000a: 32 – tradução nossa⁶⁰).

De acordo com o Ibama (1999), o reconhecimento por parte da Unesco dessas áreas como Sítio do Patrimônio Mundial Natural solidifica o corredor ecológico e geográfico composto pelo Parque Nacional do Pantanal e por essas RPPNs, que apresentam todos os componentes mais importantes da gênese pantaneira, seja nas características geológicas e geomorfológicas, como nos processos fundamentais para a conservação da diversidade biológica e dos aspectos estéticos.

Segundo o Ibama (2006), o Parque e seu entorno representam um importante mosaico de áreas protegidas, estabelecendo uma conexão com a Área Natural de Manejo Integrado San Matias, na Bolívia, as RPPNs Acurizal e Penha, e o Parque Estadual do Guirá, no Mato Grosso. Ademais, atualmente, há outras iniciativas privadas que visam aumentar o mosaico de áreas protegidas, sobre as quais trataremos adiante.

Em 2000, a Unesco designou uma área de cerca de 25 milhões de hectares como Reserva da Biosfera do Pantanal, sendo 664 mil hectares correspondentes ao núcleo da reserva, 5 milhões de hectares correspondendo à zona de amortecimento

⁶⁰ "There is an area of semi-deciduous alluvial forest with small trees (10-15m in height) and bushes. In permanent bays, floating island masses of riverine vegetation are found. For the whole Pantanal region 250 species of aquatic plants have been reported, from which 100 of them (40%) are found in the nominated site. Typical of swamps, near the rivers and on waterlogged patches of earth, are clumps of acurí palm trees, forming the palm-tree groves and palm woodlands for which the region is famous. The slopes of the Amolar Mountains are covered by several vegetation types, including savannahs and the endangered Bolivian lowland dry forests" (Eberhard, 1999 apud UNESCO, 2000a: 32).

e 19 milhões de hectares às áreas de transição. Essa Reserva contempla os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e uma pequena parte de Goiás, cobrindo todo o Pantanal Brasileiro e as áreas de influência das cabeceiras dos rios que formam o sistema hídrico da planície (UNESCO, 2005b). O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é considerado uma das áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal.

A ideia de que se designasse a Reserva da Biosfera do Pantanal emanou do Programa Pantanal, sendo a categoria “reserva da biosfera” presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação como UC de uso direto, que a reconhece como “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Conforme o Programa Homem e a Biosfera (MAB), da Unesco, a Reserva da Biosfera “trabalha para prover de sustentabilidade as atividades da pecuária que se pratica na região desde o Século XVIII, consideradas um fator importante para a conservação da biodiversidade do Pantanal”⁶¹. Além disso, o MAB compreende que “a pesca artesanal e o ecoturismo (de paisagem, da pesca esportiva, de aventura, rural e tecnológico) são iniciativas econômicas que a Reserva quer privilegiar como uma das alavancas do desenvolvimento sustentável da região pantaneira”⁶².

A Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” (COBRAMAB, 2000) aponta a Reserva da Biosfera do Pantanal como adequada às três funções de uma Reserva da Biosfera deve exercer:

- “Conservação – contribuir com a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética” (COBRAMAB, 2000: 2);
- “Impulsionar o desenvolvimento econômico e humano de maneira social, cultural e ecologicamente sustentável” (COBRAMAB, 2000: 3);
- “Apoio a projetos demonstrativos; educação e treinamento ambiental; pesquisa e monitoramento relacionados a demandas locais, regionais, nacionais e globais de conservação e desenvolvimento sustentável” (COBRAMAB, 2000: 3).

⁶¹ MAB. *Reserva da Biosfera do Pantanal*. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_pantanal.asp>. Acesso em: 07 de Março de 2014.

⁶² MAB. *Reserva da Biosfera do Pantanal*. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_pantanal.asp>. Acesso em: 07 de Março de 2014.

A Reserva da Biosfera proposta é representativa de uma parcela dos sistemas naturais característicos da planície e dos planaltos, desde as grandes lagoas permanentes da fronteira com a Bolívia, baixadas inundáveis até campos e cerrados de altitude, na Chapada dos Guimarães, na Serra de Santa Bárbara ou no maciço do Urucum, com altitudes próximas a 1.000 metros de altura. Estão representados no seu interior sistemas naturais, como o cerrado de altitude, o cerrado inundável, campos de altitude, campos de baixada, inundáveis, cerradão, mata seca, mata ciliar, veredas, florestas com elementos e estrutura amazônicos além de florestas com forte influência atlântica, chaco úmido e mata chaquenha. O sistema formado pelo Alto Paraguai e afluentes forma também um conjunto geomorfológico especial, pelos contrastes entre planaltos e serras com a planície. [...] A chamada Morraria de Corumbá e a Serra do Amolar, ambas nos limites ocidentais do Brasil, formam outra estrutura cênica inigualável (COBRAMAB, 2000: 2).

Nota-se que é frequente em relatórios a utilização de termos como “beleza cênica”, “estrutura cênica inigualável”, entre outras adjetivações que apelam para o belo, o exótico, o diferente, o que certamente é utilizado pelo *trade* turístico.

Além de ter de atender às três funções supracitadas, os critérios para designação como reserva da biosfera são:

- “Englobar um mosaico de sistemas ecológicos representativos das principais regiões biogeográficas, incluindo uma gradação de intervenções humanas no sistema” (COBRAMAB, 2000: 6);
- “Ser significativa para a conservação da diversidade biológica” (COBRAMAB, 2000: 8);
- “Fornecer uma oportunidade para a demonstração da via do desenvolvimento sustentável em escala regional” (COBRAMAB, 2000: 9);
- “Ter a dimensão geográfica adequada para possibilitar o estabelecimento das três funções [...] de uma Reserva da Biosfera” (COBRAMAB, 2000: 10);
- “Estabelecimento do zoneamento da Reserva da Biosfera” (Idem, 2000: 10);
- “Promover o envolvimento e a participação de um grupo razoável de organizações governamentais, não governamentais e de interesses privados no formato e estabelecimento das funções de uma Reserva da Biosfera” (COBRAMAB, 2000: 10).

Uma questão pouco abordada nos documentos oficiais é o fato de que no extremo oeste da Reserva da Biosfera, próximo ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, encontram-se índios guatós, que são os índios canoeiros do Pantanal. Segundo a Cobramab (2000), restam cerca de 300 guatós na Terra Indígena Guató

e, aproximadamente, outros 400 estariam morando em fazendas pecuaristas da região e na cidade de Corumbá. Essa questão foi pouco abordada nos documentos produzidos pelo Ibama, como se essas pessoas fossem inexistentes, o que não difere do que vem ocorrendo historicamente com os indígenas no Brasil.

Hidrograficamente e do ponto de vista da geomorfologia fluvial, o Pantanal possui uma complexidade, que levou o geógrafo Aziz Ab'Sáber a denominá-lo como uma “paisagem de exceção”⁶³. Segundo Ab'Sáber (2006), a restauração da história paleoclimática e geomorfológica de um macrodomo cristalino originou a formação da planície aluvial do Pantanal, tendo como foco complementar os conhecimentos referentes à Teoria dos Refúgios e Redutos, mostrando que essa paisagem é uma herança de processos geomorfológicos e bióticos que se integram à sociedade. Além disso, o autor destaca o fato de que o Pantanal continua em processo de formação.

Reinaldo Corrêa Costa, ao apresentar o livro “Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos”, de Aziz Ab'Sáber (2006), afirma que o turismo é uma atividade que necessita paisagens diferenciadas, que não deveriam sofrer degradações ambientais. Nesse escopo, essas paisagens diferenciadas, por possuírem algo a mais, deveriam ser protegidas e, conseqüentemente, destinadas ao turismo, atividade econômica e prática social que sempre aparece como uma das justificativas e referências para a instalação de UCs. Desse modo, o meio ambiente, além de ser um recurso, passa a ser um produto simbólico a ser vendido.

Em relação à dinâmica fluvial, a drenagem da planície pantaneira constitui-se por cursos d'água pequenos ou córregos, linhas de drenagem de declividade média e ausência de vazantes. Os cursos d'água permanentes são os rios e riachos na parte alta, que descem a planície de baixa declividade (menos de três centímetros por quilômetro), reduzindo, assim, a velocidade do fluxo d'água, tornando os rios meândricos e com braços laterais de escoamento de drenagem estacional, que são chamados regionalmente de corixos ou corixões (COBRAMAB, 2000).

A largura dos rios diminui à medida que se aproxima da desembocadura. No caso do rio Paraguai, quando ele chega na região da Serra do Amolar, muda o curso

⁶³ AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos*. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2006.

de nordeste-sudeste para norte-sul. A Serra do Amolar e alguns maciços bolivianos levaram à formação das maiores lagoas naturais em profundidade do Brasil, que são conhecidas regionalmente como baías: Uberaba, Gaíba ou Gaíva e Mandioré (COBRAMAB, 2000).

As grandes lagoas da fronteira com a Bolívia, algumas com o tamanho e profundidade da baía de Guanabara, correspondem a um sistema natural único no Brasil, onde as maiores lagoas em extensão estão no Rio Grande do Sul (no entanto, as lagoas gaúchas são comparativamente mais rasas e geologicamente mais recentes). Uma característica geomorfológica rara, a presença de uma água emendada, isto é, uma cabeceira para dois rios de bacias diferentes, permite a conexão direta entre a bacia amazônica e o Pantanal. Por aí passam elementos de flora e fauna de ambientes aquáticos dos dois sistemas, sendo essa cachoeira considerada a via de colonização do Pantanal por parte da Vitória Régia (*Victoria cruziana*), a maior planta aquática emergente da bacia amazônica e com ocorrência na parte superior da bacia do rio Paraguai e afluentes (COBRAMAB, 2000: 3).

Após a confluência dos rios Cuiabá e Paraguai, este último o rio principal da bacia, na altura do Parque Nacional do Pantanal, o rio Paraguai, devido ao grande volume d'água recebido, volta a ter um canal de maior largura até chegar à cidade de Corumbá, local em que é desviado bruscamente para leste e contorna o Maciço do Urucum. Portanto, entre o Parque Nacional e a cidade de Corumbá, a navegabilidade é bastante favorecida. Tal característica natural, conjugada às outras aqui apresentadas, reforça o potencial de exploração dos rios regionais por atividades turísticas como a observação de paisagens e da fauna a partir de passeios de barco e a chamada pesca esportiva.

Figura 7 - Imagem da Lagoa Gaíva ou Gaíba, entre as RPPNs Penha e Rumo ao Oeste

Foto de: BELLO, Carolina, 2014.

Em relação às inundações, o Ibama (2006) adota a classificação referente à frequência e extensão das mesmas. Desse modo, o Pantanal se divide em duas regiões:

- (1) áreas permanentemente alagadas, compondo-se de lagoas, alimentadas por cursos d'água de diferentes tamanhos e lagoas conectadas por canais temporários. Na época das enchentes, as lagoas e canais se interligam e na seca podem ficar individualizados. O escoamento da água é muito lento devido à baixa declividade e resistência oferecida pela vegetação;
- (2) áreas temporariamente alagadas por contribuição de cursos d'água de diferentes tamanhos e por água de chuva, onde a drenagem é deficiente. Estas áreas podem ser inundadas por alguns meses, todos os anos, ou por muitos meses, durante alguns anos (IBAMA, 2006: 4).

O Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é considerado um Pantanal de Alta Inundação com base nessa classificação utilizada pelo Ibama (2006), por períodos de até 8 meses, principalmente na porção concernente ao Parna Pantanal,

sendo os meses de abril a junho correspondentes às maiores áreas de inundação média anual.

É possível chegar ao Complexo por via aérea, pousando na RPPN Acurizal em uma pista de 800 metros. Também é possível embarcar em chalanas ou barcos em Corumbá ou Cáceres, com tempo de viagem que varia de 3 horas a 5 horas dependendo do motor do barco. O porto de Corumbá dista 238 quilômetros da sede do Parna Pantanal, subindo o rio Paraguai. Em Corumbá, há um aeroporto que opera voos regulares da empresa aérea Azul, partindo de Campo Grande; também é possível chegar à cidade de Corumbá pela rodovia BR-262, totalizando 397 quilômetros.

Há outros meios de acesso, como via Cuiabá até Poconé, percorrendo 104 quilômetros pela rodovia MT-060 e, em seguida, após o núcleo urbano de Poconé, continuando pela MT-060, a rodovia passa a ser chamada de Transpantaneira, sendo considerada uma unidade de conservação – uma Estrada-Parque estadual. A Transpantaneira inicia-se e termina em Poconé, na localidade de Porto Jofre, onde há um hotel de luxo voltado à observação de animais e à pesca. Nesse local, há pista de pouso, possibilitando a chegada em voos fretados.

Em Porto Jofre é necessário pegar um barco que leva 3 horas para chegar à RPPN Acurizal ou ao Parque Nacional. Já no interior do Parque, a maneira de se locomover é por via fluvial, todavia, nas RPPNs é possível realizar a locomoção por trilhas ou barcos. A RPPN Acurizal possui uma boa infraestrutura de hospedagem, contando com um restaurante grande, pista de pouso, trilhas e piscina. Segundo o Ibama (1999: 29), “Acurizal tem uma excelente infraestrutura para receber e promover pesquisa e visitação, através de ecoturismo e educação ambiental, contando com uma boa pista de pouso, o que garante acesso durante todo o ano”.

2.3.1 ONGs, planos de manejo e produção do espaço

Em 2003, foram realizados os planos de manejo das RPPNs Penha, Acurizal e Doroquê⁶⁴ e do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense. O Plano de Manejo das RPPNs foi financiado pela ONG *Conservation International*, dentro do escopo de ampliação de suas ações no Corredor Ecológico Pantanal – Cerrado

⁶⁴ Há um único plano de manejo que contempla as três RPPNs.

(CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002). Já o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense foi desenvolvido por meio da parceria entre o Ibama e a TNC, na esfera do Termo Aditivo ao Convênio Ibama/TNC/GASMAT e pelo contrato acordado entre a TNC com a Campos Verdes Consultoria em Meio Ambiente S/C Ltda (IBAMA, 2003).

Além de orientarem as ações dentro das UCs, os Planos de Manejo também estabelecem as metas de conservação para os territórios da conservação. No caso do parque nacional, o plano de manejo estabelece a zona de amortecimento, em uma superfície de 274.790 hectares, ou seja, mais que o dobro da superfície do parque, possuindo um perímetro de 640 quilômetros. A zona de amortecimento representa um grande avanço para que o parque não seja literalmente uma ilha de conservação cercada por ambientes degradados; contudo, salienta-se que somente após 22 anos da criação da UC houve a formalização da zona de amortecimento, amparada pelo documento legal “Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense”.

A planície fluviolacustre onde está situado o PNPM é formada por lagoas de dimensões diversas, sendo as mais expressivas as de Uberaba e Gaíva, localizadas na linha de fronteira do Brasil/Bolívia. Esta situação faz com que a área do Parque e sua Zona de Amortecimento (ZA) sejam consideradas como de extrema vulnerabilidade (IBAMA, 2003: 5).

No Pantanal, na busca por um uso dito sustentável da terra, priorizou-se o desenvolvimento do turismo, incentivando a criação de RPPNs. No estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, há diversas RPPNs e apenas dois parques, sendo um municipal e um estadual. Destaca-se que o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro, localizado nos municípios de Aquidauana e Corumbá, teve influência da ONG transnacional *Conservation International*, que deu apoio financeiro e logístico para o estabelecimento do parque. No início dos anos 2000, a CI-Brasil, ramo da CI, buscou também adquirir mais fundos para investir na criação de um corredor ecológico que ligaria o Pantanal com o Cerrado.

Um adicional de 4 milhões dólares foram levantados pela CI para começar as negociações para 2-3 novas áreas ao longo da bacia do rio Negro, os eixos centrais da área do Cerrado Pantanal. Bem como adquirir a terra, esta generosa doação apoiará CI para estabelecer um centro de treinamento para desenvolver a capacidade das populações locais sobre a melhor forma

de utilizar os seus recursos naturais (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002: 3 - tradução nossa⁶⁵).

A atuação da CI, no contexto da parceria entre a USAID/ *Global Bureau Leader* e os Associados ao Programa de Conservação Global (*Associates Global Conservation Program*), foi responsável pela implementação de corredores de biodiversidade em algumas áreas prioritárias em três países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, onde o foco foi o Pantanal e o Cerrado. A proposta desse programa foi estabelecer corredores funcionais de biodiversidade em um acordo de cinco anos. A CI ainda tinha um objetivo maior, tentando interferir no modelo econômico de gestão de áreas protegidas e em suas regulamentações (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002).

A equipe do Corredor e parceiros irão fornecer apoio técnico, logístico e financeiro para a criação e gestão de áreas protegidas públicas e privadas no Corredor Norte – Sul da região. CI também apoiará a implementação de planos de gestão em áreas protegidas existentes. Estamos considerando apoio no Sul - Parque Nacional da Serra da Bodoquena e nas reservas privadas circundantes; no Norte - Parque Nacional do Pantanal, Estação Ecológica Taiamã e reservas privadas nas proximidades. Ações de apoio incluem:

- Prestar assistência técnica e formação em atividades científicas necessárias para aumentar dados de base, desenvolver e implementar planos de manejo;
- Promover estudos para fortalecer os mecanismos de apoio financeiro para reservas particulares;
- Estabelecer e promover a necessidade de novas áreas protegidas através de informações técnicas e de esclarecimentos justificados, bem como a promoção de decisões políticas;
- Promover a importância das reservas privadas na preservação da integridade do corredor, incentivando proprietários a determinar uma parte de suas terras como reservas;
- Fortalecer instituições públicas que regulam as reservas privadas por capacitação da equipe regional, ofertando suporte técnico contínuo (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002: 29 - 30 – tradução nossa⁶⁶).

⁶⁵ “An additional \$4 million have been raised by CI to begin negotiations for 2 to 3 new areas along the Negro river basin, the central axes of the Cerrado Pantanal area. As well as acquiring the land, this generous donation will support CI to establish a training center to build capacity of local people on how best to use their natural resources” (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002: 3).

⁶⁶ “Corridor staff and partners will provide technical, logistical and financial support for the creation and management of public and private protected areas in the North – South Corridor region. CI will also support the implementation of management plans in existing protected areas. We are considering support in the South – Parque Nacional da Serra da Bodoquena and surrounding private reserves; in the North – Pantanal National Park, Taiamã Ecological Station and nearby private reserves. Support actions include: Provide technical assistance and training in scientific activities needed to increase baseline data, develop and implement management plans; Promote studies to strengthen financial supporting mechanisms for private reserves; Establish and promote the need for new protected areas

Delimitava-se, assim, no Brasil, nos anos 1990 e 2000, uma territorialização de ONGs, cada uma com suas especificações, atuando em biomas específicos, com dinheiro proveniente, entre outros países, dos Estados Unidos. Excetuando-se algumas iniciativas de se implementarem unidades de conservação públicas no Pantanal, a presença de ONGs solidificou uma rede de territórios da conservação no âmbito de um Estado ausente.

Essas ONGs, com estratégias definidas, ao se apropriarem de um espaço, territorializam esse espaço. Marcelo Souza (2000: 96) aponta que: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”, definindo, assim, o “território como um espaço definido por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000: 96). Steinberger (2013: 63) afirma que o Estado não é proprietário do território, sendo propriedade “de todos os agentes e atores sociais que têm o poder do ‘agir político’ na sociedade”.

Outra ONG bastante presente e atuante no Pantanal, justamente no entorno e no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, é o Instituto Homem Pantaneiro, fundado em 2002, e o qual atualmente, possui uma parceria com a Fundação Ecotrópica, auxiliando-lhe no monitoramento de suas RPPNs.

O Instituto Homem Pantaneiro (IHP) é uma organização da sociedade civil, sem fins, lucrativos, que atua na conservação e preservação do bioma Pantanal e da cultura local. Dentre as atividades desenvolvidas pelo IHP destacam-se: gestão de áreas protegidas, desenvolvimento de pesquisas e promoção de diálogo entre os atores com interesse na área. Tem sede em Corumbá.⁶⁷

A territorialização dessas ONGs é marcada por conflitos entre as mesmas ou entre elas e as comunidades envolvidas, pois ao almejarem delimitar territórios, definir os possíveis usos do espaço, acabam influenciando e atuando na produção do espaço. Um caso emblemático é o que se passa com a comunidade tradicional ribeirinha “Barra de São Lourenço”, que se localiza na zona de amortecimento do Parna Pantanal, comunidade esta que necessita de uma área não inundável durante

through technical information and justification explanations, as well as policy decisions promotion. Promoting the importance of private reserves in preserving the integrity of the corridor and encouraging landowners to set aside part of their lands as reserves; and, Strengthening public institutions that regulate privately held reserves by capacity building regional staff and offering ongoing technical support” (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2002: 29-30).

⁶⁷ INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO (IHP). Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/index.php?pag=biz_quemsomos>. Acesso em: 15 de Julho de 2015.

o período de cheias para se estabelecer e, assim, busca uma área chamada de “Aterro do Socorro”, com 13 hectares, na RPPN Penha, para se alocar durante esse período do ano. De um lado, a ONG Ecoa⁶⁸ busca defender por meios legais essa comunidade e, de outro, a Fundação Ecotrópica e o Instituto Homem Pantaneiro creem que os ribeirinhos não deveriam ocupar a região, questionando o modo de vida da comunidade e a pesca na área que é patrimônio mundial.

Assim, sendo o processo de produção do espaço, conflituoso e contraditório, verifica-se que a comunidade tradicional situada próxima à área está constantemente ameaçada de perder a área utilizada tradicionalmente para refúgio durante as cheias, sendo o caso levado ao Ministério Público Federal (MPF) pela ONG Ecoa, que, *a priori*, assegurou os direitos dos ribeirinhos. Fica evidente que há uma territorialização das ONGs no entorno do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, cada uma com suas especificidades e objetivos de ação, muitas vezes, respaldadas por doações internacionais, provenientes de grandes ONGs transnacionais e de projetos de edital público, tendo destaque no entorno do CAPP a atuação, principalmente, da Ecotrópica, do IHP e da Ecoa.

Marx (1973), Alain Lipietz (1988) e David Harvey (2005) corroboram a ideia de que o capital extrai mais lucro onde está se expandindo e destruindo formas pré-capitalistas de produção em comparação às áreas onde o capitalismo é mais desenvolvido. “Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade” e “atrai novos continentes para o metabolismo da circulação” (MARX, 1973: 224-5 apud HARVEY, 2005).

Quanto aos funcionários do Parna Pantanal, ressalta-se que os mesmos possuem opiniões diferentes acerca da produção do espaço nesses territórios da conservação (informação verbal)⁶⁹. Verifica-se que o CAPP se insere no âmbito de práticas conservacionistas materializadas no território, apoiado, principalmente, por ONGs estrangeiras e nacionais, sendo destinado dentro da dinâmica da produção

⁶⁸ “A ECOA foi criada em 1989, em Campo Grande - MS, por um grupo de pesquisadores de diversas áreas profissionais, dentre elas as de biologia, comunicação, arquitetura, ciências sociais, engenharia e educação, para estabelecer um espaço de reflexão, debates e formulações e também desenvolver projetos e políticas públicas para a conservação ambiental e a sustentabilidade tanto no meio urbano quanto no rural. Nesta perspectiva o Pantanal e a bacia hidrográfica do rio da Prata foram identificados como as regiões prioritárias, sendo que no caso Pantanal concentraram-se as ações de base comunitária, o que indica, também, uma das razões para a criação da organização.” Disponível em: < <http://www.riosvivos.org.br/Canal/Ecoa/37>>. Acesso em: 04 de Agosto de 2015.

⁶⁹ Entrevista concedida por SILVA, Zilma. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Poconé, 2013.

do espaço à conservação ambiental, ao turismo e à pesquisa científica.

A Fundação Ecotrópica, por sua vez, atua em um sistema de cogestão com o IHP, cuja sede se encontra em Corumbá. O IHP teve um projeto aprovado pela empresa Vale, no escopo do Programa Convivência da Vale, devendo receber doações a fim de continuar executando seu monitoramento ambiental, uma vez que o IHP é a entidade que gere a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, criada em 2008, com a justificativa de ajudar a preservar uma área de 276 mil hectares de áreas protegidas, dos quais 209 mil são legalmente constituídos como UCs, ao longo dos rios Paraguai e Cuiabá.

A RPCSA visa promover ações que “estão agrupadas em programas estruturantes de fiscalização, comunicação, pesquisa científica, prevenção e combate a incêndios florestais”⁷⁰. De acordo com o IHP (2009), a parceria propõe “ações de gestão integrada para conservação e contribuir para a proteção destas áreas criando ações integradas voltadas à proteção de um grande mosaico, maximizando meios e otimizando recursos financeiros, técnicos e logísticos” (IHP, 2009: 115).

A RPCSA encaixa-se no conceito de mosaico, contudo os parceiros definiram que não haveria a formalização da Rede como um mosaico, fato que se deve aos entraves burocráticos e por haver falhas na legislação que se refere à criação e gestão dos mosaicos (MOREIRA et al., 2010: 2).

A Rede contempla a área patrimonializada, a RPPN Rumo ao Oeste (próxima à Lagoa Gaíva, em Corumbá), de propriedade da Fundação Ecotrópica, além de outras RPPNs e fazendas que estão a sul do CAPP, como a RPPN Engenheiro Eliezer Batista, a Fazenda Santa Tereza e a Fazenda Jatobazinho. Segundo o IHP (2009), a rede é resultado de uma parceria do IHP, gestor da RPPN Engenheiro Eliezer Batista, do grupo EBX (especificamente, pertencente à MMX Corumbá Mineração Ltda), de propriedade do empresário Eike Batista, da Fundação Ecotrópica, com apoio do Instituto Acaia – Núcleo Pantanal, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e da 2ª Companhia da Polícia Militar Ambiental.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/?pag=ver_programas&id=89>. Acesso em: 30 de Julho de 2014.

Figura 8 - Propriedades participantes da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar

PROPRIEDADES	Área Legalmente Protegida	Área de Abrangência da Rede

1. Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	135.581	135.581	
	2. RPPN Dorochê	26.518	26.718	
	3. RPPN Rumo ao Oeste	900	990	
	4. RPPN Acurizal	13.200	13.665	
	5. RPPN Penha	13.100	13.409
6. Fazenda São Gonçalo	-	180	
	7. Fazenda Santa Rosa	-	78	
	8. Sítio Serra Negra	-	16	
	9. Fazenda Vale do Paraíso	-	184	
PRIVADO	10. Fazenda Morro Alegre	-	1.351
11. RPPN Engenheiro Eliezer Batista	12.680	20.259
12. Fazenda Santa Tereza	-	63.291
13. Fazenda Jatobazinho	-	360	
TOTAL (hectares)		201.979	276.087	

Fonte: ACAIA PANTANAL, 2013. Disponível em: <http://www.acaia.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/RPCSA_2014_PORT.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2015.

A RPCSA possui um Programa de Monitoramento Ambiental que visa “identificar e monitorar as atividades antrópicas realizadas na região, desenvolver ações de Educação Ambiental juntamente com a população ribeirinha e contribuir para a formação de profissionais no campo da Biologia e Geografia” (IHP, 2009: 117).

A formação dessa rede tem de ser problematizada, já que se insere em uma faixa de fronteira, onde, por meio de uma parceria público-privada, inclusive fazendas que não são RPPNs, compõem um grupo de controle ao longo de um trecho do rio Paraguai, sob a justificativa de distanciamento do controle da vigilância por parte do poder governamental.

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense escancara a situação de fragilidade da fronteira, o que acaba indiretamente abrindo a possibilidade para que outros atores, na ausência do Estado, atuem:

A situação de liminaridade, típica das áreas de fronteira, possibilita a emergência e consolidação de um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e políticas marcadas pela combinação das partes. A fronteira, de certo modo, delimita a diferença [...] e enquanto tal se configura como o território onde se faz necessário relativizar a diversidade. Na realidade são espaços de passagem, de entrada e saída, “espaços da vigilância” que, embora administrados segundo as regras/leis do “Poder Central”, situam-se distantes do mesmo (IBAMA, 2003: 5).

Amolar

Fonte: IHP (2014).

A sustentação desse modelo conservacionista ocorre, evidentemente, por meio de doações de parceiros que investem, de alguma maneira, na região, nem sempre com interesses que são “genuinamente ambientais”. Já a fiscalização ocorre por meio de funcionários do ICMBio e da Polícia Militar Ambiental.

A Ecotrópica, além de ter adquirido terras que foram destinadas à conservação ambiental, também atua nas discussões de políticas públicas concernentes ao meio ambiente, compondo o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Cuiabá, o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse cenário, alguns dos assuntos abordados e que foram influenciados por essa ONG na tomada de decisão foram: Código Ambiental de Mato Grosso, Hidrovia Paraguai-Paraná, Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso, Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, legislação de pesca, Programa BID Pantanal, dentre outros. No caso da Fundação Ecotrópica, ressalta-se que, pela Lei nº 7.006, em 22 de maio de 1998, foi declarada como instituição de Utilidade Pública Estadual, funcionando praticamente, desde então, como um braço do Estado. Para Steinberger (2013: 63), “produzir políticas públicas não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, mas de todos os agentes e atores sociais, cabendo-lhes coordenar a ação desses e oficializar as políticas públicas”.

Apesar dessas iniciativas de conservação da natureza, existe uma atividade agropecuária no entorno do CAPP, além de mineração, pesca comercial e esportiva e turismo. Destaca-se a pecuária extensiva como a principal atividade de uso e ocupação do solo. A agricultura e a pecuária são atividades complementares na planície pantaneira, relativamente de baixo impacto em comparação a outras regiões do Brasil, contudo, um método bastante utilizado para a renovação de pastos é a queimada, devido ao baixo custo. Esse tipo de ação, contínua no Pantanal, em diversas situações, acaba ocasionando grandes incêndios no entorno do Parque.

Sobre os riscos de incêndio

Na Serra do Amolar, onde se localiza parte das RPPNs Penha e Acurizal, devido à altitude da mesma, ocorrem também incêndios devido a raios.

Gráfico 1 - Focos de calor detectados pelo satélite NOAA 12 (noite), anos de 2000 a 2005

Fonte: Prevfogo; Ibama (2006).

Assim, apesar das diversas ações em prol da conservação da natureza e dos rios Paraguai e Cuiabá representarem barreiras naturais à propagação do fogo, verifica-se uma grande vulnerabilidade da zona da Serra do Amolar no tocante a incêndios.

Segundo o Ibama (2006), as áreas de maior risco de incêndio, na zona de amortecimento do Parna, são as RPPNs Penha e Acurizal, a sudoeste do Parque, que possuem vegetação de cerrado e campos rupestres, e têm como vizinhas fazendas com atividades agropecuárias, que, por vezes, utilizam-se de queimadas para limpar os pastos, além de atividades extrativistas, como o mel, tanto do lado do Brasil como da Bolívia. Também atentam para a comunidade ribeirinha “Barra”, a sul do Parque, localizada na confluência entre os rios Paraguai e Cuiabá, como uma das responsáveis por incêndios. Já a leste-nordeste do Parque, nas fazendas Dona Belisca e Santa Izabel, nas quais há pecuária extensiva, há chances de propagação de incêndio em direção ao Parque, pois fazem fronteira “seca” com este, principalmente, durante o período de estiagem. A nordeste do Parna localiza-se a RPPN Dorochê, onde há frequentes incêndios de causas naturais, ameaçando, consequentemente, o Parque. A extração de mel e a coleta de isca viva, para a pesca comercial e esportiva, representam risco de incêndios com o acendimento de

fogueiras para o desenvolvimento dessas práticas.

Evidenciam-se, assim, algumas contradições presentes na produção do espaço. O ideal conservacionista entra em conflito com atividades econômicas, com a população local, entre ONGs, além das causas naturais, como incêndios. A pesca comercial e esportiva, esta última ligada ao turismo de pesca, também, constantemente, entra em conflito com os ideais presentes nas unidades de conservação.

Além disso, há de se considerar que o rio Paraguai é um rio internacional, que do ponto de vista geopolítico e de segurança nacional está sob o domínio da Capitania Fluvial dos Portos da Marinha do Brasil, visando à proteção do território nacional, ou seja, outro fator que influencia na produção e na organização do espaço ao longo desse rio.

Ademais, com a configuração da RPCSA, há outra maneira, por meio de outros atores, de se demonstrar poder e controle em terras ao longo do rio Paraguai. A partir da cooperação pública (ICMBio e Polícia Florestal) com ONGs e proprietários de terra (IHP, Ecotrópica, Acaia e fazendeiros), estabeleceu-se um monitoramento ambiental, que objetiva fiscalizar e normatizar o uso do espaço na área da RPCSA. Assim, foi formada uma rede de territórios da conservação, ao longo de trechos do rio Paraguai e Cuiabá, cujos atores tentam controlar a produção e o uso do espaço. Essa questão, que também é geopolítica, de controle do uso do espaço, acabou chegando ao Ministério Público Federal, com o caso da Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço.

Em relação ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, concorda-se com Canclini (1994), quando este afirma que um dos paradigmas contidos nas práticas patrimonialistas contemporâneas é o *imaginário conservacionista e monumentalista*, cujo objetivo está voltado à grandiosidade e à magnificência dos bens protegidos. No caso, trata-se de uma área que além de ter de se submeter à legislação ambiental brasileira, passou a utilizar-se de bandeiras de intocabilidade e conservacionismo sob a justificativa de ser um patrimônio mundial natural. Assim, presencia-se um contexto em que a presença das populações tradicionais em áreas protegidas acaba sendo considerada uma ameaça ao modelo de conservação.

A população do entorno não criou identidade com as políticas desenvolvidas pela Fundação Ecotrópica; tampouco possui identidade com o parque, que virou

uma espécie de ilha de conservação afastada da sociedade local, a qual, por sua vez, mal é mencionada enquanto uma população carente que vive no entorno do parque.

Os atores conservacionistas delimitaram territórios da conservação, gerindo-os, normatizando-os, já que a regulamentação desses territórios permite apenas determinados usos para os mesmos. Assim, influenciam a produção do espaço, evidenciando que o território exprime as relações de poder representadas no espaço.

Excetuando-se o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, no âmbito do Programa Pantanal, que gerou um grande relatório, que serviu como diagnóstico, apesar de sua execução parcial, das leis e decretos criados ao longo das últimas décadas, pouco se tem, de fato, implementado em relação a políticas públicas ambientais para o Pantanal tendo como agente e executor o governo. Ademais, apesar das normatizações, as execuções são falhas. Sendo o Pantanal uma planície alagável, cujos leitos e margens de rios são modificáveis, entende-se que deveria haver diretrizes mais específicas para a planície, com efetivas ações na prática, englobando os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Houve, inclusive, dois projetos para que se criasse o estado do Pantanal. Em 1991, o Deputado Federal corumbaense Elísio Curvo, na gestão do Presidente Fernando Collor de Mello, alegara que seria assinado a criação do estado do Pantanal, mas o *impeachment* de Collor foi um impedimento à concretização dessa ideia. Em 2003, o Deputado Federal Fernando Gabeira (PV- RJ) apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1027/2003 para a criação do Território Federal do Pantanal, o qual não obteve apoio político regional necessário (PORTO, 2007).

Nos trabalhos de campo realizados em 2013 e 2014, estava evidente o descontentamento dos funcionários das prefeituras no que concernia à atenção dada por ambos os estados ao Pantanal. Adalberto Eberhard (informação verbal⁷¹) afirma que cada vez mais o Pantanal está mais degradado, principalmente, em sua borda, onde está o planalto. Segundo Eberhard, houve diversas políticas públicas que incidiam sobre o Pantanal nas últimas décadas, porém, na prática, foram poucas as ações ocorridas. Há inúmeras ameaças presentes com a instalação de hidrelétricas, projetos de ampliação da navegabilidade do rio Paraguai, dentre

⁷¹ Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

outras.

Salienta-se, ainda, que as políticas são estaduais e, assim, não compreendem o Pantanal como uma região, como uma unidade baseada em uma dinâmica da natureza específica e em uma identidade pantaneira. Há normatizações estaduais que não englobam a diversidade existente nos estados. Não se defende, aqui, que há uma homogeneização que torna o Pantanal um todo-harmônico, mas sim uma história que o concebe enquanto uma totalidade histórica (LENCIONI, 2005).

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica (LENCIONI, 2005: 196).

Lembramos, por fim, que: “no Pantanal aliam-se a identidade do ‘pantaneiro’, produto histórico da criação extensiva de gado, e a herança indígena, presente direta [...] ou indiretamente (através de hábitos culturais como o tereré)” (BRASIL, 2005a: 58).

3. A (RE)INVENÇÃO DO TURISMO NO PANTANAL: ENTRE A PRODUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O desenvolvimento do turismo no Pantanal é resultado de uma convergência de fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Não é possível compreender o desenvolvimento da atividade turística na sua relação com a patrimonialização da natureza dessa região sem esse resgate de fatores que contribuíram para a configuração e a promoção dessa atividade.

Assim, para a análise da relação entre patrimonialização da natureza e desenvolvimento da atividade do turismo na produção do espaço no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno, há de se resgatar o histórico do turismo nos três municípios que compõem a área de estudo: Corumbá, Poconé e Cáceres, além de ser necessário contextualizar as políticas regionais e municipais de turismo que englobam o Pantanal, os planos de incentivo e as atividades referentes ao turismo que se desenvolveram nesses três municípios.

Não seria pertinente realizar uma análise do turismo centrada somente no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, visto que a atividade não se restringe a um só local, envolvendo, também, a dinâmica fluvial pantaneira. O turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno não é estático, já que há também o turismo de pesca nas águas dos rios pantaneiros que compõem o Complexo. Ademais, os turistas têm de se locomover a partir de um centro urbano, que, normalmente, é Corumbá ou Cáceres.

Rodolfo Bertoncello⁷² afirma que é necessário pensar no turismo a partir da mobilidade turística como uma forma de mobilidade. O turismo pode ser pensado a partir dessa ótica, pois envolve um local de origem e um destino na diferenciação da prática, portanto, contempla uma mobilidade espacial, havendo fronteiras e barreiras que atuam como “classificadoras do espaço e da população quanto às formas consentidas de mobilidade, e quanto a uma hierarquização dos sujeitos com diferentes ‘direitos’ de acesso a esta mobilidade” (PÓVOA NETO, 2011: 129).

Nesse sentido, concorda-se com a seguinte afirmação que considera que para a atividade do turismo é necessária a integração entre os núcleos emissores e

⁷² Apresentação oral realizada no Seminário Internacional “Território e Circulação na Dinâmica Contraditória da Globalização”, ocorrido em Novembro de 2012 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

receptores de turistas, assim como de seu espaço de deslocamento: “a espacialidade do ciclo de reprodução do capital implica múltiplas localizações e suas necessárias articulações, em virtude dos processos produtivos e do consumo apresentarem ampla escala, envolvendo diferentes lugares” (CORRÊA, 1997).

3.1 Fatores socioeconômicos que contribuíram para o desenvolvimento do turismo contemporâneo

Segundo Xavier (2007), na história do turismo contemporâneo, destacam-se três fases: a primeira delas refere-se ao turismo elitista que acompanhou a Revolução Industrial, caracterizada por equipamentos luxuosos; já a segunda concerne ao surgimento do turismo de massa, em uma conjuntura de maior acesso aos meios de transporte, a crédito, a conquistas trabalhistas, como o direito a férias, em um contexto marcado pela industrialização de diversos países e pela difusão da atividade do turismo. Xavier (2007: 51) ainda afirma que nessa fase instituiu-se o “modelo do turismo fordista”, por conta da organização de pacotes de viagens. Por fim, a terceira faz correspondência ao momento atual, caracterizada pela modernidade, referindo-se a um período influenciado por recursos tecnológicos, pela criação e pela propagação de megaresorts e de parques temáticos, além da influência da natureza e da cultura.

Becker (2001) explana que com as inovações tecnológicas concernentes aos transportes no século XIX, como o desenvolvimento da ferrovia e da navegação a vapor, uma pequena parte da sociedade pôde começar a gastar dinheiro com a atividade do turismo. Assim, surgiram os primeiros agentes e companhias que começaram a organizar a atividade do turismo, tornando-se, ao longo do tempo, uma possibilidade de acumulação capitalista, centralizada em um novo produto, que se somou aos espaços produtivos que já existiam. No entanto, foi no Pós Segunda Guerra Mundial, que se assistiu a mudanças significativas no turismo, com a “massificação de padrões de consumo que o ‘welfare state’ veio a abrir nos países capitalistas centrais” (BECKER, 2001: 2). Essa metamorfose se sustentou com a regulação e a legislação trabalhista, caracterizadas pela limitação do tempo de trabalho, pela aposentadoria, pelas férias remuneradas, em uma conjuntura de

maior facilidade de locomoção, com a possibilidade de viajar de avião (BECKER, 2001).

O turismo foi apresentado como um fator de desenvolvimento no contexto do Pós Segunda Guerra Mundial, sendo incentivado por organismos internacionais, como a ONU, o Banco Mundial, mediante empréstimos para projetos turísticos. Assim, muitos países foram estimulados a incluir o turismo nos seus planos de desenvolvimento (PEARCE, 1987; DIAMOND, 1977; MARANHÃO, 1996).

Segundo Diamond (1977: 539), com a imagem de que o turismo é uma “atividade econômica de tecnologia muito simples usando recursos existentes com abundância nesses países (sol, paisagem e mão de obra), a proposta do turismo como estratégia de desenvolvimento era irresistível”.

Desde então, o turismo vem crescendo como atividade:

No mundo, estudos recentes mostram que o turismo tem sido a atividade que apresenta os maiores índices de crescimento. Todas as previsões assinalam para elevadas taxas de crescimento da movimentação turística durante as próximas décadas. Esse movimento irá contribuir para a criação de novos postos de trabalho e de riqueza. Previsões da Organização Mundial de Turismo – OMT – apresentam indicadores de movimento de turistas no mundo que passará dos 528 milhões de pessoas que se deslocaram, em 1995, para cifras da ordem de 1.018 milhões de pessoas, em 2010. Em 2005, os estudos indicaram que o turismo gerou cerca de 300 milhões de empregos através de 52 setores da economia. No Brasil, as cifras ainda são modestas, mas também assinalam perspectivas significativas (XAVIER, 2007: 16).

De acordo com a OMT (2014), o turismo no mundo tem uma participação direta e indireta de 9% no PIB, sendo responsável pela geração de um em cada onze empregos. Além disso, representa 6% das exportações mundiais, equivalendo a mais de 1,4 bilhão de dólares. No Brasil, atualmente, o turismo responde por aproximadamente 3,6% do PIB, empregando mais de 10 milhões de indivíduos direta e indiretamente (EMBRATUR, 2015).

Sendo assim, é evidente que houve uma série de fatores, como o direito a férias, as melhorias nas condições de transporte e nas comunicações, os investimentos em políticas de turismo e em infraestruturas, além de melhores condições socioeconômicas e a consolidação de uma classe média, detentora de certa renda, que possibilitaram o crescimento da atividade.

Em 1950, havia cerca de 25 milhões de turistas internacionais no mundo, já em 2013, o número de turistas internacionais foi de 1.087 milhões, mostrando a força que essa atividade vem desempenhando e a importância adquirida (OMT, 2014).

O final do século XX traz mudanças nesse quadro, relacionadas aos principais vetores de transformação do mundo contemporâneo: a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental. Como esses elementos se combinam e repercutem sobre o turismo? Assistimos à passagem para um novo modo de produzir, baseado em novas tecnologias, numa inovação contínua de produtos e processos. A velocidade é um elemento decisivo nessa passagem, impactando sobre os territórios em todas as escalas geográficas, com redes técnico-informacionais, permitindo articulações diretas entre o local e o espaço transnacional. A presença das redes é extremamente importante na viabilização da mercantilização da imagem dos lugares. A mídia tem papel fundamental para o desenvolvimento das estratégias de marketing, elemento central na questão do turismo. O marketing, as redes de informação e de circulação atraem crescente número de consumidores, inserindo-os num circuito de mercado através de "pacotes" diversos (BECKER, 2001: 3).

Salienta-se que a atividade ainda está em expansão, sendo que a OMT prevê aproximadamente 1.800 milhões de turistas internacionais em 2030. No que concerne aos países emergentes, a OMT afirma que entre 2010 e 2030 está previsto um padrão de aumento de entradas em destinos emergentes de 4,4% ao ano, ao passo que o ritmo de crescimento de chegadas em destinos desenvolvidos previsto é de 2,2% ao ano. “A cota de mercado das economias emergentes aumentou de 30% em 1980 a 47% em 2013 e se prevê que alcance 57% em 2030, o que equivale a mais de um bilhão de chegadas de turistas internacionais” (OMT, 2014: 2 – tradução nossa⁷³).

No Brasil, o turismo já é um elemento importante na economia, embora seu crescimento tenha se dado de forma muito desordenada. Em termos relativos à performance do Brasil no que diz respeito a turismo ainda é modesta. Em 1990, o Brasil representava apenas 0,24% do fluxo total de turismo no mundo, participando com 0,57 da receita mundial do turismo. Esse foi o "fundo do poço", atingido em razão da crise brasileira, da perda de competitividade e do forte impacto negativo causado pela deterioração da imagem do Brasil no âmbito turístico, particularmente de seu "portal de

⁷³ “La cuota de mercado de las economías emergentes ha aumentado del 30% en 1980 al 47% en 2013 y se prevé que alcance el 57% en 2030, lo que equivale a más de mil millones de llegadas de turistas internacionales” (OMT, 2014: 2).

entrada", a cidade do Rio de Janeiro, devido à questão de segurança. Ainda assim, mesmo com essa performance internacionalmente tão modesta, o turismo figurou entre os dez produtos mais importantes da pauta de exportação brasileira de bens de serviços, correspondendo a 4,7% de seu total entre 87 e 90. E, em 1991, o turismo superou a receita obtida com exportação do café, do farelo de soja, do suco de laranja, ocupando o quinto lugar na pauta de exportação (BECKER, 2001: 4).

Pela tabela 1, referente à entrada de turistas no Brasil entre 1970 e 2014, apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, é perceptível como a atividade do turismo vem crescendo no país, influenciada também por demandas externas.

Nessa conjuntura, observa-se um aumento do turismo em escala mundial, acompanhando o desempenho da economia global, sendo o Brasil um país que visa acompanhar esse crescimento. Nesse sentido, tem-se observado uma série de políticas em prol do desenvolvimento do turismo em diversos países e no Brasil.

Ademais, nas décadas de 1990 e 2000, assistiu-se, de modo geral, no Brasil, a uma estabilidade monetária pós Plano Real em comparação à década de 1980. Grasel (2005: 74) afirma que "o objetivo prioritário do Plano Real [...] foi restabelecer a estabilidade monetária". Grasel (2005) sustenta a ideia de que no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso se assumiu que não havia política de crescimento sustentável com instabilidade monetária.

Gráfico 2 - Desigualdade de Renda no Brasil de acordo com o Índice de Gini
(2001 – 2009)⁷⁴

Fonte: PNAD/ IBGE

Fonte: PNAD, IBGE (2010). Elaborado por: ALVES (2012).

Conforme o gráfico sobre a evolução da desigualdade de renda no Brasil, percebe-se que, de acordo com o índice de Gini⁷⁵, cuja variação é de 0, plena igualdade, a 1, completa desigualdade, a desigualdade vem caindo no Brasil desde o estabelecimento do Plano Real. Em 2009, o Brasil obteve seu menor índice histórico, chegando a 0,54.

A estabilização foi um dos primeiros elementos a promover uma melhoria na distribuição de renda, sendo em seguida combinada com a retomada do crescimento, a partir principalmente de 2004, com o crescimento real do poder de compra do salário mínimo ao longo de todo o período e com a

⁷⁴ ALVES, C. M. C. *A Ascensão da Nova Classe Média Brasileira sob a Ótica da Renda e do Crédito*. 2012. 44 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Junho de 2012. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Clarissa.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2015.

⁷⁵ “O Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras”. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf>. Acesso em: 11 de Setembro de 2015.

enorme difusão das políticas de renda compensatória do tipo Bolsa-Família, principalmente a partir de 2003 (EARP & PAULANI, 2011: 5).

Nesse panorama, houve também um maior acesso a crédito e incentivo ao consumo, além do aumento do número de rotas aéreas, do barateamento de passagens aéreas, facilidade em sua aquisição e na aquisição de pacotes via web, contribuindo para o aumento de viagens nacionais e internacionais por parte dos brasileiros, permitindo que além da alta classe média, a média classe média e a baixa classe média conseguissem ter acesso à prática do turismo.

Ademais, segundo Earp e Paulani (2011), o salário mínimo cresceu, em termos reais, 88,5% entre Dezembro de 1995 e Dezembro de 2009. Além disso, muitos brasileiros considerados miseráveis pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passaram para a camada baixa classe média. Earp e Paulani (2011) classificaram famílias conforme o membro mais bem remunerado. Desse modo, em 2009, a alta classe média era composta por famílias cujo membro melhor remunerado recebia mais que R\$ 3500,00 mensais, correspondendo a cerca de 4,9 milhões dos 91 milhões de pessoas ocupadas no Brasil naquele ano; somando-se pessoas não ocupadas, mas com renda, o total de indivíduos em famílias cujo membro mais bem remunerado se situava nesta faixa de renda e, considerando-se os familiares de todos, era da ordem de 14,7 milhões de brasileiros, correspondendo a 7,7% da população.

Em 2009, a média classe média era formada por pessoas cujo indivíduo melhor remunerado recebia entre R\$ 1750,00 e R\$ 3500,00 por mês. “O padrão de consumo desta camada tenta reproduzir o da camada imediatamente superior, ainda que com restrições” (EARP & PAULANI, 2011: 6). Em 2009, havia 8,4 milhões de brasileiros ocupados nesta faixa de renda; incorporando-se pessoas não ocupadas com renda e mais os familiares esse número passava a 25,3 milhões de pessoas (13,2% da população total).

Já a baixa classe média possuía rendimentos mensais declarados entre R\$ 750,00 e R\$ 1500,00 mensais naquele ano. Somavam mais de 30 milhões de brasileiros ocupados e, incluindo familiares e desocupados, o total era de 74,3 milhões de indivíduos, perfazendo 38,8% do total da população brasileira (EARP & PAULANI, 2011).

A classe trabalhadora, composta por aqueles que recebiam entre R\$ 350,00 e R\$ 750,00 reais por mês, em 2009, compreendia aproximadamente 30,1 milhões de pessoas ocupadas, contudo, incluindo desocupados e familiares, o total alcançou 58,8 milhões de pessoas, ou seja, 30,7% da população brasileira (EARP & PAULANI, 2011).

Por fim, os miseráveis (classe na qual se incluem os indigentes) possuíam ganhos menores que R\$ 350,00 mensais. “Em 2009 eram 17,2 milhões de trabalhadores ocupados; incluindo familiares alcançavam 18,6 milhões de brasileiros, cerca de 9,7% da população total” (EARP & PAULANI: 2011: 8).

Tabela 4 - Número de brasileiros (em milhões) por faixa de renda segundo o membro mais bem remunerado da família (1995-2009)

Faixa de Renda	1995	2002	2009	Variação 1995 – 2002	Variação 2002 - 2009	Variação 1995 - 2009
Alta classe média	14,8	12,7	14,7	-2,1	2,0	-0,1
Média classe média	19,9	19,4	25,3	-0,5	5,9	5,4
Baixa classe média	48,1	52,2	74,3	4,1	22,1	26,2
Trabalhadores	42,3	50,1	58,8	8,2	8,7	16,5
Miseráveis	33,7	42,0	18,6	6,3	-24,6	-15,1
Total	158,8	179,4	191,7	20,6	12,3	32,9

Fonte: Dados Quadros (2008, 2010) e IPEADATA.

Elaborado por: EARP & PAULANI, 2011.

O crescimento do turismo doméstico e estrangeiro no Brasil, entre os anos 1990 e início dos anos 2000, ocorreu também por conta das oscilações do mercado internacional, além da questão dos problemas envolvendo ataques terroristas.

Nos anos seguintes, aconteceram mudanças na economia brasileira, surgiu uma nova classe média e houve a inserção de políticas de incentivo ao turismo. Ademais, o real, apesar de suas oscilações positivas ou negativas ao longo dos

anos, sempre esteve desvalorizado perante o dólar e o euro, o que pôde ter servido como incentivo à vinda de turistas estrangeiros para o país.

Observa-se que o turismo doméstico no Brasil quase dobrou em 10 anos e o turismo internacional no país obteve um crescimento na ordem de cinco vezes. Além dos fatores mencionados acima, outro que deve ser lembrado é o incentivo ao turismo no Brasil por meio de políticas públicas que envolveram grandes projetos e a construção de infraestrutura para o desenvolvimento dessa atividade.

Tabela 5 - Dados do turismo no Brasil e no mundo entre 1990 e 2000 (em milhões)

	1990	1994	1998	1999	2000	Crescimento em %1994-2000
Brasil: Desembarques Domésticos	15,1	13,8	26,5	26,7	28,5	106,5
Brasil: Desembarques Internacionais	1,1	1,8	4,8	5,1	5,3	194
Mundo: Desembarques Internacionais	458,2	550,5	626,7	650,2	697,8	26,7

Fonte: OMT (1999; 2001); Embratur (1998, 1999, 2000 e 2001). Elaborado por: WWF, 2001.

Após esse período, o turismo doméstico continuou crescendo no país, sendo apenas 2008 um ano de recessão, caracterizado por uma crise internacional. Houve um aumento da malha de rotas no Brasil e na frequência de voos, além do barateamento de passagens aéreas. Ressalta-se que também houve um crescimento do segmento de turismo de negócios no Brasil. Segundo o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, a região Sudeste representa 53,05% do movimento de passageiros, já o Nordeste conta com 15,92%, a região Centro-Oeste corresponde a 12,40% do fluxo de passageiros, a região Sul exprime 12,09% do movimento de viajantes e a região Norte 6,53%.

No PNT 2013 - 2016, consta que houve uma retração nos serviços rodoviários de 19% na comparação entre 2003 e 2011, devido à perda de espaço para o crescimento do mercado aéreo. “Esse tipo de serviço [...] vem perdendo espaço para o crescimento do mercado aéreo em virtude do aumento do poder aquisitivo e da

ampliação da oferta de assentos, além da maior diversidade de destinos” (BRASIL, 2013: 38).

Gráfico 3 - Desembarque de passageiros em voos nacionais

Fonte: BRASIL. MTUR. PNT 2013 - 2016.

O Ministério do Turismo tem apresentado uma visão otimista em relação à ocupação do turismo na economia nacional, o que pode ser comprovado ao se analisar a ascensão dessa atividade no país:

O Brasil tem se destacado no contexto internacional pela vitalidade da sua economia, estabilidade democrática e atuação em foros multilaterais, sobretudo com países em desenvolvimento. A realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além de outros grandes eventos esportivos, culturais, empresariais e políticos, favorecem a projeção da imagem do país com os investidores internacionais (exportação) e com as demais nações potenciais emissoras de turistas. Aliado a esses fatores, o crescimento sustentado da economia coloca o país em condições de traçar um programa de investimentos para o turismo que promova o setor a um patamar de destaque no cenário internacional. Acrescentam-se a esse dinamismo os investimentos em infraestrutura e em empreendimentos ligados ao setor energético, sobretudo a exploração de petróleo da camada do pré-sal e as commodities agrícolas e minerais, que incrementam o fluxo de turistas de negócios (BRASIL, 2013: 12).

Principais países emissores	2010			2011			2012			2013			2014		
	Total	Particip.%	Posição	Total	Particip.%	Posição	Total	Particip.%	Posição	Total	Particip.%	Posição	Total	Particip.%	Posição
Total	5.161.379			5.433.354			5.676.843			5.813.342			6.429.852		
Argentina	1.399.592	27,1	1º	1.593.775	29,3	1º	1.671.604	29,4	1º	1.711.491	29,4	1º	1.743.930	27,1	1º
Estados Unidos	641.377	12,4	2º	594.947	10,9	2º	586.463	10,3	2º	592.827	10,2	2º	656.801	10,2	2º
Chile	200.724	3,9	6º	217.200	4,0	6º	250.586	4,4	5º	268.203	4,6	4º	336.950	5,2	3º
Paraguai	194.340	3,8	8º	192.730	3,5	8º	246.401	4,3	6º	268.932	4,6	3º	293.841	4,6	4º
França	199.719	3,9	7º	207.890	3,8	7º	218.626	3,9	8º	224.078	3,9	8º	282.375	4,4	5º
Alemanha	226.630	4,4	5º	241.739	4,4	4º	258.437	4,6	3º	236.505	4,1	6º	265.498	4,1	6º
Itália	245.491	4,8	3º	229.484	4,2	5º	230.114	4,1	7º	233.243	4,0	7º	228.734	3,6	7º
Uruguai	228.545	4,4	4º	261.204	4,8	3º	253.864	4,5	4º	262.512	4,5	5º	223.508	3,5	8º
Inglaterra	167.355	3,2	11º	149.564	2,8	11º	155.548	2,7	11º	169.732	2,9	10º	217.003	3,4	9º
Portugal	189.065	3,7	9º	183.728	3,4	10º	168.649	3,0	10º	168.250	2,9	11º	170.066	2,6	10º
Espanha	179.340	3,5	10º	190.392	3,5	9º	180.406	3,2	9º	169.751	2,9	9º	166.759	2,6	11º
Colômbia	85.567	1,7	13º	91.345	1,7	12º	100.324	1,8	13º	116.461	2,0	12º	158.886	2,5	12º
Peru	81.020	1,6	14º	86.795	1,6	13º	91.996	1,6	14º	98.602	1,7	13º	117.230	1,8	13º
México	67.616	1,3	17º	64.451	1,2	18º	61.658	1,1	20º	76.738	1,3	16º	109.637	1,7	14º
Venezuela	51.186	1,0	20º	57.261	1,1	20º	51.106	0,9	23º	68.309	1,2	19º	108.170	1,7	15º
Bolívia	99.359	1,9	12º	85.429	1,6	14º	112.639	2,0	12º	95.028	1,6	14º	95.300	1,5	16º
Japão	59.742	1,2	19º	63.247	1,2	19º	73.102	1,3	16º	87.225	1,5	15º	84.636	1,3	17º
Holanda	76.411	1,5	15º	72.162	1,3	15º	73.133	1,3	15º	69.187	1,2	17º	81.655	1,3	18º
Suíça	69.995	1,4	16º	65.951	1,2	17º	69.571	1,2	17º	68.390	1,2	18º	80.277	1,2	19º
Canadá	64.188	1,2	18º	70.358	1,3	16º	68.462	1,2	18º	67.610	1,2	20º	78.531	1,2	20º
Outros países	634.117	12,3		713.702	13,1		754.154	13,3		760.268	13,1		930.065	14,5	

Tabela 6 - Chegadas de turistas ao Brasil, segundo principais países emissores - 2010-2014⁷⁶. Fonte: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo

⁷⁶ BRASIL. Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico de Turismo*. 2015. Disponível em: <http://www.dadosufatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosufatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2015_-_Ano_base_2014_-_Pdf.pdf>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

3.2 Sobre o desenvolvimento do turismo no Pantanal – economia, cultura e representações do espaço

Conforme Xavier (2007), o turismo pautado em atrativos chamados de “naturais” iniciou-se na Europa e se estendeu pelo mundo, servindo às demandas de um grupo que passou a valorizar a proteção da natureza. Xavier (2007: 57) frisa que áreas “bem conservadas de todo o mundo passaram a integrar esse cenário do mundo do turismo. Fato consequente de tal situação foi a apropriação de reservas naturais pelos grandes investimentos, quase sempre ligados ao capitalismo global”.

Xavier (2007) afirma que há novos valores atribuídos ao turismo, orientados pela natureza e pela cultura. Ademais, explana que, com fatores globais, como o terrorismo e o consequente pânico, há um processo de interiorização do turismo. Assim, “deve-se considerar que muitas partes do mundo terão que competir agregando valores à sua oferta, ressaltando a autenticidade de seus cenários naturais e culturais e o contato com a população de cada lugar” (XAVIER, 2007: 59).

A procura originada da valorização das características naturais aglomeradas em um local produz uma atividade econômica que, por sua vez, produz um “território turístico”⁷⁷, passível de ser consumido. Assim, o turismo valorizador de características ambientais compõe um setor produtivo pautado no aproveitamento dessas características, que, acabam sendo transformadas em recursos para o consumo turístico. Tem-se, portanto, a produção de um “território turístico” a partir da valorização cultural da natureza, de condições sociais e econômicas favoráveis e de agentes empenhados em mediar esse consumo.

Mas há um outro elemento fundamental nesta mudança do modo de produzir, associado à crise ambiental: a mudança de significado da natureza. A natureza muda de significado. Ela perde significados antigos, para passar a ser capital de realização atual ou futura. Reserva de valor, em alguns casos, (como as grandes reservas de natureza dos países subdesenvolvidos), com sua utilização num outro patamar condicionada à disponibilidade de tecnologias avançadas. Esse é caso de uma vasta gama de elementos como a água, a biodiversidade. E desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo (BECKER, 2001: 3).

⁷⁷ Expressão usada por diversos autores que se referem a territórios usados para a prática do turismo, como Coriolano (2006).

A imagem pantaneira mostrada aos turistas possui uma relação com a beleza cênica: “O Pantanal é, certamente, um dos melhores locais para a sensibilização dos turistas a respeito da necessidade de preservação ambiental, por tratar-se de um local paradisíaco, de beleza cênica única e visivelmente muito ameaçado” (PAULA & RABINOVICI, 2010: 293).

Como afirma Becker:

O novo significado da natureza está gerando um novo mercado turístico, o chamado ecoturismo, com indivíduos submetidos ao desejo de "retornar à natureza", nela inserindo-se sem deformá-la, desfigurá-la ou depredá-la. A experiência desse "retorno" se dá de forma turisticamente organizada em pontos seletivos no espaço. Assim temos desde uma perspectiva geográfica uma valorização seletiva dos territórios. Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes para o marketing do turismo de massas, às vezes do ecoturismo. E essa valorização incide de modo importante sobre as zonas costeiras e os países periféricos, tropicais e mediterrâneos (BECKER, 2001: 3).

Nesse sentido, o Pantanal correspondeu às novas necessidades criadas pelo crescimento expressivo das grandes cidades, com a revalorização da natureza, além de ter correspondido a uma nova estratégia capitalista. Xavier (2007: 57) ressalta que essas necessidades refletem a necessidade de se combater o “estresse urbano”, ademais de também serem reproduzidas pela publicidade e pela mídia, como uma estratégia capitalista de valorização da natureza como mercadoria.

O safári fotográfico foi o ‘produto’ incentivado pelos agentes públicos a partir do início da década de oitenta, que permaneceu até 1988. Esse produto foi uma adaptação do safári de caça em que a arma era trocada pela câmera fotográfica e os troféus passaram a ser imagens (fotografias) obtidas dos animais que seriam exibidas no seu regresso. Esse produto foi associado a campanhas publicitárias internacionais e nacionais que produziram um significativo aumento do fluxo turístico internacional a partir de 1983 e nacional, após a repercussão da novela “Pantanal” da Rede Manchete (MARANHÃO, 1996: 67).

Outro ponto importante para o turismo é a pesca esportiva: “Às margens do Rio Paraguai, o trecho do Pantanal permite a observação de diversos animais, banhados, vegetação única e prática de pesca esportiva” (PAULA & RABINOVICI, 2010: 294). Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul - Seplan – MS (1985), os turistas que se dirigem a Corumbá, Coxim e Porto Murtinho procuram nesses municípios as atividades de pesca esportiva devido à alta

piscosidade dos rios, principalmente, do rio Paraguai. “O grande destaque, entretanto, é o Pantanal, por sua exótica paisagem e variada flora e fauna, que torna Corumbá um polo de atração turística” (MATO GROSSO DO SUL, 1985: 47).

No âmbito internacional, o guia de viagem *Footprint Focus – Brazilian Pantanal*⁷⁸ publicou:

O Pantanal, que é uma enorme planície sazonalmente alagável na fronteira do Brasil, Paraguai e Bolívia, é o melhor lugar nas Américas para avistar animais selvagens, e um dos melhores lugares do mundo para ver pássaros. Capivara, jiboia, javali, ariranha, araras de um metro de comprimento e jaguatiricas são vistas comumente e é até mesmo possível ver o mamífero mais elusivo da América do Sul, a onça. No final da estação de seca, entre Junho e Agosto, o número de aves aquáticas, aves de rapina e papagaios têm de ser visto para ser acreditado (MURPHY, 2012: 5 – tradução nossa⁷⁹).

Há um grande apelo à vida selvagem pantaneira. Leni Fabris (2001: 39) destaca: “Há um determinado espetáculo que simboliza toda a riqueza selvagem do Pantanal: o show das aves aquáticas, a revoada das garças [...], que enchem o céu com a mais rara beleza”. A autora ainda complementa: “É um santuário sagrado, cenário de filmes e novelas, o Eldorado pesqueiro, atração turística e muito mais” (FABRIS, 2001: 39).

Em Junho, no final da estação úmida, quando as lâminas de água reduzem, a vida selvagem se concentra em volta de pequenos lagos ou canais e então não há nenhum outro lugar na Terra em que você verá tão vastas quantidades de pássaros ou tão enorme número de crocodilos. Somente as planícies da África podem competir no quesito mamíferos e suas chances de ver uma onça ou uma das outras sete espécies de gatos selvagens brasileiros são maiores aqui do que em qualquer outro lugar do continente (MURPHY, 2012: 40 – tradução nossa⁸⁰).

⁷⁸ MURPHY, Alan. *Footprint Focus Brazilian Pantanal*. Bath, Reino Unido: Footprint Handbooks Ltd, 2012.

⁷⁹ “The Pantanal, which is an enormous seasonally flooded wetland on the borders of Brazil, Paraguay and Bolivia, is the best place in the Americas for spotting wild animals, and one of the best places in the world to see birds. Capybara, anaconda, peccary, giant otter, metre-long macaws and ocelots are common sights and it is even possible to see that most elusive of South American mammals, the jaguar. At the end of the dry season, between June and August, the number of water birds, raptors and parrots has to be seen to be believed” (MURPHY, 2012: 5).

⁸⁰ “In June, at the end of the wet season, when the sheets of water have reduced, wildlife concentrates around the small lakes or canals and then there is nowhere else on earth that you will see such vast quantities of birds or such enormous numbers of crocodilians. Only the plains of Africa can compete for mammals and your chances of seeing a jaguar or one of Brazil’s seven other species of wild cat are greater here than anywhere on the continent.” (MURPHY, 2012: 40).

Somam-se a essas descrições quase poéticas e transmitidas a turistas, o fato de o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal ter se tornado Patrimônio Mundial Natural, fato este carregado de simbolismo, significando no imaginário social que aquela área, por ter sido eleita a partir de uma grande lista competitiva, como um patrimônio mundial, merece ser valorizada, contemplada, enfim, visitada.

Na proposta de inscrição do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, no item “autenticidade e integridade” foram mencionadas diversas características, dentre as quais:

O sítio proposto tem um valor estético muito importante e inclui áreas que são essenciais para a manutenção da beleza do local. A dramática paisagem criada pelo Parque Nacional do Pantanal, circundada pela Serra do Amolar, é geralmente descrita como mágica. É um local de grande valor estético e inclui paisagens indescritíveis, frequentemente mostrados por redes de televisão e revistas nacionais e internacionais (IBAMA, 1999).

Notou-se, em trabalho de campo, que embora somente o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, composto pelas três RPPNs e pelo Parque Nacional do Pantanal, seja patrimônio mundial, o nome, aparentemente, abrangente que foi dado a esse conjunto (Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal) foi aproveitado pelo setor de turismo e utilizado como se o Pantanal como um todo houvesse se tornado “Patrimônio Mundial Natural”. Em encartes de operadoras e agências de viagem, na parte introdutória sobre o Pantanal, foi comum verificar essa apresentação referente ao Pantanal como um Patrimônio Natural da Humanidade na sua totalidade.

O mapa turístico de Corumbá, disponibilizado pela Fundação de Turismo do Pantanal, ligada à Prefeitura de Corumbá, por exemplo, apresenta o “selo” *Pantanal Patrimônio Mundial Natural*, evocando ao turista que lá chega uma valorização da natureza. Além disso, assim como acontece em diversos municípios cujo apelo não é o turismo urbano, o mesmo ocorre com Corumbá, Cáceres e Poconé. As cidades são praticamente invisíveis aos olhos dos turistas, já que os mesmos são levados pela própria agência de viagem de van ou ônibus à orla, no caso de Cáceres e Corumbá, e de lá embarcam em um barco-hotel com destino, normalmente, a norte do Rio Paraguai no caso de Corumbá e a sul no caso de Cáceres. Muitas vezes, no máximo, almoçam em algum restaurante no centro de uma dessas duas cidades, pernoitam se necessário em algum hotel, e partem com o barco-hotel, em um movimento de completa negação do urbano.

Mapa 7 - Mapa turístico de Corumbá.
Fonte: Prefeitura de Corumbá

Turismo ecológico e de aventura!

Com tantas opções de turismo ecológico e de aventura, Pantanal de Corumbá oferece uma experiência única. A Estrada Parque Pantanal, que ocupa um dos cenários mais exóticos da região, a 15 minutos da área urbana da cidade. Com infraestrutura turística e 72 pontes-mirantes, podem-se viver experiências únicas como a travessia de balsas pelo Rio Paraguai, praticar esportes de aventura e a pesca esportiva. Focar uma comitiva de gado ou simplesmente andar a "cavalinho" é vivenciar este particular modo de vida pantaneiro. O patrimônio cultural do Pantanal, junto aos que é um patrimônio cultural do Pantanal, a alma e a sua beleza natural composta pela riqueza histórica-cultural e do Brasil. Além da sua encantadora do interior das cidades mais dizer que Corumbá é uma Pantanal, não é exagero. Reserva da Biosfera, Natural da Humanidade e UNESCO como Patrimônio Pantanal sul mato-grossenses, intimamente ligada ao Pantanal de Corumbá está

Patrimônio da Alegria do Mato Grosso Do Sul

O Carnaval Cultural de Corumbá é a maior festa de participação popular do Brasil Central que une 30.000 pessoas por dia de festa, no Centro Histórico da cidade. Uma manifestação secular, espontânea e livre, em que o samba, o lúdico e o cultural se misturam com a emoção e a ginga dos corumbaenses que conseguem renovar a vida a cada ano, recebendo gente dos quatro cantos do país que se unem numa mesma emoção. Já o Arraial do Banho de São João de Corumbá é uma das mais fortes manifestações religiosas do Estado do Mato Grosso do Sul. Conhecido com esse nome somente na cidade de Corumbá, a festividade é realizada em pagamento de promessa por uma graça alcançada ou em agradecimento ao santo do sobrenatural Xangô. Tem o ápice em banhar o santo nas águas do Rio Paraguai na madrugada do dia 23 para 24 de junho, atraindo turistas anualmente.

Patrimônio Cultural Pantaneiro

A gastronomia é original, criativa, autêntica e marcada pela diversidade cultural construída entre corumbaenses, pantaneiros e fronteirais. Pêixe a urucum, salteado boliviano, caldo de piranha, sopa variedade de frutos, conformam uma gastronomia exótica, rica em cores, aromas e sabores únicos. São encontrados com autenticidade em Corumbá. Restaurantes, bares charmosos e cafés de estilo e atrações musicais diferenciadas servem desde a típica culinária pantaneira a base de peixes e carnes até porções elaboradas e misturadas, como o "pique a Farigatá" e a tradicional em Corumbá. Somam-se aos aspectos culturais a criatividade do corumbaense, seja para a literatura, artes plásticas, música e outras formas de expressão que tem grandes expoentes. O artesanato encanta e se expressa na transformação do couro do peixe, da argila e do gesso, até as raízes naturais pantaneiras.

Patrimônio Histórico Brasileiro

A história é um diferencial de Corumbá enquanto cidade mais antiga do estado. A cidade exibe exemplares arquitetônicos conservados e revitalizados no seu Continjo Histórico, Arquitetônico e Paisagístico urbano tombado pelo governo federal desde 1993. Com influência europeia da segunda metade do século XIX, os prédios refletem o ciclo do grande comércio fluvial da região vinculada à economia internacional do período, da política colonial de conquista territorial e interiorização da fronteira oeste brasileira até o início do século XX. São suntuosos casarões e sobrados que hoje abrigam museus, exposições, agências de turismo e muito da vida cultural e noturna da cidade. Um lugar tão intenso como sutil; tão moderno como antigo; tão culto como popular...

Patrimônio Natural da Humanidade

É neste lugar que a história do Brasil permanece viva na memória da sua gente, preservada na sua arquitetura, nas largas ladeiras, ruas e fortalezas do tempo, com muitas relíquias do passado à espera de serem descobertas por você. Seja qual for o seu estilo de turista, as opções para aproveitar esta cidade são muitas! Isso é Corumbá, muito mais que Pantanal...

Foto: Guilherme P. Giovanni

MAPA TURÍSTICO DE CORUMBÁ

Muito mais que Pantanal! Mato Grosso do Sul Brasil

Turismo de negócios, eventos e incentivo

Fortalecida no segmento do turismo de negócios, Corumbá dispõe de múltiplos espaços para a realização de eventos corporativos e turísticos, inclusive a bordo de um cruzeiro fluvial. O Centro de Convenções e Cultura do Pantanal "Miguel Gómez" é uma dessas opções e a mais moderna construção do gênero no Estado do Mato Grosso do Sul, oferecendo ampla estrutura localizada no cartão postal da cidade, no Porto Geral. São 20.000 metros² que dispõe de estacionamento para 240 veículos, auditório de médio e grande porte e salas de reuniões multifuncionais, além de locais específicos para apresentações culturais e artísticas, choperia e cafeteria. Localizados na área urbana e de fácil acesso, em qualquer época do ano é possível encontrar tecnologia, conforto, infraestrutura e serviços turísticos adequados para a realização de encontros nacionais e internacionais no Pantanal de Corumbá.

Turismo de fronteira

Conhecer a cultura boliviana e realizar compras de produtos importados e artesanatos andinos nas lojas e shoppings da Fronteira Binacional - Brasil e Bolívia, há menos de 6Km do centro de Corumbá, é uma opção imperdível! Lá o visitante encontra produtos de muitas das famosas marcas do mundo há alguns metros da fronteira. Para quem está em Corumbá e ainda pretende ter uma experiência de viagem internacional, transpondo as cidades da Fronteira na Bolívia, adentrando os países da América do Sul, é possível contratar empresas em Corumbá especializadas em roteiros turísticos integrados, proporcionando um incremento na sua viagem ao Pantanal de Corumbá. O percurso poderá ser feito de ônibus, trens turísticos e voos com saídas diárias, ou mesmo por rodovia pavimentada com veículo próprio.

Pesca esportiva

Em meio ao Rio Paraguai e seus afluentes, Corumbá é o destino favorito dos amantes da pesca esportiva no Pantanal Sul. Esta região é famosa pela grande quantidade e diversidade de peixes, com 263 espécies catalogadas. Os exemplares mais cobiçados pelos pescadores que vem a Corumbá são o dourado, o pacu, o pintado e o cachara. Em virtude da abundância e variedade de peixes, a pesca esportiva em Corumbá é uma das principais atividades turística, estruturada para oferecer transporte, hospedagem e serviços especializados para o pescador esportivo, na área urbana e rural. Instalado em hotéis e pousadas a beira do Rio Paraguai, ou a bordo de um cruzeiro fluvial, o visitante contará com todo o conforto e segurança para realizar a pescaria dos seus sonhos, promover seu evento de incentivo, ou mesmo relaxar em uma viagem com a família.

Turismo fluvial

Uma das maneiras de descobrir as maravilhas naturais do Pantanal de Corumbá é a bordo de um barco ou numa chalana. Seja nos grandes e luxuosos que ofertam os cruzeiros fluviais ou em pequenas embarcações, em uma hora ou até cinco dias, o turista poderá chegar aonde poucos chegam, e sentir o que poucos sentem navegando no remanso do Rio Paraguai. Deve estar preparado para se surpreender. A cultura dos pantaneiros, pescadores e ribeirinhos é capaz de render belas histórias. A natureza emoldura a paisagem com inúmeras baías, rios e corixos que atraem turistas o ano todo. A fauna e flora saltam aos olhos nas águas do principal Rio responsável pela vida do Pantanal. Na seca os camalotes, camarãs, ingás e ipês coloridos são o cenário da fauna exuberante revelada pelos jacarês, garças e capivaras. Na cheia, a dica é navegar pelas curvas do Rio entre as vitórias-régias em meio a uma riqueza de espécies de aves que podem ser facilmente observadas. Vale ainda participar da pescaria recreativa ou mesmo a pesca esportiva.

Apoio

Conselho Municipal de Turismo
Fundação de Turismo do Pantanal

www.corumba.ms.gov.br
FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL
Rua: Comendador Domingos Sahib, 570 - Porto Geral - Corumbá/MS
Tel.: 067-3231-2886

A maior emissora de televisão do Brasil, a Rede Globo, já fez diversas matérias sobre o Pantanal, englobando o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, enfatizando a paisagem pantaneira e a beleza cênica destacada pelos meios de comunicação. Ademais, grandes personagens, como o fotógrafo Sebastião Salgado, já percorreram a região e a mesma foi fruto da tela de descanso do sistema computacional *Windows*, com o plano de fundo de uma vitória-régia.

Figura 9 - *Wallpaper* do sistema computacional *Windows* – vitória-régias localizadas no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal

Fonte: Tecnologia – Portal Terra. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/descubra-de-onde-vem-as-fotos-dos-wallpapers-do-windows,70383c670c2ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 13 de Setembro de 2015.

O segmento do turismo relacionado à natureza expandiu ao longo das últimas décadas, sendo o Brasil detentor de 10 a 20% das espécies do mundo (XAVIER, 2007), sendo, assim, indicado como um dos principais destinos ofertados pelas operadoras e pela mídia estrangeira. Xavier (2007) afirma que, observando os

interesses internacionais, as operações para o Pantanal e para a Amazônia são bastante valorizadas.

O Brasil é um dos mais ricos países do mundo em termos ambientais: possui em seus 8.511.996 km² cerca de 1/3 das florestas tropicais remanescentes e o maior sistema fluvial do planeta (no território brasileiro estão situados 2/3 da vasta bacia amazônica, por exemplo). O Brasil possui ainda a parte mais extensa do maior complexo de terras inundáveis do mundo (o Pantanal), a savana com a mais rica diversidade biológica (o Cerrado) e mais mangues do que qualquer outro país. Essa vasta paisagem abriga uma variedade gigantesca de fauna e flora: classificado como o país da “megadiversidade” pelos cientistas, o Brasil tem de 10% a 20% das espécies conhecidas no mundo, segundo as estimativas. Há um grande número de espécies que só ocorre no Brasil e uma grande quantidade ainda desconhecida pela Ciência. Em nenhum outro país há tantas espécies de macacos, papagaios, anfíbios, peixes de água doce, vertebrados terrestres ou plantas. A flora brasileira representa 22% da flora mundial (WWF, 2001: 21).

Nesse sentido, quando se trata de Amazônia e Pantanal, para o turista, a área urbana se situa em segundo plano, sendo a flora e a fauna os principais objetos de venda das operadoras e agências de viagem. Há uma ênfase na fuga do urbano e uma exacerbação dos atrativos naturais.

Para a WWF e o MMA (2004), o turismo na Bacia do Alto Paraguai se intensificou, principalmente na planície pantaneira, por causa do potencial que o meio ambiente apresenta para o desenvolvimento do turismo de natureza.

O Pantanal, região de belezas cênicas, alta biodiversidade e detentora de uma dinâmica ecológica ímpar nas Américas, carece de planejamento e diretrizes práticas para o desenvolvimento do turismo de forma a manter o equilíbrio ecológico da região, maior atributo para se manter como destino nos mercados doméstico e internacional (WWF- BRASIL & MMA, 2004).

Cáceres é um município culturalmente conhecido pelo Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPE), que ocorre há trinta e cinco anos no município. A primeira edição do evento ocorreu em 1980, com quarenta e dois competidores homens. Em 1982, houve duzentos e quarenta e seis competidores. Somente em 1986 as mulheres começaram a participar do campeonato, representando apenas

1,5% do total. Em 1992, o festival entrou para o livro *Guinness Book of Records* como o maior festival de pesca embarcada em água doce no planeta.⁸¹

Figura 10 - Festival Internacional de Pesca Esportiva no Rio Paraguai – Cáceres

Fonte: FIPE – Cáceres. Disponível em: <<http://www.fipēcaceres.com.br/Galeria-Fotos/11/festival-de-pesca-motorizada/>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2015.

Para Moretti (2001), o desenvolvimento do turismo no Pantanal está vinculado ao uso da natureza por meio da sua produção e consumo. O autor ressalta, ainda, que pelo fato de a água ser componente chave na planície pantaneira, o turismo de pesca tornou-se uma atividade de grande relevância. Em um segundo momento, a partir, principalmente, da metade da década de 1990, houve um incentivo ao turismo de contemplação e ao ecoturismo, buscando diminuir a pesca esportiva.

Em um primeiro momento, cabe ressaltar que, segundo Moretti (2006), a produção capitalista da região pantaneira sempre esteve ligada aos elementos naturais e às suas transformações. Moretti destaca algumas modificações sociais ocorridas no Pantanal, como as transformações na cultura, nas relações e nas formas de trabalho e na relação com os elementos naturais, visto que o

⁸¹ FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA. História do FIPE. 2015. Disponível em: <<http://www.fipēcaceres.com.br/Fipe-Historia/>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2015.

conhecimento é valorizado como uma possibilidade de mercantilização, através da venda de artesanatos e de costumes locais, assim como dos elementos da natureza e das formas de se relacionar com a natureza. Em relação às cidades pantaneiras, Moretti afirma que:

O lugar e as relações sociais são destituídos de seu conteúdo real através da espetacularização das relações sociais e das transformações do mundo do trabalho, que passa a ser praticado de acordo com as normas definidas pelo modo de vida urbano, ou seja, numa nova racionalidade (MORETTI, 2006: 2).

Essas mudanças devem ser analisadas considerando-se a atividade do turismo no Pantanal, a qual se configura como uma atividade relativamente recente, e, que produz e consome espaço, seja tanto por meio do consumo dos elementos naturais, como pela cultura local e, conseqüentemente, produzindo territorialidades conforme as necessidades mercadológicas para a sua reprodução. Nesse sentido, tem-se o consumo da paisagem, do exótico, dos elementos da natureza e das relações tradicionais, caracterizando esse processo, de certo modo, como uma modificação da paisagem e de perda das tradições do homem pantaneiro. Como afirma Luchiari, “o homem é um produtor e consumidor de símbolos estruturadores de sua própria natureza social e cultural. Na estratificação socioeconômica o consumo de bens distintivos vai produzindo uma esfera social de significados” (LUCHIARI, 2007: 41).

Conforme Moretti (2006), o Pantanal é vendido pela atividade do turismo, o que se concretiza na ação das empresas de turismo por meio da propaganda e do *marketing*, com a comercialização da ideia de valorização da natureza, no sentido em que conservar passa a ter um valor e isso passa a ter um preço. “O Pantanal é apresentado para o mundo como um lugar natural, embora, artificializado, ou seja, este lugar tem como característica a presença de elementos da natureza, mas se encontra deslocado do real” (MORETTI, 2006: 3). Nesse sentido, o que ocorre é a mercantilização de uma imagem relacionada ao “paraíso perdido”, fortalecida pelo fato de que os turistas deverão ver o monumental e o exótico, este último simbolizado, muitas vezes, pelos animais jacaré ou onça, havendo um uso da fauna e da flora como recurso cênico.

Figura 11 - Propaganda do Pantanal da maior empresa de viagens do Brasil, CVC Viagens

Fonte: CVC VIAGENS, 2012.⁸²

3.3 Dimensões política e normativa do desenvolvimento do turismo no Pantanal

Algumas questões políticas sobre o incentivo da prática do turismo no Brasil já foram destacadas, contudo, é importante ressaltar que as primeiras estruturas institucionais públicas voltadas ao desenvolvimento dessa atividade no país foram instituídas em 1958, com a instauração da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur).

Na esfera federal, em 1966, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo, atual Instituto Brasileiro de Turismo, e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Três anos depois, foi instituída pelo CNTur a resolução nº 71 que dispunha sobre orientações para a criação do Plano Nacional de Turismo, entendido como ferramenta básica de uma Política Nacional de Turismo (DIAS, 2005). Com isso, delineavam-se as primeiras diretrizes para que se concretizasse, posteriormente, uma política nacional de turismo.

Segundo Paula e Rabinovici (2010), a Embratur, naquele período, estava

⁸² CVC VIAGENS, 2012. Disponível em: <<http://www.cvc.com.br/destinos/brasil/pantanal.aspx?pmkt=63&gclid=CJu494fLtbMCFQeynQodJUIA nA>>. Acesso em: 04 de Novembro de 2012.

vinculada ao Ministério da Atividade e Comércio, cabendo à Embratur o “gerenciamento de recursos e benefícios provenientes de incentivos fiscais e financeiros reservados ao setor, até que se criaram fundos destinados exclusivamente para o financiamento de projetos turísticos” (PAULA & RABINOVICI, 2010: 171).

Com a formalização da atividade do turismo em nível nacional, houve um impulso para que nos âmbitos estaduais fossem criados departamentos de turismo. No estado de Mato Grosso, em 1963, foi criado o Departamento de Turismo do Mato Grosso, o qual foi regulamentado somente em 1967, sendo transformado em Empresa Mato-Grossense de Turismo (Turimat) em 1974 (MARANHÃO, 1996). Em 1992, foi extinta a Turimat, que deu lugar à Fundação de Cultura e Turismo do estado de Mato Grosso, que é a executora da Política Estadual de Turismo.

No início dos anos 1980, em Mato Grosso, visando desenvolver o mercado turístico, foi lançada a campanha publicitária “Mato Grosso, um paraíso natural a sua espera”. Essa iniciativa contribuiu para a atração de investimentos no ramo do turismo, impulsionando, no começo da década de 1990, a operacionalização e comercialização de produtos turísticos no estado (MATO GROSSO, 2003).

Na segunda metade dos anos 1980 e início dos anos 1990, houve uma descontinuação das ações estaduais, além de uma danificação da infraestrutura de acesso aos pontos turísticos, em especial, do Pantanal. Assim, o setor privado, composto, principalmente, por empresários, se responsabilizou por ações concernentes à infraestrutura turística (MATO GROSSO, 2003).

No estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, foi criada a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e, em 1991, a Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio. Em 1993, foi instituída por decreto a Autorização Ambiental de Pesca no estado, sendo as últimas medidas de proteção e controle em relação à ictiofauna dispostas por lei em 2010 (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

A partir dos anos 1980, o ecoturismo começou a ser concebido, articulando-se de modo inicial o setor turístico com as políticas nacionais de meio ambiente, sendo que, na década posterior, o turismo passou a ter maior participação nas políticas públicas (PAULA & RABINOVICI, 2010).

No estado de Mato Grosso, foram estabelecidos polos turísticos para o desenvolvimento do turismo com base em estudos do Plano Regional de

Desenvolvimento Turístico do Centro-Oeste, destacando-se como centros de apoio, no Polo Pantanal do Mato Grosso, os municípios de Cuiabá, Poconé, Cáceres e Barão de Melgaço (MARANHÃO, 1996).

Entretanto, Maranhão (1996) destaca que não houve sequência para a concretização desses polos prioritários referentes ao desenvolvimento turístico. Por outro lado, destaca-se o fato de o centro de apoio de Poconé ter sido priorizado, na década de 1980, com a ideia de polos, em função de seus atrativos naturais: Parque Nacional do Pantanal, Campos do Jofre, rios: Paraguai, Cuiabá, São Lourenço, Bento Gomes, Pixaim, entre outros, e por suas baías (MARANHÃO, 1996).

Desse modo, diante das primeiras ações estaduais de ambas as unidades federativas, já se presenciavam focos de atuação para os municípios de Cáceres, Poconé e Corumbá. Todavia, apesar de vários projetos envolvendo esses municípios, muitas ações foram descontinuadas ou não realizadas, conclusão a que pudemos chegar após a realização de três trabalhos de campo e inúmeras entrevistas, observações e levantamentos de fontes primárias.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do estado de Mato Grosso do Sul apontou, em 1985, quatro polos principais de atração turística no estado: Corumbá, Ponta Porã, Coxim e Porto Murtinho (MATO GROSSO DO SUL, 1985: 47).

Em 1994, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, recomendado pela OMT, visando aprimorar o turismo no país mediante o fortalecimento da atividade na esfera local. Segundo Paula e Rabinovici (2010: 172 e 173), “tais políticas foram avaliadas como equivocadas do ponto de vista do seu planejamento e execução, já que não foi realizado um relatório do inventário turístico nacional precedente à execução do projeto”.

Para o Ministério do Turismo (2010), o desenvolvimento do turismo pautado no município significava um começo de uma política nacional de base territorial ao se fortalecer municípios já considerados como “turísticos” ou de “potencial turístico” (BRASIL, 2010b).

Também em 1994, como mencionado anteriormente, foi elaborado um documento referente ao ecoturismo: “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, em um contexto de projetos destinados ao ecoturismo e ao desenvolvimento do turismo sustentável. Nesse âmbito, destacou-se o Programa de

Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur) e, como o estado de Mato Grosso localiza-se na Amazônia Legal, logo, o Pantanal Mato-Grossense acabou sendo integrado a esse programa.

Outra parceria entre a Embratur e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) culminou na formulação do programa Parques do Brasil, cuja intenção era a de compor um estudo sobre o uso público do potencial ecoturístico em unidades de conservação (UCs) (PAULA & RABINOVICI, 2010: 173).

Entretanto, salienta-se que o Ibama passava por uma situação econômica delicada, recebendo poucos investimentos e pouca atenção. Como anteriormente citado, no caso do Parna Pantanal, os gestores do parque encontraram como solução o incentivo à presença de ONGs no parque e seu entorno para suprir a demanda não atendida de um Estado ausente, conforme discutido no capítulo 2.

Em 1998, no âmbito do Programa Pantanal, foi previsto um montante de 4.281.000 dólares para o ordenamento e promoção do turismo ecológico e cultural na Bacia do Alto Paraguai, no estado do Mato Grosso do Sul (BRASIL, 1998). Todavia, não há um relatório de avaliação para confirmar se esse montante foi empregado e em que projetos específicos.

Nesse contexto, entre 1998 e 2000, a Embratur lançou o projeto “Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil”, tendo sido levantados mais de cem roteiros ecológicos para o desenvolvimento da atividade do turismo no país. Contudo, as pesquisas realizadas pela Gerência Setorial de Turismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revelaram que a infraestrutura turística era, no início deste século, incipiente (BNDES, 2000).

O Polo de ecoturismo do Pantanal Sul abrange os municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá, compondo um cenário voltado para a observação de plantas e animais, passeios de barco, pescarias e caminhadas, além de ser um paraíso arqueológico. Em Corumbá, existem várias opções de hospedagem, já em Aquidauana e Miranda, não há tanta opção. No Pantanal, a infraestrutura hoteleira é muito boa, com variada gama de hospedagem, porém, a sinalização é muito deficiente. O Pantanal apresenta-se como o destaque do referido polo. Pantanal, maior área inundável de água doce do mundo, onde são inúmeras as opções de atividades, e, também, os produtos ecoturísticos oferecidos na região. Existem guias locais, e diversos equipamentos, tais como barcos de pesca e de passeio, bem como veículos para observação da fauna e flora.

No Polo Pantanal Norte, compreendido pelos municípios de Poconé, Barão

de Melgaço e Cáceres, somente neste último há bons hotéis. Além disso, há outras boas opções de hospedagem, porém, em pousadas e fazendas, no Pantanal. Em Poconé e Barão de Melgaço, a hospedagem é muito precária. A sinalização, no Pantanal, é muito deficiente. O Pantanal, mais a oeste, próximo à Serra de Amolar, ainda é bastante selvagem, sendo uma região menos conhecida, onde habitam vários animais, como a onça-pintada. O acesso pode ser feito por barcos ou aviões fretados, os quais saem de Corumbá, principal cidade da região. O barco-hotel é a única alternativa, pois não há hotéis, no local (BNDES, 2000: 3).

Ressalta-se que ao contrário do estado de Mato Grosso, nunca houve em Mato Grosso do Sul uma Política Estadual de Turismo. Em 2000, todavia, o segmento de ecoturismo foi contemplado com a instituição de uma Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo deste estado.

A partir de 2001, o turismo na esfera estadual sul mato-grossense ficou a cargo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e suas superintendências de políticas de turismo. Em 2011, o turismo passou a ficar a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Em nível federal, o Ministério do Turismo foi criado em 2003, contando, finalmente, com um núcleo próprio, formado pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, pela Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo, dentre outros órgãos. Anteriormente, as decisões referentes ao turismo eram tomadas pelo Ministério do Esporte e Turismo. “A principal responsabilidade da Embratur passou a ser a promoção do país no exterior, entre outras funções, tais como avaliação de impacto da atividade na economia nacional, além de formatação de novos roteiros turísticos” (PAULA & RABINOVICI, 2010: 173 e 174).

Nesse âmbito, iniciou-se a formulação de documentos diagnósticos, diretrizes, planos e programas relacionados ao turismo no Brasil. Nesse mesmo ano, foi criado o Plano Nacional de Turismo para o período de 2003 a 2007, sendo o principal instrumento de planejamento do Ministério do Turismo, pautado em um diagnóstico dos problemas e fragilidades do turismo no país, procurando descentralizar a atividade com a instituição dos Fóruns Estaduais de Turismo (BRASIL, 2010b).

Nesse contexto, o Ministério do Turismo criou o Programa de Regionalização do Turismo, seguindo um modelo de descentralização, contudo, não em bases municipais e sim regionais.

Regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. Para implementar esse modelo é necessária a organização de um espaço geográfico em regiões, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística (BRASIL, 2004: 11).

Em 2004, o Ministério do Turismo apontou 396 roteiros turísticos, englobando 1207 municípios. Entretanto, somente 87 roteiros e 474 municípios foram considerados prioritários pelo Programa de Regionalização do Turismo, devendo se inserir nos padrões internacionais de qualidade. Nota-se que o PRT realça o Macro-Programa de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística no Brasil, procurando reinserir os Polos de Ecoturismo (PAULA & RABINOVICI, 2010).

Nesse contexto de descentralização do turismo, foi elaborada a Política Estadual de Turismo de Mato Grosso, em 2003, visando desenvolver o turismo em “áreas naturais de forma sustentável, incentivando a conservação do patrimônio histórico-natural e a formação de uma consciência ambientalista, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (MATO GROSSO, 2003: 49).

Com o PNT (2007-2010), houve a ideia de capacitar 65 municípios que até 2010 serviriam como indutores para o desenvolvimento do turismo na região (BRASIL, 2007a).

Assim, o Ministério do Turismo empenhou em seu orçamento um montante de um bilhão e duzentos e setenta milhões de reais para que se investisse em infraestrutura turística, visando à obtenção de um padrão internacional a esses destinos.

Em 2009, com um enfoque regional, foram eleitas 276 regiões turísticas, contemplando 3635 municípios, sendo mantida a ideia dos municípios indutores do turismo.

276 Regiões Turísticas do Brasil

3.635 Municípios

MINISTÉRIO DO TURISMO
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização
SCN Qd. 06, Bloco A, 12º andar Shopping D
Brasília/DF – Brasil CEP 70716-900
programa.regionalizacao@turismo.gov.br
www.turismo.gov.br/regionalizacao

Regiões Turísticas do Norte

ACRE

Região Turística Vale do Acre
Região Turística Vale do Juruá

AMAPÁ

Polo Meio do Mundo
Polo Potaro
Polo Extremo Norte
Polo Castanheiras
Polo Tumucumaque

AMAZONAS

Polo Rio Negro e Solimões
Polo Médio Solimões
Polo Amazônico
Polo Lulumã
Polo Sertão
Polo Madeira
Polo Alto Solimões
Polo Alto Rio Negro

PARÁ

Polo Belém
Polo Marajó
Polo Tapajós
Polo Araguaia - Tocantins
Polo Amazônia Atlântica
Polo Xingu

RONDÔNIA

Polo de Agonegócios/Caminho das Águas
Polo de Ecoturismo do Guaporé
Polo Perla do Mamoré
Polo Madeira-Mamoré

RORAIMA

O Extremo Norte do Brasil
Roraima, a Savana Amazônica
Águas e Florestas da Linha do Equador

TOCANTINS

Bico do Papagaio
Vale dos Grandes Rios
Serras e Lago
Encantos do Jalapão
Serras Gerais
Lagos e Praias do Cantão
Ilha do Bananal

Regiões Turísticas do Centro-Oeste

DISTRITO FEDERAL
Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade

GOIÁS

Região das Águas
Região Nascentes do Oeste
Região Agro-Ecológica
Região das Negativas
Região do Ouro
Região da Reserva da Biosfera Goiás
Região dos Engenheiros
Região do Vale da Serra da Mesa
Região do Vale do Araguaia

MATO GROSSO

Vale do São Lourenço
Pantanal Mato Grossense
Região Metropolitana
Médio Norte
Nascentes Platina Amazônica
Vale do Teles Pires
Portal da Amazônia
Rota dos Ipês e das Águas
Vale do Guaporé
Águas do Vale do Cabaçal
Nordeste - Amazônia
Cristalino
Alto Araguaia
Médio Araguaia
Baixo Araguaia

MATO GROSSO DO SUL

Caminho dos Ipês - MS
Pantanal - MS
Benito / Serra da Bodoquena - MS
Rota Norte - MS
Costa Leste - MS
Grande Dourados - MS
Caminhos da Fronteira - MS
Vale do Aporé - MS
Conechal - MS
Vale das Águas - MS

Regiões Turísticas do Sul

PARANÁ

Litoral do Paraná
Rota do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana
Cenários do Tempo - Campos Gerais do Paraná
Norte do Paraná
Comedores das Águas - Noroeste do Paraná
Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu - Paraná
Riquezas do Oeste - Paraná
Estradas e Caminhos - Centro do Paraná
Vales do Iguaçu - Sudoeste do Paraná
Terra dos Pinhais - Centro-sul do Paraná

RIO GRANDE DO SUL

Região Grande Porto Alegre
Região Litoral Norte Gaúcho
Região Serra Gaúcha
Região Hidrominerais
Região Turismal
Região Missões
Região Pampa Gaúcho
Região Central
Região Rota das Terras
Região Vales
Região Costa Dourada

SANTA CATARINA

Grande Oeste Catarinense
Vale do Contestado
Serra Catarinense
Caminho dos Príncipes
Vale Europeu
Costa Verde Mar
Grande Florianópolis
Encantos do Sul Catarinense
Caminho dos Caminhos

Regiões Turísticas do Sudeste

ESPIRITO SANTO

Região Turística do Capangá
Região Turística do Monte Castelo e Fátima
Região Turística das Águas
Região Turística Caminhos do Sul de Minas
Região Turística Caminhos Gerais
Região Turística das Malhas do Sul de Minas
Região Turística Montanhas Coloridas de Minas
Região Turística Montanhas Mágicas de Mantiqueira
Região Turística das Pedras, Pico e Mar
Região Turística das Vales e do Café
Região Turística Montanhas Capangas
Região Turística da Costa e da Integração

MINAS GERAIS

Circuito Turístico Belo Horizonte
Circuito Turístico dos Diamantes
Circuito Turístico das Grutas
Circuito Turístico Guimarães Rosa
Circuito Turístico Lagoa Três Marias
Circuito Turístico da Osmo
Circuito Turístico Parque Nacional Serra do Cipó
Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes
Circuito Turístico Verde - Serra Bandeira
Circuito Vilas e Fazendas de Minas
Circuito Turístico Caminhos Verdes de Minas
Circuito Turístico Caminhos Verdes de Minas
Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce
Circuito Turístico Pico da Bandeira
Circuito Turístico Recanto dos Barões
Circuito Turístico Serra do Brigadeiro
Circuito Turístico Serra das Velhas
Circuito Turístico Serra de Minas

PARANÁ

Circuito Turístico Serras e Cachoeiras
Circuito Turístico Mantiqueira e Fátima
Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas
Circuito Turístico Caminhos Gerais
Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas
Circuito Turístico Montanhas Coloridas de Minas
Circuito Turístico Montanhas Mágicas de Mantiqueira
Circuito Turístico Nascentes das Gerais
Circuito Turístico Serra Verde de Sul de Minas
Circuito Turístico Serra Verde e Quebras d'Água
Circuito Turístico das Lagoas
Circuito Turístico Triângulo Mineiro
Circuito Turístico Caminhos do Cerrado
Circuito Turístico da Canastra
Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas
Circuito Turístico Nascentes das Gerais
Circuito Turístico Serra da Cabral de Minas e Cachoeiras
Circuito Turístico Serra Geral do Norte de Minas
Circuito Turístico Lagoa de Itaipu
Circuito Turístico das Pedras Pretas
Circuito Turístico Rota do Marquês
Circuito Turístico Sertão Gerais

RIO DE JANEIRO

Agulhas Negras
Metropolitano
Costa do Sol
Serra Verde Imperial
Costa Verde
Vale do Café

SÃO PAULO

Torres Vivas
Naturais & Tradicionais
Centro Paulista
Praias & Mata Atlântica
Águas Termais
Cangaço Paulista
Bom Vivir
Serra do Itapicuru
Café com Leite
Café e Flores
Lago do Rio Grande
Caminho dos Imigrantes
Alto Café
Vale do Paraquana
Vertente das Águas Limpas
Águas do Oeste
Sul do Oeste
Pontal Paulista
Caminho da Mata Atlântica
Alta Mogiana
Águas Vivas

AGUAS, CULTURA E NEGÓCIOS

Grandes Lagos
Entre Rios
Costa Tropical
Vale do Paraíba e Serras
Alto Vale da Ribeira
Verde Sertão Paulista
Polo Costa
Sorocabana
ABC Têxtil
Alto Tietê - Cantareira
Grande Oeste do SP
São Paulo Capital

Legenda de Cores

- As áreas representadas pelas setas verdes da cor VERDE referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO NORTE.
- As áreas representadas pelas setas amarelas da cor AMARELO referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO CENTRO-OESTE.
- As áreas representadas pelas setas laranjas da cor LARANJA referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO CENTRO-SUL.
- As áreas representadas pelas setas azuis da cor AZUL referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO SUDESTE.
- As áreas representadas pelas setas vermelhas da cor VERMELHO referem-se às regiões turísticas da MACROREGIÃO SUL.
- As áreas representadas pela cor CINZA referem-se aos municípios que não estão inseridos nas regiões turísticas.

Mapa 8. Mapa da Regionalização do Turismo – 2009

Fonte: BRASIL. MTUR, 2009.

No contexto do PRT, Cáceres foi definido como um município indutor para a região turística do Polo Pantanal, servindo como referência de políticas públicas e ações implantadas para desenvolver a atividade (MATO GROSSO, 2010). Nesse panorama, coube a Cáceres induzir o turismo no Pantanal Norte, incluindo o turismo em Poconé.

Cáceres, popularmente apelidada de “Princesinha do Pantanal”, foi lançado como município indutor do turismo no Pantanal Norte. Para abrigar anualmente o Festival Internacional de Pesca Esportiva, o município conta com uma infraestrutura hoteleira, de barcos hotéis e de agências de viagens. Houve também algumas turmas especiais de bacharelado em turismo na Universidade Estadual de Mato Grosso para a capacitação da população cacerense há alguns anos.

O FIPE ocorre em nove dias de festival, normalmente em junho, com torneios, competições, shows, jogos e lazer. De acordo com a funcionária da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Cáceres, Maria Aparecida Silva (informação verbal)⁸³, o evento é considerado importante para a região, sendo alvo de boa parte do orçamento da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Cáceres.

Cáceres conta com mais infraestrutura em seu núcleo urbano comparativamente a Poconé. O conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de Cáceres foi tombado pelo Iphan, em 2010, apresentando uma riqueza arquitetônica representativa do momento de destaque vivido pelo município, em que a navegação pelo Rio Paraguai e a sua ligação com Corumbá e outros municípios da Bacia Platina possibilitou o desenvolvimento do comércio e o incremento da pecuária. Essa riqueza, de certo modo, está espacializada nos casarões no centro histórico.

A atividade turística na região de Cáceres tem como base principal de infraestrutura turística a sede do município. Nele estão os hotéis e toda a frota náutica utilizada no turismo de pesca, bem como a mão de obra do setor, guardadas as devidas proporções o município se assemelha muito às características de Corumbá, seu principal destino concorrente (WWF & MMA, 2004: 45).

⁸³ Entrevista concedida por SILVA, Maria Aparecida. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Cáceres, 2013.

Figura 12 - Casarão tombado no centro histórico de Cáceres

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Entretanto, em comparação ao município de Corumbá, Cáceres possui uma orla fluvial pouco cuidada, fato que é reclamação constante dos proprietários de barcos hotéis⁸⁴.

Figura 13 - Orla de Cáceres

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

⁸⁴ Informação verbal unânime obtida com todos os indivíduos entrevistados, envolvidos com o setor do turismo em Cáceres - Julho de 2013.

No Mato Grosso do Sul, como indutor do Pantanal Sul, a tarefa ficou incumbida a Corumbá, chamada popularmente de “Capital do Pantanal”. Nesse estado, somente a capital, Corumbá e Bonito foram considerados como municípios indutores do turismo.

Corumbá é um município que apresenta uma área de 65.000 Km², sendo um dos maiores municípios do Brasil em extensão territorial, além de fazer fronteira com a Bolívia (IBGE, 2010). O núcleo urbano de Corumbá localiza-se às margens do rio Paraguai, crescendo em forma de leque em relação ao rio, desenvolvendo historicamente uma importante relação com o mesmo, a ponto de o rio Paraguai ter sido seu único acesso até meados do século XX, representando uma entrada tardia na modernidade rodoviária do país. A cidade teve o conjunto histórico, arquitetônico e urbanístico composto pelo Casario do Porto de Corumbá tombado em 1993 pelo Iphan.

Corumbá é a cidade mais antiga do estado de Mato Grosso do Sul, possuindo construções conservadas no seu centro histórico, com influência europeia da segunda metade do século XIX e início do século XX. O Porto Geral é margeado pelo Rio Paraguai e possui vários exemplares de casarões desse período. Destaca-se que em parte deles se encontram agências de viagem que trabalham com turismo de pesca.

Nos anos 2000, no âmbito da intervenção do Programa Monumenta, Corumbá centrou-se na qualificação da orla fluvial, a qual vem sendo usada tanto como uma área pública, como para a atividade do turismo (BONDUKI, 2010).

Tal obra não beneficiou apenas os habitantes do município que dependiam do rio para a sua sobrevivência, como também possibilitou uma promoção mercantil e uma valorização imobiliária do espaço. Ressalta-se que a intervenção do Programa Monumenta, voltada ao desenvolvimento do município, acabou ficando subjugada ao desenvolvimento da atividade do turismo, que é sazonal.

Compreendemos, pautados em Bonduki (2010), que a requalificação da orla acabou promovendo-a para as atividades turísticas. Aponta-se como causa o fato de Corumbá ser considerada a capital do Pantanal, referência em turismo ecológico com todo o discurso da sustentabilidade e da conservação ambiental, além de ser referência em turismo de pesca. Todavia, considerando-se a sazonalidade da atividade do turismo, condicionada a fatores hidrológicos, climáticos e à época de

reprodução de peixes, percebe-se que há um limite ao desenvolvimento do município, que fica sujeito a uma valorização por temporada.

A partir da noção de que Corumbá é o maior município em área inserido no Pantanal, além de abrigar duas RPPNs que compõem o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, vale enfatizar que a reestruturação da orla portuária de Corumbá possibilitou um incremento na atividade do turismo e, nesse sentido, viabilizou o turismo realizado em barcos hotéis. Antigamente, o público desses barcos interessava-se, principalmente, pela pesca esportiva, mas, buscando ampliar seus empreendimentos, os empresários do ramo visam conquistar ecoturistas.

Diversos empresários, em Cáceres, durante entrevistas realizadas em Julho de 2013, reclamaram que estão perdendo turistas para os barcos hotéis de Corumbá, já que Cáceres não conta com um aeroporto e sua orla não se encontra muito conservada.

Figura 14 - Vista para o Porto Geral de Corumbá

Foto de: BELLO, Carolina, 2014.

Figura 15 - Porto Geral de Corumbá

Foto de: BELLO, Carolina, 2014.

Como município indutor do Pantanal Sul, Corumbá deve incentivar os municípios de Ladário, Miranda, Aquidauana e Porto Murtinho, contemplando segmentos de turismo vinculados a áreas naturais, como o ecoturismo, o turismo científico, o turismo de pesca e o turismo rural, e, nas áreas urbanas, o turismo científico e o turismo histórico-cultural.

Segundo Gomes Silva (2006: 120), “a importância do Pantanal para o turismo em nível estadual, nacional e internacional é tamanha que o [...] governo de Mato Grosso do Sul estabeleceu como *marketing* a ideia de ‘Estado do Pantanal’”.

Ainda nesse âmbito de fortalecimento do turismo de natureza, a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” aponta que o desenvolvimento dessa atividade nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul “evidencia uma nova maneira de criar uma alternativa econômica com expressão significativa, em um modelo onde existe a difusão dos benefícios pela malha social local” (COBRAMAB, 2000: 53).

Concernente aos roteiros do Pantanal Sul, a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul apresentou nove roteiros, sendo alguns deles no rio Paraguai: “Roteiro Pesca Esportiva no Pantanal Sul”, “Roteiro Pantanal do Rio Paraguai Corumbá”, além do “Roteiro Travessia do Pantanal”, este último englobando Pantanal Norte e Sul (GOMES SILVA, 2006).

O “Roteiro Travessia do Pantanal” objetivou apresentar aos turistas um novo roteiro turístico de barco iniciando-se em Cáceres, passando por Poconé e Corumbá, chegando a Porto Murtinho (MS) e vice-versa. Esse plano para o desenvolvimento do turismo assemelhava-se aos objetivos iniciais da construção da Rodovia Transpantaneira de ligar o Pantanal Norte e Sul, além de contar com a tradição do uso de barcos tanto em Cáceres quanto em Corumbá, dois municípios que formam o polo de pesca do Pantanal.

Figura 16 - Mapa (sem escala) do trecho do Rio Paraguai entre Cáceres e Porto Murtinho⁸⁵

⁸⁵ RIO PARAGUAI entre Cáceres e Porto Murtinho. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/estrategicos/saida-pacifico/slide11.html>>. Acesso em: 27 de Julho de 2015.

Assim, em relação às modalidades de turismo ligadas a espaços naturais, ressalta-se que a partir dos anos 1990, houve um crescimento desses segmentos, cuja prática, inclusive em áreas naturais, vem sendo ratificada pelos governantes, pelos documentos de governo e pelos planos de turismo⁸⁶.

Diferentemente do turismo de massa, o ecoturismo possui nos espaços naturais o seu principal objeto de consumo, demandando um conjunto reduzido de infraestruturas e serviços, os quais, por atenderem a demandas restritas, são voltados a um público de maior poder aquisitivo (CRUZ, 2003).

Segundo Cruz:

Tanto no caso do ecoturismo que acontece na Amazônia como naquele que está acontecendo no Pantanal, as capitais dos estados em que se inserem essas práticas ou as capitais mais próximas são os portões de entrada dos ecoturistas pelo simples fato de que nessas cidades se concentram as infraestruturas que permitem a acessibilidade dos visitantes aos destinos de interior, como aeroportos e agenciamento da atividade. Nesse caso, torna-se necessário reconhecer que, embora o ecoturismo tenha na natureza seu principal objeto de consumo, ele também depende dos espaços urbanos, sob diversos aspectos (CRUZ, 2003:69).

Em relação ao Pantanal, a partir da década de 1990, é notório reconhecer a intensificação do processo de produção e consumo do espaço, com destaque para o crescimento da atividade do turismo, compreendida aqui como mais um aspecto revelador da sujeição dessa região a uma racionalidade global.

⁸⁶ Ainda não foi realizado um levantamento estatístico acerca do incremento do turismo nos municípios da área de estudo, apesar de os entrevistados em campo afirmarem que a atividade do turismo tem crescido nesses municípios, acompanhando o crescimento do turismo no Brasil.

4. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL E SEU ENTORNO

A história do turismo no Pantanal de Cáceres, Poconé e Corumbá possui uma relação intrínseca com a pesca e com embarcações que trafegam nos rios da Bacia do Alto Paraguai. Apesar de a pesca no Pantanal ter sua origem com os índios canoieiros há séculos atrás, ainda hoje é uma atividade socioeconômica de grande relevância regional.

As primeiras iniciativas relacionadas ao turismo no Pantanal referem-se às primeiras décadas do século passado, com expedições de caça e pesca.

A imagem dos Pantanaís como atrativo para a caça e pesca começou a se consolidar a partir da Expedição Científica Roosevelt/Rondon – (1913/1914). A partir dessa Expedição, que realizou várias caçadas, um mercado de safáris de caça e pesca se desenvolveu até a década de setenta (MARANHÃO, 1996: 55).

De acordo com Maranhão (1996), a caça e a pesca amadora foram, até a década de 1950, responsáveis pela produção de um espaço difuso, usando-se de meios de hospedagem já existentes, como sedes de fazendas e acampamentos nas margens dos rios.

Na caça e pesca, isto é, o primeiro produto produzido, comercializado e consumido antes da formalização dos agentes públicos e privados, os meios de hospedagem utilizados foram as sedes de fazendas e os acampamentos. A caça esportiva, proibida em 1967, existiu até meados da década de setenta. No entanto, a pesca permanece até os dias atuais e continua utilizando os meios já mencionados além dos formais, construídos a partir de 1977 (MARANHÃO, 1996: 66-67).

De modo geral, no Pantanal, os primeiros relatos do turismo como uma atividade organizada são dos anos 1960:

Foi no fim da década de sessenta que o turismo em grande escala, característico do nosso tempo, iniciou-se no Pantanal do Mato Grosso. Até essa época, as incursões turísticas limitavam-se a esporádicos visitantes estrangeiros, a caravanas de pescadores amadores, ou então, à famosa fase da fazenda do amigo, tomada empréstimo (BERTELLI, 1988: 85).

Para a TNC (1997), o turismo já se tornara, no início dos anos 1960, uma nova atividade econômica de grande importância no Pantanal. Segundo a TNC (1997: 9 – tradução nossa), no Pantanal, “o turismo é responsável pela criação de um número de negócios que forneceram infraestrutura para essa atividade, incluindo agências de viagem, hotéis e guias de turismo”.⁸⁷

O turismo de pesca esportiva é a atividade mais antiga nessa modalidade e em função dos limites por pescador, bem como o volume de turistas concentrados na região, torna-se uma forma de uso direto do recurso. O turismo de natureza iniciou seu grande impulso atual depois da abertura da estrada no início da década de 70 (COBRAMAB, 2000: 13).

Segundo Lamoso (2012), desde o final da década de 1970, o turismo estava sendo implementado em Corumbá sistematicamente, sob a ótica empresarial, em um período de redução da pecuária na economia pantaneira.

A crise que naquele momento se abateu sobre a pecuária regional, praticada nos moldes tradicionais – extensiva e com baixa produtividade –, atinge diretamente a economia destes municípios, acelerando o êxodo rural e aumentando o processo de favelização das periferias das cidades localizadas no interior do Pantanal (BANDUCCI & MORETTI, 2001: 10).

Para Lacerda (2005: 7), na década de 1970, em Corumbá, “o potencial turístico estava na mata, no ar, na figura do pantaneiro. A infraestrutura fica em segundo plano”.

Lacerda aponta as primeiras representações formadas sobre o Pantanal Corumbaense: “O Pantanal apaixonou quem o conhece por sua placidez, sua vida selvagem, pois se trata de um zoológico sem grades, onde o turista caminha perto dos animais” (LACERDA, 2005: 17).

Naquele momento, segundo Lacerda (2005), no aeroporto de Corumbá já havia voos da antiga Viação Aérea São Paulo (Vasp), às segundas, quartas, sextas-feiras e domingos. Aproveitando-se dessa infraestrutura aeroviária já instalada no município, Lacerda começou a divulgá-lo enquanto um produto turístico no final dos anos 1970, levando grupos de turistas em viagens organizadas, buscando conjugar, em Corumbá, atividades ligadas à pesca, à natureza e ao turismo de fronteira,

⁸⁷ “Tourism is responsible for creating a number of businesses that provide infrastructure for this activity, including travel agencies, hotels, and tour guides” (TNC, 1997: 9).

levando os turistas em Puerto Quijarro, na Bolívia, considerado zona franca, para fazer compras.

Figura 17 - Professor Moura Lacerda e seu trabalho de incentivo ao turismo em Corumbá na década de 1970

1978 ANO DO BI-CENTENÁRIO DE CORUMBÁ

Turismo Nascente:

PROFESSOR MOURA LACERDA

Quando se escrever a história do turismo em Corumbá, o nome do professor Moura Lacerda figura em primeira plana, tal sua importância para o desenvolvimento do turismo em nossa terra.

O contacto inicial do professor Lacerda com Corumbá ocorreu em Porto Alegre, há dois anos. Assistia ele a uma conferência do professor FRITZ BLUMA, num congresso de turismo que lá se realizava, onde o professor Bluma apresentou dezenas de slides coloridos sobre Corumbá e a região do pantanal.

Pinda a conferência manteve longa palestra com Bluma, inteirando-se sobre o Pantanal.

Veio, em seguida, a Corumbá, encantando-se com suas belezas paisagísticas e as perspectivas de turismo da nossa região.

Organizou grande número de excursões para turistas paulistas a Corumbá, através do chamado V.T.D (vão de turismo doméstico).

Foi o organizador, em colaboração, com a Prefeitura de Corumbá, do I Simpósio de Turismo em nossa cidade, no mês de setembro de 77, realizado no recinto da Câmara Municipal, contando com a presença de numeroso público, que prestigiou aquele curso e recebeu certificado de participação no final.

Vários especialistas em turismo, de São Paulo, prelecionaram naquele simpósio memorável, inclusive o professor Lacerda.

Em janeiro deste ano promoveu, juntamente com a Prefeitura de Corumbá, a VASP e a PROTOUR, a denominada "NOITE PANTANETRA", nos salões do BRASILTON HOTEL, em São Paulo, na noite de 24 de janeiro. O objetivo daquele jantar foi o de promover Corumbá junto aos meios jornalísticos, publicitários e agências de turismo de São Paulo, para que, através das suas publicações, divulgassem Corumbá e as festas do Bicentenário.

O jantar, servido à base de peixe, levado de Corumbá pela VASP, revestiu-se de extraordinário êxito.

Em maio promoveu, também nos salões do BRASILTON HOTEL, uma noite com a apresentação da SOPA DE PIRANHA, precedida de grande publicidade. Foi extraordinário o sucesso de mais essa realização do professor Lacerda.

Conseguiu ele, de vários jornais paulistanos, a publicação de fotografias e reportagens sobre Corumbá, especialmente nos suplementos de turismo.

Inúmeros V.T.D já foram realizados este ano, para Corumbá, e outros estão programados, coincidindo com as festividades do Bicentenário.

Para a primeira quinzena de outubro já foi organizado, pelo professor Lacerda, outro curso sobre turismo, que deverá repetir o êxito do anterior.

"CORUMBÁ BICENTENÁRIA" renda à grande figura do professor Moura Lacerda as homenagens pelo notável trabalho que vem realizando, quase anonimamente, em prol da Cidade Branca, num labor persistente e incessante, que visa não só divulgar nossa terra como transformá-la num polo turístico nacional.

CORUMBÁ, CAPITAL TURÍSTICA DE MATO GROSSO DO SUL. AGUARDA SUA VISITA EM 1978. ANO DO BICENTENÁRIO.

Fonte: LACERDA (2005).

Já nos anos 1980, Bertelli (1988: 82) declara que “as embarcações turísticas transformaram-se em sofisticados barcos hotéis de pesca, conhecidos como botéis”.

É a pesca que fará, novamente, com que os paulistas desloquem-se para o Pantanal. Caravanas de caminhões frigoríficos, pescadores, vendedores de apetrechos, acampavam desordenadamente nos rios de melhor acesso como o Coxim e retornavam lotados de peixes, milhares e milhares de quilos. Somente na década de 80 é que os órgãos governamentais exerceram sua autoridade e passaram a controlar essa atividade, o que provocou uma sensível diferença no abuso contra a natureza pantaneira. Os bons pescadores sempre vão ao Pantanal do Mato Grosso, pelo menos uma vez, partem do aeroporto de Congonhas, numa viagem de uma hora e quarenta minutos. É sempre uma grande aventura ir ao Pantanal, e se houver uma máquina fotográfica, belas fotos poderão ser conseguidas dos jacarés, das aves ou da flora local (BERTELLI, 1988: 83).

Apesar de a pesca esportiva ter sido considerada um grande atrativo, a fauna e a flora também eram apreciadas, sendo vistas como um diferencial em relação a outros destinos turísticos concorrentes no quesito pesca esportiva. Ademais, como Bertelli (1988) destaca, são, principalmente, os paulistas que começaram a se dedicar ao turismo de pesca, configurando-se, também, como empresários de barcos-hotéis.

Figura 18 - Embarcações destinadas à pesca amadora no Rio Paraguai, em Corumbá, na década de 1970

Foto de: Acervo da Família Decenzo, 2014.

Figura 19 - Início da pesca amadora relacionada ao turismo no Pantanal
Corumbaense na década de 1970

Foto de: Acervo da Família Decenzo, 2014.

No município de Cáceres, ocorria, desde 1980, o Festival Internacional de Pesca Esportiva, o qual foi importante para a divulgação do município enquanto um destino de turismo de pesca. Cáceres, ligado diretamente via rodovia a Cuiabá, por 218 quilômetros, era uma opção de relativo fácil acesso a esse público.

Das mais de 260 espécies de peixes que ocorrem no Pantanal, apenas 10 são consideradas de interesse para a pesca esportiva e profissional. São elas: pacu, pintado, cachara, dourado, jaú, piavuçu, piranha, barbado curimbatá e piraputanga. Estas correspondem a 80% de todo o desembarque pesqueiro oficialmente registrado (WWF & MMA, 2004: 18).

Figura 20 - Turismo de pesca estruturado em barco-hotel no Rio Paraguai (sem data)

Foto de: Acervo da Família Decenzo, 2014.

A seguir, a tabela 7 traz dados sobre a infraestrutura do turismo em Corumbá, em 1995, referente a barcos para pesca, passeio, recreação e esporte. Observa-se que a atividade do turismo voltada à navegação se encontrava consolidada, com capacidade para atender cerca de 870 turistas nos barcos registrados no município, empregando, formalmente, mais de 180 pessoas.

De acordo com o PCBAP 2 (BRASIL,1997a), havia, em 1996, 33 barcos hotéis em Corumbá, com capacidade para atender 452 passageiros. Segundo Faria (2001), estimava-se que cerca de 150 mil pessoas visitavam o Pantanal anualmente, apesar de, no período, não haver um levantamento exato, e, a maioria desses turistas ia ao Pantanal para pescar.

Tabela 7 - Infraestrutura do turismo: barcos para pesca, passeio, recreação e esporte no município de Corumbá em 1995

Empreendimento	Barco Passeio	Barco Pesca	Esporte Recreio	Capacidade	Início ativ.	Clientela – país predominante	Clientela – estados predominantes	Nº de empregados
Candu		*		8	?	Brasil	PR	4
Riomar	*			12	1963	Brasil/Alemanha/Itália/Japão	RS/SP/MG	2
Igarassu	*			13	1971	?	?	4
La Barca	*			100	1975	Suíça/Alemanha/Brasil	SP/RJ/MG	5
Cabexi I	X	*		8	1976	Brasil	SP/PR	16
Cabote	X	*		7	1978	Brasil	SP/PR	4
Joia Pantaneira	X	*		8	1980	Brasil	SP/PR	8
Jabur		*	X	12	1980	Brasil	SP	1
Tetis		*	X	12	1980	Brasil	PR	4
Turismo Cidade Branca	X	*		16	1982	Brasil	SP	10
Sonho Meu		*	X	8	1982	Brasil	MG	1
Cabexi II	X	*		8	1984	Brasil	SP/PR	10
Jacaré		*	X	6	1984	Brasil	SP	1
Expresso do Pantanal	*			100	1984	Alemanha/Japão/Brasil	SP/RJ	5
Santa Paola II	X	*		10	1985	Alemanha/Suíça/Brasil	SP	5
Corumbi	X	*		16	1985	Brasil	SP/MG	13
Marques Valença		*	X	8	1985	Brasil	SP	4
Shekiná		*	X	15	1985	Brasil	SP	1
Santa Paola I	X	*		6	1986	Alemanha/Suíça/Brasil	SP/PR	4
Rio Preto		*	X	10	1986	Brasil	MS/SP	?
Uirapuru		*	X	8	1987	Brasil	SP	4
Tututu		*	X	20	1987	Brasil	SP/RS	?
Expresso do Pantanal III	*			85	1987	Alemanha/Japão/Brasil	SP/RJ	5
Barão de Melgaço	X	*		20	1988	Brasil	SP/PR	10
Arara Pantaneira	X	*		20	1988	Brasil	SP	6
Mogi Mirim		*	X	8	1988	Brasil	PR/SP	1
Pérola do Pantanal	*			80	1988	Brasil	SP/RJ	9
Kaimá	X	*		26	1989	Brasil	SP	10
Santa Ana	X	*		16	1989	Brasil	SP	4
Platinense		*	X	8	1989	Brasil	SP	1

Ana C	X	*		12	1990	Brasil	SP/PR/SC	2
Cabote		*	X	6	1990	Brasil	SP	1
Sonho Nosso		*	X	20	1990	Brasil	SP	3
Pantanal Feliz	*			6	1990	Alemanha/Suíça/Brasil	SP/RJ	1
Eldorado Pantaneiro	X	*		8	1991	Brasil	SP	8
Falu III	X	*		4	1992	Brasil	SP	2
Albatroz	X	*		80	1993	Brasil	MS	8
Scorpius	*	*		18	1993	?	?	?
Xalana Zé Leôncio	*			24	1993	Brasil	SP/PR	4
Sairu	*			20	1993	Brasil	SP/PR	1
TOTAL				872				182

Legenda:

* Atividade principal do barco

X Atividade secundária do barco

Fonte: BRASIL. PCBAP 2, 1997. Organização: BELLO, Carolina, 2015.

Conforme o turismo foi sendo implementado na Bacia do Alto Paraguai, houve uma modificação na organização da atividade e uma modernização da infraestrutura para o recebimento dos viajantes.

Segundo Tocantins (2006), os serviços de baixa remuneração e pouco especializados, normalmente, são realizados por indivíduos de municípios pantaneiros, enquanto que as atividades que requerem maior especialização são executadas por profissionais mais qualificados, geralmente, vindos de outros lugares.

As atividades, como as de “piloteiros”, condutor de barco para os turistas de pesca, e as de “isqueiros”; catadores de pequenos peixes e crustáceos, utilizados como isca nas pescarias, são algumas atividades que mobilizam grande fluxo de mão de obra das cidades para as vilas ribeirinhas, durante os meses de fevereiro/março a outubro, pois, no mês de novembro tem início o período de proibição da pesca, em função da reprodução dos peixes (TOCANTINS, 2006: 80).

Tocantins (2006) afirma que, com as normatizações em relação à pesca no estado de Mato Grosso do Sul, que fixara na década de 1980 a cota de captura por pescador em trinta quilos mais um exemplar de peixe, muitos pescadores profissionais artesanais, em virtude desse empecilho, acabaram por dedicar-se ao turismo de pesca, “vinculando-se às empresas operadoras de turismo e passaram a atuar como pilotos de barcos de alumínio com motor de popa (regionalmente conhecidos por *piloteiros*) e como *isqueiros* (coletores de iscas)” (TOCANTINS, 2006: 80).

Nesse contexto, o barco-hotel representa uma opção de alojamento em um “barco dotado de dimensões, equipamentos e requisitos de segurança que permitem a conjugação da hospedagem com a prática do lazer da pesca e dos passeios fluviais” (BRASIL, 1997a: 668).

Utilizando-se deste tipo de alojamento, aqueles que vêm ao Pantanal têm o seu hotel navegando pelos rios, o que lhes propicia contato direto com o meio ambiente pantaneiro, qualquer que seja a natureza do seu lazer. Apresentam diferentes padrões e a diferenciação ocorre em função da quantidade dos equipamentos e serviços oferecidos, o que determina igualmente variação nos seus níveis de conforto e atendimento (BRASIL, 1997a: 668).

Em 1994, no Pantanal Sul, Corumbá possuía 82,5% dos barcos-hotéis, totalizando trinta e três barcos-hotéis, com 86,9% da capacidade de ocupação em relação aos barcos-hotéis, disponibilizando quatrocentos e cinquenta e dois leitos. De acordo com a análise realizada pelo Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, verifica-se que após 1976 ocorreu uma evolução referente à quantidade de barcos e de capacidade dos mesmos, com destaque para o período compreendido entre 1986 e 1994. Em comparação ao restante da Bacia do Alto Paraguai, Corumbá abrigava, em 1994, 66% dos barcos-hotéis e 46,2% da capacidade no que concerne ao número de leitos (BRASIL, 1997a).

A análise socioeconômica do estado de Mato Grosso do Sul conduzida para a formulação do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai indicou, nos anos 1990, que mais de 72% dos turistas recreacionais esportivos (turistas de pesca) que visitavam o município de Corumbá eram provenientes do estado de São Paulo, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo. Em segundo lugar, destacou-se a região Sul, com quase 15% dos turistas, com o predomínio de paranaenses (11,4%). O estado de Minas Gerais foi responsável pela emissão de 6,7% dos turistas de pesca (BRASIL, 1997a).

Para esses cidadãos urbano-industriais, a pesca esportiva foi uma atividade de lazer que praticavam nos rios ou mesmo no mar que lhes eram próximos e que hoje se encontra distante, no Pantanal. O atrativo permanece e a busca da satisfação continua, não importando a distância que se encontre. [...] A pescaria esportiva sempre constituiu para os interioranos uma prática comum nos finais de semana ou feriados prolongados. É vista como uma atividade que propiciava o contato com a natureza, que se entremeava na periferia dos centros urbanos, intensificando-se com o avanço da idade e consolidação das condições econômicas. Entretanto, com o desenvolvimento urbano-industrial alcançando os campos, há o afastamento cada vez mais distante para a realização deste lazer, levando-os à busca das áreas que ainda permanecem menos atingidas pelas atividades ligadas à civilização industrial que agridem fortemente o ambiente natural. Nas áreas que são procuradas, ainda há a perspectiva de tranquilidade, de natureza e de peixe, o qual permite a concretização dos “sonhos já vividos” no passado, quando o lazer era praticado a poucas horas de sua residência em ambiente semelhante a este, mas que hoje fica a centenas de quilômetros de distância (BRASIL, 1997a: 687).

O uso turístico dessa região não se deu e não se dá, todavia, sem conflitos e contradições. De um lado, o turismo de pesca no Pantanal revela uma conhecida

faceta envolvida com a presença da atividade em regiões onde vivem populações empobrecidas e segregadas. Conforme aponta Lomba:

A demanda turística é eminentemente masculina formada, principalmente, por empresários de grandes centros urbanos brasileiros, com um padrão financeiro superior ao da grande maioria da população brasileira e, ainda, detendo traços culturais machistas e sexistas. O turismo de pesca que procura Corumbá encontra na população socialmente excluída, as condições de oferta propícias para incluir em seus pacotes turísticos o consumo de sexo, dentro de condições mercantilistas, buscando nos indivíduos mais jovens, crianças e adolescentes, em sua maioria do sexo feminino, a possibilidade de poder realizar suas fantasias sexuais, mediante a exploração sexual disfarçada em simples atividade de lazer pesqueiro (LOMBA, 2005: 118 – 119).

Por outro lado, segundo a WWF e o MMA (2004), verificou-se que, após o “boom” do turismo de pesca nas décadas de 1980 e 1990, os estoques pesqueiros dos rios pantaneiros estavam sendo reduzidos, evidenciando que, além dos problemas sociais acima apontados, esta modalidade de turismo pode ser também ambientalmente impactante.

Contraditoriamente, outras características da demanda do turismo na Bacia do Alto Paraguai referem-se à melhoria dos meios de transporte, modernização e diferenciação dos equipamentos turísticos, tais como os barcos-hotéis, possibilitando a reorganização do espaço voltado à atividade (BRASIL, 1997a).

Entretanto, apesar da ascensão progressiva da atividade do turismo de pesca no Pantanal durante cerca de vinte anos, em 2000, inicia-se uma trajetória de declínio.

A crise do turismo de pesca

Segundo Tocantins (2006), a redução gradativa nas cotas de pesca desde 1995 levaram a um apontamento e a uma pressão em relação à legislação, indicando-a como causadora do declínio do turismo de pesca nos dois estados.

As informações obtidas pelo SPESCA/MS revelam que, entre 1994 e 1999, o desembarque total médio foi de 1.415 t/ano no Pantanal Sul, sendo 1.985 t/ano (76%) capturado pelos pescadores esportivos e 330 t/ano (24%) pelos pescadores profissionais.

Durante esse período, o número de pescadores esportivos registrados no Pantanal Sul aumentou anualmente e atingiu um máximo de 59 mil em 1999, mas vem reduzindo desde então para 43 mil em 2000, 35 mil em 2001 e 30 mil em 2002. Além da diminuição do número de pescadores esportivos, a legislação estadual estabeleceu uma redução progressiva da cota de captura permitida aos pescadores esportivos a partir de 2000. Desse modo, o desembarque pesqueiro total em 2002 foi equivalente a 678 toneladas, sendo 366 t (54%) capturado pelos pescadores esportivos e 312 t (45%) pelos pescadores profissionais. Essa redução do número de pescadores esportivos vem causando dificuldades para o setor turístico pesqueiro de Mato Grosso do Sul. Contudo, é importante procurar compreender o porquê desse fato, uma vez que o turismo interno no Brasil intensificou-se com o aumento do dólar a partir de 1999 (WWF & MMA, 2004: 18).

Quadro 5 - Principais fatores vinculados à diminuição do turismo de pesca na BAP

Principais fatores vinculados à diminuição do turismo de pesca na BAP
- Concorrência com outras áreas que estão se equipando para a pesca esportiva no país, como as Bacias Amazônica e Araguaia-Tocantins, além de outras áreas da Bacia do Rio da Prata na Argentina e no Paraguai;
- Dificuldade de acesso rodoviário a algumas áreas de destino de turismo de pesca, devido à falta de conservação das estradas;
- Falta de interesse por parte do empresariado em atuar nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente, devido à redução da cota de captura de peixes a partir dos anos 2000;
- Entre 1998 e 2001, houve menor fluxo de água durante o período de cheias em comparação aos anos anteriores, o que pode ter acarretado em uma diminuição da produção natural de peixes e, conseqüentemente, no rendimento da pesca, diminuindo o interesse de pescadores esportivos.

Fonte: Adaptado de WWF & MMA, 2004.

Alguns autores, como Tocantins (2006), e a presidente da Embrapa Pantanal, Emiko Resende (informação verbal)⁸⁸, destacam que as cotas do estado de Mato Grosso do Sul para a pesca tornaram-se mais restritivas, acompanhando a cota federal, permitindo que cada pescador levasse dez quilos e mais um exemplar, com

⁸⁸ Entrevista concedida por RESENDE, Emiko. [Ago. 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Corumbá, 2014.

exceção do peixe Dourado, cuja pesca é proibida tanto no estado Mato Grosso como no Mato Grosso do Sul. Já o estado de Mato Grosso, desde 2009, passou a ser mais restrito, reduzindo a cota estadual para cinco quilos e um exemplar para cada pescador amador, sendo menor que a cota federal.

O ano de 2000 tem sido apontado como de declínio no número de pescadores esportivos, que têm frequentado os municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul desde os anos 1980 (THEODORO, 2003; BANDUCCI et al., 2003). A percepção, tanto dos pescadores profissionais artesanais quanto dos pescadores esportivos, de que a 'pesca ficou mais difícil' é real, segundo Catella (2003), mas não indica, necessariamente, a sobrepesca dos estoques (TOCANTINS, 2006: 97).

Campos et al. (2003) apontaram outros fatores que podem ter contribuído para a diminuição do turismo de pesca na região, tais como a concorrência com outras regiões que estão sendo estruturadas para o turismo de pesca. Os destinos concorrentes que têm se destacado são: Bacia Amazônica, Bacia do Araguaia-Tocantins, porções da Bacia do Rio da Prata, na Argentina e no Paraguai.

Além disso, Campos et al. (2003) alegam que houve desinteresse dos turistas pescadores esportivos em visitar o estado de Mato Grosso do Sul, devido à redução da cota de captura a partir dos anos 2000; à diminuição da produção natural de peixes entre 1998 e 2001, em função de pequenas cheias, que diminuem a área de inundação e, conseqüentemente, o *habitat* dos peixes; à dificuldade de acesso rodoviário a alguns destinos dos turistas de pesca esportiva, devido à falta de manutenção das estradas e da descontinuação de voos diários de grande porte para Corumbá, em 2002.

Nesse contexto de redução das cotas de captura de peixes, houve o processo de patrimonialização do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, além da formação de diversas unidades de conservação no Pantanal, em um momento de forte pressão ambiental na região, marcado pela concretização de normatizações presentes nas legislações ambientais e pesqueiras de ambos os estados.

Em relação a fatores naturais, Catella et al. (1997), Resende et al. (1996) e Tocantins (2006) afirmaram que o principal elemento que condiciona na produção pesqueira no Pantanal é o pulso de inundação, que engloba os ciclos hidrológicos de enchente, cheia, vazante e seca.

No Pantanal ocorre ainda o fenômeno conhecido como “dequada”, um conjunto de alterações naturais da qualidade da água, relacionadas à decomposição da matéria orgânica submersa no início da enchente, que pode provocar grande mortalidade de peixes, pela depleção da concentração de oxigênio e aumento da concentração de gás carbônico (TOCANTINS, 2006: 100-101).

Resende (informação verbal)⁸⁹ afirma que na região do Parna Pantanal e seu entorno, ocorre um dos maiores pulsos de inundação do Pantanal, o que explica a diversidade e abundância da ictiofauna. Nesse sentido, a partir de 1994, com barcos-hotéis mais estruturados e com navegabilidade favorável no que concerne ao calado dos rios, iniciou-se um fluxo de barcos-hotéis em direção à área que, a partir de 2000, foi denominada de Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Segundo a TNC (1997: 9 – tradução nossa⁹⁰):

A pesca esportiva tem sido uma fonte de atividade na região por muitos anos, começando bem antes do advento do ecoturismo. Sua infraestrutura de apoio na área é maior e mais diversificada, e está concentrada principalmente na região de Corumbá. A pesca esportiva requer guias de pesca, fornecedores de iscas vivas, e criou um novo tipo de hotel na área para acomodar esta atividade. Estes "barcos hotéis" são grandes barcos flutuantes que navegam o rio por três a quinze dias de cruzeiro. Atualmente, turistas de pesca compreendem o maior grupo de turistas na área do parque nacional.

Desse modo, entendemos que o turismo, como atividade organizada, começou a ser praticado nos anos 1990, na área que compreende atualmente o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, tendo uma grande relação com o turismo de pesca e, posteriormente, com o ecoturismo.

Quando vinculada ao ecoturismo, a atividade apresenta como característica a associação entre pernoites em hotéis-fazendas especializados em observação de animais ao longo da Estrada-Parque Transpantaneira, com consequente viagem de barco pelo Rio Cuiabá, com alguns pernoites na RPPN Acurizal.

⁸⁹ Entrevista concedida por RESENDE, Emiko. [Ago. 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Corumbá, 2014.

⁹⁰ “Sportfishing has been a source of activity in the region for many years, beginning well before the advent of ecotourism. Its supporting infrastructure in the area is bigger and more diversified, and is mostly concentrated in the Corumbá region. Sportfishing requires fishing guides, live bait suppliers, and has created a new type of hotel in the area for accommodating this activity. These “boatels” are large boats converted into floating which navigate the river for three to fifteen day cruises. Currently, sportfishermen comprise the largest group of tourists in the national park area” (TNC, 1997: 9).

4.1 A produção e o consumo do espaço pelo e para o turismo no Pantanal Norte: o caso da Rodovia Transpantaneira

Desde o século XVIII, a pecuária extensiva destaca-se como atividade econômica no Pantanal. Tal atividade tinha, primeiramente, como objetivo abastecer os mineradores e fixar a população. Naquele período, a pecuária era uma atividade secundária, sendo a mineração a principal atividade econômica da região.

Com o tempo, houve um declínio na atividade mineradora e, com isso, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica do Pantanal, sendo até os dias atuais uma atividade de destaque no bioma. Entretanto, houve diversos entraves para a manutenção e o escoamento do gado, principalmente, durante as cheias. Tanto a venda como a mudança de localidade do gado durante os períodos chuvosos eram realizados por transporte em balsa ou através de longas marchas, que duravam dias, chamadas de comitivas. Pelo fato de o gado caminhar dias, invariavelmente, perdia peso ou morria, além do custo das comitivas. As fazendas da região recebiam as comitivas, acolhiam e abasteciam os peões. Essa prática de pouso acabou, de certa maneira, contribuindo para preparar os fazendeiros à receptividade.

O gado magro do norte de Poconé, de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger era destinado tanto ao consumo de carne em Cuiabá como para o estado de Mato Grosso do Sul e São Paulo. O gado do Pantanal Norte que era destinado a esses dois estados seguia por via fluvial para depois seguir por rodovia ou ferrovia⁹¹ ao seu destino final, onde deveriam ser engordados ou abatidos.

Diante das dificuldades em realizar o transporte de gado e de um contexto brasileiro de desenvolvimento territorial, foram idealizados projetos para o Pantanal.

No Brasil, principalmente, durante o período de ditadura, houve uma centralidade na organização do espaço, pautada em uma ideia de planejamento associada a desenvolvimento territorial. Assim, a ideia de território configura-se como uma política pública no Brasil, pois o Estado intervém no ordenamento de seus territórios. Nesse contexto, em 1971, o governo do estado de Mato Grosso decidiu pela construção da Rodovia Transpantaneira, que deveria conectar Poconé, no estado de Mato Grosso, a Corumbá, que na época era um município Mato-

⁹¹ Antigamente, o gado que ia para São Paulo seguia pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Grossense e, por isso, seria importante uma ligação terrestre à capital, Cuiabá. Portanto, a partir da noção de conectividade seria assegurada a comunicação entre dois pontos, somada a uma maior acessibilidade terrestre, idealizando-se, assim, a construção da Rodovia Transpantaneira.

Apesar das ideias da construção da Rodovia Transpantaneira terem tido como base os princípios de rede, verificou-se que seus planos não foram concretizados. Para entender a necessidade da construção da Transpantaneira é necessário considerar a importância da pecuária para a região.

Na Conferência do Dr. Paulo Dante Coelho, realizada no I Encontro do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), em 1974, em Corumbá, ficaram evidentes as políticas rodoviárias relacionadas ao desenvolvimento da pecuária no Pantanal.

Nessa Conferência foi relatada a seguinte afirmação:

[...] É um Estado com um potencial incalculável de riquezas. Se não houvesse investimentos em estrada no Pantanal, se não se possibilitasse o atendimento mais eficiente ao gado, a redução dos custos dos insumos, de tudo aquilo que se precisa na fazenda, para que a produção de gado se efetue, desde o arame até a vacina, ao atendimento médico, a reposição de peça dos tratores, transporte de mecânicos por avião, salários elevadíssimos, exatamente pela distância que tudo se situa aqui no Pantanal. Se nós não investíssemos nada, o gado do Pantanal pouco se expandiria. Em 10 anos, talvez mal chegaria a 7 milhões de cabeças, no máximo e até 84,8 milhões. Se fizermos o investimento dessa monta, calculados os benefícios que daí resultariam com a redução de mortes, com o aumento de produtividade que isso representa, nós teremos um rebanho de 9 milhões de reses, em 10 anos no Pantanal (BRASIL, 1974: 138).

Nesse sentido, foi visando o desenvolvimento econômico do Pantanal por meio da atividade da pecuária, que se justificou um investimento no transporte rodoferroviário e rodo fluvial no Pantanal, dando-se ênfase ao primeiro. Vale lembrar que, naquele momento, o estado de Mato Grosso não havia ainda sido dividido, portanto, se pensou em uma malha rodoviária que englobasse alguns polos: Campo Grande e Cuiabá, que já possuíam uma malha considerável, e Corumbá, cujo anteprojeto deveria contemplar uma estrada que interligasse o município a Porto Jofre, localidade pertencente ao município de Poconé. Essa ligação seria a concretização da rodovia Transpantaneira (MT-060), que, por sua vez, conectaria Poconé a Cuiabá, pela rodovia BR-364.

Oscar Figueroa⁹² afirma que o território possui sua lógica de funcionamento e seu sustento graças ao processo de produção, à infraestrutura e ao transporte, sendo destacados três níveis de operação das redes em território: a produtividade e a acessibilidade do solo, a habitação do solo e a sua valorização, o que pode gerar o desenvolvimento de centralidades, a realocação de atividades e a geração de novas zonas de desenvolvimento. Como efeito há uma redução dos custos de transporte. Nessa mesma perspectiva verifica-se o almejo do Prodepan em relação ao Pantanal.

É evidente o apelo ao rodoviarismo no Pantanal, como se pode ler em documento oficial: “Veamos [...] os problemas locais da pecuária: as dificuldades de penetração na região, quanto às estradas é, sem dúvida, fator de falta de sucesso dos programas de assistência técnica” (BRASIL, 1974: 140). Além disso, devido à falta de estradas, o fazendeiro, normalmente, só consegue auferir renda duas vezes por ano ao vender em grande quantidade sua produção. Ademais, foi posto em evidência que por avião, o custo para o transporte de mercadorias acabaria excluindo o pequeno proprietário, aumentando a concentração de poder econômico.

Nesse contexto, tem-se o apelo na década de 1970:

Percebe-se ser imperiosa a necessidade da adoção de um programa de transportes para o Pantanal, estabelecendo uma rede coletora, a fim de eliminar ao máximo o transporte a pé, do gado gordo; melhorando a operação ferroviária a fim de possibilitar um transporte seguro, rápido e eficiente, dos pontos de engorda do Pantanal aos matadouros da região, ou fora dela (BRASIL, 1974: 141).

Por fim, foi declarado, pelo governo federal, que por meio dessa estratégia seria possível aumentar a renda regional, já que haveria uma expansão na produção e na exportação de carne. “Somente através da melhoria do sistema de transporte e da implantação das malhas coletoras é que se poderá efetivar a maior parte das soluções socioeconômicas necessárias previstas no Prodepan” (BRASIL, 1974: 142).

A apresentação para o término da construção da Transpantaneira apresentada no I Encontro do Prodepan foi a seguinte:

⁹² Apresentação oral realizada no Seminário Internacional “Território e Circulação na Dinâmica Contraditória da Globalização”, ocorrido em Novembro de 2012 no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Estrada que é prolongamento natural da BR-165 Cuiabá-Santarém, um dos Corredores de Exportação Nacional, ligando Corumbá à capital do Estado.

Trecho existente – Cuiabá – Poconé – Porto Jofre.

A construir – Porto Jofre – Corumbá, numa extensão de 225 quilômetros, sendo que 135 quilômetros são comuns com a BR – 359.

Área de influência – Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Barão de Melgaço, Ladário e Corumbá.

Potencial da região – Pecuária de corte em, aproximadamente, 1.055.000 cabeças apascentadas, em mais de 400 propriedades rurais, e agricultura em grande fase de expansão (BRASIL, 1974: 263).

Diversas justificativas foram elencadas pelo Estado Brasileiro para a implementação da Rodovia Transpantaneira, entre as quais:

- Acesso dos municípios do extremo sudoeste Mato-Grossense à capital do estado;
- Interligação das Bacias do Amazonas e do Prata por meio dos Portos de Santarém e de Corumbá;
- Interligação das Estradas de Ferro Brasil – Bolívia, Noroeste do Brasil e do Serviço de Navegação da Bacia do Rio da Prata com o norte de Mato Grosso;
- Existência de morrarias, com jazidas de cascalho e materiais de aterro; investimento com retorno de capital em curto prazo, por causa do potencial de transporte de carga em ambos os sentidos;
- A conclusão da ligação Corumbá – Cuiabá beneficiaria o Extremo Oeste brasileiro, encurtando a conexão entre São Paulo, Rondônia e Acre em mais de 600 quilômetros (BRASIL, 1974).

Entre as justificativas elencadas, vale destacar o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), programa este que procurava viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e capitais na perspectiva de avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste, atrelado à política de expansão e interligação rodoviária. Ressalta-se que o Pantanal não foi incluído no Prodoeste e, por isso, o Prodepan foi criado (BRASIL, 1974).

Apesar de diversos projetos terem sido contemplados durante o Prodepan, não houve a aquisição de terras para o polder de Corumbá nem a viabilização de estudos para o mesmo e para a implementação do Dique-Estrada Ladário, que seria uma porção da Transpantaneira a ser feita pelo Departamento Estadual de Estradas

de Rodagem do Estado de Mato Grosso (DERMAT) e pela Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT) (BRASIL, 1977).

As questões colocadas para a não-efetivação até a data proposta do projeto da Transpantaneira foram as dificuldades de integração entre os órgãos estaduais, os programas e as participações institucionais. Ademais, as cheias que assolaram o Pantanal, em 1974 e 1975, foram o maior entrave para a concretização do projeto devido à sua intensidade. Para a implementação da rodovia, consideraram-se os padrões climáticos dos 15 anos anteriores caracterizados por períodos de seca sem levar em consideração possíveis períodos de cheias, que são naturais do ecossistema pantaneiro (ABREU, 2001).

Em relação ao que foi contemplado, destaca-se o trecho Poconé – Porto Jofre, ressaltando que Porto Jofre é uma localidade pertencente a Poconé. Esse trecho da Transpantaneira possui sentido norte-sul, sendo paralelo aos rios Cuiabá e Paraguai, navegáveis durante todo o ano. O trecho foi concluído em 1977, porém não foi asfaltado, possibilitando apenas uma ligação terrestre até Porto Jofre. Devido às cheias, já em 1978, alguns trechos da rodovia já apresentavam problemas, como o arrombamento do leito da estrada.

Enfatiza-se que Poconé e Corumbá são municípios limítrofes, estando divididos pelo Rio Cuiabá. Do lado do atual estado de Mato Grosso do Sul, houve a liberação de recursos para a construção de 20 quilômetros do trecho entre Corumbá e Paiaguás, localidade de Corumbá. A construção não foi iniciada, constando atualmente como uma rodovia programada – MS – 307 (ABREU, 2001).

Logo, apenas o primeiro trecho da Transpantaneira foi executado, correspondendo a 145,3 dos 400 quilômetros previstos. Outrossim, destacam-se os problemas ambientais decorrentes da falta de estudos topográficos, hidrológicos e de impacto ambiental, como a transformação da rodovia em um amplo dique de 145 quilômetros, seccionado por diversas pontes que, em sua maioria, funcionam como vazante para as águas que se acumulam na época de chuvas, devido ao transbordamento dos rios Paraguai e Cuiabá (FACHIM, 2002).

Localização da Rodovia Transpantaneira no Pantanal Brasileiro

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Carolina Meirelles de Azevedo Bello

Mapa 9. Localização da Rodovia Transpantaneira
no Pantanal Brasileiro

- Legenda**
- Porto Jofre
 - Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal
 - Sedes municipais
 - BR 070
 - Maiores municípios inseridos no Pantanal
 - Rodovia Transpantaneira - MT-060
 - Pantanal Brasileiro
 - Região Centro Oeste

Projeção DATUM 2000
Fonte: SEPLAN - MT (2013),
IBGE (2014), IHP (2014), MMA (2013).
Org: BELLO, Carolina, 2014.

Figuras 21 e 22 - Pontes de madeira na Rodovia Transpantaneira

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Com a divisão do estado de Mato Grosso, ocorrida em 1977, perdeu-se o interesse em dar continuidade ao projeto. Portanto, atualmente, para ir à Corumbá é necessário descer os rios Cuiabá e Paraguai ou, ao se optar pelo transporte rodoviário, é necessário ir a Campo Grande e de lá para Corumbá, aumentando substancialmente o número de quilômetros rodados entre Cuiabá e Corumbá.

Com a descontinuidade do projeto original da Transpantaneira, assim como de diversos projetos que deveriam ser contemplados no Prodepan, os objetivos da pecuária no Pantanal Norte não foram alcançados. Desse modo, iniciou-se um processo de decadência e desvalorização do preço da terra no Pantanal, associado à concorrência de fazendas pecuaristas em outras sub-regiões de Mato Grosso e do Brasil. Ademais, com a divisão de terras por herança devido ao falecimento de antigos proprietários, os descendentes passaram a possuir propriedades menores, dificultando o manejo e o acesso a terras altas para a sobrevivência do gado durante as cheias. Com isso, o manejo tradicional do gado ficou prejudicado e os custos para a manutenção da pecuária com poucas reses se tornou elevado (FACHIM, 2002; ARAÚJO, 2005).

Como solução a esse entrave econômico, diversos fazendeiros, principalmente, a partir da década de 1990, abriram suas propriedades para a atividade do turismo, a fim de complementar seus rendimentos provenientes da pecuária ou mesmo migrando definitivamente da pecuária à atividade turística (ARAÚJO, 2005).

Na década de 1990, devido à decadência da pecuária no Pantanal e à ascensão agropecuária do chamado “Nortão” de Mato Grosso, as fazendas pantaneiras tiveram de reinventar-se economicamente. Nesse contexto, houve uma intensificação do capital vivo, com a criação de uma nova atividade, influenciando a criação de novas infraestruturas, presumindo que essa nova atividade econômica possa gerar altas taxas de lucro para o capital empregado (SANTOS, 1979). Para tanto, alguns sujeitos começaram a investir no ecoturismo e no turismo rural, já que a procura, principalmente internacional, por esses atrativos vinha aumentando no mundo e o Pantanal figurava-se como um ecossistema que poderia responder a essas demandas.

Em 1996, o governo estadual instituiu a lei de criação de estradas-parque em Mato Grosso, com base no conceito de estrada-parque que já existia nos Estados

Unidos, fomentando a criação de novos empreendimentos na Transpantaneira. A Rodovia Transpantaneira foi transformada em Estrada-Parque Transpantaneira pelo Decreto nº 1.028/96 de 26/07/96, passando a ser uma Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável⁹³.

Em 2011, por meio da Lei nº 9.502, foi declarado pelo Artigo 20 que:

A Estrada-Parque é um parque linear que compreende o leito de parte ou totalidade de uma estrada, as faixas de servidão administrativa de notável valor panorâmico, cultural ou recreativo, ou de importância para preservação dos seres vivos, e pressupõe:

I - expressiva beleza cênica, florística e importância faunística;

II - ocorrência ou perspectiva de expressivo fluxo de turistas e visitantes;

III - existência de alguma infraestrutura e a possibilidade de implementação de melhorias.

§ 1º O Órgão Gestor articular-se-á com os órgãos de transporte e turismo para a criação e a administração de Estrada-Parque.

§ 2º O Poder Público incentivará o turismo sustentável e a educação ambiental ao longo da Estrada-Parque.

§ 3º Constituem objetivos básicos de manejo em Estrada-Parque:

I - promover o desenvolvimento turístico e viabilizar o desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais;

II - assegurar a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural;

§ 4º A Estrada-Parque pode abranger áreas de domínio público e privado (MATO GROSSO, 2011).

Desde a década de 1990, o proprietário da Pousada Araras Lodge e presidente da Associação de Turismo do Pantanal de Poconé (ATPP), André Turony, vem sendo uma figura importante no impulso do destino Pantanal de Poconé, consagrando a Rodovia Transpantaneira como destino turístico internacional. Turony coordenou uma proposta para o setor de turismo de Poconé, buscando divulgar o município durante a Copa do Mundo de 2014, afirmando que a imagem do município deve fortalecer o principal apelo do destino que é a natureza.

Para se hospedar nas fazendas, pousadas, “ecologdes” e “refuges” ao longo da estrada, é possível adquirir pacotes via endereços eletrônicos, como *Decolar*, *Booking*, entre outros, assim como fazer reserva pelos endereços eletrônicos das pousadas, sendo que algumas delas não possuem página em português. Além disso, há diversas agências que trabalham com esses hotéis, desde a CVC até

⁹³ Para o SNUC, unidade de conservação de uso sustentável é aquela que compatibiliza “a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000).

agências mais especializadas, como a *Interativa Pantanal Expeditions*, que tem contato direto com o exterior.

A Rodovia Transpantaneira, assim como os municípios da Bacia do Alto Paraguai, foram contemplados pelo Programa Pantanal, cujo concedente é o Ministério do Meio Ambiente. O objetivo do programa foi desenvolver ações de saneamento, proteção e gestão de ecossistemas, de ictiofauna e de fauna, apoiando atividades sustentáveis em estradas-parque, estradas turísticas e atividades ambientais em áreas indígenas.

Como o aterro da rodovia Transpantaneira foi construído com o solo de caixas de empréstimo laterais, com a remoção do solo, formaram-se depósitos de água ao longo da rodovia, funcionando como reservatório de água para os animais, principalmente o gado, durante o período de seca. Com as cheias, esses reservatórios foram povoados por peixes, moluscos e crustáceos, passando a ser fonte de alimento a animais, como jacarés, tuiuiús e capivaras. Diante dessa rica fauna e beleza cênica, a rodovia passou a ser apreciada por turistas. Assim, muitos turistas percorrem os 145 quilômetros da Rodovia Transpantaneira, trajeto que pode levar de 3h30 a 6 horas, dependendo da época do ano e da condição da estrada, passando por 119 pontes de madeira, 3 tubulões e 2 pontes mais longas de concreto (FACHIM, 2002; ARAÚJO, 2005).

Figura 23 - Capivaras avistadas na Estrada-Parque Transpantaneira

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 24 - Jacarés na margem da Transpantaneira

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

A maior parte dos hotéis-fazenda localiza-se entre o início da Transpantaneira e o Rio Pixaim, localizado no Km 65. Além dos hotéis situados dentro do núcleo urbano, há 17 hotéis/pousadas ao longo da Transpantaneira⁹⁴. Após o Km 65, há menos meios de hospedagem, porém mais exclusivos e voltados principalmente à focagem de onças. Nota-se que em algumas dessas hospedagens, nomes como “puma”, “jaguar”, “wildlife” ou mesmo a imagem de onças aparecem no logotipo e nos nomes dessas hospedagens.

Tabela 8 - Oferta hoteleira ao longo da Rodovia Transpantaneira

Oferta hoteleira ao longo da Rodovia Transpantaneira				
Estabelecimento	U.H.	Leitos	km	Passeios
Pousada Piuval	21	42 a 60	10	cavalgada, trilhas, canoa, barco, focagem
Portal Paraíso	12	24 a 36	17	cavalgada, trilhas, canoa
Araras Lodge	19	28 a 42	30	cavalgada, canoa, focagem, trilhas, torres para observação de animais, pesca
Araras Camp	4	8 a 12	32	cavalgada, trilhas, canoa
Pouso Alegre	20	40 a 60	33	cavalgada, trilhas, canoa
Rio Clarinho	6	12 a 18	40	cavalgada, trilhas, canoa, focagem, bicicleta
São Cristovão	4	8 a 12	42	cavalgada, trilhas, canoa
Fazenda Rio Claro	20	40 a 60	43	cavalgada, trilhas, canoa
Hotel Pixaim	10	20 a 30	64	barco, trilhas
Pantanal Mato Grosso Hotel	33	66 a 99	65	barco, trilhas, cavalgada
Santa Teresa	10	20 a 30	67	Barco, trilhas, cavalgada
Porto Jofre Pantanal Hotel	28	56 a 84	148	barco, cavalgada, focagem
Curicaca Wildlife Refuge	24	48 a 72	25	barco, trilhas, observação de pássaros, safáris
Pousada Ueso Pantanal	15	30 a 45	38	trilhas, pesca, barco, cavalgada, bicicleta
Jaguar Ecological Reserve	9	18 a 27	110	observação de pássaros, trilhas, focagem, barcos
Pousada Canto do Arancuã	22	44 a 66	38	cavalgada, barco, caiaque, focagem, trilhas, pesca
Pousada Carandá	7	14 a 21	54	barco, trilhas
Pousada Puma Lodge	22	44 a 66	106	barco, pesca, focagem, bicicleta, trilhas, observação de aves

Fonte: Oliveira, B. (1999), levantamento de BELLO, Carolina (2013 - 2014); Guia Quatro Rodas Amazônia e Pantanal - 2010.

U. H. = Unidades habitacionais

⁹⁴ Contagem realizada em trabalho de campo feito em Julho de 2013. O Araras Camp e o Araras Ecolodge são do mesmo proprietário e são unidades habitacionais vizinhas.

Figura 25 - Mapa turístico, sem escala e sem orientação, da Rodovia Transpantaneira

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Poconé, 2013.

A maior parte das fazendas possui conforto típico de grandes hotéis, como piscinas, serviços de quarto, televisão, ar-condicionado, entre outras infraestruturas exigidas por hóspedes de alto poder aquisitivo. Entretanto, há alguns “ecolodges” ao longo da estrada-parque que não contam com algumas dessas infraestruturas e estão voltados, principalmente, ao público estrangeiro que procura um “turismo de experiência”, buscando contemplar a “natureza intocada”.

Em entrevistas realizadas no município de Poconé foi possível perceber que o turismo nas propriedades rurais ao longo da Transpantaneira atrai um público de turismo na natureza, visando a pesca, explorar áreas rurais, observar animais exóticos, entre outras atividades. Os proprietários de hotéis-fazendas e de barcos hotéis inserem suas hospedagens em endereços eletrônicos que comercializam estadias, assim como são representados por agências de viagem especializadas no turismo de natureza, principalmente, em Cuiabá, e no exterior. Nota-se que a pesca é apresentada em um dos hotéis da seguinte forma: “a pescaria é um momento de glória, onde a vitória é o encontro com a natureza”⁹⁵. Portanto, assume-se que o turismo de pesca está associado ao turismo na natureza.

Em relação às atividades desenvolvidas nas fazendas, os pacotes incluem todas as refeições, passeios a cavalo, caminhadas em trilhas, pesca em rios pantaneiros e observação de animais, principalmente ao longo da Transpantaneira, o que mercadologicamente é chamado de “safári fotográfico”. Os preços das diárias na maior parte dos hotéis variam entre 200 e 500 reais por pessoa, mostrando que a atividade do turismo da forma como está configurada ao longo da Transpantaneira exclui boa parte do público brasileiro, além de concentrar o lucro nas mãos de poucos.

⁹⁵ Placa encontrada no Hotel Porto Jofre Pantanal Norte.

Figura 26 - Vista aérea de um hotel localizado às margens da Transpantaneira e do Rio Cuiabá

Foto de: Porto Jofre Pantanal Norte, 2013.

Figura 27 - Caminhão modificado para o transporte de turistas durante o “safári fotográfico”

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 28 - Hotel-fazenda à beira do Rio Cuiabá, voltado à focagem de animais selvagens, aves e à pesca

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Segundo uma agente de viagem, os hotéis-fazendas recebem muitos alemães e italianos, negociando diretamente com agentes de países europeus. Entretanto, segundo a mesma, apesar de o turismo gerar emprego, os cargos de guia, no caso de turistas internacionais, acabam sendo ocupados por estrangeiros. Com isso, alguns estrangeiros mudaram-se para Poconé visando investir no lugar, motivados pela falta de mão de obra bilingue nessa região. Já o núcleo urbano de Poconé é pequeno e a atividade do turismo realiza-se, predominantemente, na área rural.

Apesar da Transpantaneira ser uma UC, há apenas um posto da polícia ambiental no início da rodovia, onde também se encontram dois funcionários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Contudo, esses poucos funcionários têm de fiscalizar a rodovia inteira, o que se mostra uma tarefa difícil, já que são mais de 140 quilômetros. A velocidade máxima permitida é 60 Km/hora e, mesmo sendo uma estrada majoritariamente de terra, durante o trabalho de campo realizado em Julho

de 2013, foram vistos automóveis a mais de 100 Km/hora, representando uma ameaça à fauna local. Não obstante, durante o trajeto foram visualizadas uma ave e um mamífero mortos, além de latas de cerveja no meio da estrada.

Devido aos resultados positivos, do ponto de vista mercantil, alcançados pelos empreendimentos ao longo da Transpantaneira, os proprietários têm se mostrado contrários à pavimentação da rodovia, alegando que, assim, os animais deixariam de frequentar as margens da estrada, afastando, conseqüentemente, os turistas da estrada-parque.

Além de ser uma UC, a Estrada-Parque Transpantaneira compõe o conjunto de UCs que forma a Reserva da Biosfera do Pantanal⁹⁶, reconhecida pela Unesco. Assim, o Pantanal tem sido alvo de diversas políticas de conservação da natureza, as quais evidenciam a intrínseca relação entre títulos da Unesco, turismo e produção do espaço regional.

4.2 Patrimonialização da natureza e turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno

No caso do Pantanal, verificou-se um decréscimo do turismo de pesca a partir dos anos 2000, momento em que o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade.

Segundo alguns autores mencionados neste trabalho, as causas principais para esse declínio foram as gradativas reduções nas cotas de pesca, a emergência de outros destinos que investiram em infraestrutura para o recebimento dos turistas desse segmento e as modificações nas frequências e tamanhos de aeronaves para Corumbá.

Nesse contexto, paralelamente, foram realizados, primeiramente, na década de 1990, no Parque Nacional do Pantanal estudos, nos quais se destacavam como atividades compatíveis o turismo. Destaca-se que, com a chegada dos barcos-hotéis, em 1994, no que atualmente se configura o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, e com a pressão para a visitação no Parque e o uso do mesmo,

⁹⁶ “Reserva da Biosfera é um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento e atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das populações” (BRASIL, 2000).

começou-se a resgatar os propósitos sociais de criação dessa unidade de conservação, no sentido em que deveria ser aberta ao público, como está previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

De acordo com o Plano de Ação Emergencial do Parna Pantanal, para que este desempenhe “as funções estabelecidas pela legislação que o criou, o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense deve exercer, além da proteção aos seus ecossistemas, a função recreativa e educativa” (IBAMA, 1994: 55).

No Documento de Informações Básicas do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, da década de 1990, foram elencados alguns usos indevidos que prevaleciam na área do parque. Dentre eles, primeiramente, foi ressaltada a pesca ilegal e descontrolada, realizada por pescadores amadores e comerciais que percorrem a região (IBAMA, 199-).

No documento supracitado, foram feitas considerações acerca da pesca esportiva, na década de 1990, no Parna Pantanal e seu entorno, enfatizando que, por mais que a pesca esportiva não tenha como objetivo a comercialização de peixes, acaba atraindo turistas para a região, configurando, desse modo, uma atividade econômica de importância e criando empregos na área de influência do Parna Pantanal.

Como não há pesquisas conclusivas sobre o impacto que a pesca ocasiona no Parque Nacional do Pantanal, não é possível afirmar com precisão o grau de impacto da pesca no parque e tampouco este é um propósito deste trabalho. Todavia, os peixes são migratórios, movimentando-se por toda a região, o que sugere que seja necessária uma estabilidade populacional da ictiofauna em toda a Bacia do Alto Paraguai (IBAMA, 199-).

Segundo Tocantins (2006), apesar de o Parque se localizar no município de Poconé, suas conexões são mais intensas com o município de Corumbá, “ou melhor, com as atividades ligadas ao turismo de pesca realizado pelo empresariado desse município de Mato Grosso do Sul” (TOCANTINS, 2006: 83).

As atividades de pesca esportiva que utilizam as áreas de entorno do Parque Nacional, ou seja, Rio Paraguai e Rio Cuiabá, tiveram início por volta de 1994, utilizando-se de estruturas do tipo “Barcos-hotéis” ou “Hotéis-flutuantes”, os isqueiros, localizados na “Comunidade da Barra”, utilizados como fornecedores de iscas vivas para as pescarias (TOCANTINS, 2006: 83).

No Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional do Pantanal, datado de 1994, foi feita a seguinte consideração sobre o turismo:

Interligando o município de Cuiabá com o Pantanal, o município de Poconé constitui passagem obrigatória de turistas a caminho de Porto Jofre. Dessa forma, o município pode desempenhar papel de destaque no apoio ao desenvolvimento turístico do Pantanal e a divulgação do Parque Nacional. O possível aumento da participação desta atividade na composição da base econômica do município e do estado depende, contudo, da ampliação e da melhoria das condições de infraestruturas existentes (IBAMA, 1994: 21).

Ressalta-se que, naquele momento, o Ibama vivia uma situação de fragilidade econômica, tendo sido recomendado que ONGs auxiliassem na gestão das unidades de conservação e que as mesmas tentassem obter recursos para a sua manutenção. Nesse contexto, o turismo já era apontado como uma alternativa.

Outra observação feita no mesmo documento foi:

Três modalidades de pesca são praticadas na bacia do Alto Paraguai: a pesca artesanal de subsistência, a pesca comercial e a pesca esportiva, sendo as duas últimas as mais importantes, do ponto de vista de impacto sobre o ecossistema da região, e, por consequência, sobre o Parque Nacional. Cabe ressaltar que a pesca esportiva, apesar de não ter por finalidade a comercialização do pescado, atrai turistas para a região, constituindo assim importante atividade econômica e gerando empregos dentro da área de influência do parque.

Devido à falta de pesquisas definitivas, não é possível avaliar com precisão o impacto que a pesca causa sobre o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense. Pode-se afirmar, porém, que, qualquer diminuição das populações regionais das principais espécies-alvo teria um impacto no ecossistema do parque, mesmo que a captura em si não ocorresse dentro do parque ou seu entorno imediato. Os peixes do Pantanal são, de modo geral, migratórios, deslocando-se por toda a região. Deve-se, portanto, assumir que a estabilidade das populações de peixes na região como um todo é necessária para garantir o equilíbrio ecológico do parque (IBAMA, 1994: 25).

Uma das razões pelas quais a área compreendida pelos rios que compõem o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é procurada vincula-se ao fato de que “esta região passa por uma fase aquática mais profunda que já dura cerca de 25 anos e que esta é de fundamental importância no seu processo de maternidade para o Pantanal” (IBAMA, 1999: 17). Além disso, é nesses rios e baías que grande parte dos peixes, em sua fase jovem, migra entre os leitos dos rios e as baías (IBAMA, 1999).

Vários processos ecológicos são fortemente influenciados por esta variação, tais como a ciclagem de nutrientes, a sucessão ecológica e os ciclos biológicos. Segundo FERRAZ DE LIMA (1981), o ciclo biológico dos peixes, da desova à alevinagem, está altamente dependente das variações bióticas e abióticas impostas pelas enchentes. Para SILVA (1985), a variação estacional do volume de alimento ingerido pelo pacu está relacionada à flutuação do nível d'água na região. Além da variação anual do nível da água, o rio Cuiabá apresenta, como o rio Paraguai, uma variação plurianual, que caracteriza períodos de anos, nos quais os níveis máximos e mínimos ficam mais elevados. Grandes extensões de áreas alagáveis no Pantanal tornam-se alagadas, por cerca de 10 a 15 anos, enquanto dura o ciclo plurianual de águas altas. Estas áreas voltam a secar no próximo ciclo plurianual de seca. Estes ambientes com maiores extensões de áreas permanentemente alagadas e os períodos com picos de cheia mais elevados são percebidos pelos pantaneiros, assim como as modificações ecológicas derivadas destas variações (DA SILVA; SILVA, 1995: 28).

Os empresários do setor de turismo de pesca, tomando conhecimento sobre o ciclo biológico dos peixes, da ciclagem de nutrientes e da riqueza biológica características das lagoas próximas ao Parque Nacional do Pantanal, associados a uma navegabilidade favorável, começaram, em 1994, a se distanciar cada vez mais dos núcleos urbanos de Cáceres e Corumbá, alcançando o Parque Nacional do Pantanal e seu entorno. Certamente, a modernização dos barcos-hotéis também foi uma das responsáveis pela concretização desse trajeto mais longo.

A região do Pantanal, em face de sua exuberante beleza cênica, aliada à piscosidade e ao desenvolvimento do interesse mundial pela proteção ambiental, vem sendo beneficiada pelo fluxo turístico nacional e internacional, desenvolvendo uma tendência natural para a implementação da indústria turística. A atividade da pesca esportiva está vinculada à atividade turística e às facilidades proporcionadas pelos barcos-hotéis (IBAMA, 2003: 34).

Figura 29 – Trajeto da maioria dos barcos hotéis atualmente partindo de Corumbá⁹⁷

Fonte: Encarte do Navio Kalypso, 2014.

⁹⁷ Afirmativa baseada em entrevistas realizadas durante trabalhos de campo na região.

A Cobramab (2000) aponta o turismo de pesca e o turismo de natureza como um setor importante na produção de riquezas, enfatizando que, por ser uma atividade exercida por um número maior de indivíduos, concentra menos renda que a agropecuária. Ainda ressalta que o turismo de pesca na Bacia do Rio Paraguai é muito sofisticado em comparação ao resto do país.

O turismo de pesca é a principal fonte de atração de visitantes ao Pantanal, com uma infraestrutura fixa de estradas, aeroportos e hotéis voltadas a esses visitantes, bem como uma infraestrutura móvel, representada pelos barcos-hotéis (boteis). O volume de pesca dos turistas amadores é significativo. Em 1995, foram pescadas 960 toneladas anuais por essa atividade no Mato Grosso do Sul, contra 310 toneladas da pesca comercial. Para Mato Grosso, no mesmo ano, não existem dados disponíveis para a pesca amadorista, mas a pesca comercial pescou 1020 toneladas, um número significativamente próximo ao obtido pelos turistas no estado meridional (COBRAMAB, 2000: 41).

Anteriormente à patrimonialização do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, no âmbito da formação das RPPNs Penha, Acurizal e Doroquê, foi desenvolvido o *Proyecto de Ecoturismo en el Pantanal de Mato Grosso*, uma iniciativa da ONG TNC com a *Volunteers in Overseas Cooperative Assistance* – VOCA para a Fundação Ecotrópica em 1996. Assim, por meio desse estudo, almejava-se que as RPPNs pudessem atingir um grau de autossuficiência.

Esse projeto visava efetivar um “produto turístico” regional pantaneiro, com base em um plano de negócios. Da parte da Ecotrópica, além da efetivação da RPPN Acurizal como um destino turístico, a ONG planejava criar a *Ecotropics Tours* LTDA para trabalhar com a atividade do turismo. No entanto, ressalta-se que essa empresa não foi criada, apesar de a Ecotrópica ter trabalhado durante alguns anos com a atividade do turismo.

O programa de organização do VOCA e da TNC recomendou à Ecotrópica que criasse centros de operações em Acurizal, Doroquê e na Rodovia Transpantaneira, buscando situar o Pantanal Norte como o principal destino de viagem ao Brasil, podendo incluí-lo em circuitos maiores que englobem Manaus, Foz do Iguaçu, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros (PORTUGAL, 1996).

Dentre as sugestões de pacotes de viagem apresentadas pela TNC e pela VOCA, destacou-se um pacote de seis noites e sete dias, com quatro pernoites em Acurizal e dois em hotéis-fazenda à beira da Rodovia Transpantaneira, com grupos

de, no máximo, quinze pessoas, calculando uma quantidade média de sessenta turistas por mês. Primeiramente, trabalhariam com convidados, pessoas ligadas à área ambiental e operadores de viagem, para atingirem um público que pudesse, naquele período, gastar mais de cento e setenta e cinco dólares, em média, por dia, sem contar a passagem aérea para chegar à Cuiabá.

O foco de mercado seria o das ONGs *The Nature Conservancy*, *World Wild Life*, *Conservation International*, dentre outras ONGs transnacionais. Ademais, seriam priorizados os mercados: europeu, principalmente, alemães, holandeses e italianos; estadunidense, composto por turistas provenientes da Costa Leste, de Michigan e da Califórnia; brasileiro, especialmente, de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

A estratégia para a manutenção, a princípio, da Fundação Ecotrópica seria por meio de um turismo elitizado, envolvendo um público restrito, que percorreria o trecho de Cuiabá a Poconé, onde, de fato, começaria o roteiro turístico Poconé – Porto Jofre, pela Rodovia Transpantaneira, e, Porto Jofre –Acurizal, pelo Rio Cuiabá e Paraguai, visitando as RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê e o Parque Nacional do Pantanal.

O aspecto chave e o selo de qualidade dos serviços ecoturísticos da Fundação Ecotrópica serão seus serviços de interpretação ambiental e ecossistêmica, organizados com a denominação de ecotemas. Um ecotema consiste em certa infraestrutura física (centro de interpretação, trilhas interpretativas, postos de observação, etc.) sobre os quais se desenvolve um conjunto de atividades cuidadosamente planejadas (Programa de Interpretação), com a colaboração de um especialista (guia, condutor de grupo ou um cientista) e cuja meta é conseguir que o visitante tome consciência, entenda e desfrute das singularidades do tema tratado, quase sempre articulado ao redor de uma espécie ou paisagem carismática para o mercado turístico. Os ecotemas do Pantanal, além disso, serão concebidos para propiciar uma experiência de primeira mão a respeito dos programas de pesquisa da Fundação Ecotrópica; e para conseguir atingir o

compromisso do visitante referente a seus programas conservacionistas (PORTUGAL, 1996: 20 – tradução nossa⁹⁸).

Nesse sentido, esse projeto desenvolvido refletia o interesse da Fundação Ecotrópica para desenvolver uma estratégia de autossuficiência financeira por meio do turismo, visando a seus fins conservacionistas. Tal estratégia tinha uma previsão de implementação total até 2005, sendo este o primeiro estudo para viabilizar a atividade nas atuais RPPNs.

Em 2000, a Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera” reconheceu a existência do turismo de pesca no entorno do Parque Nacional:

No entorno do Parque Nacional e das RPPNs da Serra do Amolar (Acurizal e Penha), há intensa concentração dos barcos-hotéis de pescadores amadores, vindos principalmente de Corumbá, mas originados também em Porto Cercado e em Cáceres. Essa modalidade de pesca esportiva conjugada com os barcos-hotéis produz um volume significativo de uso de recursos na parte baixa do rio Cuiabá e seu entroncamento com o Rio Paraguai. Os barcos-hotéis atracam em um ponto do rio e lançam pequenos barcos motorizados com 2 a 4 pescadores em cada unidade, os quais se espalham com um prático pelos rios e lagoas da região. A capacidade dos barcos-hotéis é significativa, com alguns chegando a carregar 80 turistas e 40 barcos de pesca. Conjugando a tripulação necessária para manter o barco mãe e os pilotos das embarcações de pesca, temos barcos com tripulação total acima de 120 pessoas (COBRAMAB, 2000: 130).

Segundo a WWF e o MMA (2004), com a nova legislação, tanto para o estado de Mato Grosso, como para o estado de Mato Grosso do Sul, no que concerne ao turismo de pesca, reduzindo a cota de pescados e incentivando o turismo pesque e solte, o número de turistas na Bacia do Alto Paraguai vinha se reduzindo. Contudo, se a redução de turistas relacionados à pesca traz dificuldades para o setor, por outro lado, essa diminuição leva a uma diversificação da oferta de atividades e de

⁹⁸ “El aspecto clave y el sello de calidad de los servicios ecoturísticos de la Fundación Ecotrópica serán sus servicios de interpretación ambiental y ecosistémica, organizados bajo la denominación de ecotemas. Un ecotema consiste en cierta infraestructura física (centro de interpretación, senderos interpretativos, puestos de observación, etc) sobre los que se desarrollan un conjunto de actividades cuidadosamente planificadas (Programa de Interpretación), con la colaboración de un especialista (guía, conductor de grupo o un científico) y cuya meta es lograr que el visitante tome conciencia, entienda y disfrute de las singularidades del tema tratado, casi siempre articulado alrededor de una especie o paisaje carismático para el mercado turístico. Los ecotemas del Pantanal, además, se habrán concebido para propiciar una experiencia de primera mano respecto a los programas de investigación de la Fundación Ecotrópica; y para lograr el compromiso del visitante respecto a sus programas conservacionistas” (PORTUGAL, 1996: 21).

infraestrutura, pela oferta de novos produtos turísticos.

Em 2004, a WWF e o MMA fizeram um levantamento do número de barcos-hotéis existentes em Corumbá e Ladário (juntos) e em Cáceres. Em Corumbá e Ladário, havia 48 barcos-hotéis, com 259 cabines, 846 leitos e 247 pilotos. Em Cáceres, havia 26 barcos-hotéis, 81 cabines, 366 leitos e 122 pilotos (WWF & MMA, 2004: 56).

No período entre 1996 e 2004, observa-se um aumento na quantidade de barcos-hotéis em Corumbá, em comparação ao levantamento realizado pelo PCBAP, que computou, em 1996, 33 barcos-hotéis, com capacidade para receber 452 turistas.

De modo geral, trabalhos anteriormente citados apontam o ano de 1999 como auge no recebimento de turistas de pesca. Em trabalho de campo, observamos, de acordo com entrevistas realizadas a donos de agências de viagem, funcionários de secretarias de Meio Ambiente e Turismo, pesquisadores e professores universitários, que houve a partir desse período uma mudança no grupo de empresários ligados ao turismo de pesca no Pantanal. Assim como em outros negócios, neste também há compra e venda de agências e barcos, havendo hoje agências que detêm uma grande quantidade de barcos-hotéis em Corumbá, com uma clientela fixa e fiel.

Frequentemente, observamos em endereços eletrônicos e catálogos de empresa de turismo, a designação de que o Pantanal, de forma geral, é Patrimônio Natural da Humanidade, o que pode influenciar a escolha do turista, já que a certificação da Unesco vem funcionando como um selo de qualidade neste mercado de incorporação da natureza dentro do processo de mercantilização. Nesse sentido, percebemos que o Pantanal é tratado, como um todo, como Patrimônio Natural da Humanidade, sendo o título usado pelo *marketing* turístico como um selo de qualidade e excelência, nas ações promocionais.

No dossiê de Patrimonialização do Complexo de Áreas Protegidas consta a seguinte afirmação: “Acurizal possui uma excelente infraestrutura para receber e promover pesquisa e visitas, através do ecoturismo e de educação ambiental, com uma boa pista de decolagem que garante um acesso durante todo o ano” (UNESCO, 2000b: 36 - tradução nossa⁹⁹).

⁹⁹ “Acurizal possesses an excellent infrastructure to receive and promote research and visits, through ecotourism and environmental education, with a good runway which guarantees year-round access”

No Plano de Manejo das RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê consta como ação preparatória:

Implantação de infraestrutura mínima para “day use” de turismo visando à sustentabilidade financeira da RPPN Acurizal – montagem de um atrativo/serviço turístico com trilhas, com plano de negócios, ancoradouro, piscina, recursos humanos para atendimento do turista, contatos com o trade turístico, material de divulgação, pinturas de conservação nas edificações, quiosque, mobiliários / Contratação do coordenador de turismo da Reserva Acurizal (EBERHARD, 2003: 97).

A Fundação Ecotrópica esteve envolvida em diversas formulações de planos de desenvolvimento do turismo no Pantanal, com destaque para o Programa Pantanal para Sempre do WWF-Brasil, no qual a Fundação Ecotrópica e o WWF-Brasil objetivavam contribuir para a consolidação das RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê, como Unidades de Conservação, Zonas Núcleo de Reserva da Biosfera e Sítios do Patrimônio Mundial. Assim, lançaram o “Projeto de Ecoturismo”, resumido em um *book e tarifário* (vide Anexo D). Esse projeto foi criado para obtenção de recursos para a sustentabilidade financeira das reservas.

Desse modo, o visitante, na Reserva Acurizal, teria oportunidade de conhecer a biodiversidade da região, por meio de pesquisas científicas, além de poder entender a dinâmica de cheias e vazantes do ecossistema pantaneiro. Biólogos bilíngues e condutores mateiros propiciavam caminhadas aos visitantes, por trilhas de curta e média duração, assim como cavalgadas e passeios de barcos ou canoas, apreciando a Serra do Amolar, assim como as regiões de planície e os rios e baías da região. Eram oferecidos pacotes de dia inteiro, (*day use*), ou de 4 e 5 dias com saídas de Porto Jofre as quartas e domingos. Havia também, roteiros e programas personalizados para *birdwatchers*, pesquisadores e alunos universitários.

Em relação à sua infraestrutura, a Reserva Acurizal possui 04 apartamentos, divididos em dois módulos, podendo acomodar até 16 pessoas. Dispõe de restaurante para 24 pessoas, churrasqueira, ancoradouro flutuante, redário e piscina (informação verbal)¹⁰⁰.

(UNESCO, 2000b: 36). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/nominations/999.pdf>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2013.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por EBERHARD, Letícia. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Cuiabá, 2013.

O Turismo da Natureza se apresenta para o Pantanal, como uma alternativa viável, uma vez que a pecuária tradicional pantaneira não consegue competir com os atuais modelos de produção e o turismo de pesca cai vertiginosamente. A Reserva Acurizal, desde a sua aquisição foi utilizada como receptivo de convidados, visitantes, doadores e pesquisadores encantados com a beleza cênica, a sua natureza exuberante e por possuir estruturas adequadas, na Área de Administração (EBERHARD, 2003: 79).

Figura 30 - Vista de uma parte da sede de Acurizal

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Com a proposta de implantação do ecoturismo na RPPN Acurizal, considerou-se a elaboração de roteiros integrados entre a RPPN e o Parna Pantanal. Entretanto, a proposta esbarrou em entraves burocráticos com a ONG, pela necessidade de constituir uma empresa prestadora de serviços turísticos a ela vinculada (que se chamaria *Ecotropics Tours LTDA*), bem como nos resultados de estudos de viabilidade, que não demonstraram com clareza que o movimento do turismo seria suficiente para cobrir os custos operacionais (MATO GROSSO, 2010).

Ressalta-se que esse projeto vinha se desenvolvendo desde 1996, sendo

uma continuação do “Proyecto de Ecoturismo en el Pantanal de Mato Grosso”.

Em agosto de 2004, o ecoturismo na RPPN Acurizal foi lançado ao público¹⁰¹, em Cuiabá, durante a quarta edição da “Amazontech - Novos rumos para a ciência, tecnologia e negócios sustentáveis”. A atividade do turismo na RPPN é originária de uma parceria com o Programa Pantanal para Sempre do WWF-Brasil. O produto já havia sido lançado para operadoras de turismo no início do mesmo mês na *Adventure Sports Fair*, realizada em São Paulo.

Para tanto, a Reserva foi visitada pela então ministra do Meio Ambiente Marina Silva, com vistas a conhecer o produto desenvolvido pela Ecotrópica e pela WWF, a qual declarou que: “É uma estrutura de qualidade, com excelente alimentação, que mostra que é possível conciliar o desenvolvimento com a conservação de um lugar único, de belíssima paisagem, como este”¹⁰².

Além disso, a Convenção de Ramsar incentiva a atividade do turismo em zonas úmidas, sendo o ecoturismo representado como benefício tanto para vida silvestre como para as comunidades locais.

Ademais, o Programa MAB também entende que o turismo em áreas naturais, inclusive a pesca esportiva devem ser incentivados na Reserva da Biosfera do Pantanal. A questão da pesca gera controvérsias, pois além de diminuir o estoque de peixes, com a possibilidade de levar alguns exemplares, ressalta-se que devido aos ferimentos ocasionados nos peixes durante essa prática, poucos sobrevivem. Assim, questiona-se também a efetividade da prática do pesque e solte.

Seguindo essa tendência de incentivo ao ecoturismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense considerou alguns objetivos específicos que o Parque deveria cumprir:

- Ofertar possibilidades de uso público e conscientização ambiental, levando o visitante e a população residente nas áreas próximas ao Parque, a compreender e a respeitar o valor deste como uma área protegida e o valor da conservação ambiental;
- Contribuir para o desenvolvimento do ecoturismo regional, integrando os municípios próximos ao Parque, por meio de recursos compartilhados e outras potencialidades regionais (IBAMA, 2003: 23).

¹⁰¹ Os catálogos podem ser vistos no Anexo D.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=190976>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.

Segundo o Ibama (2003), a emergência do turismo no Parna Pantanal e seu entorno é explicada por:

A paisagem ecológica, a riqueza da avifauna e a piscosidade dos rios são os principais apelos que orientam a política de atração de turistas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesta perspectiva pode-se sugerir que, na atualidade, o fluxo maior na região se dá no município de Corumbá. Isto se deve ao fato de que neste município a estrutura turística está toda voltada para o rio Paraguai, e centrada, principalmente, na pesca esportiva desenvolvida a partir da estrutura dos “Barcos-Hotéis” ou “Hotéis Flutuantes”. Nesse contexto, o movimento de recepção de turista em Corumbá é bastante significativo (IBAMA, 2003: 38).

Ademais, “a principal razão das visitas ao Pantanal Sul pelos pescadores esportivos, segundo levantamento, é o ambiente natural único e não a pesca. Esta informação tem relevância para o desenvolvimento do turismo regional, para os esforços de marketing”, segundo o Ibama (2003: 51).

Entretanto, apesar das intenções de desenvolvimento do turismo no interior enfatizadas em documentos oficiais do Ibama, até hoje o Parque Nacional do Pantanal não consta como aberto à visitação ao público, embora, possa ser solicitada a visitação por meio de formulário ao chefe do Parque e o mesmo tenha de acompanhar os visitantes no entorno, havendo inclusive livro de presença na sede do Parque.¹⁰³

Há pressão para que o Parque seja aberto oficialmente à atividade do turismo e há, também, projetos referentes ao turismo no Parque. Todavia, os projetos são sempre descontinuados em um movimento que se refere às políticas internas do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e do Ibama.

A região do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal é bastante procurada no que se refere ao turismo. Observou-se uma diminuição na atividade do turismo de pesca no início dos anos 2000 em Corumbá, todavia, o levantamento seguinte, realizado somente em 2013, revelou uma pequena retração na quantidade de barcos-hotéis, porém um aumento na capacidade dos navios, o que indica que, em algum momento, durante esse período de 13 anos, houve uma recuperação da atividade do turismo embarcado em Corumbá.

¹⁰³ Como constatamos em trabalho de campo realizado em 2013.

Podemos sintetizar o turismo de pesca em barcos-hotéis, em Corumbá, a partir dos seguintes dados:

Tabela 9 - Número de Barcos-Hotéis em Corumbá entre 1996 e 2013

Ano	Número de Barcos-Hotéis	Capacidade dos Navios
1996 (Corumbá)	33	452
2004 (Corumbá e Ladário)	48	846
2013 (Corumbá)	29	657

Fonte: BRASIL. PCBAP 2 (1997); WWF & MMA (2004); Prefeitura de Corumbá (2013a). Organização: BELLO, Carolina, 2015.

Em 2004, como o levantamento realizado pela WWF e o MMA englobaram os municípios de Corumbá e Ladário, conjuntamente, em sua análise, não é possível indicar se houve um aumento na quantidade de barcos-hotéis em Corumbá, entre 1996 e 2004.¹⁰⁴

Tabela 10 – Barcos-Hotéis em Corumbá em 2013

Barcos-Hotéis	Capacidade do Navio (passageiros)
Akaya	18
Albatroz	50
Almirante	20
Antares	18
Celebridade	24
Kalypso	84
Kaiamã	30
Millenium	30
Netuno	24
Veneza	16
Indiaporã II	22
Real Tour I	22
Real Tour II	32
Navepan	30
Paolla I	24
Paiguás	14
Magnata	40

¹⁰⁴ Os municípios pantaneiros possuem poucas pesquisas e informações sobre dados referentes à atividade do turismo.

Pevê Tur	18
El Chadday	14
Safari Tur	12
Peralta	12
Kassato Maru	22
Marruá	12
Mirassol	10
Mogi Mirim	10
Rio Mar	04
Papillon I	13
Sabor de Mel	20
Rosário Tur	12
Total (29 Barcos-Hotéis)	657

Fonte: Prefeitura de Corumbá (2013a).

Segundo dados apresentados pela “Pesquisa de demanda e movimentação econômica do turismo de pesca esportiva embarcada de Corumbá - Mato Grosso do Sul”, pela Prefeitura de Corumbá (2013b), cerca de 72% dos turistas de pesca já conheciam o Pantanal, sendo caracterizados, em sua maioria, como clientes fiéis. Ainda, conforme a Prefeitura, os novos turistas, normalmente, são parentes e amigos dos visitantes fidelizados ao Pantanal, buscando sempre a mesma agência de viagem no município para organizar a estadia. Ressalta-se que o município possui 35 agências de viagem, sendo a maioria delas composta por empresas receptivas, que trabalham com barcos-hotéis. Os dados apontam que a média de gastos por pessoa durante a estadia foi de R\$3.200,00 em 2013.

Já em Cáceres, podemos concluir que houve uma diminuição na quantidade de barcos-hotéis. Em 2004, havia 26 barcos-hotéis, totalizando 366 leitos (WWF & MMA, 2004), enquanto, em 2012, havia 15 barcos-hotéis, sendo alguns deles desativados, em reforma ou operando em outro rio (barcos com *) (SUDRÉ, 2012). Contabilizando os 13 barcos-hotéis em funcionamento, Sudré (2012) levantou que havia 279 leitos, embora, poucos barcos chegassem ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, seja pela distância (cerca de 350 quilômetros), seja pela infraestrutura dos barcos.

Há de se ressaltar que os barcos-hotéis de Corumbá apresentam melhores

condições e melhor infraestrutura para percorrerem longas distâncias¹⁰⁵, além do porto de Corumbá ser mais próximo ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (aproximadamente 240 quilômetros de distância).

Quadro 6 – Barcos-Hotéis em Cáceres em 2012

Nomes dos Empreendimentos
Aguapé
Babilônia
Bonança
Bons Amigos
Cidade Barão de Melgaço
Cobra Grande
Cruzeiro do Pantanal
Iê-Iê
Itapuã
Lenda do Pantanal
Lorca Tur
Pantanal VIP
Paloma Blanca*
Pegasus
Talismã*
Titanic*
Titanic II
São Lucas do pantanal
Soberana*
Santa Maria*

Fonte: Marinha do Brasil (2012); Agência Fluvial de Cáceres (2012). Elaborado por: SUDRÉ (2012).

No geral, a atividade do turismo, no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno, é desordenada, havendo algumas interferências jurídicas na tentativa de se ordenar a atividade e a produção do espaço regional.

Em 2001, por exemplo, a Prefeitura de Corumbá, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (vide Anexo C), em relação ao turismo, determinou condições que seguem:

- a) No Rio Paraguai, os barcos de alumínio não poderão circular desgarrados da “embarcação mãe” (barco-hotel) a partir da Barra do Rio Moquéim até a Ponta do Morro, onde também fica proibido a pesca em qualquer circunstância, salvo a pesca de subsistência para a população local.
- b) No Rio Cuiabá/São Lourenço, os barcos de alumínio poderão circular desgarrados da “embarcação mãe” (barco-hotel) a partir da Barra do Rio

¹⁰⁵ Chegamos a esta conclusão após entrevistarmos diversos agentes de viagem de Cáceres e Corumbá.

Taquaralzinho, abaixo de onde, também fica proibido a pesca em qualquer circunstância, salvo a pesca de subsistência para a população local.

II – Solicitar ao Ibama incluir o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense no Programa de Uso Público para unidades de conservação e agilizar o processo de abertura do referido Parque para visitação, visando oferecer alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo na região.

Tal constatação e intervenção realizada pela Prefeitura de Corumbá não obteve, na prática, muitos desdobramentos, visto que, em 2003, no Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, foi enfatizada essa questão: a “falta de fiscalização das atividades de turismo e de pesca profissional foi um dos graves problemas detectados durante os levantamentos de campo, tendo sido presenciada a pesca ilegal no interior do Parque, em diversas oportunidades” (IBAMA, 2003: 257).

Ressalta-se que a Ecotrópica obteve, durante sete anos, entre 2005 e 2012, auxílio financeiro do grupo MMX, sediado em Corumbá, do empresário Eike Batista, sendo possível, com o auxílio recebido, pagar todas as despesas da ONG e de suas RPPNs. A parceria envolveu a Fundação Ecotrópica, o Instituto Homem Pantaneiro e a MMX, visando também criação a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, fazendo parte as RPPNs pertencentes à Fundação Ecotrópica, o Parna Pantanal, a Fazenda Santa Tereza e a RPPN Eliezer Batista.

Nesse sentido, não houve interesse por parte da Ecotrópica, no período, em desenvolver a atividade do turismo. Adalberto Eberhard alegou (informação verbal)¹⁰⁶ que a vocação dos funcionários da Ecotrópica e da própria entidade era trabalhar com a conservação ambiental, sendo difícil para os profissionais da área de biológicas trabalharem com turismo.

Em 2013, o presidente da Ecotrópica, Dr. Ilvânio Martins, mostrou interesse em readequar os projetos realizados relacionados à atividade do turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, sob a justificativa de que há o turismo promovido por barcos hotéis, partindo tanto de Cáceres como de Corumbá, utilizando as margens do Complexo, e, muitas vezes, entrando nas RPPNs ou no Parna sem autorização. Assim, a atividade do turismo seria um caminho para o equilíbrio financeiro atual da ONG, além de, segundo ele, reduzir o turismo irregular

¹⁰⁶ Entrevista concedida por EBERHARD, Adalberto. [fev. 2015]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Brasília, 2015.

no Complexo (informação verbal)¹⁰⁷.

No mesmo ano, em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro, retomou-se a atividade do ecoturismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, por meio de uma parceria entre a Ecotrópica, o IHP e a operadora e agência de viagem, *South Wild*, com itinerário que conjuga hotéis-fazenda na Rodovia Transpantaneira e estadias na RPPN Acurizal e na RPPN Eliezer Batista, esta última administrada pelo IHP.

A *South Wild* é especializada em destinos baseados em ideias conservacionistas na América do Sul, principalmente, no Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Equador e Brasil. Seu público é formado basicamente por turistas europeus e norte-americanos que buscam observar a fauna e a flora na América do Sul, principalmente, em lugares que são patrimônios mundiais (informação verbal)¹⁰⁸.

Figura 31 - Grupo de turistas europeus na RPPN Acurizal

Foto de: MONTEIRO, Érison, 2013

¹⁰⁷ Na entrevista realizada em Julho de 2013, Dr. Ilvânio Martins afirmou que além de projetos relacionados à conservação do meio ambiente, é necessário que a Fundação Ecotrópica mantenha uma independência financeira e, esta seria viabilizada por meio da atividade do turismo. Sendo assim, a Fundação está recebendo uma consultoria para a promoção do turismo. Entrevista concedida por MARTINS, Ilvânio. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Cuiabá, 2013.

¹⁰⁸ Entrevista concedida por MONTEIRO, Érison. [jul. 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Corumbá, 2014.

Além disso, segundo Tocantins (2006), considerando-se o Parque Nacional do Pantanal e as RPPNs Penha, Acurizal e Dorochê, foram localizados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos cinco sítios cerâmicos de aterro no Parna, dois na RPPN Acurizal e um na RPPN Dorochê. Também há grafismos rupestres nas áreas de morrarias, como o Letreiro da Gaíva e do Morro do Caracará, pertencentes ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Esses grafismos configuram-se como mais um elemento que chama a atenção dos turistas durante o percurso pelos rios Paraguai e Corumbá, sendo a Lagoa Gaíva destino de praticamente todos os barcos-hotéis que sobem o Rio Paraguai.

Ressalta-se que os mesmos somente estão catalogados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, não havendo, na prática, alguma ação que os proteja e os preserve na referida área, principalmente, no que concerne aos sítios que estão nas margens dos rios.

Figura 32 - Grafismos rupestres na beira da Lagoa Gaíva

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 33 - Barco hotel no Rio Cuiabá e ao fundo o Parque Nacional do Pantanal

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Figura 34 - Interior de um barco hotel

Foto de: BELLO, Carolina, 2014.

Figura 35 - Convés de um barco-hotel

Foto de: BELLO, Carolina, 2014.

A relação entre a pesca e o turismo no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, ainda hoje, é intrínseca e irregular. Boa parte dos barcos hotéis navegam pelo rio Paraguai em direção ao Parque Nacional do Pantanal e às RPPNs Acurizal, Penha e Dorochê; os turistas desembarcam em pequenos barcos e ficam pescando na área correspondente à zona de amortecimento do Parna. Apesar de a navegação ser autorizada, a pesca não é, e, sabendo disso, os donos dos barcos hotéis se valem da rapidez dos condutores das pequenas embarcações para navegar velozmente pelos corixos¹⁰⁹ quando são flagrados.

Algumas práticas relacionadas à atividade do turismo de pesca vêm ocorrendo contrariamente aos princípios de conservação do meio ambiente ao longo dos rios Paraguai e Cuiabá, da Lagoa Gaíva e das margens dos referidos cursos d'água. Por isso, a Fundação Ecotrópica defende a efetivação de um perímetro de zona de amortecimento do Parque Nacional do Pantanal e de seu entorno, com vistas à conservação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, patrimônio

¹⁰⁹ Canais que conectam as águas de lagoas, baías e alagados com rios próximos.

mundial natural, por meio de decreto, já que o estabelecido pelo Plano de Manejo não vem sendo respeitado.

Figura 36 - Pequena embarcação com turistas hospedados em um barco hotel pescando em área proibida do Parque Nacional do Pantanal

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

Apesar de não estar estabelecida em decreto uma Zona de Amortecimento para o Parque Nacional do Pantanal, ela está presente no Plano de Manejo do Parque, tendo, portanto, valor legal. Além disso, de acordo com a Cobramab (2000), a Zona de Amortecimento 2 da Reserva da Biosfera do Pantanal corresponde ao conjunto composto pelo entorno do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, pelas Estações Ecológicas Taiamã e Serra das Araras, pelas RPPNs Acurizal, Penha, Dorochê e Estância Ecológica do SESC-Pantanal, além da Estrada Parque Transpantaneira.

No caso do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, este entorno consiste da faixa de 10 Km, das cidades de Poconé, e das bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Cuiabá, cujas águas não só limitam o parque na estação da seca, como também inundam a maior parte de sua

área durante as cheias. Também deve ser considerada parte da área de influência do parque a cidade de Corumbá, que, embora à jusante da unidade, seja o polo das atividades pesqueiras e turísticas da região, contribuindo assim com o impacto antrópico no Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (IBAMA, 1994: 20).

Durante um monitoramento do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, realizado por funcionários da Fundação Ecotrópica, em Julho de 2013, foi possível verificar alguns barcos cujos turistas estavam pescando em frente à placa de identificação do “patrimônio mundial”.

Apesar disso, durante o período de piracema (período de reprodução dos peixes), a pesca é proibida durante quase quatro meses, entre novembro e fevereiro, sendo este período respeitado pelos barcos-hotéis. Segundo a WWF e o MMA (2004: 17), “O pescador esportivo simplesmente desaparece e com ele inúmeros empregos vinculados ao turismo. Neste período, o pescador profissional sobrevive com um salário mínimo, repassado pelo Estado (seguro-desemprego)”.

Destaca-se, também, que além da precarização relacionada ao trabalho de coleta de isca viva, os empregos nos barcos-hotéis, muitas vezes, são informais, fato que pode ser percebido ao se observar a grande capacidade dos barcos-hotéis e o pequeno número de funcionários registrados (vide tabela 7).

Referente à presença de barcos-hotéis nos cursos d’água no entorno do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar vem registrando, mensalmente, desde 2009, o número de barcos-hotéis, encontrados durante o monitoramento da Rede.

Gráfico 4 - Número de barcos-hotéis registrados durante os monitoramentos da RPCSA em 2009

Fonte: IHP, 2009.

Gráfico 5 - Número de barcos-hotéis registrados durante os monitoramentos da RPCSA em 2010

Fonte: IHP, 2010.

Gráfico 6 - Fluxo mensal de embarcações em 2013 na RPCSA

Fonte: IHP, 2013.

Em 2013, durante os monitoramentos da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, foram registradas 718 embarcações, sendo 67 barcos hotéis, 56 barcos de pesca profissionais, 81 rabetas e 324 voadeiras.

Gráfico 7 - Número de barcos hotéis ao longo do ano de 2013 registrados durante os monitoramentos da RPCSA

Fonte: IHP, 2013.

Gráfico 8 - Número de barcos hotéis ao longo do ano de 2014 registrados durante os monitoramentos da RPCSA

Fonte: IHP, 2014.

A partir dos gráficos produzidos pelo Instituto Homem Pantaneiro desde 2009, observa-se uma redução na quantidade de barcos-hotéis na área compreendida pela Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, na qual o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal se insere.

Em uma tentativa de manter os turistas, está ocorrendo o “envolvimento de embarcações que transportam turistas com a prática da ‘ceva’”, segundo o Ministério Público Federal (vide Anexo F). A recomendação do Ministério Público Federal foi fruto de uma denúncia efetuada pelo Instituto Homem Pantaneiro, sendo aconselhada uma fiscalização dessa prática por parte dos órgãos públicos, visando “interromper e coibir a prática de ceva de onças pintadas e outros animais silvestres na Região do Pantanal Sul Mato-Grossense” (BRASIL. Ministério Público Federal. Recomendação nº12/2013).

A denúncia apontou a prática da “ceva” de animais silvestres, desde o trecho urbano de Corumbá até Porto Jofre, em Poconé, “consistindo na conduta na oferta de alimento, nem sempre adequado, principalmente, a animais da espécie *Panthera onca* (onça pintada)” (BRASIL. Ministério Público Federal. Recomendação nº12/2013)¹¹⁰.

O MPF ainda considerou que: “se nota nos vídeos veiculados nas redes sociais que registram a prática de uma modalidade de ceva com fins turísticos, praticada com intuito de garantir ao turista a observação de onças” (BRASIL. Ministério Público Federal. Recomendação nº12/2013)¹¹¹.

Nota-se que o Ministério Público teve de interferir diversas vezes na região

¹¹⁰ Vide Anexo F.

¹¹¹ Idem.

compreendida pelo Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal e seu entorno, devido à desorganização e irregularidades ocorridas. A ceia de onças representa um perigo ao ser humano, já que a tentativa de se domesticar um animal selvagem e tentar aproximá-lo do homem, como se estivessemos em um zoológico a céu aberto, pode acarretar em mortes.

A garantia de um turismo emocionante, com proximidade da vida selvagem, aliado a uma beleza cênica, tem sido objeto de investimento por parte das empresas de barcos-hotéis no Pantanal, sendo grande a ocorrência de onças no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Em vez de se investir em cruzeiros ecológicos, tentar mudar o público do turismo de pesca que não se satisfaz com a prática do pesque e solte, algumas empresas buscam mantê-los, incrementando a viagem com a prática da ceia de animais e outras práticas irregulares, como churrascos no interior de áreas protegidas.

Figura 37 - Barco, com funcionários fazendo churrasco, pertencente a um barco hotel de Corumbá em uma RPPN da Fundação Ecotrópica

Foto de: BELLO, Carolina, 2013.

4.2.1. A Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço na dinâmica da produção do espaço pantaneiro

No entorno do Parque, “há a Associação dos Moradores da Barra de São Lourenço, contemplada no Plano de Manejo do Parque como sendo de especial interesse para a gestão compartilhada, na qual se inclui a cooperação para o turismo” (MATO GROSSO, 2010: 325).

Segundo Almeida e da Silva (2012), a Comunidade da Barra de São Lourenço está localizada a cerca de 10 quilômetros ao sul do Parna Pantanal, ao longo das margens esquerda do rio Cuiabá (localmente conhecido como São Lourenço) e direita do rio Paraguai. Essa comunidade está inserida no município de Corumbá, em frente à RPPN Penha e a 17 quilômetros da sede da RPPN Acurizal.

Segundo Bortolotto e Amorozo (2012), a comunidade foi formada em 1995 na Ilha do Paraíso, no que seria a zona de amortecimento do Parna Pantanal.

Essa comunidade atualmente possui por volta de 20 famílias, com cerca de 60 moradores, número esse que tem aumentado na medida em que alguns moradores têm retornado, por não conseguirem sobreviver na cidade, devido às dificuldades enfrentadas, como, por exemplo, alto custo das moradias e excesso de mão de obra, aliadas ao pouco ou quase nenhum estudo, fato que dificulta encontrar emprego na cidade de Corumbá/MS principalmente. Consiste em um grupo familiar composto, em sua maioria por parentes de uma matriarca conhecida como Dona Joana, de quem quase todos são parentes, como filhos, noras, genros, netos, sobrinhos. São totalmente dependentes do Rio Paraguai e alguns afluentes, das baías e das condições do ambiente pantaneiro. Esse número de moradores pode oscilar, dependendo da situação, sempre havendo chegada ou saída de algum deles, principalmente os jovens solteiros (TOCANTINS, 2006: 85).

Tocantins (2006) afirma que os moradores da Comunidade da Barra costumavam dedicar-se à pesca artesanal, porém com a chegada do turismo de pesca na zona de amortecimento do Parque Nacional do Pantanal, em 1994, os ribeirinhos passaram a se dedicar, também, à coleta de iscas.

Esse tipo de trabalho não é seguro, pois para coletar caranguejos, por exemplo, o isqueiro tem de ficar com metade do seu corpo dentro d'água, normalmente, à noite, sujeitando-se à presença de jacarés, cobras e outros animais recorrentes no Pantanal. A ONG Ecoa, visando diminuir a insegurança desses trabalhadores, providenciou, recentemente, macacões apropriados para a coleta de

iscas.

O isqueiro geralmente é um ex-pescador que tem familiaridade com a atividade de pesca. As mulheres que trabalham nessa atividade geralmente acompanham os maridos. O trabalho de coleta de iscas é realizado durante o período diurno e noturno. Durante o dia, o sol forte foi o principal problema apontado e durante a noite, o grande número de mosquitos. Os trabalhadores ficam o tempo todo (cerca de 4 a 5 horas) dentro d'água, completamente vestidos, calçados e com panos enrolados na cabeça. Quando a temperatura está mais amena é possível trabalhar sem tanta proteção (BORTOLOTTI & AMOROZO, 2012: 76).

A Comunidade da Barra, normalmente, vende as iscas para os barcos-hotéis que atracam nas proximidades, por preços baixos em comparação aos preços praticados na cidade de Corumbá. Segundo Amâncio e Amâncio (2012: 214), para que se pesque isca viva “são necessárias incursões em baías formadas pelo pulso de inundação do Pantanal, ou seja, dificilmente se pesca isca na beira do rio; é necessário estar dentro do Pantanal”.

Percebe-se então, que a categoria Pescador Profissional Artesanal, principalmente o morador ribeirinho, vem ao longo de aproximadamente duas décadas se descapitalizando, à mercê da ausência de políticas públicas que fortaleçam o setor, que possibilitem e fomentem investimentos que reestruturam a cadeia produtiva e que, acima de tudo, reconheçam a importância desse segmento. Criou-se uma categoria em exclusão econômica e social pelos modelos de desenvolvimento ao qual estamos submetidos, uma categoria esfacelada em detrimento de outros interesses disputantes pelo mesmo recurso: os recursos pesqueiros (AMÂNCIO & AMÂNCIO, 2012: 214).

Não obstante não serem tratados como tradicionais e sim como danificadores do meio ambiente, para sobreviver, tiveram de aceitar as deliberações e imposições do mercado turístico pesqueiro.

Sobre a questão da pesca no estado de Mato Grosso do Sul, Amâncio e Amâncio (2012: 212) constataram:

Até 1984, a pesca profissional era responsável pela captura de $\frac{3}{4}$ do pescado registrado no estado. Com o aumento da demanda por programas turísticos no Pantanal no início da década de 1980, houve medidas políticas que começaram a restringir a atividade da pesca profissional. Isso pode ser percebido principalmente com a restrição do uso de tarrafas e redes em suas pescarias (CATELLA, 2004, p. 14). Essa proibição veio com a Portaria da Sudepe/MS nº 25/1983 e decretos estaduais nº 5643/1990 e 7362/1993.

A partir daí, só é possível o uso de anzol. Com essa proibição, observa-se o declínio do poder de atuação dos pescadores profissionais artesanais e a inversão da situação observada até 1984. A maior parte do pescado capturado passou a ser da pesca esportiva.

Tocantins (2006) afirma que quanto maior o volume de turistas, as condições de venda das iscas são melhores, embora, a comunidade tenha acesso a menos peixes, sua base alimentar diária.

É evidente que nesse processo de produção capitalista do espaço liderado pelo setor empresarial de turismo de pesca de Corumbá e Cáceres, caracterizado por um mercado lucrativo nas mãos de alguns empresários, os ribeirinhos que vivem no entorno do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal ficam à margem do processo de reprodução do capital, estando à margem, também, do mercado formal de trabalho. A situação ainda é agravada pelo fato de terem pouco ou nenhum estudo e serem, praticamente, esquecidos pelo poder público.

Em 2008, foi iniciado o projeto “Ecoturismo Participativo”, desenvolvido pelo Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal (Ecopantanal), no Parna Pantanal. Esse projeto estava no âmbito do desenvolvimento do turismo com vistas à Copa do Mundo de 2014 e foi apoiado pela União Internacional para a Conservação da Natureza.

Assim, a partir da identificação dos conhecimentos ecológicos da comunidade tradicional, moradores passaram por um treinamento de educação ambiental para a conservação de áreas úmidas, de identificação de aves e interpretação ambiental. A professora da Unemat, Doutora Carolina Joana da Silva, afirmou que o projeto também almejava melhorar a estrutura física do Parque, com a montagem de um novo edifício, com a compra de um barco para apoio nas atividades de turismo, além da aquisição de uma plataforma flutuante e de lunetas para observação de aves (informação verbal)¹¹².

Com a Copa do Mundo de 2014, o ICMBio, juntamente com os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo e a Embratur, criaram o Projeto “Parques da Copa”, visando receber os visitantes, principalmente estrangeiros, nas 27 Unidades de Conservação próximas às cidades sede e, que segundo o ICMBio, “possuem grande apelo turístico”. Nesse sentido, foi afirmado que “a realização da Copa do Mundo de

¹¹² Entrevista concedida por DA SILVA, Carolina Joana. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Cuiabá, 2013.

Futebol de 2014 no Brasil é uma grande oportunidade para o país se consolidar como um importante destino turístico internacional”¹¹³.

Segundo o Projeto, “o ecoturismo, ao mesmo tempo em que ajuda a sensibilizar a sociedade para a importância das unidades de conservação, dinamiza as economias locais e gera recursos financeiros para a manutenção destas áreas”. Além disso, seriam oferecidas estruturas nos parques e regiões, cabendo destacar que os critérios para a seleção das unidades pautaram-se, principalmente, na beleza cênica com potencial de atratividade nacional e internacional, na monumentalidade, excepcionalidade, ou seja, em alguns critérios que em muito se assemelham aos critérios para recebimento de títulos de patrimônios naturais pela Unesco. Assim, verifica-se dentre as 27 UCs, algumas que são consideradas Patrimônios Naturais da Humanidade pela Unesco, como: o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque Nacional do Jaú, o Parque Nacional Anavilhanas, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense.

Esse fato mostra como as unidades de conservação se inserem no mercado global, dependendo da existência de uma rede de infraestrutura envolvendo hospedagem, estradas, aeroportos, alimentação e lazer. Além disso, o título de Patrimônio da Humanidade configura-se como um selo que atesta que determinadas características tornam um dado lugar merecedor de tal qualificação, de ser um bem de todo o planeta e que, certamente, possui características exuberantes, como é o caso do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Contudo, sem explicações oficiais, cerca de metade dessas UCs que faziam parte do projeto “parques da Copa” foram excluídas do projeto; dentre elas, o Parna Pantanal. No caso do Parna Pantanal, a torre de observação de aves para turistas foi construída e os moradores da Comunidade da Barra receberam o treinamento, mas o projeto não foi colocado em prática (informação verbal).¹¹⁴

Em 2012, houve um conflito entre a Comunidade da Barra de São Lourenço e a Fundação Ecotrópica, havendo interferência do Ministério Público Federal. A Comunidade Ribeirinha da Barra de São Lourenço, com o apoio da Procuradoria da República, acusou as RPPNs que fazem parte do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal de vetar o acesso a áreas que faziam parte de sua ocupação tradicional,

¹¹³ Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/copa-2014.html>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2012.

¹¹⁴ Entrevista concedida por SILVA, Zilma. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Poconé, 2013.

além de não poderem realizar atividades, como a pesca artesanal e a coleta de iscas-vivas. A comunidade defende também a revisão dos limites das áreas protegidas no Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal.

Por meio da Recomendação nº001/2014¹¹⁵, o Procurador da República, Carlos Alberto do Rio Junior, considerando que o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense assinala a existência da Comunidade Tradicional Ribeirinha, afirmando:

Que este grupo social tem uma estreita dependência do rio Paraguai, visto que extraem de suas águas a principal fonte de sobrevivência, seja pela coleta de isca, da pesca para subsistência ou do uso do doméstico das águas (abastecimento humano, lavagem de roupa e utensílios, higiene pessoal e etc.) (IBAMA, 2003: 43).

Além disso, o procurador ressalta que no próprio Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal, há um estudo sobre as comunidades ribeirinhas pantaneiras, atestando que as mesmas são de baixo impacto ambiental e, por isso, sustentáveis.

O Ministério Público Federal, na figura do Procurador da República, Carlos Alberto dos Rios Junior, sancionou:

Importante não deixar cair no esquecimento os direitos das comunidades tradicionais quando da imposição de limitações às atividades no entorno do Parque Nacional. Deste modo, frise-se que esta recomendação em nada altera o que prescreve a Recomendação 005/2013 expedida pelo MPF, quanto ao “não impedimento de qualquer forma as atividades tradicionais praticadas pelas Comunidades Tradicionais Ribeirinhas de Corumbá e Ladário na área de entorno do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, especialmente a pesca, a coleta de iscas, de lenha e de palha para a cobertura das moradias (BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Procuradoria da República no Município de Corumbá. Recomendação nº 001/2014)¹¹⁶.

O caráter tradicional da comunidade da Barra de São Lourenço foi contestado por algumas ONGs que atuam no Pantanal, as quais alegaram que a comunidade se dedica à pesca profissional e à venda de iscas para os barcos hotéis destinados ao turismo.

No entanto, conforme Amâncio e Amâncio (2012), a história da população que atualmente vive na Comunidade remonta a mais de um século

¹¹⁵ Vide Anexo F.

¹¹⁶ Vide Anexo F.

A instalação das RPPNs Acurizal e Penha levou ao desalojamento de aproximadamente 13 famílias que habitavam as terras compradas pela Ecotrópica para constituir as áreas de reserva. As famílias foram deslocadas para uma ilha próxima e ali constituíram uma vila que é conhecida por “Barra do São Lourenço”, em alusão ao nome geográfico do local.

A vila fica no lado esquerdo do rio em frente à área da RPPN. Eles argumentam que moravam em uma enseada muito próspera. A história de vida no antigo local remonta a mais de cem anos. Para comprovar, relembram casos de seus antepassados e lembram que, quando as áreas foram compradas pela Fundação Ecotrópica, eles não foram consultados e nem procurados para uma negociação. Foram expulsos do local, como relata uma das moradoras em entrevista: “nos colocaram em cima de nossas canoas e nem quiseram saber como faríamos para sobreviver...saiu gente amontoada em cima de canoa que parecia até que ia afundar...” (AMÂNCIO & AMÂNCIO, 2012: 215).

A Comunidade da Barra do São Lourenço recebeu um Termo de Autorização de Uso Sustentável (Taus), localizado no Aterro do Socorro (Piuval), dentro da área da RPPN Penha, autorizando o uso de uma área de 13 hectares. Assim, passam a ter o direito de possuir moradia temporária na área, em época de cheias, além de poderem realizar atividades extrativistas gerais¹¹⁷.

A fundação Ecotrópica entende que os maiores beneficiários com o Termo de Autorização de Uso Sustentável Coletivo foram o *trade* turístico, pois, nesse contexto, o ICMBio afirmou que o Parque Nacional do Pantanal não possui uma zona de amortecimento decretada e, que por isso, não poderia ser proibida a pesca no entorno do Parque. Em seguida, segundo Portes, biólogo e prestador de serviços da Ecotrópica, “choveu barcos hotéis” nas águas que margeiam o Complexo e, “os turistas foram pescar bem embaixo das placas de reserva, de parque nacional, de patrimônio mundial, como se ali fosse ter mais peixe”, afirmou Wender Matos Portes (informação verbal)¹¹⁸.

Junto à comunidade, a ONG Ecologia e Ação levou a proposta de trabalhos comunitários, que incluíam assistência técnica para novas atividades econômicas, entre elas o turismo de base comunitária, através de curso para formação de condutores de visitantes (BRASIL, 2010b).

As comunidades tradicionais que vivem no Pantanal Mato-Grossense se

¹¹⁷ Vide Anexo E.

¹¹⁸ Entrevista concedida por PORTES, Wender Matos. [jul. 2013]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Cuiabá, 2013.

estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional estratégias de ocupação e manejo de território dominado pelas águas mantidos pela interconectividade cultural entre elas. Assim vão construindo sua história dentro das condições reais que encontram (ALMEIDA & DA SILVA, 2012: 10 -11).

Recentemente, a ONG Ecologia e Ação, apoiada pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direito Econômico – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, vem atuando na promoção do turismo de base comunitária em algumas comunidades tradicionais ribeirinhas no Pantanal. Entre elas, se destaca a Comunidade da Barra do São Lourenço.

Bartholo (2009: 51) compreende o turismo de base comunitária como:

Característica fundamental do turismo de base comunitária é a nítida preponderância dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados. A dialogicidade situada foi facilitadora da abertura de fortes canais de interlocução com o patrimônio relacional do sítio simbólico de pertencimento. A prática das iniciativas turísticas de base comunitária exige então uma permanente interlocução, e uma pactuação negociada de compromissos.

Segundo André Siqueira (informação verbal)¹¹⁹, presidente da ONG Ecoa, o projeto chamado “Ações para o turismo de base comunitária na contenção da degradação do Pantanal” visa atrair um público estrangeiro que busca vivenciar o cotidiano de uma comunidade. Essa alternativa foi uma possibilidade encontrada pela ONG Ecoa para tentar diminuir o local periférico que a comunidade ribeirinha possui no Pantanal, considerando-se a situação de exploração à qual os ribeirinhos estão submetidos em função dos barcos-hotéis, com o fornecimento de iscas-vivas.

Essa atividade de base comunitária poderia trazer uma fonte de renda alternativa para a população local, valorizando o trabalho e o conhecimento da população tradicional.

As justificativas do projeto oficialmente apresentado ao Ministério da Justiça foram:

Com a recente retomada da economia brasileira, o turismo no Pantanal está em expansão trazendo, por um lado novas perspectivas de

¹¹⁹ Entrevista concedida por SIQUEIRA, André. [jul. 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Campo Grande, 2014.

desenvolvimento com geração de trabalho e renda, mas, ao mesmo tempo, provoca preocupações com possíveis impactos ambientais e sociais negativos, quanto ao não ordenamento da atividade em áreas protegidas, a baixa qualificação para o turismo contemplativo e no campo social a prostituição é uma das maiores preocupações. Apesar dos esforços de organismos governamentais e não governamentais para a reversão dos danos, os resultados indicam que um dos caminhos que necessitam entrar na agenda regional é de investimentos em projetos estratégicos com aspectos que integram os contextos sociais, ambientais e econômicos como meio de valorizar o Pantanal por suas condições naturais, contendo a degradação, ao mesmo tempo em que se amplia a renda familiar e avança no sentido de estabelecer modelos replicáveis para várias regiões no território.¹²⁰

Segundo André Siqueira (informação verbal)¹²¹, o turismo se realiza por meio de um senhor suíço que traz grupos europeus que valorizam a experiência de turismo de base comunitária. O grupo parte da cidade de Corumbá de barco e os pacotes são variáveis, dependendo da procura dos clientes, podendo abranger outras comunidades ao longo do Rio Paraguai.

Os turistas hospedam-se na casa dos ribeirinhos e um guia medeia, inclusive, sua comunicação com os anfitriões, em função das barreiras linguísticas. Esses turistas buscam experimentar o cotidiano das comunidades, almejando entender seu modo de vida.

¹²⁰ ECOA. *Turismo de Base Comunitária*. 2011. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Canal/Acoes+para+o+Turismo+de+Base+Comunitaria+na+Contencao+da+Degracao+do+Pantanal/642>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2015.

¹²¹ Entrevista concedida por SIQUEIRA, André. [jul. 2014]. Entrevistador: Carolina Meirelles de Azevedo Bello. Campo Grande, 2014.

Figura 38 – Turismo de Base Comunitária na Comunidade da Barra do São Lourenço

COMMUNITY-BASED TOURISM

In the communities, tourists will have the opportunity to experience the locals' daily life, enjoy typical food, visit specific destinations for leisure; additionally, tourists will observe and learn about the local people's means of generating income, such as the production of flour made out of palm nut pulp and the capture of live bait.

It is an opportunity to connect cultures and share experiences that enhance understanding of the local reality, inspiring innovation and personal transformation.

PORTO AMOLAR

Porto Amolar is a historic town with its heyday in the 60s, when big ships cruised the Paraguay River carrying and trading products including the hides and furs of wild animals.

Today, with few families, the village is a place where very special horseback riding and hiking trails may be done, guided by experienced and trained residents, who hold unique knowledge of the region.

Horseback rides offer beautiful scenery and access to restricted areas of lakes, mountains and forests.

BARRA DO SÃO LOURENÇO

In Barra do São Lourenço it is possible to interact and exchange experiences with families living on the riverbanks who earn their living by capturing live bait and by harvesting some species of native flora such as wild rice and palm tree nuts.

This region has one of the most enchanting natural beauties of the Pantanal - the Serra do Amolar! The combination of beautiful scenery and traditional knowledge is the greatest asset of the community located 216 km up the Paraguay River from Corumbá, Mato Grosso do Sul (MS).

Tourists can observe the harvest of wild rice

Fonte: Ecoa (2011).

Os novos ritmos ditados pelo capitalismo, materializados em políticas econômicas e públicas, atingem outras lógicas de produção do espaço, como é o caso de comunidades indígenas e ribeirinhas. Ademais, não há como desvincular essa concepção de territórios da conservação da lógica maior de reprodução do capital, na qual não há espaço para a reprodução do modo de vida de comunidades não capitalistas.

Isso mostra como o processo de produção do espaço é conflituoso e contraditório. Em campo, foi possível verificar a presença de alguns barcos hotéis, provenientes de Cáceres e de Corumbá, além das pequenas embarcações pertencentes aos barcos hotéis. De um lado, portanto, a moradia e a subsistência de uma comunidade tradicional, de outro as ações voltadas à conservação da natureza e de outro, ainda, as atividades econômicas e sociais relacionadas ao turismo.

Importante constatar que a inserção de determinados lugares na lista do patrimônio mundial desencadeia uma facilitação dos processos de mercantilização do lugar, pois, embora com um papel hegemônico, a Unesco não financia esses lugares, mas cria a possibilidade de se atrair investimentos, como por exemplo, do Banco Mundial.

O Pantanal inserido, desse modo, no mercado global, apresenta um processo complexo e contraditório, pois as alterações iluminadas nas páginas anteriores permitiram entender a região como transformada para ser mercantilizada como um símbolo e, simultaneamente, um lugar que foi histórica e socialmente produzido pela sociedade local.

A valorização estética das paisagens naturais e a eleição de sítios como patrimônio natural estimularam e estimulam as práticas de turismo na natureza, o qual, por sua vez, potencializa o processo de valorização econômica dessas áreas, produzindo novas territorialidades nos lugares, além de tomar esses lugares como bens simbólicos que povoam o imaginário social na esfera do consumo (LUCHIARI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das práticas de patrimonialização da natureza fazerem parte de um contexto de valorização de áreas naturais, não se pode esquecer que a patrimonialização de alguns territórios da conservação insere-se na lógica da produção capitalista do espaço, na qual alguns territórios politicamente configurados como unidades de conservação são destinados à conservação do meio ambiente, enquanto outros servem a atividades pautadas no modo capitalista de produção. A presença de fotógrafos renomados internacionalmente e de agentes externos revela o que se pretende para essas unidades de conservação: um turismo abastado para poucos que podem pagar muito.

Com esta pesquisa, podemos verificar, entre outras coisas, que o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, por ter um nome que, aparentemente, não faz menção a um local específico do Pantanal, acabou por beneficiar o turismo em toda a região. Em diversas situações, foram encontrados *folders* e mapas turísticos de áreas que não faziam parte do Patrimônio Mundial Natural no Pantanal, mas que se apropriavam do título, como se o mesmo as englobasse.

Para Moraes (2005), os espaços detêm uma riqueza intrínseca historicamente qualificada, sendo parte dessa riqueza composta por estoque de recursos naturais já existentes e, por isso, para que seja apreendida a valorização do espaço, é necessário compreender a relação entre o ‘valor contido’ e o ‘valor criado’ em um determinado lugar.

No caso da Unesco, valores são criados a partir do selo simbólico que o título atesta a determinadas áreas, influenciando na valorização do espaço, a partir de caracterizações como: “magnífico”, “grandioso”, “excepcional”, “monumental”, “maravilhoso”, escondendo as contradições contidas no espaço.

Conforme afirma Lefebvre:

Os signos dos objetos dão lugar a signos de signos, a uma visualização cada vez mais intensa na qual o limite é alcançado quando as inevitáveis estatuetas entram em cena, encarregadas “de animar” o espaço. Esses imóveis significantes da mobilidade, da atividade, atestam seu assassinato simbólico. Dão passo ao procedimento – cifrado-decifrado – ocultando-lhe. Sua missão é a de denunciá-lo, pondo fim, desse modo, a dois mitos: a

expressão reprodução e a criação maravilhosa (LEFEBVRE, 1976: 15 – tradução nossa¹²²).

Além disso, há de se considerar que como toda sociedade e toda cultura possui uma determinada ideia do que seja a natureza, por conseguinte, o conceito de natureza não é natural, sendo inventado e instaurado pelos homens (PORTO-GONÇALVES, 2011). Assim, a ideia de natureza objetiva e exterior ao ser humano pressupõe uma noção de homem não natural e fora da natureza, consolidada com o capitalismo industrial e configurada com a ciência moderna que opõe homem e natureza, afirmando que o homem é um ser social e, por isso, não é natureza. O mesmo autor ainda complementa: “a natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o *homem*, muito embora se saiba que nem todos os homens são proprietários da natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2011: 26). Portanto, segundo Porto-Gonçalves (2011: 9), “Homem e Natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças”. Sendo assim, essa separação é histórica e social (MORAES, 2005).

Por conseguinte, entende-se que a compreensão tradicional da relação homem e natureza, no modo de produção capitalista, aponta a sociedade e a natureza como excludentes, sendo a natureza considerada como um objeto que está disponível à sociedade. Segundo Moraes (2005: 78):

Uma abordagem marxista da questão ambiental vai encará-la como uma manifestação de processos sociais, pelos quais uma dada sociedade organiza o acesso e uso dos recursos naturais disponíveis, organização que se articula na própria estruturação social constituindo parte do processo global de sua reprodução.

Entendendo que cada cultura constrói seu conceito de natureza concomitantemente à instituição de suas relações sociais, compreende-se que o movimento ecológico é um movimento que apresenta um caráter político-cultural, inserido em uma sociedade contraditória (PORTO-GONÇALVES, 2011). Assim, desde a década de 1960, vêm crescendo os movimentos que criticam o modo de

¹²² “Los signos de los objetos dan lugar a signos de signos, a una visualización cada vez más intensa en la que el límite es alcanzado cuando las inevitables figurillas entran en escena, encargadas ‘de animar’ el espacio. Esos inmóviles significantes de la movilidad, de la actividad, atestiguan su asesinato simbólico. Dan paso al procedimiento – cifrado-descifrado – ocultándolo. Su misión es la de denunciarlo, poniendo fin, de esta suerte, a dos mitos: la expresión reproducción y la creación maravillosa” (LEFEBVRE, 1976: 15).

produção e o modo de vida.

Nesse contexto, nas últimas décadas, multiplicaram-se territórios da conservação no Brasil, com limites políticos definidos no momento da implementação de cada unidade de conservação, mas que não deixam de se caracterizar como territórios de embates políticos, sociais e econômicos, visto que o espaço híbrido é um conjunto das múltiplas territorialidades. Além disso, como recorda Porto Gonçalves (2011: 122), “o capital não pode ficar na dependência dos tempos da natureza, mas requer, ao contrário, a subordinação a si dessas temporalidades”.

No Brasil, segundo Cruz (2003), as consequências da revalorização das áreas naturais foram destacadas a partir da década de 1980, com o incremento das legislações referentes à proteção das mesmas. Visando direcionar as práticas de turismo para ambientes naturais, o governo federal, desde a década de 1990, vem estabelecendo metas e diretrizes para o ecoturismo, o qual foi grandemente impulsionado pela diversidade dos ecossistemas brasileiros.

No final do século XX, termos como “degradação”, “conservação” e “preservação ambiental” caracterizaram-se como cotidianos, levando Cruz (2003) a afirmar que questões relativas à conservação da natureza passaram a compor o senso comum. Nesse panorama, verifica-se a colocação da Floresta Amazônica, do Pantanal e da Mata Atlântica como santuários, levando à associação dessa condição ao “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2004).

No caso específico das unidades de conservação, ao serem concebidas como santuários naturais, de natureza intocada, de imensidão e de vazio populacional, retirando a população que antes habitava esses territórios, observa-se a tendência à incorporação desses territórios à atividade do turismo, a qual é vista como mais uma estratégia de lucro no contexto de economias capitalistas. No caso do Brasil, é permitido o uso turístico em diversas categorias de unidades de conservação, como parques nacionais, parques estaduais e reservas particulares do patrimônio natural.

Nesta dinâmica contraditória, ressalta-se que as unidades de conservação são criadas para satisfazer os desejos e necessidades de uma sociedade que se urbaniza e que, portanto, está cada vez mais longe da primeira natureza. Assim, Diegues discorre:

Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão

urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos (DIEGUES, 2004: 11).

Não é possível esquecer que as lutas pela apropriação da terra e da natureza não estão dissociadas do processo de territorialização do capital e do grande capital tanto na Amazônia quanto no Pantanal. Conforme Moreira (1995), os embates referentes à apropriação da terra tem relação com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses, sendo a biodiversidade um deles. Desse modo, a biodiversidade atua como um mecanismo de valorização das áreas naturais e de sua mercantilização por meio do consumo, além de possibilitar, no caso das reservas particulares do patrimônio natural, que essas propriedades rurais obtenham isenção de Imposto Territorial Rural (ITR). Portanto, na contemporaneidade, a questão ecológica, segundo Roberto Moreira (1995), confere novos significados à questão da propriedade da terra, redimensionando-a como valorização e apropriação da natureza. Ruy Moreira (2011) complementa esta reflexão afirmando que o mercado passa a comandar a relação com a natureza e o trabalho, já que a natureza é a fonte originária das riquezas.

Lefebvre alega que “assim como o espaço, a natureza está politizada, pois está inserida em estratégias conscientes ou inconscientes. A criação de parques nacionais, etc., representa já por si uma estratégia” (LEFEBVRE, 1976: 52 – tradução nossa¹²³).

A tendência atual em constituir “centros de decisão” que querem abarcar *tudo* em uma zona territorial restrita, essa tendência essencial é a que suscita a raridade do espaço no território em questão. A penúria de espaço oferece, portanto, novas características; é, tanto, “espontânea” – resultado de um processo cego, de origem histórica – e mantida, consentida, digamos desejada, às vezes expressamente organizada. Trata-se, pois, de uma *contradição* entre a abundância passada e possível por uma parte, e a raridade efetiva, por outra. Essa contradição não fica alheia às relações sociais de produção, ainda menos à sua reprodução, a qual implica estratégias políticas. Não se reduz a essas contradições “clássicas”; é *uma contradição do espaço* (LEFEBVRE, 1976: 106 e 107 – tradução nossa¹²⁴).

¹²³ “Al igual que el espacio, la naturaleza está politizada, porque está inserida en estrategias conscientes o inconscientes. La creación de parques nacionales, etc., representa ya de por sí una estrategia” (LEFEBVRE, 1976: 52).

¹²⁴ “La tendencia actual en constituir ‘centros de decisión’ que quieren abarcarlo *tudo* en una zona territorial restringida, esa tendencia esencial es la que suscita la raridad del espacio en el territorio en

Segundo Lefebvre (1976: 112)¹²⁵, “os signos do espaço e [...] o espaço dos signos não são mais que o aspecto pitoresco – visível, legível, [...] risível – de operações e de realidades muito mais dilatadas e dramáticas”. Os territórios da conservação que estão em uma zona territorial restrita, política, e, que, ao mesmo, são patrimônios mundiais naturais, possuindo um selo da Unesco, que alegaria uma qualidade superior em comparação a outros sítios, acabam apresentando signos de grandiosidade, monumentalidade, excepcionalidade, tais como símbolos de uma natureza intocada, mas que, na verdade, são parte de uma natureza reproduzida, que não mostra a realidade mais dramática inerente ao processo de produção do espaço.

O processo de patrimonialização da natureza e sua consequente produção do espaço acabam revelando mais uma faceta de um sistema excludente, que é o capitalismo. A intenção deste trabalho não foi a de fazer uma crítica pela crítica à patrimonialização da natureza, ao turismo e à produção do espaço regional pantaneiro. É necessário, mesmo que seja uma utopia, que a população local seja reconhecida como protagonista e como símbolo identitário no processo de produção do espaço. É necessário que a população local possa conviver harmonicamente, sendo valorizada nas atividades que realiza no Pantanal. Afinal, para que serve um Patrimônio Natural da Humanidade que não atende nem à comunidade que se localiza ao seu redor? Aos conservacionistas brasileiros? Aos conservacionistas estrangeiros? Aos turistas abastados? E a população local onde fica nesta história?

Portanto, conclui-se que a apropriação do título de Patrimônio Mundial, em alguns casos, é a negação do patrimônio, já que o Patrimônio da Humanidade, muitas vezes, acaba não sendo de uso de todos, tornando-se seletivo e, por isso, exclusivo a alguns indivíduos, excluindo e marginalizando outros, convertendo aquilo que é coletivo em um privilégio, revelando, assim, uma contradição.

cuestión. La penuria del espacio ofrece, por tanto, nuevas características; es, a la vez, ‘espontánea’ – resultado de un proceso ciego, de origen histórico – y mantenida, consentida, digamos deseada, a veces expresamente organizada. Se trata, pues, de una *contradicción* entre la abundancia pasada y posible por una parte, y la rareza efectiva, por otra. Esa contradicción no queda ajena a las relaciones sociales de producción, aun menos a su reproducción, la cual implica estrategias políticas. No se reduce a esas contradicciones ‘clásicas’; es *una contradicción del espacio*” (LEFEBVRE, 1976: 106 e 107).

¹²⁵ Tradução nossa. “Los signos del espacio, y (...) el espacio de los signos, no son más que el aspecto pintoresco – visible, legible, (...) risible – de operaciones y de realidades mucho más dilatadas y dramáticas” (LEFEBVRE, 1976: 112).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Matogrossense. Contexto, propósitos e contradições*. Tese (Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- AB’SÁBER, Aziz Nacib. *Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos*. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2006.
- ACAIA PANTANAL. 2013. Disponível em:
<http://www.acaia.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/RPCSA_2014_PORT.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2015.
- ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998.
- ALMEIDA, M. A.; DA SILVA, C. J. As comunidades tradicionais pantaneiras da Barra de São Lourenço e Amolar, Pantanal, Brasil. *História e Diversidade*, v. 1, p. 10-31, 2012.
- ALVES, C. M. C. *A Ascensão da Nova Classe Média Brasileira sob a Ótica da Renda e do Crédito*. 2012. 44 f. Monografia (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Junho de 2012. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Clarissa.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2015.
- AMÂNCIO, C. O. G. & AMÂNCIO, R. Ecoexclusão: a disputa por espaços comuns e recursos naturais no Pantanal Sul Mato-Grossense. In: JUNIOR BANDUCCI, A. & MORETTI, E. C. (orgs.). *Pantanal: territorialidades, cultura e diversidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012, pp. 201-220.
- ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro, no entorno da Transpantaneira, em Poconé, MT*. Dissertação (Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. ÁREA DE OPERAÇÕES INDUSTRIAIS 2 - AO2 GERÊNCIA SETORIAL DE TURISMO, 2000. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/get4is11.pdf>. Acesso em: 17 de Setembro de 2015.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro & MORETTI, Edvaldo César. (orgs.). *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. São Paulo: Chronos, Campo Grande: UFMS, 2001.
- BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber & BURSZTYN, Ivan (orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade*

de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, pp. 45-54.

BECKER, Bertha K. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 1, nº 1, p. 1-7, 2001.

BERTELLI, Antônio de Pádua. *O Pantanal, Mar dos Xaraiés*. São Paulo: Siciliano, 1988.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y Patrimonio, entre la Cultura y el Negocio. In: OLIVEIRA, M. R. S. & PAES, M. T. D. (orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília/DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

BORTOLOTTO, Ieda Maria & AMOROZO, Maria Christina de Mello. Aspectos históricos e estratégias de subsistência nas comunidades localizadas ao longo do rio Paraguai em Corumbá-MS. In: MORETTI, E. C. & BANDUCCI JUNIOR, A. (orgs.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, pp. 57-88.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder. In: ORTEGA, A. C. & ALMEIDA, F. N. A. (orgs.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro. DOU de 6.12.1937.

_____. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. *Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm>. Acesso: em 12 de Novembro de 2012.

_____. Decreto nº 98.914, de 31 de Janeiro de 1990. *Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário*. D.O.U. de 02.02.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm>. Acesso em: 10 de Julho de 2012.

_____. Decreto nº 1.922, de 05 de Junho de 1996. *Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências*. D.O.U. de 7.6.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm>. Acesso em: 10 de Julho de 2012.

_____. Decreto nº 5.746, de 05 de Abril de 2006. *Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. D.O.U. de 06.04.2006. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>. Acesso em: 16 de Julho de 2012.

_____. Decreto-Lei nº 289, de 28 de Fevereiro de 1967. *Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências*. D.O.U. de 28.2.1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0289.htm>. Acesso em: 12 de Outubro de 2015.

_____. Encontro do Prodepan, 1, Corumbá, 22 a 27 jul. 1974. *Pantanal, nova fronteira econômica: conferências, proposições e subsídios*. Cuiabá: Secretaria de Agricultura, 1974. 347 p.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. *Institui o novo Código Florestal Brasileiro*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1965.

_____. Lei nº 6.634, de 02 de Maio de 1979. *Dispõe sobre a Faixa de Fronteira*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm>. Acesso em: 10 de Junho de 2015.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 05 de Agosto de 2013.

_____. Lei nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007. *Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências*. Diário Oficial da União de 28 de Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2015.

_____. Lei nº 9.502, de 14 de Janeiro de 2011. *Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação –SEUC, e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 10.02.11. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2061&Itemid=173>. Acesso em: 05 de Agosto de 2013.

_____. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. *Código Florestal. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências*. Brasília. Diário Oficial da União de 28 de Maio de 2012.

_____. Medida Provisória nº 2.186-16, de 24 de agosto de 2001. *Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade*

Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 12 de Novembro de 2012.

_____. Mensagem nº 967, de 18 de Julho de 2000. *Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 27, de 1999 (nº 2.892/92 na Câmara dos Deputados, que "Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm>. Acesso em: 15 de Julho de 2012.

_____. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriço. *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.* Brasília: MIN, 2010a. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/BasesFaixadeFronteira.pdf>>. Acesso em: 31 de Julho de 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira.* Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005a. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>>. Acesso em: 31 de Julho de 2015.

_____. Ministério de Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. *Folha SE. 21 Corumbá e parte da folha SE. 20: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra.* Rio de Janeiro: MME, 1982. 448 p.

_____. Ministério do Interior/ Sudeco. *Relatório Analítico 1976.* Brasília: MINTER/SUDECO, 1977.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Consulta - Relatórios de UC.* Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-generar-relatorio-de-uc>>. Acesso em: 12 de Março de 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *PCBAP 2 – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal. Sócio-Economia da Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997a.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *PCBAP 3 – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – Pantanal. Sócio-Economia de Mato Grosso.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997b.

_____. Ministério do Meio Ambiente et al. *Programa Pantanal - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.* Brasília: MMA, 1998.

- _____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação*. Brasília: MMA, 2007b. 540 p.
- _____. Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico de Turismo*. 2015. Disponível em: <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosfatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2015_-_Ano_base_2014_-_Pdf.pdf>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.
- _____. Ministério do Turismo. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Resumo Executivo*. Brasília: MTUR, 2010b.
- _____. Ministério do Turismo. *Dados e Fatos*. 2014. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20120504.html>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2014.
- _____. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2008a. 60 p.
- _____. Ministério do Turismo. *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional: relatório Brasil*. 2ª edição revisada. Brasília: MTUR, 2008b.
- _____. Ministério do Turismo. *Marcos conceituais do turismo*. 2005b. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2012.
- _____. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas*. 2003-2007. Brasília: MTUR, 2003.
- _____. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão*. 2007-2010. Brasília: MTUR, 2007a.
- _____. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil*. 2013-2016. Brasília: MTUR, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 05 de Julho de 2015.
- _____. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas*. Brasília: Secretaria de Políticas de Turismo. Brasília: MTUR, 2004.
- _____. Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais*. Brasília: MTUR, 2006.
- _____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Procuradoria da República no Município de Corumbá. *Recomendação nº 001/2014*. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/transparencia/documentos/>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2015.
- _____. Resumo Executivo do Relatório Final do Subprojeto 9.4A – Elaboração do

Diagnóstico Analítico do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, integrante do Componente VI – Implementação do Programa de Gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, do Projeto de Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. *Projeto GEF Pantanal/ Alto Paraguai*. Brasília: ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2003.

BRASIL; SEOBRAS; RJ. *Elaboração de uma avaliação ambiental estratégica nos polos turísticos do estado do Rio de Janeiro. Meta 1 (Produto 1) – Polo Litoral – Relatório de Preparação do Estudo*. Rio de Janeiro: Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR- RJ, 2011. Disponível em: <<http://www.prodetur.rj.gov.br/arquivos/avaliacao/RelatorioEstudo-litoral.pdf>>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2014.

CAMPOS, F. L. R.; CATELLA, A. C.; FRANÇA, J. V. *Sistema de controle de pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS-7*. Corumbá: Embrapa Pantanal; SEMACTE-IMAP, 2003.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. *Patrimonio Etnológico. Nuevas Perspectivas de Estudio*. Sevilha: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 1999, pp. 16-33.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*. Rio de Janeiro: Iphan, nº 23, 1994.

CATAIA, M. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XI, nº 245 (21), 2007.

CATELLA, A. C.; NASCIMENTO, F. L.; MORAES, A. S. Ictiofauna. In: *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai*. Diagnóstico dos Meios Físico e Biótico. Meio Biótico. MMA/PNMA, Sub-componente Pantanal. Brasília, 1997. V. 2, t. 3, pp. 349-433.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

COBRAMAB – Comissão Brasileira para o Programa “O Homem e a Biosfera”. *Reserva da Biosfera do Pantanal*. [S.l.], 2000. 66p.

CONSERVATION INTERNATIONAL (CI). *Conservation International Biodiversity Corridor Planning and Implementation program (Corridor) Annual Progress Report FY01: October 1, 2001 - March 30, 2002*. Junho de 2002. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pdacd069.pdf>. Acesso em: 03 de Agosto de 2015.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *América Latina: cidade, campo e turismo*. LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, María Mónica; SILVEIRA, María Laura (ORGS). São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 352 p.
- _____. *O Estado e as Políticas Territoriais do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COUTO et al. *Sugestões para a criação do Parque Nacional do Pantanal*. Viçosa: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Universidade Federal de Viçosa, 1975.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, R. C. A. "Patrimonialização do patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 31, pp. 95 – 104, 2012.
- CVC VIAGENS. 2012. Disponível em: <<http://www.cvc.com.br/destinos/brasil/pantanal.aspx?pmkt=63&gclid=CJu494fLtbMCFQeynQodJUIAnA>>. Acesso em: 04 de Novembro de 2012.
- DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e privado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & CARRERAS, Carles (orgs.). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DA SILVA, Carolina Joana. *Influência da Variação do Nível d'água sobre a Estrutura e Funcionamento de uma área alagável do Pantanal Matogrossense (Pantanal de Barão de Melgaço, Municípios de Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço -MT)*. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCAR), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.
- DA SILVA, Carolina Joana & SILVA, Joana A. Fernandes. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- DELPHIM, C. F. de M. *O patrimônio natural no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004. Disponível em: <<http://portal.phan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>>. Acesso em: 20 de Junho de 2014.
- DENCKER, A. F. M. Valor patrimonial: memória social e poder. In: COSTA, E. B., BRUSADIN, L. B. & PIRES, M. C. (orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DIAMOND, J. Tourism's Role in Economic Development: The Case Reexamined. *Economic Development and Cultural Change*. Vol. 25, nº 3, Abril de 1977, pp. 539-553.
- DIAS, Reinaldo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (org.). *A ecologia política das ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: Nupaub-USP, 2008.

- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 1-46.
- _____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- DOCUMENTO DE NARA. *Autenticidade de Acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial*. 1994. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco1/conferencia_de_Nara.pdf>. Acesso em: 30 de Setembro de 2015.
- EARP, Fábio Sá & PAULANI, Leda. *Mudanças no consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda*. Novembro, 2011. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2011/IE_Earp_Paulani_2011.pdf>. Acesso em: 12 de Setembro de 2015.
- EBERHARD, Adalberto. *Adalberto Eberhard – uma saga pantaneira*. Cuiabá, 2001. Mimeo.
- EBERHARD, Gislaine (coord.). *Plano de Manejo das Reservas Particulares do Patrimônio Natural Penha, Acurizal e Dorochê*. Projeto Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Cuiabá: ANA/GEF/PNUMA/OEA/ECOTRÓPICA, 2003.
- ECO.A. *Turismo de Base Comunitária*. 2011. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Canal/Acoes+para+o+Turismo+de+Base+Comunitaria+na+Contencao+da+Degradacao+do+Pantanal/642>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2015.
- EMBRATUR. *Plantur – Plano Nacional de Turismo 1992-1994*. Brasília: Embratur, 1992.
- _____. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo: diretrizes*. 4. Ed. Brasília: Embratur, 2001.
- _____. 2015. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salalmprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PI_B_mundial.html>. Acesso em: 02 de Setembro de 2015.
- EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e da Tecnologia, 1994.
- FABRIS, Leni Ferreira. *Coletânea Geográfica: Passeando por Mato Grosso*. Cuiabá: SEC, 2001.
- FACHIM, Eliani. *Bases para a elaboração do plano de manejo participativo de uma unidade de conservação estadual: A Estrada Parque Transpantaneira, Poconé – Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, Instituto de Biociências, UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.
- FARIA, Alcides. O Pantanal e o ecoturismo. In: *Ecoturismo no Pantanal: Reflexões e Perspectivas*. Campo Grande: Ecoa, 2001, pp. 70-72.

- FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. *A Inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo*. Dissertação (Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, UnB), Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2007.
- FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA. *História do FIPE*. 2015. Disponível em: <<http://www.fipecaceres.com.br/Fipe-Historia/>>. Acesso em: 17 de Setembro de 2015.
- GOLDANI, Ângela. Biogeografia Histórica da região Neotropical: Análise de Parcimônia de Endemismo com dados distribucionais de peixes. *Revista Eletrônica de Biologia*, volume 5 (3), pp. 12-41, 2012.
- GOMES SILVA, Ricardo Lanzarini. *Políticas Públicas de Turismo e o Contexto de Mato Grosso do Sul entre 2003-2006: seus interesses correlatos*. Dissertação (Mestrado em Geografia, UFMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.
- GOTTMAN, Jean. *La politique dès États et leur géographie*. Paris: Éditions Du CTHS, 2007.
- _____. *The significance of territory*. Charlottesville: The University of Virginia Press, Charlottesville, 1973.
- GRASEL, Dirceu . Brasil: Plano Real e a Estabilização Econômica Inacabada. *Informe Gepec*, Cascavel/PR, v. 9, n.1, p. 73-89, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da destrritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo*. 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de Julho de 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Diretoria de Ecossistemas. *Apresentação do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal a ser nominada para inscrição na lista de Patrimônio da Humanidade*. Brasília: Ibama, 1999.
- _____. Diretoria de Ecossistemas. *Documento de Informações Básicas do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense*. Brasília: Ibama, 199-, 54 p.
- _____. Diretoria de Ecossistemas. *Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense: Plano de Ação Emergencial*. Brasília: Ibama, 1994.
- _____. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense*. Ibama/TNC/Gasmat. GONÇALVES, A. R. (Ibama); KIMURA, G. K. (coords.). Brasília: Ibama, 2003.
- _____. *Prevenção e combate aos incêndios florestais no Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense – MT*. Brasília: Ibama, 2006. Disponível em:

<<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/category/44-p?download=2336>>.
Acesso em: 10 de Julho de 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE (ICMBio). *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>>. Acesso em: 03 de Julho de 2015.

_____. *Planos de Manejo*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>>. Acesso em: 31 de Julho de 2015.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO (IHP). Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/index.php?pag=biz_quemsomos>. Acesso em: 15 de Julho de 2015.

_____. *Relatório Anual – 2009*. 2009. Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/arquivos/relatorio_ihp_2009.pdf>. Acesso em: 28 de Julho de 2015.

_____. *Relatório Anual – 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.institutohomempantaneiro.org.br/adm/arquivos/173919b0aa3e5a6cafc76141ef755e74.pdf>>. Acesso em: 28 de Julho de 2015.

_____. *Relatório Anual – 2013*. 2013. Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/arquivos/relatorio_ihp_2013.pdf>. Acesso em: 28 de Julho de 2015.

_____. *Relatório Anual – 2014*. 2014. Disponível em: <http://www.institutohomempantaneiro.org.br/arquivos/relatorio_ihp_2014.pdf>. Acesso em: 28 de Julho de 2014.

JEUDY, H. P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LACERDA, M. *A criação de um produto chamado Pantanal*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2005.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reflexões sobre a Corumbá - MS do início do século XXI. In: MORETTI, E. C. & BANDUCCI JUNIOR, A. (orgs.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

LANDIN, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: _____. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998, pp. 23-88.

LATOUR, Bruno. *Políticas de natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona: Edicions 62 S/A, 1976.

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitan Swing, 2013.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 187 – 204.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

LOMBA, Marcos Cesar. Turismo em Corumbá/Ladário: possibilidades de desenvolvimento sustentável local e inclusão social. In: SILVA, Anamaria Santana da et. al. *Exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir da experiência de Corumbá – MS*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2005, pp. 111-124.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. Tese (Doutorado em Sociologia, Unicamp), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território. In: BRUHNS, H. T., LUCHIARI, M. T. D. P.; SERRANO, C. (orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas: Papirus, 2007.

MAB. *Reserva da Biosfera do Pantanal*. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_pantanal.asp>. Acesso em: 07 de Março de 2014.

MARANHÃO, Vinicius de Albuquerque. *Pantanaís Mato-Grossenses: da caça e pesca ao ecoturismo. Análise do desenvolvimento turístico*. Dissertação (Mestrado em Geografia, UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.028, de 26 de Julho de 1996. *Institui a Estrada Parque Transpantaneira*. D.O. 26.07.96.

_____. Decreto Estadual nº 1.795, de 04 de novembro de 1997. *Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências*. Disponível em: <<http://oads.org.br/leis/2911.pdf>>. Acesso em: 02 de Agosto de 2015.

_____. Lei Complementar nº 38, de 21 de Novembro de 1995. *Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências*. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9e97251be30935ed03256727003d2d92/589a53ac84391cc4042567c100689c20?OpenDocument>>. Acesso em: 05 de Agosto de 2015.

_____. Lei nº 5.993, de 03 de Junho de 1992. *Define a Política de Ordenamento Territorial e ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural do Estado de Mato Grosso, segundo o Zoneamento Antrópico Ambiental, tecnicamente denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 03 de

Junho de 1992. Disponível em: <<http://rouxinol.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/LegislacaoSad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/4d1df4cf c60d58580425713300470f93?OpenDocument>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2015.

_____. Lei nº 7.006, de 22 de Maio de 1998. *Declara de utilidade pública a ECOTRÓPICA - Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos, em Cuiabá*. D.O. 22.05.98. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/leis/lei_1797.pdf>. Acesso em: 10 de Agosto de 2014.

_____. Lei Nº 8.830, de 21 de Janeiro de 2008. *Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 21 de Janeiro de 2008.

_____. *Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004-2013*. Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso – SEDTUR, 2003. Disponível em: <<http://www.sedtur.mt.gov.br/download.php?id=147>>. Acesso em: 14 de Setembro de 2015.

_____. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional. *Polo Pantanal – MT. Produto 2: Relatório Diagnóstico*. São Paulo: SEDTUR-MT, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. *Cronologia da Gestão do Turismo de Mato Grosso do Sul*. 2013. Disponível em: http://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/54/2015/04/CRONOLOGIA_DA_GEST%C3%83O_DO_TURISMO_DE_MATO_GROSSO_DO_SUL01.pdf. Acesso em: 19 de Setembro de 2015.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan - MS. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. *O Centro-Oeste e a retomada do desenvolvimento nacional: proposição de Mato Grosso do Sul ao I PND/NR da Nova República*. Campo Grande: SEPLAN-MS, 1985, 117 p.

_____. Lei nº 90, de 02 de Junho de 1980. *Dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 352, de 03 de junho de 1980. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_lei_901980_22174.pdf>. Acesso em: 05 de Agosto de 2015.

_____. Lei nº 5.546, de 09 de Julho de 2001. *Dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental, e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 5.546, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_lei_2.2562001_29263.pdf>. Acesso em: 05 de Agosto de 2015.

_____. Lei nº 3.839. *Institui o Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul (PGT/MS); aprova a Primeira Aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 29 de

Dezembro de 2009. Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5823251/pg-46-suplemento-i-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-doems-de-29-12-2009>>. Acesso em: 18 de

- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. - SEPLAN/MS. *Macrozoneamento Geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul*. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado – FIPLAN - MS. Campo Grande-MS, 1989.
- MENESES, U. T. B. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A, YÁZIGI, E. (orgs.). *Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-99.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 4^a Ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Roberto José. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995: 89-111.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico brasileiro? Por uma epistemologia crítica*. 2^a Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREIRA, V. F. et. al. Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: esforço de Conservação dos Recursos Naturais. In: *5º Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal*. Corumbá, 2010.
- MOREL, J. B. O Patrimônio da Humanidade. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A., YÁZIGI, E. (orgs.). *Turismo – Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORETTI, Edvaldo Cesar. A atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho. In: *Ecoturismo no Pantanal: Reflexões e Perspectivas*. Campo Grande: Ecoa, 2001, pp. 60 – 63.
- _____. Atividade Turística em Unidades de Conservação e a Produção da Fronteira Brasil – Paraguai. In: *Anais do VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*. São Paulo, 2014.
- _____. *Paraíso visível e real oculto. A atividade turística no Pantanal*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006. 176p.
- _____. Relações entre patrimônio público e privado: unidades de conservação e a atividade turística. *Revista Geográfica de América Central*, número especial EGAL, 2011- Costa Rica, pp. 1-12, 2011.
- _____. (org.). *Território da conservação: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. 1. ed. Dourados: Edições Nicanor, 2010. V. 1. 126p.
- _____. Turismo, consumo e produção do espaço: o mundo do trabalho no período técnico-científico-informacional. In: *IX Coloquio Internacional de Geocrítica – los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde La Geografía y las Ciencias Sociales*, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

- MORETTO NETO, Luiz; BÜCHELE, Maria Tereza. *Roteiro turístico travessia do Pantanal*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.
- MORSELLO, Carla. *Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM – Universidade de São Paulo, 1999.
- MURPHY, Alan. *Footprint Focus Brazilian Pantanal*. Bath, Reino Unido: Footprint Handbooks Ltd, 2012.
- OKEREKE, Chukwumerije. Global environmental sustainability: Intragenerational equity and conceptions of justice in multilateral environmental regimes. *Geoforum*, 2006, v. 37, pp. 725–738.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária*, São Paulo, nº 12, pp. 3-113, 2010.
- OLIVEIRA, Braulio Américo Carlos. *Valor recreativo da Rodovia Transpantaneira: uso turístico e conservação no Pantanal Matogrossense*. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação da Biodiversidade – Instituto de Biociências, UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. Dolores Martin Rodriguez Cóler (trad.). São Paulo: Roca, 2001.
- OMT. *Ecotourism and Protected Areas*. 2002 - tradução nossa. Disponível em: <<http://sdt.unwto.org/en/content/ecotourism-and-protected-areas>>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2014.
- _____. *Panorama OMT del Turismo Internacional*. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/OMT__Turismo_highlights_2014_s p.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2015.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letras e Imagem/ Ministério do Turismo/ SNPDTOUR: Brasília, 2009.
- PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S. (orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.
- PAULA, Angela Teberga de; RABINOVICI, Andréa. Políticas Públicas para o Ecoturismo no Brasil. In: NEIMAN, Zysman & RABINOVICI, Andréa (orgs.). *Turismo e Meio Ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.
- PAULO, C. M. *Dinâmica territorial no Pantanal brasileiro: impactos do turismo e propostas de planejamento*. 190 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

- PEARCE, Douglas. *Tourism today: a geographical analysis*. Harlow: Longman, 1987.
- PORTO, Felipe. *Comunidade Ecológica do Pantanal*. 2007. Disponível em: <<http://www.portaldf.com.br/sudepan/>>. Acesso em: 15 de Julho de 2015.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- PORTUGAL, Roberto. *Proyecto de Ecoturismo en el Pantanal de Mato Grosso – Brasil*. Cuiabá/ Miami: VOCA/ TNC/ Fundação Ecotrópica, 1996.
- PÓVOA NETO, Helión. Território e mobilidade: barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: NATAL, Jorge (org.). *Território e planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital/IPPUR, 2011, pp. 123-147.
- PREFEITURA DE CORUMBÁ. *Dados da oferta turística de Corumbá – MS*. Corumbá: Fundação de Turismo de Corumbá, 2013a.
- PREFEITURA DE CORUMBÁ. *Pesquisa de demanda e movimentação econômica do turismo de pesca esportiva embarcada de Corumbá - Mato Grosso do Sul*. Corumbá: Fundação de Turismo de Corumbá, 2013b.
- QUARESMA, Helena Doris de A. Barbosa. Unidades de Conservação da Natureza – UCs – como instrumento de políticas públicas. *Paper do NAEA (UFPA)*, Belém, v. 1, nº114, n.-, p. 1-20, 1998.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMSAR. *Pantanal Mato-Grossense*. 1998. Disponível em: <<http://www.ramsar.org/pantanal-matogrossense>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2014.
- RESENDE, E. K. et al. Biologia do Curimbatá (*Prochilodus lineatus*), Pintado (*Pseudoplatistoma corruscans*) e Cachara (*Pseudoplatistoma fasciatum*) na Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, Pantanal do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Boletim de Pesquisa 2*. Corumbá, MS: Embrapa- CPAP, 1996.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Instituto de Estudos Avançados* (USP Impresso), 2010, v. 23, p. 69-80.
- RIBEIRO, W. C; SCIFONI, S. Preservar: por que e para quem? In: *Patrimônio e Memória* (UNESP), 2006, v. 2, p. 1-12.
- RIBEIRO, W. C. & ZANIRATO, S. H. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. In: *Ambiente & Sociedade*, Jan/Jun 2006, v. 10, nº1, p. 39-55.
- RODRIGUES, Adyr. Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou

- solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I. G. et al (orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- ROSS, J. L. S. PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai e o zoneamento ecológico-econômico para o Brasil. In: *Anais 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*, Campo Grande, 11-15 novembro 2006, Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p.667-674.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. A redescoberta da natureza. In: *Estudos Avançados* 6 (14), 1992.
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPÓSITO, Eliseu Savério. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- SCHMITTER, Phillipe. Reflexões sobre o Conceito de Política. *Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984, v. 1.
- SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. Tese (Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.
- _____. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, P. & FERREIRA, L. C. (orgs.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006b, v. 1, p. 9-45.
- _____. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Diálogos* (Maringá), v. 10, 2006c, p. 55/78.
- _____. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. *Geosp*, São Paulo, v. 14, p.77-88, 2004.
- _____. Por uma geografia política dos patrimônios naturais. In: PAES, M. T. D. & Oliveira, M. R. (orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 207-226.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*.

Petrópolis: Vozes, 2001.

- SILVA, João dos Santos Vila da et. al. Áreas protegidas no Pantanal – entre a intenção e a implantação, o que mudou de 1998 a 2006? In: *Anais 2º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal*, Corumbá, 7-11 novembro 2009, Embrapa /INPE, p.642-651. Disponível em: <<http://www.geopantanal2009.cnptia.embrapa.br/cd/pdf/p165.pdf>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2012.
- SILVA, Simone Affonso da. *O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores*. 2014. 518 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, fevereiro/ 2003, vol. 18, nº 51, pp. 16-20.
- _____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, jul /dez 2006, ano 8, nº 16, pp. 20-45.
- SOUZA, Marcelo Lopez de. O território: sobre espaço e poder, a autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª Edição. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000.
- _____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPÓSITO, Eliseu Savério. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, 2009, pp. 57-72.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. Cenários recentes da expansão do Capitalismo: as multinacionais emergem no Terceiro Mundo. In: OLIVEIRA, M. P., COELHO M. C. N., CÔRREA, A. M. (ORGS.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas I*. Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008.
- STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Estado e políticas públicas espaciais*. Brasília: Ler Editora, 2013, pp. 31-64.
- _____. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, pp. 29-82.
- SUDRÉ, S. G. S. *O turismo no rio Paraguai, em Cáceres, Pantanal Mato-Grossense, Brasil*. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, 2012.

- TNC. *Pantanal National Park and the Acurizal/Dorochê Preserve Complex, Brazil: a pre-investment analysis for the parks in Peril Program*. São Paulo: The Nature Conservancy – Brazil Regional Program, 1997.
- TOCANTINS, N. Do Mar de los Xarayes ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal Mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. 1, pp. 17-27, 2011.
- _____. *Áreas protegidas e turismo, estudo de caso: Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense/MT e seu entorno*. 166 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- TODESCO, Carolina. *Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira*. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- UNESCO. *Centro del Patrimonio Mundial de la. Carpeta de información sobre el patrimonio mundial*. Paris, 2005a.
- _____. *Convenção de Haia*. 1954. Disponível em: <http://www.unesco.pt/pdfs/.../4_Convencao_Proteccao_Conflito_Armado>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.
- _____. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.
- _____. *Lista do Patrimônio Mundial no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 03 de Julho de 2015.
- _____. *Reserva da Biosfera - Pantanal*. 2005b. Disponível em: <<http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=BRA+03&mde=all>>. Acesso em: 07 de Março de 2014.
- _____. *World Heritage Nomination – IUCN Technical Evaluation – The Pantanal Conservation Complex (Brazil)*. 2000a. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/999.pdf>. Acesso em: 10 de Setembro de 2013.
- _____. *World Heritage Nomination – Pantanal Conservation Complex (Brazil)*. 2000b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/nominations/999.pdf>>. Acesso em: 15 de Setembro de 2013.
- WWF. *Abertos Editais de Conservação para Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil*. 2005. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?2586>. Acesso em: 20 de Agosto de 2015.
- _____. *Certificação em Turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil*. 2001. Disponível em:

<<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/Certificao%20em%20Turismo-%20lies%20mundiais%20e%20recomendaes%20para%20o%20Brasil.pdf>>.
Acesso em: 06 de Setembro de 2015.

WWF- BRASIL & MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *O turismo na Bacia do Alto Paraguai: diagnóstico social, econômico e ambiental & cenários atual e futuro*. Corumbá, MS: WWF & MMA, 2004.

XAVIER, Herbe. *A Percepção Geográfica do Turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

ZANIRATO, S. H. O patrimônio natural do Brasil. *Projeto História* (PUC-SP), v. 40, pp. 127-145, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Solicitação de reconhecimento das Fazendas Penha, Acurizal e Estância Doroquê como Reservas Particulares do Patrimônio Natural

PARECER Nº 099/97
PROCESSO Nº 02013.004009/96-64

23
Sii

Senhor Procurador-Geral,

A Fundação ECOTRÓPICA requer o reconhecimento como RPPN de 26.518 ha, representando parte da Fazenda DOROCHÊ, em Poconé-MT.

Anexaram, para tanto, a escritura de compra e venda da área, datada de 07.03.1995 e devidamente registrada em 17.04.95 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Poconé-MT.

Foi anexada também a ata da Assembléia Geral da Fundação que deliberou e aprovou o nome do Sr. Adalberto Eberhardt como seu Presidente respondendo legalmente pela mesma.

A quitação dos tributos e as plantas da Fazenda foram anexadas ao processo e o Termo de Compromisso está devidamente assinado pelas partes.

No laudo de vistoria encontramos a informação de que a área já se constituía como Refúgio Particular de Animais Silvestres conforme Portaria IBDF nº 453/P de 12.08.95.

A este respeito é conveniente lembrar que o decreto inicial das RPPN's - nº 98914 de 31 de janeiro de 1990 estabelecia, em seu art. 10, o prazo de 120 dias para a adequação destas antigas reservas às normas do novo decreto.

Logo, não é necessário revogar a portaria 453/P pois que foi revogada expressamente pelo Decreto 98914/90. Sii

41
Sua

O laudo informa ainda a importância de se proteger a área não só pelos recursos naturais que abriga como pela contigüidade ao Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.

Louvável e meritória a iniciativa da Ecotrópica que, com estas propostas, realiza uma antiga aspiração do ex-IBDF que, desde a criação do PARNA em 1971 tentou anexar estas áreas ao Parque Nacional.

Impecilhos de ordem financeira e, mais tarde, o desinteresse das administrações relegou este importante projeto a um quase esquecimento.

Felizmente, constatamos a existência de organizações como a Ecotrópica, com objetivos definidos de efetiva proteção ambiental, colhendo frutos de um trabalho discreto e valente.

Lucra o Pantanal Matogrossense, lucra o Brasil e lucra o povo brasileiro.

Não só apoiamos integralmente a licitude do procedimento como parabenizamos todos aqueles que lutaram bravamente para a consecução deste vitorioso objetivo.

Aos, 18.02.1997.

Sônia Maria Peres Wiedmann
Procuradora Autárquica
BAMA

De acordo.
A Presidência da
Constituinte.
em, 28/2/97.

Presidente da Assembleia Constituinte
042-DF 2003

PARECER Nº 097/97
PROCESSO Nº 02014.001982/96-67

10
Siu

Senhor Procurador-Geral,

A Fundação ECOTRÓPICA, ONG matogrossense sem fins lucrativos, solicita ao IBAMA o reconhecimento, com RPPN, nos termos do Decreto 1922/96, de duas fazendas de sua propriedade, a saber:

- 1 - Fazenda Acurizal com 13.200 ha.
- 2 - Fazenda Penha com 13.100 ha.

As escrituras, lavradas em 15.12.95, estão devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Corumbá-MS e a cópia da Ata de Fundação Ecotrópica elege como Presidente o Sr. ADALBERTO S. EBERHARD conferindo-lhe poderes legais para agir em nome da Fundação.

A certidão de quitação de tributos e as plantas dos imóveis estão anexadas ao processo.

O Sr. Superintendente não assinou os Termos de Compromisso, conforme exigência do art. 6º inciso III do Decreto 1922/96 o que deverá ser sanado no retorno do processo à Mato Grosso do Sul. *Siu*

497
Sii

Os laudos de vistoria recomendam fortemente a criação das duas áreas por suas características ecossistêmicas e pela contigüidade ao Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.

Louvável e meritória a iniciativa da Ecotrópica que, com estas propostas, realiza uma antiga aspiração do ex-IBDF que, desde a criação do PARNA em 1971 tentou anexar estas áreas ao Parque Nacional.

Impecilhos de ordem financeira e, mais tarde, o desinteresse das administrações relegou este importante projeto a um quase esquecimento.

Felizmente, constatamos a existência de organizações como a Ecotrópica, com objetivos definidos de efetiva proteção ambiental, colhendo frutos de um trabalho discreto e valente.

Lucra o Pantanal Matogrossense, lucra o Brasil e lucra o povo brasileiro.

Não só apoiamos integralmente a licitude do procedimento como parabenizamos todos aqueles que lutaram bravamente para a consecução deste vitorioso objetivo.

Aos, 18.02.1997.

Sônia Maria Pereira Weismann
Procuradora Autárquica
IBAMA

De acordo.
A Procuradora
assinatura, 18/2/97.

Renato Rodrigues
(Dig. NETA/G/PARECERES/0975/1997) IBAMA

PORTARIA Nº 6, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1997

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/GM/89, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 1.922, publicado no D.O.U. de 07 de junho de 1996.

Considerando o que consta do Processo nº 02013.004009/96-64, resolve:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 26.518 ha (vinte e seis mil, quinhentos e dezoito hectares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado FAZENDA ESTÂNCIA DOROCHE, situada no Município de Poconé, Estado do Mato Grosso, de propriedade da ECOTRÓPICA - FUNDAÇÃO DE APOIO À VIDA NOS TRÓPICOS, matriculado em 17.04.1995, sob o número 5/10.940, livro 02, registro 13/3, do Cartório de 1º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Poconé, no citado Estado.

Art. 2º Determinar ao proprietário do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente, e dar-lhe a devida publicidade, nos termos do § 1º do art. 6º do mencionado Decreto.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida, sujeitará o infrator às sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

PORTARIA Nº 7, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1997

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 445/GM/89, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 1.922, publicado no D.O.U. de 07 de junho de 1996.

Considerando o que consta do Processo nº 02014.001982/96-67, RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em caráter de perpetuidade, a área de 13.200 ha (treze mil e duzentos hectares) e 13.100 ha (treze mil e cem hectares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado FAZENDA Acurizal e Fazenda Penha, situados no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, de propriedade da ECOTRÓPICA - Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos, matriculado em 20.12.1995, sob o número 40.058/9, livro 1 C, folhas 078, do Registro de Imóveis da Comarca de Corumbá, no citado Estado.

Art. 2º Determinar ao proprietário do imóvel o cumprimento das exigências contidas no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º, incumbindo-o de proceder a averbação do respectivo Termo de Compromisso no Registro de Imóveis competente, e dar-lhe a devida publicidade, nos termos do § 1º do art. 6º do mencionado Decreto.

Art. 3º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida, sujeitará o infrator às sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 209/97)

EDUARDO DE SOUZA MARTINS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

20%

ANEXO B – Reconhecimento do mao como Patrimônio Mundial Natural pela Unesco

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil
SAS – Quadra 5 – Bloco H – Lote 6
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO – 9º andar
70070-914 Brasília – DF

Caixa Postal 08563
Telefone: (55-61) 321-3525
Fax: (55-61) 2259541
E-mail: UHBRZ@unesco.org

BRA/SC.ECO/2750-2000

Brasília, 12 de Julho de 2000

Ilustríssimo Sr. Adalberto Eberhard
Presidente da Fundação Ecotrópica
Rua 03, n. 391 – Boa Esperança
78068-370 Cuiabá - MT

Sr. Presidente,

Tenho a honra de informar V. Sa, que o Bureau do Comitê do Centro do Patrimônio Mundial acolheu, com base em parecer técnico apresentado pela União Mundial de Conservação (UICN), a nomeação do “Complexo de Conservação do Pantanal” para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial Natural.

A área proposta – Parque Nacional do Pantanal Mato Grossense e Reservas Particulares do Patrimônio Natural Dorochê, Acurizal e Penha – é representativa do ecossistema do Pantanal e a manutenção de sua integridade é fundamental para a preservação, a conservação e o desenvolvimento sustentável da região.

Ao ressaltar a importância do apoio da Fundação Ecotrópica e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a conservação do Pantanal, o Bureau entende que as autoridades nacionais promovem uma parceria técnica, institucional e financeira extremamente inovadora no trato da questão ambiental.

Em razão do exposto, gostaria de apresentar meus sinceros cumprimentos e de colocar esta Representação da UNESCO, que tenho a honra de dirigir, à disposição de V. Sa.

Atenciosamente,

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil
Coordenador do Programa UNESCO/Mercosul

ANEXO C – Termo de Ajustamento de Conduta entre a atividade do turismo de pesca nos Rios Paraguai e Cuiabá e a conservação ambiental do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal em 2001

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e um, o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA**, neste ato representada pelo Chefe do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense Sr. **José Augusto Ferraz de Lima**, a **FUNDAÇÃO ECOTRÓPICA**, representada por seu Diretor **Adalberto Ebehard**, e a **ASSOCIAÇÃO CORUMBAENSE DE EMPRESAS DE TURISMO – ACERT**, representada por seu vice-presidente **Geraldo dos Santos Veríssimo Júnior**, com interveniência do **MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS**, representado pelo seu Prefeito Municipal Dr. **Eder Moreira Brambilla**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMATUR**, representada pelo seu titular Tenente Coronel **Ângelo Paccelli Cipriano Rabelo**, doravante denominadas “**COMPROMISSÁRIAS**”, Considerando a inexistência de um plano de manejo que defina a “zona de amortecimento” conforme o que dispõe os arts. 25 a 28 da Lei nº9.985, de Julho de 2000, Considerando a necessidade de se definir os critérios que possam garantir não só a sustentabilidade ambiental, mas também econômica de nossa região, que tem na pesca desportiva uma de suas maiores fonte de recursos, Considerando que medidas “radicais proibitivas” trariam imensuráveis consequências sócio-econômicas negativas para o município de Corumbá, Considerando a necessidade de estabelecer limitações para a prática da pesca desportiva, com objetivo de assegurar a conservação da biodiversidade, Alertadas sobre as responsabilidades legais a respeito do descumprimento das normas ambientais resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta na forma e condições que seguem:

I - Definir propostas emergenciais para atuação das empresas de turismo, sem prejuízo à integridade ambiental da área do Complexo de Unidades de Conservação Sítio do Patrimônio Mundial Natural (Parque Nacional do Pantanal matogrossense e RPPN's Acorizal e Penha), e acordaram que a atividade de turismo pesqueiro nos Rios Paraguai e Cuiabá/São Lourenço, deverá ser exercida nas seguintes limitações:

- a) No Rio Paraguai, os barcos de alumínio não poderão circular desgarrados da “embarcação mãe” (barco hotel) a partir da barra do Rio Moquéim até a Ponta do Morro, onde também fica proibido a pesca em qualquer circunstância, salvo a pesca de subsistência para a população local.
- b) No Rio Cuiabá/São Lourenço, os barcos de alumínio poderão circular desgarrados da “embarcação mãe” (barco hotel) a partir da barra do Rio Taquaralzinho, abaixo de onde, também fica proibido a pesca em qualquer circunstância, salvo a pesca de subsistência para a população local.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

- II - Solicitar ao IBAMA, incluir o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense no Programa de uso Público para unidades de conservação e agilizar o processo de abertura do referido Parque para visitação, visando oferecer alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo na região.
- III - Solicitar providências do IBAMA para que seja estabelecido um acordo entre os Órgãos Ambientais e demais entidades fiscalizadoras da Pesca nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que nestas áreas limítrofes possa prevalecer a validade das licenças de pesca federal (IBAMA) e estaduais (FEMAP - MS e FEMA- MT)
- IV - Apoiar a formação de uma Associação de Apoio às atividades de conservação da biodiversidade e desenvolvimento do ecoturismo no Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.
- V - Afixar placas sinalizadoras nos locais delimitados, acima descritos, com indicações de proibição da caça e pesca, conforme indicado pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, com patrocínio da ACERT.
- VI - Solicitar providências para que para implantação e funcionamento permanente de pelo menos dois postos flutuantes de fiscalização no Parna Pantanal.
- VII - Solicitar do IBAMA a divulgação de folhetos explicativos sobre as características e objetivos do Parna Pantanal, com indicações ilustradas das delimitações da área da unidade e penalidades impostas às atividades indevidas na área do Parque e área de amortecimento, quando definida pelo Plano de Manejo.
- VIII - Solicitar ao IBAMA que, ao elaborar o pertinente plano de manejo, e até que o mesmo seja concluído, considere as presentes definições.

As partes COMPROMISSÁRIAS, signatárias deste documento, comprometem-se em colaborar para a sua plena efetivação.

Corumbá - MS, 03 de Outubro de 2001.

José Augusto Ferraz de Lima
Chefe do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense - IBAMA

ANEXO D – Turismo na Reserva Acurizal na década de 2000

RESERVA

Acurizal

Ecoturismo, pesquisa e conservação da natureza

A sua Reserva no Pantanal

DAY USE NA RESERVA ACURIZAL

Máximo 20 pax por dia

Incluído: 2 atividades – 1 almoço – 1 Lanche – Guias Especializados – Seguro para as atividades mencionadas no roteiro

Não Incluso: Despesas pessoais (bebidas e lavanderia)

O day-use possui capacidade de atender 20 pessoas por dia, divididas em 2 grupos de atividades por período. Oferecemos as seguintes atividades:

- **Caminhada na Trilha do Fundão e banho no Poço Jabuti**
- **Caminhada no Capão do Acuri**
- **Passeio em canoa canadense na Baía Acurizal**
- **Cavalgada pela Campina do cervo**

As atividades de barco motorizado devem ser contratadas a parte e necessitam de ao menos 5 pax pagantes para serem realizadas.

- **Passeio de barco a motor pelos Corixos Piuval e Ingazal passando pelo Morro do Moquém**
- **Passeio de barco a motor pela Baía da Gaíva, visitando sítio arqueológico e passando pelo corixo da Figueira**

Veja detalhes destes passeios nas próximas páginas. Faça as reservas com antecedência.

Programa padrão

- ✓ Chegada pela manhã e drink de boas vindas
- ✓ Saída para atividade escolhida – divisão em 2 grupos
- ✓ Almoço
- ✓ Saída para atividade escolhida – inversão dos grupos
- ✓ Fim da tarde com roda de tererê e lanche.
- ✓ Fim do Day Use

Book e Tarifário V2/2004 - Reserva Acurizal - Ecoturismo, pesquisa e conservação da natureza

7

Pacotes Regulares

PACOTE ONÇA PINTADA

Quarta a Domingo – 5 dias e 4 noites

Duração: 5 dias e 4 noites

Nível de Dificuldade: Fácil

Atividades: Caminhada na Trilha do Fundão e banho no Poço do Jabuti – Passeio de canoa na Baía do Acurizal – Cavalgada na campina do Cervo – Passeio de voadeira até a Baía da Gaíva – Caminhada na trilha do Capão do Acuri – Passeio de voadeira pelos Corixos do Piuval e Morro do Moquém

Incluído: Traslado (*) de voadeira Porto Jofre / Acurizal / Porto Jofre com lanche – 4 pernoites na Reserva Acurizal em apto telado com banheiro e ventilador de teto – 4 cafés da manhã – 3 almoços – 4 jantares – Guias Especializados – Seguro contra acidentes para as atividades mencionadas no roteiro – Atividades Noturnas

Não Incluso: Despesas pessoais (bebidas e lavanderia)

(*) Somente no caso de pacote completo. Para maiores informações veja o tarifário.

1º Dia – Quarta-feira

- Saída de Cuiabá, bem cedo, passando por Poconé e pela Estrada Parque Transpantaneira (traslado não incluso).
- Saída do Porto Jofre em direção a Reserva Acurizal por volta das 14 hs. Traslado em embarcação modelo voadeira, descendo o Rio Cuiabá e subindo rio Paraguai, os maiores rios do Pantanal. A viagem transforma-se em um passeio, onde observa-se a beleza e a diversidade do Pantanal.
- Check-in na Reserva Acurizal, recepção e drink de Boas Vindas
- Jantar
- Apresentação da Reserva e da Programação

2º Dia – Quinta-feira

- **Caminhada na Trilha do Fundão e banho no Poço do Jabuti.** Passeio em carreta aberta até a trilha onde se inicia uma caminhada em mata primária, passando por vegetação de cerrado e parada para banho em piscina natural.

- Almoço típico pantaneiro
- **Passeio em canoa canadense na Baía do Acurizal.** Passeio em canoas canadenses em baía para observação de flora e fauna associadas ao meio aquático. Passeio muito agradável devido ao belo visual dos morros da Serra do Amolar circundando o Vale do Fundão.
- Final da tarde apreciando a paisagem e o pôr-do-sol.
- Jantar.

3º Dia – Sexta-feira

- **Cavalcada na campina do cervo.** Passeio em cavalos pantaneiros cruzando campinas e riachos com possibilidade de parada para banho em “prainha”.
- Almoço regional.
- **Passeio de voadeira na Baía da Gaíva.** O destino é a Baía da Gaíva, fronteira do Brasil com a Bolívia, onde é possível observar inscrições rupestres e fazer uma visita na antiga sede da Fazenda Rumo Oeste. No caminho de volta deixa-se o leito principal do rio Paraguai para adentrar os estreitos corixos e baías da Reserva Acurizal para observar vitórias-régias. Boas possibilidades de observação de fauna ao longo do rio.
- Final da tarde apreciando a paisagem e o pôr-do-sol.
- Jantar.

4º Dia – Sábado

- **Caminhada na Trilha do Capão do Acuri.** Caminhada em direção a um capão repleto de Acuris, uma das principais fontes de alimento para a fauna pantaneira.
- Almoço regional.
- **Passeio de voadeira pelos corixos do Piuval, Ingazal e Morro do Moquém.** Saída em direção ao corixo Piuval que “serpenteia” em direção a imponente e contrastante morraria da Serra do Amolar com a planície pantaneira. No caminho é possível fazer uma breve parada e subir até o topo de um pequeno morro que, tal como um mirante, permite uma ótima visualização da imensa planície pantaneira. No retorno, visita a comunidade local de pescadores na Barra do São Lourenço.
- Final da tarde livre com roda de tererê assistindo ao pôr-do-sol.
- Jantar.

5º Dia - Domingo

- Café da manhã e Check-out.
- Saída da Reserva Acurizal em direção ao Porto Jofre.
- Chegada no Porto Jofre por volta das 12:30hs.
- Retorno para Cuiabá, passando pela Estrada Parque Transpantaneira e Poconé (traslado não incluso).

Pacotes Regulares

PACOTE MACACO DA NOITE

Domingo a Quarta – 4 dias e 3 noites

Duração: 4 dias e 3 noites

Nível de Dificuldade: Fácil

Atividades: Cavalcada na campina do Cervo – Passeio de canoa na Baía do Acurizal – Caminhada na Trilha do Fundão e banho no Poço do Jabuti – Passeio de voadeira na Baía da Gaíva – Atividades Noturnas

Incluído: Traslado (*) de voadeira Porto Jofre / Acurizal / Porto Jofre com lanche – 3 pernoites na Reserva Acurizal em apto telado com banheiro e ventilador de teto – 3 cafés da manhã – 2 almoços – 3 jantares – Guias Especializados – Seguro contra acidentes para as atividades mencionadas no roteiro.

Não Incluso: Despesas pessoais (bebidas, lavanderia)

(*) Somente no caso de pacote completo. Para maiores informações veja o tarifário.

1º Dia - Domingo

- Saída de Cuiabá, bem cedo, passando por Poconé e pela Transpantaneira (Traslado não incluso)
- Saída do Porto Jofre em direção a Reserva Acurizal às 14 hs. Traslado em embarcação modelo voadeira, descendo o Rio Cuiabá e subindo rio Paraguai, os maiores rios do Pantanal. A viagem transforma-se em um passeio, onde poderemos observar a beleza e a diversidade do Pantanal.
- Check-in na Reserva Acurizal, recepção e drink de Boas Vindas
- Jantar
- Apresentação da Reserva e da Programação

2º Dia – Segunda-feira

- **Cavalcada na campina do cervo.** Passeio em cavalos pantaneiros, cruzando campinas e riachos, com possibilidade de parada para banho em "prainha".
- Almoço regional
- **Passeio em canoa canadense na Baía do Acurizal.** Passeio em canoas canadenses em baía para observação de flora e fauna associadas ao meio

ANEXO E – TAUS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul
Procuradoria da República no Município de Corumbá/MS

RECOMENDAÇÃO nº 001/2014

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas funções institucionais e legais estatuídas, em especial, no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93, e art. 129, incisos II e III, da Constituição da República, vem expor e **recomendar** o seguinte:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, conforme disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público a proteção e a defesa do meio ambiente e do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, conforme o disposto nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e nas alíneas *a* e *d* do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando o disposto no artigo 216 da Constituição Federal que dispõe que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os modos de criar, fazer e viver.

Considerando que a Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu art. 225, um “*meio ambiente ecologicamente equilibrado*” e impõe ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo, e elenca, no § 1º, inciso III do mesmo artigo, a “*definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos*” como um dos instrumentos para o cumprimento desse dever;

Considerando o disposto no §4º do mesmo dispositivo citado no parágrafo anterior, segundo a qual o Pantanal Mato-grossense é patrimônio nacional e, por receber essa definição, sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

Considerando, dentro do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, a categoria de Unidade de Conservação de proteção integral intitulada “Parque”, cuja finalidade precípua é *“a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”* (art. 11 da Lei nº 9.985/2000);

Considerando, nessa linha de inteligência, a criação do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense através do Decreto nº 86.392/81, cuja região de abrangência da Zona de Amortecimento engloba o município de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando que o SNUC estabelece a determinação da Zona de Amortecimento com objetivo de garantir uma maior eficácia na proteção dos recursos naturais e culturais das Unidades de Conservação, pela minimização dos impactos negativos ocorridos no entorno das mesmas, sendo a Zona de Amortecimento definida como o “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (art. 2º, XVIII da Lei nº 9.985/2000).

Considerando que o plano de manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, aprovado pela Portaria nº 13/2004 do Ibama, proíbe a pesca comercial e amadora, com o objetivo de coibir a pesca predatória, ou seja, aquela não sustentável;

Considerando que a proibição de que trata o parágrafo anterior estende-se à zona de amortecimento do PNPM, região em que se encontra a Comunidade Tradicional da Barra do São Lourenço;

Considerando, nesse contexto, que o plano de manejo do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense² prevê a existência de Comunidades Tradicionais Ribeirinhas, consignando *“que este grupo social tem uma estreita*

² http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_matogrossense.pdf

dependência do rio Paraguai, visto que extraem de suas águas a principal fonte de sobrevivência, seja pela coleta de isca, da pesca para subsistência ou do uso doméstico das águas (abastecimento humano, lavagem de roupa e utensílios, higiene pessoal e etc.)” (pag. 43);

Considerando que o referido plano de manejo contém extenso estudo sobre as comunidades tradicionais que habitam a região da unidade de conservação, do qual subtrai-se que são de **baixo impacto ambiental, e portanto sustentáveis**, as atividades tradicionais desenvolvidas pela população ribeirinha;

Considerando que o resguardo às atividades tradicionais praticadas pelas Comunidades Tradicionais Ribeirinhas de Corumbá e Ladário na área em questão foi objeto da Recomendação nº 05/2013, nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.24.000.000060/2013-30, inquérito este que tem como objeto apurar conflitos ocorridos no entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense envolvendo a Comunidade Tradicionais do Rio Paraguai;

Considerando informações prestadas por órgãos e entidades envolvidas na fiscalização e gestão do PNPM e RPPNs localizadas em seu entorno, quanto à presença de pescadores que tentam se passar por ribeirinhos e assumem postura de evidente má-fé ao se intitularem “*moradores da Barra do São Lourenço*”, com objetivo de obter proteção legal que não lhes cabe, dificultando, assim, a identificação dos integrantes das comunidades tradicionais;

Considerando que chegou ao conhecimento desta Procuradoria que devido ao instrumento que cria a zona de amortecimento (Portaria IBAMA 13/04) não ter o mesmo nível hierárquico daquele que criou a unidade de conservação (Decreto nº 86.392/81), a proibição de pesca na Zona de Amortecimento seria questionável;

Considerando, a outro giro, o teor de julgado recente, emanado nos autos da Ação Civil Pública nº 0019080-18.2010.4.01.3400, que prescreve:

“(…), entendo que não existe óbice à utilização de portarias ou resoluções para a definição das zonas de amortecimento, não havendo obrigatoriedade do manejo de ato de mesma natureza daquele utilizado para a criação da unidade de conservação. Essa orientação diametralmente oposta decorre da leitura do artigo 27 e respectivos parágrafos da Lei n. 9.985/2000, segundo o qual todas as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo, que deve abranger a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

O Decreto nº 4.340/2002, por sua vez, regulamenta que o plano de manejo será aprovado em **portaria** do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural; ou em **resolução** do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do órgão executor.

Paralelamente, a Lei nº 9.985/2000 dispõe, no § 1º do artigo 25, que os limites da zona de amortecimento poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente. Ou seja, a interpretação que se pode extrair da conjugação dos dispositivos mencionados é a de que a zona de amortecimento pode ser definida no ato de criação da unidade de conservação ou, posteriormente, através do plano de manejo, que será aprovado por portaria ou resolução, a depender do caso concreto.

Advém da própria lei a determinação para que a zona de amortecimento seja abarcada pelo plano de manejo, caso seus limites não tenham sido definidos no ato de instituição da unidade de conservação.

Fica assim resolvida a primeira questão controvertida, que diz respeito à natureza do ato legal de fixação da zona de amortecimento, não havendo impedimento, no meu sentir, a que se lance mão de portaria ou resolução, conforme o caso, à exceção do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, em relação ao qual a questão já está acobertada pelo manto da coisa julgada.” (SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL – 3ª VARA FEDERAL - Data do Julgamento: 04/12/2013)

Considerando que a decisão de primeira instância transcrita acima é lúcida na medida em que atenta para o fato de que o fim almejado deve sempre ser a proteção ambiental;

Considerando que não reconhecer zonas de amortecimento essenciais para a proteção das unidades de conservação seria, portanto, deixar de lado o escopo maior da Lei do SNUC diante de formalismo exacerbado;

Considerando que deve ser reconhecido, além da validade técnica da Portaria nº 13/2004 do Ibama, também seu caráter normativo, a decisão transcrita alhures é suficiente para dirimir eventuais dúvidas sobre a legalidade da definição da Zona de Amortecimento por portaria do órgão executor, como ocorre no caso do PNPM;

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL RECOMENDA ao ICMBIO que, nos limites da legislação, exerça integralmente o poder de polícia no entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense localizado na área do município de Corumbá, a fim de reprimir as práticas

proibidas pelo plano de manejo da unidade de conservação, reconhecida a legitimidade normativa da Portaria nº 13/2004.

Esta recomendação configura instrumento legal de atuação do Ministério Público, que tem por finalidade instar a observância dos parâmetros constitucionais e legais. O seu descumprimento poderá ensejar a adoção das medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis, sem prejuízo de responsabilização das pessoas físicas e jurídicas que derem causa a eventual dano ao meio ambiente.

Importante não deixar cair no esquecimento os direitos das comunidades tradicionais quando da imposição de limitações às atividades no entorno do Parque Nacional. Deste modo, **frise-se que esta recomendação em nada altera o que prescreve a Recomendação 005/2013 expedida pelo MPF, quanto ao** “não impedimento de qualquer forma as atividades tradicionais praticadas pelas Comunidades Tradicionais Ribeirinhas de Corumbá e Ladário na área de entorno do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, especialmente a pesca, a coleta de iscas, de lenha e de palha para a cobertura das moradias”.

Cópia da referida Recomendação deverá ser enviada ao Instituto Homem Pantaneiro, à Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo, à Fundação de Turismo do Pantanal, ao Escritório Regional do Ibama em Corumbá, à Fundação do Meio Ambiente do Pantanal, à Superintendência do Ministério da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul, à Superintendência do Ibama no Estado do Mato Grosso (MT) à 2ª Cia de Polícia Militar Ambiental de Corumbá/MS e à ONG ECOA.

Por fim, com fulcro no § 5º do artigo 8º da Lei Complementar 75/93, resta fixado o prazo de 30 (trinta) dias para o envio de informações quanto ao cumprimento da presente recomendação, ou as razões para justificar o seu não atendimento.

Encaminhe-se cópia desta recomendação à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência.

Corumbá/MS, 31 de janeiro de 2014.

CARLOS ALBERTO DOS RIOS JUNIOR
Procurador da República

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
Superintendência do Patrimônio da União
em Mato Grosso do Sul – SPU/MS

SPU

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL
Nº 02 – Ano de Edição: 2013 - (TAUS COLETIVA)**

O Superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul - SPU/ MS, por delegação de competência da Senhora Secretária do Patrimônio da União, através da Portaria nº. 200/2010/SPU, de 29/06/2010 e nos termos da Portaria nº. 89, de 15 de abril de 2010 – considerando a imensa potencialidade dos recursos naturais existentes no Pantanal Sulmatogrossense situada na Região de Corumbá/MS como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas tradicionais e que promovem seu aproveitamento racional e sustentável, bem como, a necessidade de promover a ordenação do uso das áreas da União alagáveis, próximas às margens do rio Paraguai, no Município de Corumbá/MS, dar início ao procedimento de regularização fundiária da Área de Preservação Permanente, mediante o reconhecimento da posse para fins de moradia e uso tradicional dos recursos naturais, como forma de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o progresso sócioeconômico da região e, vem, a requerimento protocolado junto a esta Superintendência, sob o nº. 04921001054/2012-01, RIP 9063.100114-28 e considerando tudo o que consta dos autos, **CONCEDER a COMUNIDADE RIBEIRINHA DA BARRA DO SÃO LOURENÇO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 08895482/0001-05, associação fundada no dia 21/03/2009, autônoma, democrática, apartidária, com sede na Barra do São Lourenço, na Escola Municipal das Águas Porto Esperança Extensão São Lourenço, Corumbá/MS, situada também as margens do Rio Paraguai, constituída pelo conjunto de seus associados, com prazo de duração indeterminado, o **Termo de Autorização de Uso Sustentável Coletivo para MORADIA e/ou COLETA DE FRUTOS OU MANEJO DE OUTRAS ESPÉCIES EXTRATIVISTAS**, referente à área conhecida com "ATERRO DO SOCORRO", com área total de 139.040,81 m² (13,904081 hectares), localizada nas Coordenadas a seguir: inicia-se no P1, localizado junto a margem direita de Rio Ingazal de coordenada UTM E447.778,502 e N8.020.573,972, Meridiano Central 57°, fuso 21, referenciada ao datum WGS 84; daí segue P2 E447.809,239 e N8.020.576,143; P3 E447.826,951 e N8.020.580,671; P4 E447.905,537 e N8.020.403,059; P5 E448.028,326 e N8.020.268,952; P6 E448.140,104 e N8.020.085,078; P7 E448.178,623 e N8.019.989,595; P8 E448.150,063 e N8.019.954,831; P9 E448.095,075 e N8.020.054,922; P10 E448.003,773 e N8.020.171,068; P11 E447.938,759 e N8.020.226,132; P12 E447.851,917 e N8.020.246,882; P13 E447.782,524 e N8.020.249,004; P14 E447.747,594 e N8.020.230,156; P15 E447.721,504 e N8.020.181,455; P16 E447.734,186 e N8.020.166,035; P17 E447.716,958 e N8.020.147,048; P18 E447.674,638 e N8.020.160,751; P19 E447.537,943 e N8.020.186,563; P20 E447.519,180 e N8.020.199,101; P21 E447.562,931 e N8.020.343,816; P22 E447.584,747 e N8.020.426,321; P23 E447.616,338 e N8.020.470,498; P24 E447.747,387 e N8.020.546,134, P25 E447.762,904 e N8.020.563,172, até P1, ponto de origem.

A presente Autorização de Uso Sustentável Coletiva tem como representante dos beneficiários a Srª Joana Batista Gomes, brasileira, casada, portadora do RG 898165 SSP/MS, CPF 770523071-20, moradora e presidente da Associação da Comunidade Ribeirinha da Barra do São Lourenço.

Esta autorização de uso:

- I - é em período sazonal, alternativo para utilização na época das cheias;
- II - Não confere ao autorizado/beneficiário qualquer direito possessório ou dominial sobre a área em questão, que continua de propriedade pública da União, que por este ato, em caráter excepcional, transitório e precário, reconhece o uso tradicional sustentável que efetiva a função socioambiental dos bens da União;
- III - Não poderá, ser transferida ou vendida, a terceiros, em hipótese alguma, sendo a Autorização para uso exclusivo da Comunidade beneficiária, que através de sua representante, assina este termo, sob pena de imediato cancelamento por simples notificação à autorizada;
- IV - Será cancelada, se praticado outro uso que não as atividades agroextrativistas para fins de subsistência e geração de renda para as famílias ribeirinhas, que ocupam a referida área da União.
- V - Será vedado restringir ou dificultar acesso, por qualquer meio, ao corpo d'água sob o uso comum do povo, confrontante à área de que trata este Termo, para navegação, prática de atividades pesqueiras e acesso público.

Campo Grande/MS, 12 /MAI/2013.

Mário Sérgio Sobral Costa

Mário Sérgio Sobral Costa
Superintendente do Patrimônio da União – SPU/MS

Declaro estar ciente dos termos da presente Autorização de Uso da área nela referenciada, me comprometendo a cumprir todos os ditames estabelecidos pela mesma, assim como, me responsabilizando por qualquer dano físico ou ambiental promovido sobre a área.

Em 11/04/2013

Joana Batista Gomes
Beneficiário/ Autorizado

ANEXO F – Recomendação sobre a prática da “ceva” de animais

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RECOMENDAÇÃO nº 012/2013

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas funções institucionais e legais estatuídas, em especial, nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal e nos artigos 5º, incisos II, alínea *d*, III, alíneas *d*, e 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, conforme disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que incumbem ao Ministério Público as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal (art. 2º, da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando que a Constituição da República de 1988 consagrou o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, CF/88),

Considerando que o parágrafo primeiro, inciso VII, do referido artigo, estabelece que incumbe ao Poder Público, visando assegurar a efetividade do direito descrito no *caput*, promover a proteção da fauna e da flora, vedando, na forma de lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade;

Considerando o art. 1º, *caput*, da Lei 5.197/67, o qual dispõe que “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito do texto.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

f.2/4

ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”.

Considerando que o art. 29, caput, da Lei Federal nº 9.605/98, tipifica como crime os atos de “Matar, perseguir, caçar, apanhar, **utilizar** espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida” com pena de detenção de seis meses a um ano, e multa. Pena esta aumentada de metade, se o crime for praticado contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção;

Considerando que os tipos acima são elencados no artigo 24 do Decreto Federal nº. 6514/08 como infrações administrativas cometidas contra a fauna, culminando sua prática em multa de “I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES; aplicadas em dobro se a infração for praticada com finalidade de obter vantagem pecuniária”;

Considerando o conteúdo do Procedimento Preparatório nº 1.21.004.000102/2013-35, autuado a partir do Ofício nº 057 / MS IHP, no qual o Instituto Homem Pantaneiro denuncia a prática de “ceva” de animais silvestres, no trecho entre parte urbana de Corumbá até o Porto Jofre (Pantanal Norte), consistindo a conduta na oferta de alimento, nem sempre adequado, principalmente, à animais da espécie *Phantera onça* (onça pintada);

Considerando que a dinâmica da “ceva” objeto da denúncia aportada na PRM-Corumbá/MS difere da prática da ceva que, tradicionalmente, integra atos realizados para o abate ou apanha de animais silvestres, uma vez que se nota nos vídeos veiculados nas redes sociais que registram a prática uma modalidade de ceva com fins turísticos, praticada com intuito de garantir ao turista a observação de onças;

Considerando a exposição feita pelo pesquisador da Embrapa-PANTANAL, Sr. Walfrido Moraes Tomás, em reunião com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, quanto ao processo de domesticação equivocado ao qual o animal é submetido, situação que o condiciona a buscar na “ceva” uma via fácil para obter alimento, e que interfere em toda a organização natural da espécie, tendo como maior

risco a interação direta com o homem visto que *“a onça, quando perde o medo da aproximação humana, pode atacar, culminando em graves acidentes”*;

Considerando que na mesma oportunidade, o Pesquisador da Embrapa informou acerca de situação semelhante ocorrendo com outros animais, como a ariranha, e colocou-se a disposição para auxiliar na elaboração de material educativo, sugerindo que o turista seja visualizado como o principal fiscal para auxiliar no desestímulo à “ceva” de animais silvestres;

Considerando o envolvimento de embarcações que transportam turistas com a prática da “ceva” e, a outro giro, o posicionamento colaborativo por parte da Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo no sentido de desencorajar qualquer atividade ilegal por parte de seus associados e, ainda, a disposição do IBAMA em auxiliar no combate a atos contra a fauna do Pantanal de Corumbá;

Considerando que o dever de proteção da fauna não se esgota na fiscalização, sendo necessárias medidas relacionadas ao desestímulo da prática da “ceva” na região do Pantanal, bem como o acordado em reunião, realizada para deliberar acerca de medidas que possibilitem uma solução conjunta diante do problema, em que se fizeram presentes representantes do IBAMA, da Embrapa-PANTANAL, do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, da FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL e o MPF;

RECOMENDA à FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL e à FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO PANTANAL que:

- I) conjuntamente adotem medidas no sentido de interromper e coibir a prática de ceva de onças pintadas e outros animais silvestres na Região do Pantanal Sul-Mato-Grossense;
- II) encaminhem cópia desta recomendação às empresas e guias que oferecem pacotes de pesca e turismo na região, com ampla divulgação quanto à proibição da prática de ceva de onças e de outros animais silvestres no Pantanal, alertando que a conduta poderá ensejar responsabilização administrativa e criminal;
- III) desenvolvam projeto para implementação de campanha

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

f.4/4

educativa com a elaboração de folders, cartazes e outros materiais visando a conscientização dos turistas que aportam em Corumbá-MS;

Por fim, com fulcro no § 5º do artigo 8º da Lei Complementar 75/93, resta fixado o prazo de 30 (trinta) dias para o envio de informações quanto ao cumprimento da presente recomendação, ou as razões para justificar o seu não atendimento.

Cópia desta orientação deverá ser encaminhada à Polícia Militar Ambiental, ao Escritório do IBAMA em Corumbá, ao Instituto Homem Pantaneiro, à Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo e à ONG ECOA.

Encaminhe-se cópia desta recomendação também à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência.

Corumbá, 10 de dezembro de 2013.

PAULO HENRIQUE CAMARGOS TRAZZI
Procurador da República